

MICHELE LOPES DA SILVA

**MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO(S): TRAJETÓRIAS DE
VIDA, ATUAÇÃO POLÍTICA E CONSTRUÇÃO DE NOVAS
PEDAGOGIAS EM BELO HORIZONTE – MG**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
BELO HORIZONTE - 2007**

MICHELE LOPES DA SILVA

**MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO(S): TRAJETÓRIAS DE
VIDA, ATUAÇÃO POLÍTICA E CONSTRUÇÃO DE NOVAS
PEDAGOGIAS EM BELO HORIZONTE – MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial e último à obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Cultura e Educação

Orientadora: Prof^{fa}. Dr^a. Nilma Lino Gomes

Co-Orientadora: Prof^{fa}. Dr^a. Antônia Vitória Soares Aranha

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
BELO HORIZONTE - 2007**

MICHELE LOPES DA SILVA

**MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO(S): TRAJETÓRIAS DE VIDA,
ATUAÇÃO POLÍTICA E CONSTRUÇÃO DE NOVAS PEDAGOGIAS EM BELO
HORIZONTE – MG**

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nilma Lino Gomes

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Antônia Vitória Aranha

1^a Examinadora: Prof.^a Dr^a. Eliane Cavalleiro

2^o Examinador: Prof. Dr. Rogério Campos Cunha

3^o Examinadora: Prof^a. Dr.^a Aracy Alves Martins

4^o Examinador: Prof. Dr. Amaury Carlos Ferreira

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
BELO HORIZONTE - 2007**

Eu Nelas Nós

Eu jovem
Eu potente
Eu mulher
Eu sábia
Eu favela
Eu tudo
Eu negra
Eu guerreira
Eu tudo
Eu sempre
Eu ela
Eu elas
Eu parte
Eu continuidade
Eu herança
Eu poder
Eu todas
Em todas

Ruanda

Dedico este trabalho

Às mulheres negras entrevistadas, colaboradoras desta pesquisa, que disponibilizaram tempo, recordações, vivências e muitos aprendizados e saberes.

Às duas mulheres importantes da minha vida: minha mãe, Tereza, que sempre foi um exemplo de mulher autônoma e guerreira e Lela – Mireille - maninha que me socorre sempre.

Aos dois homens de destaque na minha trajetória: meu querido pai, Mário José, que me ensina a ver sempre o que há de bom na vida e meu amor Caninha.

À Sonia Roedel, professora a quem devo muito sobre a minha identidade e formação acadêmica.

Aos Movimentos: Negro, de Mulheres Negras e Feministas, pelas incessantes lutas de combate ao racismo, ao machismo e à busca por uma possível transformação social e planetária por um mundo mais humano.

Agradecimentos

À Nilma Lino, professora e orientadora, por possibilitar-me, com sua competência e experiência profissional, ampliar meus conhecimentos sobre o como e o que é pesquisar. Foi por meio de nossos diálogos e discussões que percebi o quanto fomos parceiras nessa produção. Ajudou-me a ver que o mundo não é tão *romântico*, porque é construído por relações que nem sempre são harmônicas. A agradeço ainda pela compreensão, paciência em entender os momentos difíceis pelos quais passei e soube naquelas ocasiões dar apoio e demonstrou-se uma amiga de muito apreço.

À professora Antônia Aranha, por mais uma oportunidade de trabalho juntas ao aceitar co-orientar-me e por contribuir no meu crescimento acadêmico.

Às professoras e aos professores que aceitaram dialogar com meu trabalho, fornecendo-me contribuições salutares e por comporem a banca de avaliação.

Ao Nilson, amado companheiro e amigo, que abdicou boa parte do seu tempo para ler e criticar desde as primeiras até as últimas versões desta pesquisa. Você também foi um grande parceiro nesta investida. Agradeço também por me incentivar e fazer acreditar que é possível driblar fases tortuosas, quando temos alguém que está sempre do nosso lado.

Aos meus irmãos Marcelo, Quitão – Marco - e Moisés por me darem forças e estarem sempre por perto.

À Maria de Fátima que não se cansa de ser a minha eterna fada-madrinha e por ser um exemplo de uma mulher de fibra, coragem e força.

À minha amiga de grande estima e afeto, Junita – Júnia -, por sua solidariedade, conselho e apoio em qualquer hora e dia, mesmo quando não for preciso.

Aos meus primos Tom Xavier e Dax, sobretudo Tom, por saber que vocês sempre torcem por mim e orgulham de mais esta conquista.

Às minhas amigas, pioneiras nessa continuidade de estudos, Maria José e Sandrinha, principalmente MJ que me deu muita força para adentrar no meio acadêmico. E à minha nova amiga Mercy por vencermos muitos empecilhos juntas nessa caminhada. Com vocês pude perceber que nossa origem não limita o nosso percurso de estudos, só nos dá orgulho para ampliarmos nossas fronteiras.

Às minhas amigas Rejane, Hasla, Fátima e meus amigos Rodrigo e Romero pela preocupação contínua com o meu bem-estar e por me proporcionarem momentos de alegria.

Ao meu amigo Juninho com quem pude estreitar nossos laços de amizade e aprender muito sobre o Movimento Negro de Belo Horizonte.

À turma da panela, minhas amigas Cleine e Sil e nosso querido amigo Roger, que desde a graduação buscamos viver em coletivo, na alegria e na tristeza. E às novas integrantes da turma que nos brindaram com alegria e carinho, Cláudia, Lidi e Carmem com sua linda família.

Às companheiras do Conexões Abertas, Vanessa, Ana Amélia e Larissa, pelas discussões feministas e reflexões sobre as questões raciais, sobretudo, para que não pudéssemos cair na ciladas inconscientes da reprodução de alguns tratamentos. Com vocês revi meus conceitos de mulher e negra.

Ao povo do CEALE, em especial, ao prof. Dute, às prof^{as}: Marildes, Lalu, Ceres e Graça por acreditarem na continuidade de meus estudos, incentivando-me e possibilitando-me oportunidades de trabalho. À Luiza, Giane e Itamar, pessoas maravilhosas e estimadas.

À turma do programa Ações Afirmativas, do Conexões de Saberes e do Conexões Abertas, em especial Tati, Fabíola, Shirlei de Jesus, Simone, Nanda e Elias, pela partilha de saberes, vivências e muito crescimento.

Ao pessoal da biblioteca – Marli, Rosemeire e Ricardo, da secretária da pós-graduação, Rose, Adriana e Francisco, por todo auxílio no decorrer da pesquisa e da vida de estudante.

Ao prof. Luiz Alberto pela disponibilidade de apoio, incentivo, conversas e dicas nos momentos que precisei e enriqueceram este trabalho.

Às amigas da Livraria Sobá, pelo carinho, incentivo e partilha de saberes.

Às Escolas Públicas Estaduais e Municipais, pelas quais passei e aprimorei profissionalmente e pela oportunidade de conhecer pessoas do bem, Rosângelas, Márcia, Patrícia, Fátima, M^a do Carmo, Irma, Rogério, Ivanete, Adilson, Elda, Ronaldo, Andréas, Lourdes, Jacques, Luis, Suzuki, Marília e M^a Lúcia, dentre tantas e tantos. Mesmo com tantos problemas e dilemas, a escola continua sendo um espaço de descobertas.

À FUMP que proporcionou a minha permanência na UFMG durante a graduação.

Ao CENEX pela bolsa de extensão e pesquisa com a qual pude vivenciar e a conhecer a UFMG por outro ponto de vista.

À CAPES pela concessão de bolsa no último ano e etapa do processo de construção dessa pesquisa.

Às pessoas cujos nomes não foram possíveis de destacar, deixo registrados os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Esta pesquisa aborda as trajetórias de vida e política de seis mulheres negras, residentes na cidade de Belo Horizonte - Minas Gerais, militantes nos seguintes Movimentos: Negro, Feminista e de Mulheres Negras. Os sujeitos da pesquisa foram selecionados a partir de traços de suas trajetórias de vida, pessoal, social e profissional que pudessem caracterizar um perfil de militância atuante na perspectiva da raça e do gênero. Os principais objetivos desta investigação são: compreender as trajetórias de vida e política de mulheres negras, militantes em organizações políticas em prol da superação das desigualdades racial e de gênero, e analisar os sentidos e significados de “ser mulher negra” construídos nesse processo. Para tal, buscou-se entender como essas mulheres se vêem como negras no contexto de suas trajetórias e a relação desse processo com a construção afirmativa de sua identidade negra. Foram analisados os fatores que pudessem ser apontados como determinantes para a tomada de consciência do recorte racial e de gênero, nas trajetórias pessoal e política dessas mulheres, bem como os processos educativos - formadores - e os saberes sobre a raça e o gênero neles construídos. Tais saberes são compreendidos, neste trabalho, como pedagogias de raça e gênero aprendidas, formuladas e desenvolvidas pelas mulheres negras nos contextos sociais e políticos pelos quais passaram. A História de Vida apresentou-se como a metodologia mais adequada aos propósitos desta investigação, pois implica a produção de conhecimento a partir do discurso do sujeito sobre uma situação concreta de sua vida. Possibilita, portanto, abordar e aprofundar um momento específico das trajetórias de vida dos sujeitos na conjuntura presente, retomando elementos históricos de seu passado. Para tal, a entrevista semi-estruturada, a observação em campo e a análise de documentos foram os procedimentos metodológicos privilegiados. Os resultados desta pesquisa, realizada nos anos de 2005 e 2006, apontam limites, ambigüidades e possibilidades de “ser mulher negra e militante”, no contexto dos Movimentos Sociais de caráter identitário, em Belo Horizonte. Constatou-se, ainda, a singularidade de suas vivências e trajetórias pessoais como elementos que influenciaram e influenciam suas atuações política e militante. Em um processo de tensão, ambigüidades, avanços e lutas, as mulheres negras entrevistadas assumiram um importante papel político ao levar a articulação entre a raça e o gênero para o interior dos Movimentos Sociais nos quais atuaram - e ainda atuam - e para as próprias práticas profissionais. Um dos maiores desafios vividos por essas e outras mulheres negras militantes está no trato político e pessoal da diferença entre os diferentes, no interior dos Movimentos Sociais de caráter identitário. É nesse processo complexo que elas constroem e reconstróem pedagogias de raça e gênero ressignificadas.

PALAVRAS-CHAVE:

Educação – mulheres negras – movimentos sociais – raça e gênero

RESUMÉ

Cette recherche aborde le parcours de vie et le parcours politique de six femmes noires, habitant à Belo Horizonte – Minas Gerais, militantes dans les mouvements suivants: Noire, Féministe et Mouvement de Femmes Noires. Les sujets de cette recherche ont été sélectionnés à partir de traits de leurs parcours de vie personnelle, sociale et professionnelle pouvant caractériser un profil de militance qui agissait dans la perspective de race et de sexe. Les principaux buts de cette recherche sont : comprendre les parcours personnel et politique de femmes noires, militantes dans des organisations politiques au profit du dépassement des inégalités raciale et de sexe, et d'analyser le sens et la signification « d'être femme noire » construits dans ce processus. Pour cela, nous avons cherché à comprendre comment ces femmes se voient comme noires dans le contexte de leurs parcours et la relation de ce processus dans la construction positive de leur identité noire. Les facteurs qui pouvaient être relevés comme déterminants pour la prise de conscience de la coupure raciale et sexuelle dans le parcours personnel et politique de ces femmes dans les processus éducatif et formateurs, ainsi que et les savoirs sur la race et le sexe ainsi acquis ont été analysés. De tels savoirs sont interprétés ici comme pédagogies de race et de sexe apprises, formulées et développées par les femmes noires dans le contexte social et politique dans lequel elles ont vécu. L'Histoire de Vie s'est présentée comme la méthodologie la plus appropriée aux enjeux de cette recherche car elle implique la production de connaissance à partir du discours du sujet sur une situation concrète de sa vie. Cela permet donc d'aborder et approfondir un moment spécifique de parcours de vie des sujets dans la présente conjoncture reprenant des éléments historiques de leur passé. Pour cela, l'interview semi-structuré, l'observation sur le terrain et l'analyse de documents ont été les procédés méthodologiques privilégiés. Les résultats de cette recherche réalisée entre 2005 et 2006, montrent les limites, les ambiguïtés et les possibilités « d'être femme noire et militante », dans le contexte des Mouvements Sociaux de caractère identitaire à Belo Horizonte. Nous avons constaté également la singularité de leur vécu et de leur parcours personnel comme élément qui ont influencé et influencent leur participation politique et militante. Au milieu d'un processus tendu, ambigu, d'avancés et de luttes, les femmes noires interviewées ont assumé un important rôle politique en faisant prendre en compte à l'intérieur des mouvements sociaux dans lesquels elles militaient – et militent encore – et dans leur pratiques professionnelles l'articulation entre la race et le sexe. L'un des plus grands défis vécus par ces femmes noires militantes et d'autres est dans le traitement politique et personnel de la différence entre les différents, à l'intérieur des Mouvements Sociaux de caractère identitaire. C'est dans ce processus complexe qu'elles construisent et reconstruisent des pédagogies de race et de sexe *resignifiées*.

MOTS-CLÉS :

Éducation, femmes noires, mouvements sociaux, race et sexe.

SUMARIO

INTRODUÇÃO	14
1 - A construção da pesquisa: caminhos trilhados no decorrer da investigação	24
2 - Gênero e Raça: dimensões significativas da pesquisa	29
2.1 – Mulheres negras militantes e o conceito de gênero.....	29
2.2 - Raça/ etnia no contexto da pesquisa	32
2.3 - Gênero e sua intersecção com Raça.....	34
3- Mulheres negras no contexto das desigualdades socioraciais da realidade brasileira	34
4 - Estrutura da dissertação	36
CAPÍTULO I	38
Mulheres Negras da atualidade e do passado: continuidades e recriação	38
I.I - Mulheres negras em destaque no contexto histórico internacional e nacional	41
I.II - Mulheres negras em movimento - perfis variados e causas em comum	47
I.II.I - Luanda: militante do Movimento Negro e na educação	48
I.II.I.I - A família	48
I.II.I.II A trajetória escolar	51
I.II.I.III - A trajetória de militância	52
I.II.II - Namíbia: militante com ação pautada pelas decisões coletivas	54
I.II.II.I - A família	54
I.II.II.II - A trajetória escolar	57
I.II.II.III - A trajetória de militância	58
I.II.III - Eritreia - militante oriunda de uma família militante	59
I.II.III.I - A família	60
I.II.III.II - A trajetória escolar	63
I.II.III.III - A trajetória de militância	65
I.II.IV - Suazilândia: militante na área da educação	68
I.II.IV.I - A família	68
I.II.IV.II - A trajetória escolar	72
I.II.IV.III - A trajetória de militância	74
I.II.V - Zâmbia: mulher negra, militante por “dom” e de família militante	76

I.II.V.I - A família.....	77
I.II.V.II - A trajetória escolar.....	81
I.II.V.III - A trajetória de militância.....	83
I.II.VI - Ruanda: jovem militante e ativa no Movimento de Mulheres Negras.....	84
I.II.VI.I - A família.....	86
I.II.VI.II - A trajetória escolar.....	89
I.II.VI.III - A trajetória de militância.....	92
I.III - A luta contínua, estratégia de vida e recriação histórica na vida das mulheres negras de ontem e de hoje.....	95
I.IV - Quadro compacto dos dados gerais das entrevistadas e seus espaços de militância.....	99
I.V – Quadro compacto dos dados da trajetória escolar de integrantes da família.....	100
CAPÍTULO II.....	101
Mulheres negras inseridas nas dinâmicas dos Movimentos Sociais.....	101
II. I - Dos atores singulares aos atores coletivos.....	109
II.II – Fragmentos das memórias no contexto político da ditadura militar.....	113
II.III - A crise do regime militar, o renascimento dos Movimentos Sociais e o protagonismo das mulheres negras no cenário político brasileiro.....	115
II. IV – Mulheres negras e liderança política.....	122
II. IV.I – Eritréia.....	122
II.IV.II – Zâmbia.....	124
II. IV.III – Namíbia.....	125
II. IV.IV – Suazilândia.....	126
II. IV.V – Ruanda.....	127
II.V – Mulheres, trajetórias políticas e conflitos.....	129
II.VI - Mulheres negras e o Partido dos Trabalhadores.....	131
II.VII - Mulheres negras e os Movimentos Sociais: construindo pedagogias.....	138
CAPÍTULO III.....	140
O desabrochar das rosas negras - demarcação da diferença entre diferentes.....	140
III.I - As mulheres negras no contexto dos Movimentos Sociais com caráter identitário: fazendo a diferença.....	143
III.II – Movimento Negro – algumas considerações sobre sua construção.....	153

III.II.I - Considerações sobre o Movimento Negro em solos belorizontinos.....	157
III.III – A demarcação da diferença no universo feminino: mulheres negras enegrecendo o Feminismo	162
III.III.I – Feminismo Negro: mulheres negras em um movimento de organização própria.....	175
III.III.II - Fragmentos de memórias sobre o Movimento de Mulheres Negras em Belo Horizonte	180
III.III.III - Diferenças internas do Movimento de Mulheres Negras: principais tensões.....	188
CAPÍTULO IV.....	196
Mulheres Negras: trajetórias e pedagogias de raça e gênero ressignificadas.....	196
IV.I - Sentidos e significados proporcionados pelo aprendizado militante.....	201
IV.II - A ressignificação de mulheres negras: sentidos e significados.....	208
IV.III - Pedagogias de raça e gênero ressignificadas.....	218
Conclusão	224
Referências Bibliográficas	230
Anexo I	239
Anexo II.....	240
Anexo III	241
Anexo IV.....	242
Anexo V	243
Anexo VI.....	244

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRAPSON – Associação Brasileira de Psicologia Social
ABCD - Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema
AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras
APNs - Agentes de Pastorais Negros
BA – Bahia
BH - Belo Horizonte
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CNA - Congresso Nacional Africano
CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNDM - Conferência Nacional da Mulher
CNMN - Conselho Nacional de Mulheres Negras
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMACON – Coordenadoria Municipal de Assuntos das Comunidades Negras
CONEN – Coordenação Nacional das Entidades Negras
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ENJUNE - Encontro da Juventude Negra
EUA – Estados Unidos da América
FAE – Faculdade de Educação
FCRCN - Fundação Centro de Referência da Cultura Negra
FHC – Fernando Henrique Cardoso
GRUCON - Grupo União e Consciência Negra
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCN – Instituto de Pesquisa das Culturas Negras
JOC - Juventude Operária Católica
MEC – Ministério da Educação
MNUCDR – Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
MNU – Movimento Negro Unificado
MOIC – Movimento dos Integrantes Católicos
PSD – Partido Social Democrático
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC – Pontifícia Católica
RJ – Rio de Janeiro
REUNIMA - Reunião de Mulheres Aqualtune
SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEPPIR – Secretaria de Promoção de Políticas para Igualdade Racial
SP – São Paulo
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
USP – Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

*Você não sabe o quanto eu caminhei para chegar até aqui.
Percorri milhas e milhas antes de dormir.
Eu não cochilei.
Os mais belos montes escalei.
Nas noites de frio chorei.
E a vida ensina e o tempo traz o tom para nascer uma canção...*
Toni Garrido - Cidade Negra

Esta pesquisa é fruto de minha trajetória de vida e acadêmica. Venho de uma família pobre e negra, do interior de Minas Gerais que, como tantas outras, educou suas gerações no contexto das desigualdades social e racial. Nessa família várias imagens negativas acerca da negritude, carregadas de preconceitos raciais e de gênero, foram difundidas e apreendidas de forma consciente e inconsciente por todas e todos. Lembro-me sempre de uma frase de minha avó que dizia: “de preta já basta eu na família”.

Por fazer parte de uma dessas gerações não escapei de tal educação. Esse processo educativo, com forte conotação racial - embora não tivesse noção disso - me levava a almejar um *ego branco* e a reprimir e negar minhas características negras. Como Neuza Souza¹ (1983:02) explicita: “ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: **a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro**” (destaques meu). Nesse sentido nunca me via como negra, embora sofresse discriminações em vários espaços sociais dos quais participava, mas não as percebia como práticas racistas - apenas me sentia mal e me retraía.

Em relação ao gênero recebi uma educação feminina conservadora - que tentava me ensinar a *ser menina e mocinha* na sociedade - muito diferente da educação de meu irmão mais velho. Inquietava-me a liberdade que era dada a ele em relação às obrigações de casa, de sair com mais frequência sozinho ou com os amigos, de falar e fazer o que pretendia com poucas restrições. Enquanto isso, normalmente, as tarefas domésticas eram destinadas a mim que convivia com a restrição de não sair sozinha e ainda tinha de ouvir discursos como: “isso não fica bem para uma menina”.

¹ Toda autora e todo autor, ao serem citados pela primeira vez, terão os seus nomes mencionados junto aos respectivos sobrenomes de referência para melhor identificação uma vez que há muitos sobrenomes iguais e para permitir, também, a demarcação do discurso de gênero sobre quem fala.

Logo minhas inquietações da infância e da adolescência encontraram compreensão nas palavras de Guacira Louro (2004:09): “talvez eu não ‘soubesse’ disso naquele momento ou não fosse capaz de dizê-lo desta maneira, mas os marcadores sociais estavam lá”.

Em 1997, quando tinha 19 anos, ingressei na UFMG, no curso de Pedagogia. A universidade causou muitas (r)evoluções em minha personalidade. A partir daí passei a desenvolver uma consciência de raça e de gênero de forma mais crítica e analítica. Minha trajetória acadêmica foi demarcada por dois momentos distintos: o período da graduação e o período da pós-graduação. No início da graduação eu não sabia muito bem quem eu era e o que ansiava. Mas, ao longo do curso, deparei-me com questões não só do cotidiano escolar, mas, sobretudo, sociais, culturais, políticas e históricas que fizeram parte da minha dimensão educativa².

Nesse processo, fui envolvendo-me profundamente com algumas disciplinas do curso, cujas temáticas giravam em torno das discussões de gênero, sexualidade e etnia. Tive também contato com alguns textos do curso de Pedagogia, com algumas docentes e alguns docentes e me relacionei com pessoas diversas que ampliaram meus horizontes.

A partir dessa conjunção de situações fui me interrogando como pessoa e passei a rever meus valores, minha formação, minha educação e a ressignificar minha condição de ser humano.

Mas a transformação mais substantiva foi no final da graduação, em 2000, quando passei a me conhecer como mulher e a assumir minha negritude. Deste modo constatei que, como mulher negra, também fazia parte do grupo de *discriminados, explorados e oprimidos* da sociedade brasileira. Enfim, percebi que fui - e talvez ainda seja - discriminada e desvalorizada como tantos outros indivíduos do mesmo segmento racial e de gênero. Porém, ao adquirir esta consciência tornei-me inquieta e indignada e senti a necessidade de lutar por uma outra história de vida.

O ponto de partida para a construção de uma nova história foi a participação, como Bolsista de Extensão, do “Projeto-Oficina: Falando de Sexo na Escola”, coordenado pela professora Sônia Roedel. Foi através deste projeto que passei a refletir sobre as questões das mulheres na sociedade brasileira. Além disso, pude, através das provocações da coordenadora, dar início ao processo de construção da minha identidade racial.

² Dimensões estas que passaram a ser consideradas pela própria *Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996)*, compreendendo a educação como uma ampla formação do ser humano, desenvolvida nas escolas e em diferentes espaços sociais.

Essa experiência contribuiu para um outro trabalho como formadora no Projeto de Profissionalização dos Profissionais da Área da Saúde – PROFAE – Complementação do Ensino Fundamental – CEF.

A guinada em direção à questão racial ocorreu quando, ao pesquisar diversas fontes na internet, soube da existência e da luta de vários grupos de mulheres negras - *Fala Preta, Geledés, Criola...* - que desenvolvem trabalhos em prol da promoção da dignidade, da cidadania e da consciência da mulher negra. Esses grupos visam o combate a qualquer tipo de discriminação, em especial a de cunho racial e de gênero.

Diante disso surgiu a necessidade de estreitar o contato com tais organizações, o que fiz por meio de suas páginas virtuais. Este contato determinou a grande virada em meu campo de abordagem teórica uma vez que se tornou imperiosa a necessidade de abordar a questão de gênero articulada à questão de raça. Mais que isso: pude perceber que essas dimensões poderiam, perfeitamente, ser tratadas nas perspectivas pedagógica e acadêmica.

A partir dessas interlocuções, das vivências, das leituras e das pesquisas decidi realizar um estudo mais minucioso sobre as mulheres negras. Esse estudo resultou em dois trabalhos: um artigo intitulado “Sexualidade da Mulher Negra: uma revisão bibliográfica” e uma oficina em torno do mesmo trabalho e temática do artigo, desenvolvida como formação de docentes da Rede Estadual, em duas escolas e na UFMG.

No campo profissional a experiência acumulada como bolsista, aliada aos contatos com os grupos de mulheres negras, permitiu-me desenvolver um olhar crítico sobre as relações raciais e de gênero que permeiam o universo educacional. Isso ocorreu quando atuei como pedagoga da Rede Pública Estadual de Minas Gerais e professora da Educação de Jovens Especiais.

Após essa experiência profissional, percebi que era preciso prosseguir nos meus estudos e, ao mesmo tempo, assumir um compromisso contundente de combate ao racismo, ao sexismo e ao machismo vigentes na sociedade brasileira. Esse compromisso seria, assim, uma forma de contribuir com os Movimentos que já buscavam uma transformação social há muito tempo e, também, um compromisso com as populações negra e feminina. A certeza desse compromisso ficou mais evidente quando me deparei com as palavras de Petronilha Silva (1998) que me encorajaram a trilhar esse caminho acadêmico:

Mulheres negras, hoje, buscamos educar-nos para a liderança. (...) Liderança, neste caso, implica educação escolar, acadêmica e sabedoria edificada no convívio com as comunidades de destino, a dos descendentes de africanos, a das mulheres. (Ibidem, 1998:21)

Entretanto, quando pensava que meu processo de reeducação havia terminado tive uma nova fase de vivências quando passei a cursar a pós-graduação. Na graduação descobri que quando não expressava minha identidade racial praticamente inexistia para o mundo e, muitas vezes, fazia questão de ficar reticente para me proteger. Enquanto aceitava essa situação era uma pessoa imperceptível. Transitava simultaneamente no mundo branco e no mundo negro, sem ser reconhecida em nenhum deles. Quando passei a assumir e expressar a identidade de mulher negra, assumir meu cabelo e a me orgulhar de minha raça e de minha origem social ganhei visibilidade e passei a me sentir mais presente no mundo.

Na pós-graduação, no período de 2005 a 2006, contudo, meu novo comportamento e meus discursos sobre a questão racial e de gênero passaram a ser adjetivados como polêmicos, radicais e militantes - no espaço da universidade, a mesma que havia contribuído com o processo de tomada de consciência do meu eu e que teve certa responsabilidade sobre a minha mudança de postura. Senti na pele o tratamento que certas pessoas dão à negritude, sobretudo, no campo da produção do saber. A minha impressão foi de que a afirmação da negritude, no espaço da universidade, causa incômodo e representa uma ameaça uma vez que há quem a considere como algo fora do lugar, como uma postura não adequada ao espaço acadêmico.

Conquanto, a convivência com minha orientadora e com minha co-orientadora proporcionou-me um amadurecimento acadêmico e profissional, bem como o aprimoramento de minha escrita e a compreensão do que é produzir conhecimento. Além disso, pude conhecer novas pessoas algumas, hoje, colegas e outras, amigas das quais passei a ter muita estima. Nesse quadro de novas relações também aprendi o que é ser militante e o que é fazer política em vários contextos e espaços sociais.

Sem dúvida, parte desse aprendizado deve-se também às relações estabelecidas com as mulheres negras entrevistadas. Os embates que travei na universidade, os contatos virtuais com as organizações de mulheres negras, as observações de campo e a realização da pesquisa contribuíram para aprimorar meus conhecimentos e minha autoconfiança. Nesse processo mudanças também aconteceram durante o meu percurso na pós-graduação: debates, discordâncias, posicionamentos de alguns docentes e colegas diante da importância da questão racial, de gênero e da dimensão educativa dos movimentos sociais foram alguns deles.

Essa rápida descrição da minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica é o que subsidia a presente pesquisa. Acredito que atuar na produção de saberes é, de certa forma, buscar meios para fazer com que o mundo se torne melhor. Por isso esta pesquisa é, também,

fruto do reconhecimento à contribuição dos Movimentos Sociais para as transformações sociais e a democratização de nosso país. Os Movimentos Sociais podem ser considerados como importantes protagonistas na luta pela superação das desigualdades na sociedade brasileira. Por isso, eles foram a inspiração inicial para o desenvolvimento deste trabalho. Entretanto, os sujeitos singulares e suas trajetórias pessoais e políticas nem sempre ocupam o lugar central nos trabalhos acadêmicos, voltados para a temática dos Movimentos Sociais e suas relações com a Educação.

Conquanto as contribuições dos Movimentos Sociais tenham sido importantes a pesquisa, ao aprofundar os estudos sobre as lutas e conquistas sociais no cenário brasileiro, verificou que tais contribuições, para terem mais contundência, precisavam levar em consideração duas características marcantes das desigualdades reinantes em nossa sociedade: o racismo e o machismo. Desse prisma, torna-se imperioso reconhecer a contribuição dos Movimentos Negro e Feminista na gradativa melhoria de vida que a população negra e as mulheres vêm obtendo no Brasil nas últimas décadas.

Isso nos fez explorar os estudos destes dois Movimentos, onde obtivemos duas constatações: a) em ambos a presença das mulheres negras era bastante expressiva; b) mesmo presente nesses Movimentos, as mulheres negras tinham dificuldades em ver suas especificidades atendidas, tanto pelo Movimento Negro, quanto pelo Movimento Feminista. Assim, as mulheres negras continuaram a manter laços estreitos com ambos os Movimentos, mas organizaram, pelo país afora, o Movimento de Mulheres Negras.

Podemos dizer, então, que as mulheres negras podem ser consideradas *mulheres em Movimentos e que estão em constante movimento*. A esse processo dinâmico vivido pelas mulheres nessas organizações sociais denominamos *demarcação da diferença entre os diferentes*.

Essas questões apontaram diversos caminhos para a realização da pesquisa. Optamos por aquele que nos aproximou das trajetórias políticas e de vida e de mulheres negras inseridas em processos de militância, cuja atuação resulta em contribuições sociais, culturais e pedagógicas para a sociedade. Nesse sentido, essa pesquisa caminha na perspectiva teórica e analítica que compreende os Movimentos Sociais como espaços educativos.

Com esses objetivos em mente destacamos alguns aspectos considerados marcantes nas trajetórias de vida e política de um grupo de 6 (seis) mulheres negras militantes nos Movimentos Sociais, com destaque para os Movimentos Negro, Feminista e de Mulheres Negras. Investigamos os processos formativos dessas mulheres como militantes, considerando os aspectos das trajetórias familiar e escolar, da atuação em suas comunidades e da

participação nos grupos juvenis, religiosos e partidários até a inserção nos Movimentos citados. Consideramos os significados e sentidos que as mulheres negras entrevistadas atribuíram a si próprias, como negras. Consideramos, também, seus limites e suas possibilidades ao atuarem em diversas organizações e espaços, especialmente nos Movimentos Sociais de caráter identitário, nos quais se torna mais complexo lidar com as diferenças.

Segundo Mirian Goldenberg (1997), as mulheres militantes são aquelas que conseguiram se configurar como figuras emblemáticas no que se refere ao processo de negociação, disputa de poder e posicionamentos de ideais na vida política. As mulheres militantes tecem suas trajetórias no campo político - considerado predominantemente masculino - possibilitando a abertura de novos caminhos possíveis em contraposição àqueles que a sociedade aponta como voltados para as mulheres, que têm no espaço doméstico a sua maior característica.

Ainda segundo essa autora, para haver uma trajetória de militância possível às mulheres alguns elementos são imprescindíveis, como coragem, sacrifício, dedicação e até mesmo abnegação da vida pessoal. São esses elementos que distinguem as mulheres militantes das demais, principalmente em relação àquelas de mesma geração. As mulheres militantes, afinal, modificam papéis e representações sociais atribuídas a elas em um mundo público e político construído por e para os homens. Dessa forma, rompem com a visão e com as atribuições que procuram torná-las meras coadjuvantes nas transformações sociais e políticas quando ocupam, no interior de suas organizações ou em instâncias políticas cargos de liderança ou de decisões.

Mirian Goldenberg acrescenta que existem dois modelos de mulheres militantes: as tradicionais e as modernas. As primeiras são mulheres marcadas pelo contexto dos anos 60. São as que vivenciam intensamente a política a ponto de anular ou abdicar da vida pessoal, bem como do universo feminino. Elas anulam seus desejos e aspirações ou os rejeitam em função da transformação social dedicando-se absolutamente às causas da militância. Já as militantes modernas atuam pela transformação da sociedade de forma intensa, mantendo-se envolvidas com suas questões individuais e/ou especificamente femininas. Elas assumem os papéis de mães, esposas e amantes sem abrir mão do pleno exercício da militância.

A diferença entre esses dois modelos de mulheres militantes está relacionada às discussões sobre a posição e os papéis que essas mulheres assumem ou não na militância. Mirian Goldenberg explica que enquanto as mulheres militantes tradicionais tendem a se eximir do universo feminino as militantes modernas aproximam-se mais dos ideais feministas

na busca pela igualdade e pelo controle de sua sexualidade aliadas à realização de suas aspirações pessoais.

Isso não quer dizer que para ser uma cidadã política e criticamente posicionada uma mulher tenha que, obrigatoriamente, vincular-se a uma entidade do Movimento Social ou a um grupo partidário, sobretudo, no terceiro milênio em que as redes de informação, circulação e reivindicação se ampliam, se diversificam cada vez mais. No entanto, é fato que existe uma especificidade na conformação pessoal e política das mulheres que se organizam em torno de processos coletivos de luta e que participam organicamente de grupos e movimentos reivindicativos. Os aprendizados, os ensinamentos, as tensões e as conquistas por elas vivenciadas são de outra ordem. Por essa razão muitas delas ganham visibilidade e se tornam referências para seu grupo e para a sociedade. As mulheres militantes atuam como sujeitos sociais que expressam, lutam e tornam públicas as demandas de diferentes *coletivos*. Engajam-se coletivamente em causas sociais extrapolando o exercício individual da cidadania e da conquista pessoal.

Situando as mulheres negras entrevistadas nos dois modelos de militância apontados por Mirian Goldenberg, podemos dizer que, em sua maioria, elas estão entre as militantes modernas uma vez que conseguem conciliar a vida pessoal e doméstica à intensa atuação política. Apenas uma disse que para militar era preciso deixar de lado o convívio com a família, os amigos e a realização pessoal. As entrevistadas são mulheres que tiveram relevantes participações na estruturação das organizações dos Movimentos Negro, Feminista e de Mulheres Negras além da organização partidária. Por isso têm seus nomes gravados na memória de muitas mulheres e homens - negras e negros ou não - como mulheres militantes que lutam contra as discriminações raciais e de gênero e por uma sociedade justa, igualitária e mais humana.

O processo de construção dessa pesquisa nos proporcionou alguns desafios. O primeiro foi o de desvendar o ciclo das trajetórias das mulheres entrevistadas, demarcando os contextos históricos, sociais e políticos sem enveredar por um caminho obrigatoriamente biográfico. Outro desafio foi ressaltar a importância das organizações sociais para as conquistas de direitos e ampliação da cidadania sem ofuscar a importância da atuação e do engajamento dessas mulheres no processo de constituição e consolidação dos Movimentos Sociais, investigando se desse processo emergiram pedagogias *ressignificadas*. Por isso, buscamos trazer à tona o contexto histórico aliado às trajetórias de vida e de militância das entrevistadas.

Desse modo foi possível precisar, a partir do contexto histórico e de suas trajetórias, como as mulheres negras se constituíram - e continuam a se constituir - como mulheres e

negras e como constituíram as organizações das quais fizeram e/ou fazem parte. Nas entrevistas foi possível perceber que seus discursos e suas ações, ora individuais, ora coletivas, contribuíram para a estruturação de alguns Movimentos em sucessivas escalas - comunitários, municipais, estaduais e no âmbito nacional. Assim, as entrevistadas abarcam todo um conjunto de demandas geradas por suas ações numa dimensão pessoal, profissional, coletiva e militante. São singulares em suas trajetórias construídas no grupo familiar ou nos espaços de militância. Nesse sentido, falar de sujeitos singulares militantes nos leva, conseqüentemente, a tratar das particularidades dos sujeitos e desses espaços de militância. Não há como negar a inter-relação entre a constituição de sujeitos singulares e a construção dos Movimentos Sociais. Estes espaços de atuação e formação de sujeitos coletivos, tais como os negros, as mulheres, os indígenas, os trabalhadores do campo, entre outros, só existem por meio da ação e participação dos sujeitos singulares.

Por conseguinte, esta pesquisa não comunga com algumas idéias que enxergam as instituições alheias aos sujeitos que as constituem, conferindo-lhes um caráter transcendental e independente das pessoas que as integram, como se as instituições tivessem a capacidade de se constituírem por si mesmas, ganharem e assumirem vidas próprias em detrimento dos sujeitos que foram determinantes para seus surgimentos.

É nossa intenção destacar mulheres integrantes dos Movimentos em foco. Analisar as ações dessas mulheres não é uma tarefa fácil porque entende-se que o fazer delas não é meramente político, mas necessariamente educativo e cultural compreendido, aqui, como um processo formativo.

A escolha pela investigação das trajetórias de vida e política das mulheres negras, militantes no campo racial e de gênero, visou compreender os seguintes aspectos: quem são, de onde vêm, o que pensam e de que forma se educam e deseducam na construção do sujeito *mulher negra*, em suas atuações nos Movimentos: Negro, Feminista e de Mulheres Negras. Procurou, ainda, identificar as maneiras pelas quais suas intervenções contribuíram para a demarcação da articulação de raça e gênero nesses Movimentos.

Consideramos que a atuação das mulheres negras entrevistadas envolve estratégias de luta contra o racismo e o machismo que, por si só, ensejam pedagogias e geram ensinamentos e aprendizagens que humanizam e desumanizam, formam e deformam. Na construção dessas pedagogias estão presentes os significados e os sentidos construídos em suas trajetórias e nos processos de luta política. Dessa forma, os significados e sentidos que essas mulheres construíram como mulheres e negras possibilitaram dar vida e forma a essas organizações sociais.

Tudo isso produz novas nuances de mulher negra, vividas pelos sujeitos da pesquisa nos espaços sociais e políticos onde militaram ou militam. Essas vivências desencadeiam pedagogias de raça e gênero compreendidas, aqui, como processos formativos e educativos. Esses processos têm início na estratégia de arregimentação de militantes e de formação política até culminarem em ações individuais ou coletivas.

Estabelecemos como questão central: como se deu a trajetória pessoal e política de mulheres negras, militantes em organizações políticas, em prol da superação das desigualdades racial e de gênero em Belo Horizonte?

Essa questão suscitou outras indagações que orientaram a realização da pesquisa: que sentidos e significados de mulher negra foram construídos nesse processo? Como essas mulheres se vêem como negras, nessas trajetórias? O processo de se construírem mulheres negras tem se dado por meio de uma construção afirmativa de identidade negra? Ou não? Que fatores podem ser apontados como determinantes para a tomada de consciência do recorte racial e de gênero na trajetória política dessas mulheres? Nessas trajetórias, essas mulheres vivenciam processos educativos - formadores - e constroem saberes sobre a raça e o gênero? Quais? Esses saberes podem ser compreendidos como pedagogias de raça e gênero aprendidas, formuladas e desenvolvidas por essas mulheres nos contextos políticos por elas vividos?

A intersecção dos recortes racial e de gênero face às desigualdades sócio-raciais, privilegiando as trajetórias de vida e políticas das entrevistadas, ajuda-nos a compreender que, no contexto das relações raciais e de gênero, as mulheres negras encontram-se, em sua maioria, em condições mais precárias de vida por sofrerem discriminações em caráter triplo: racial, de gênero e de condição socioeconômica. Segundo Kimberlé Crenshaw:

No emprego, na educação e em outras esferas, há mulheres sujeitas a discriminações e outras opressões, especificamente por não serem homens e por não serem membros dos grupos étnicos e raciais dominantes na sociedade. Sem dúvida, isto se trata de discriminação composta: com base na raça, elas são excluídas de empregos designados como femininos, sendo também excluídas de empregos reservados aos homens com base no gênero. De fato, elas são especificamente excluídas como mulheres étnicas ou de minorias porque não há ocupações para candidatas com tal perfil étnico-racial e de gênero. (Crenshaw, K. 2002:179)

Portanto, em que pese a compreensão de que a discriminação é o principal fator que aproxima as organizações do Movimento Negro e do Movimento Feminista, as mulheres organizadas em entidades de Mulheres Negras percebem que as desigualdades sócio-raciais incidem em maior escala sobre elas. E em muitos casos, inclusive, as mulheres negras

militantes se vêem como alvo de discriminação dos próprios homens negros e das próprias mulheres feministas brancas. Dessa constatação surgiu a organização do Movimento de Mulheres Negras, no Brasil, como espaço político que visa interligar as lutas pela superação das discriminações racial e de gênero, de forma articulada, num viés do Feminismo Negro.

O estudo do caráter educativo das práticas vivenciadas, durante as trajetórias de militância das mulheres negras, assim como a compreensão das estratégias de superação das discriminações racial e de gênero por elas construídas também foi contemplado nesta pesquisa. No entanto, a complexidade do tema exige que o mesmo seja tratado com maior profundidade em um outro estudo, apontando pistas para a continuidade do trabalho.

Petronilha Silva (1998), em estudos sobre as mulheres militantes do Movimento de Mulheres Negras, mostra-nos que essas mulheres são percebidas como aquelas que lutam o tempo todo contra atitudes discriminatórias, que criticam as relações sociais desiguais e buscam transformá-las. Enfim, são mulheres negras que buscam tirar os afrodescendentes³ e as afrodescendentes da invisibilidade e lutam para terem suas necessidades atendidas pelas políticas públicas e pela sociedade, em geral. Essas mulheres compreendem que as atitudes discriminatórias, em nossa sociedade, ainda resistem às mudanças e permanecem, mesmo havendo algumas alterações, nos espaços sócio-políticos. Por isso, a luta contra essas ações discriminatórias também deve se desenvolver em todos os espaços e dimensões possíveis, até que sejam definitivamente erradicadas do interior da sociedade.

Todo esse processo não se desenvolve de forma harmoniosa. No contexto de lutas políticas, das pedagogias de raça e de gênero e das “ressignificações” das mulheres negras existem tensões, conflitos, jogos de poder, disputas pelo lugar de referência entre as mulheres negras em âmbito local e nacional, discriminações que dificultam a convivência e o respeito às diferenças entre os diferentes. Esse processo, muitas vezes, resulta em rupturas, *rachas* e formação de novos grupos de Mulheres Negras. Em casos extremos ocorre a desarticulação ou extinção de organizações.

Isso ficou implícito nos depoimentos e foi revelado de forma cautelosa, pois era visível que as entrevistadas não queriam, com seus relatos, causar maiores problemas entre elas nem criar animosidade entre as organizações. Analisar tais depoimentos exigiu, o tempo todo, extremo zelo por parte da pesquisadora. Afinal, estávamos diante de mulheres experientes, lideranças, com discursos articulados. Mesmo assim foi possível perceber algumas tensões quando, por exemplo, havia certa intencionalidade política de dar visibilidade a uma

³ Petronilha Silva opta por tratar da população negra brasileira como afro-descendente, a fim de resgatar os laços da origem africana. Por isso, preservar-se-á o termo utilizado ao lhe fazer referência.

determinada organização social ou a uma determinada liderança em detrimento de outras que não faziam parte de seus campos políticos ou concepções ideológicas.

Além disso, o fato de valorizarmos a ação dessas mulheres e partilharmos, pessoalmente e politicamente, dos objetivos da luta coletiva do Movimento de Mulheres Negras e do Movimento Feminista exigiu da pesquisadora um cuidado maior na análise dos depoimentos.

1 - A construção da pesquisa: caminhos trilhados no decorrer da investigação

Dialogar com o modo como as várias estudiosas e os vários estudiosos perceberam os sujeitos em seus trabalhos é um desafio para todos e todas que desejam investir e produzir um trabalho acadêmico. É também uma iniciativa interessante para verificar como os sujeitos das pesquisas, sobretudo nas Ciências Humanas, ora são resgatados, ora silenciados, arbitrariamente, nas análises de suas vidas, de suas condições e realidades. Nesse sentido, o lugar da pesquisadora ou do pesquisador e sua origem social influenciam no universo da produção do conhecimento já que a consciência do lugar social em que se encontra passa a explicitar o posicionamento e o seu olhar sobre o campo de estudo e a escolha dos sujeitos.

Ser uma mulher negra e pesquisadora permitiu minha aproximação da realidade e das experiências das mulheres negras entrevistadas com uma dose de sensibilidade e cumplicidade. Mas isso não me autorizou a falar por essas mulheres⁴ e nem poderia me isentar do olhar analítico, interpretativo e crítico que é responsabilidade de toda pesquisadora e de todo pesquisador. Por isso, foi necessário saber escutá-las, percebê-las e reconhecê-las como sujeitos e viabilizar suas falas e relatos para que a produção da pesquisa não ocorresse numa via de mão única, ou seja, somente pela interpretação, reflexão exclusiva da pesquisadora ou dos sujeitos da pesquisa. Por isso, nos limites impostos a todo e qualquer trabalho científico, buscamos estabelecer uma relação de cumplicidade e, ao mesmo tempo, de fidelidade às narrativas das entrevistadas.

A História de Vida apresentou-se como a metodologia mais adequada para esse propósito. Ela consiste na produção de conhecimento a partir do discurso do sujeito sobre uma situação concreta de sua vida. É este o foco da História de Vida: conhecer por intermédio de um saber construído por experiências cotidianas e de interlocução. Além disso, ela é uma relação de interlocução entre o sujeito pesquisador(a) e os sujeitos narrador(as). Por isso, a

⁴ Também não se pretende afirmar que esse tema de pesquisa se restringe a ser trabalhado apenas por pesquisadoras mulheres e negras, pois a questão maior da pesquisadora ou do pesquisador é a finalidade de seu trabalho.

relação entre o(a) pesquisador(a) e os(as) colaboradores(as) necessita situar-se em nível de igualdade para haver confiança mútua (Barros, 2002:03). Assim,

Não buscamos os saberes comandados pelo falocentrismo (...) e pela visão incorpórea, mas aqueles comandados pela visão parcial e pela voz limitada. Não perseguimos a parcialidade em si mesma, mas pelas possibilidades de conexões e aberturas inesperadas que o conhecimento situado oferece (Haraway, 1995:33)

eticamente, entende-se que não se pode silenciar os sujeitos da pesquisa nem sua percepção do real principalmente porque as informações que os sujeitos proporcionam, neste caso, as mulheres negras, dizem respeito às suas próprias experiências de vida.

Coerente com esse ponto de vista este trabalho constitui-se como uma pesquisa de cunho qualitativo que lida com os significados e sentidos que os indivíduos atribuem a si mesmos, às suas atividades e seus ambientes. A pesquisa verificou, ainda, os significados e sentidos advindos dos sujeitos, numa metodologia que pudesse lidar com as trajetórias de vida permitindo reflexões, análises e interpretações das mesmas.

A pesquisadora, dessa maneira, entende os sujeitos pesquisados e o seu mundo como se apresentam e não como os vê. Uwe Flick (2004:36) ressalta que o foco nos pontos de vista dos sujeitos e nos “significados que eles atribuem às experiências e eventos, bem como a orientação em relação ao significado dos objetos, atividades e eventos, permeia grande parte da pesquisa qualitativa”.

A História de Vida como procedimento metodológico demanda o uso de fontes orais como entrevistas e narrativas, dentre outros, associado à análise de documentos pessoais e de outros tipos como cartas, livros de ata e relatórios.

A coleta de fontes orais configura-se em relatos de vida. Tais relatos, no decorrer da coleta, podem sofrer ou não a intervenção de quem pesquisa, pois depende do método pelo qual optou para coletá-los.

A História de Vida aproxima-se muito da História Oral quando recorre às fontes orais. Entretanto, possuem diferenças, quando se usam entrevistas como procedimentos metodológicos. Entrevistas que podem ser compreendidas pelo foco de interesse ligado ao recorte temporal (Alves-Mazzotti, 1998:168). A História Oral interessa reconstruir o ponto de vista dos sujeitos, num período ou evento histórico, por intermédio de seus relatos. Já na História de Vida há interesse pelas trajetórias de vida dos sujeitos, associando-as à conjuntura do presente. Para Vanessa Barros (2002), o sujeito carrega consigo a historicidade dos acontecimentos pessoais e sociais. Portanto, o sujeito é uma história que, ao contar suas

histórias, as vive de outra maneira. A partir daí, o presente e a relação que o sujeito estabelece com sua história, nesse tempo, nos permitem reencontrar o tempo passado. Sobre a História de Vida a autora esclarece: “trata-se de apreender o vivido social, o sujeito e suas práticas, na maneira pela qual ele negocia as condições sociais que lhes são particulares” (ibid., 2002: 04). Sua dimensão está, portanto, na compreensão de fatos e na busca de sentidos que se concretizam numa relação dinâmica entre a trajetória e o contexto temporal do sujeito.

Esta diferença não impediu a pesquisadora de unir a História de Vida - compreensão dos elementos da trajetória das mulheres negras militantes - à História Oral - compreensão da reconstrução dos significados e sentidos advindos de um determinado período. Afinal, a função de ambas é compreender os relatos dos sujeitos e não apenas descrevê-los. Deve-se analisá-los sem intervir de forma a modificar o que realmente foi relatado. Um meio de coletar os relatos com intervenções precisas é optar por entrevistas semi-estruturadas: “nestas, também chamadas focalizadas, o entrevistador faz perguntas específicas, mas também deixa que o entrevistado responda com seus próprios termos” (Alves-Mazzotti, 1998:168).

A pesquisa, ao abordar as trajetórias das mulheres negras militantes, tende a dar mais relevância aos momentos específicos das trajetórias dos sujeitos, adequados aos seus propósitos e ao recorte temporal - a conjuntura presente -, embora possa retomar elementos históricos para compreender esse mesmo presente. Por conseguinte, a principal técnica de coleta de dados constituiu-se na entrevista semi-estruturada por possibilitar perguntas mais direcionadas, dispostas por pontos temáticos a serem respondidos livremente, mas com certo direcionamento. Isso possibilitou à pesquisadora fazer intervenções mais contundentes visando atingir o propósito da pesquisa.

As entrevistadas participam ou já participaram de diferentes organizações negras e duas entidades femininas. Foram selecionadas a partir de traços de suas trajetórias de vida pessoal, social e profissional que pudessem caracterizar um perfil de militância com atuação nas questões de raça e gênero. Buscamos selecioná-las com base nas informações dos sites sobre as organizações de mulheres negras e mulheres militantes e estudos e teses, tanto sobre o Movimento Negro quanto sobre o Movimento de Mulheres Negras. Além disso, o conhecimento e as informações da orientadora, advindos de seus trabalhos acadêmicos e suas experiências pessoais e profissionais foram também substanciais para a localização e o contato com as entrevistadas.

O objetivo foi selecionar mulheres negras militantes a partir de alguns critérios. O primeiro foi a auto-declaração das entrevistadas como mulheres negras em suas relações, travadas nos espaços socioculturais e políticos. O segundo critério foi a identificação de

alguma atuação dessas mulheres no Movimento de Mulheres Negras. O terceiro e último foi a percepção de militantes, ativos ou não, que as vêem e as apontam como referências em diversas organizações, pela militância nas causas racial e de gênero. Diante das indicações selecionamos os nove nomes mais recorrentes no conjunto das indicações. Com base nesses critérios mapeamos os espaços onde poderíamos encontrá-las. A partir daí pudemos saber quais eram as organizações de mulheres negras que, efetivamente, desenvolviam ou desenvolveram discussões de raça e gênero, quais mulheres participavam dos mesmos e quem as coordenava. Logo em seguida conversamos pelo telefone com as nove indicadas, fazendo uma pequena sondagem sobre suas militâncias e as predisposições em colaborar com a pesquisa. Somente depois da realização desse percurso é que selecionamos as seis mulheres que se dispuseram a participar do trabalho.

Após as entrevistas, foi possível mapear as suas trajetórias de vida e de militância. As atuações, experiências e aprendizados das entrevistadas ocorreram, segundo seus relatos, em organizações de mulheres negras como Nzinga, Ilê ti Obhrin e Negras Ativas; algumas também atuaram em setores feministas como: “Sempre Viva”.

Todas atuaram em organizações do Movimento Negro. Duas continuam em organizações específicas do Movimento de Mulheres Negras e uma trabalha em órgão governamental, uma Coordenadoria voltada para a população negra.

Cinco das entrevistadas desenvolvem trabalhos específicos com as temáticas de raça e gênero, respectivamente, em seus ambientes de trabalho - em cargos de confiança ou estatutário - ou na militância.

Em decorrência disso percebemos que os critérios traçados, *a priori*, para selecionar as mulheres negras facilitaram encontrá-las. Por outro lado a diversidade e a mobilidade da militância mostraram a impossibilidade de caracterizá-las apenas como mulheres militantes do Movimento de Mulheres Negras de Belo Horizonte. A maioria delas, realmente, já atuou especificamente nesse Movimento, mas, atualmente, possui uma atuação muito mais diversificada. Por isso reiteramos que a pesquisa revelou que estamos diante de *mulheres negras em movimento(s)*. Movimentos em diversos espaços socioculturais, políticos, educativos e profissionais, desenvolvendo ações com temáticas de raça e gênero, de forma articulada ou não - uma temática por vez -, seja individualmente ou coletivamente. São mulheres que se movimentam na luta pela construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Nesse sentido, as mulheres negras entrevistadas revelaram-se dinâmicas e diferenciadas em relação ao perfil previamente traçado para selecioná-las. Possuem trajetórias de vida

diversas e, sobretudo, trajetórias políticas singulares, como poderemos perceber ao conhecer o perfil de cada uma por meio de uma breve passagem por algumas dimensões de sua vida: familiar, escolar, profissional e militante.

As entrevistas foram realizadas em diversos espaços e tempos, conforme a disponibilidade e indicação de cada entrevistada. As mulheres negras militantes, ora falavam com mais entusiasmo, ora de forma mais moderada, mas todas com muita descontração. Três, ao contarem como sofreram e trabalharam durante a infância deixaram-me comovida, enquanto elas mesmas já falavam com tranqüilidade e, às vezes, com o humor de quem já superou com desenvoltura as mazelas vividas.

Apesar do pouco tempo de contato, a boa relação com as entrevistadas perdura até hoje. Além disso, acredito que houve um processo de identificação recíproca entre nós devido à afinidade de pensamentos e o objetivo comum de combater o racismo, o machismo e o sexismo. Vale ressaltar que somente a mais velha das entrevistadas, cuja condição socioeconômica é melhor que a das demais, em alguns momentos parecia recorrer a respostas prontas. Essa entrevistada já estava acostumada a dar entrevistas e também atuava em pesquisas. Talvez, por isso, tivesse esse comportamento diferente em situação de entrevista.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e devolvidas às mulheres entrevistadas. Nenhuma delas opôs qualquer impedimento ao uso do texto escrito.

Embora não tenha sido o foco central da metodologia utilizada, a realização das primeiras entrevistas foi, paulatinamente, nos revelando a necessidade de complementá-las com algum tipo de observação de campo. Para tanto acompanhamos, pelo menos, um trabalho de cada entrevistada desenvolvido em espaços distintos de militância.

Além das observações de campo foram analisados e interpretados os seguintes documentos: a) Livro de Ata das primeiras reuniões do Coletivo Nzinga; b) Cartas de Eritréia e do Nzinga; c) Balanço de avaliação da CONEN sobre a trajetória das redes de mulheres negras; d) Tese e Registro Final do I Encontro de Mulheres Negras da CONEN; e) Manifesto da CONEN; f) Panfletos produzidos pela organização Negras Ativas; g) Resoluções de encontros coordenados pela COMACON; h) Declaração Universal da Conferência de Durban; i) Registro Final da Plataforma Política Feminista; j) Registros da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras; k) Livros produzidos por Suazilândia; l) Manifesto das Mulheres Negras sobre a Marcha Zumbi + 10.

O processo de interpretação e análise das entrevistas contou com muitos dados polêmicos, confidenciais pelas entrevistadas. Por isso, nos momentos em que estabeleço diálogos com suas narrativas e/ou as interpreto recorro ao procedimento ético de não revelar

os nomes verdadeiros das entrevistadas. Em sua homenagem e mantendo a perspectiva de raça e gênero deste estudo, decidimos apresentá-las por nomes femininos de países africanos. Assim, as mulheres negras militantes entrevistadas, nesta pesquisa, são tratadas por Luanda, Eritréia, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Ruanda⁵.

2 - Gênero e raça: dimensões significativas da pesquisa

As lutas concretas e as conquistas das mulheres em geral passaram a ser retratadas por meio de estudos feministas que foram, aos poucos, configurando-se em estudos de gênero. A origem e a conceituação do termo gênero foram tecidas, inicialmente, a partir de pesquisas realizadas por estudiosas feministas acerca da constituição das mulheres, seu meio e suas relações sociais. Nesse sentido, não há como compreender o conceito de gênero, hoje, sem considerar a extensa produção sobre a história das mulheres na perspectiva social, cultural e política, dentro e fora do Brasil.

2.1 – Mulheres negras militantes e o conceito de gênero

O conceito de gênero nos permite entender: a) as relações com enfoque nas - e para - mulheres e/ou nos - e para - os homens; b) a constituição social dos seres humanos, as representações e os discursos empregados com base na diferença entre os sexos; c) as possibilidades de reconstrução, reinvenção e *ressignificação* que fogem aos determinismos sociais na construção dos sexos em si e; d) a desnaturalização das relações hierarquizadas pelo poder.

O conceito de gênero é entendido por pesquisadoras como Joan Scott (1990), Guacira Louro (1997 e 2000), Sandra Azeredo (1994), Neuma Aguiar (2005) e Marlise Matos (2005)⁶, entre outras, como uma *categoria útil de análise* nas pesquisas sobre as mulheres e suas relações sociais ou com os homens. Segundo tais pesquisadoras o gênero foi se constituindo como uma categoria histórica, política, social e, sobretudo, relacional, como podemos interpretar da conceituação de Joan Scott (1990:14): “O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, onde gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

Embora as pesquisas que utilizam gênero, como categoria analítica, tenham centralizado suas abordagens em mulheres - é o caso desta pesquisa - o que as caracterizam como estudos

⁵ Anexa a essa pesquisa há pequenos textos contendo informações sobre esses países.

⁶ Estas pesquisadoras apresentaram suas concepções acerca do gênero em um Grupo de Trabalho sobre Gênero, no Congresso de Sociologia, realizado na Faculdade Ciências Humanas, da UFMG, em 01 junho de 2005.

de gênero é a centralidade que dão à dimensão relacional como elemento vital para se entender o gênero. Afinal, não é a escolha dos sujeitos da pesquisa que a caracteriza como sendo de gênero, mas a análise que é feita considerando, sobretudo, o seu caráter relacional. Esta pesquisa, portanto, tem como enfoque o estudo das trajetórias de vida e política das mulheres negras, militantes de diversas organizações, em e com relação às outras mulheres - brancas - e aos homens negros e brancos, bem como as implicações advindas dessas relações. É nesse enfoque que está assegurada a perspectiva de gênero com a qual se deseja trabalhar.

Segundo Nilma Gomes (2005), os termos e os conceitos a que recorremos em nossos estudos e trabalhos são frutos não só da teorização sobre o assunto abordado, mas, também, expressam as diferentes interpretações, posições políticas e ideológicas presentes em nossa sociedade.

Assim, perceber o gênero na perspectiva de Joan Scott indica rejeitar o *determinismo biológico* presente no uso dos conceitos e termos como *sexo* ou *diferença sexual*. O gênero é definido, portanto, como um meio de indicar as *construções sociais*, invenções sociais das idéias sobre os ditos *papéis* que são demarcados e atribuídos diferentemente aos homens e às mulheres.

Numa sociedade marcada pelo machismo, Joan Scott destaca que a categoria de gênero possibilita a compreensão de como as relações de poder determinam as subordinações das mulheres face aos homens. Logo, o conceito se amplia no sentido de apontar que os projetos e as representações acerca de mulheres e homens variam de acordo com o contexto social e, portanto, serão diversos. Sendo assim, o conceito “passa por um processo de disputa, de ressignificação e de apropriação”, centralizando-se em uma ótica “dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que exista a priori” (Louro, 2001:23).

As autoras da vertente pós-estruturalista nos trazem novas contribuições para a discussão da relação entre mulher e gênero. Judith Butler (1998), ao discutir sobre a *morte do sujeito*⁷, no plano da *desconstrução* do signo *mulher*, pressupõe que tal signo não perdue como uma categoria *totalizante*, na perspectiva de estudos de gênero ou feminista. Ela defende que esse signo não esteja vinculado às ontologias para que possa ser libertado e ganhar outras diversidades de significações. Nesse sentido, para a autora:

(...) desconstruir não é, portanto, censurar sua utilização, mas, ao contrário, liberar o termo num futuro de múltiplas significações, emancipá-lo das ontologias maternais ou racistas às quais esteve restrito e fazer dele um lugar onde significados não antecipados possam emergir. (...) Pois se o termo permite re-significação e o

⁷ Ressalta-se que quando se fala de *morte do sujeito* refere-se ao *Sujeito Moderno*.

referente não é fixo, então se tornam possíveis as possibilidades de novas configurações. (Butler, 1998:36)

A autora ainda defende que salvar a categoria *mulher* é permitir-lhe novos significados, pois recusar tais possibilidades significaria sacrificar o ímpeto democrático radical da política feminista, cujo processo de democratização necessita ser contínuo. Senão corre-se o risco de sofrer constantes questionamentos. O propósito de Judith Butler, conforme Guacira Louro (2001:25), é entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos. É lidar com o gênero na análise das relações para além do entendimento de “mero desempenho de papéis. A idéia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o”.

Donna Haraway (1995), ao tratar dos estudos feministas - matriz da teoria de gênero - como *saberes localizados*, aponta como ideal *uma doutrina de objetividade corporificada*. Ou seja, um estudo que considere os sujeitos e seus corpos como detentores de marcas sociais e que expressam relações de poder. Tal objetividade possibilitou à categoria de gênero demarcar sua diferença no mundo das ciências ao propor uma ciência, ao mesmo tempo, corporificada e contextualizada de quem fala, de onde se fala e de quando se está falando.

A objetividade corporificada é um processo de conhecimento que articula sujeito e objeto. Um apontamento de uma visão que articula corpos, objetivos e instrumentos teóricos para nomear quem pesquisa e o lugar de onde se propõe a falar, como também quem são os sujeitos pesquisados e em que contexto possibilitam, assim, a construção de uma *doutrina utilizável*, como a categoria gênero se apresenta. Além disso, a objetividade corporificada capta a fala do outro por um processo de cautela e zelo capaz de saber interpretá-la como é e não somente como o pesquisador se propõe a ver.

Isso não quer dizer que tal interpretação esteja isenta de críticas. A tradução e a interpretação da fala do outro também receberão críticas e opiniões contrárias. Isso porque a objetividade corporificada configura-se numa alternativa cujos saberes são parciais e localizáveis, sendo, portanto, *contingentes*.

Ao considerar as mulheres entrevistadas como sujeitos com corpos marcados por atribuições sociais diferenciadas numa relação de poder marcada pelo racismo, pelo sexismo e pela desigualdade socioeconômica, as reflexões de Donna Haraway (1995) vêm corroborar o desafio de articular raça, gênero, educação e Movimentos Sociais.

2.2 - Raça/ etnia no contexto da pesquisa

O conceito de raça, assim como o de gênero, é uma construção histórica, sócio-cultural e política passível de diferentes interpretações teóricas. Na tentativa de uma conceituação mais precisa raça, na realidade nacional, é abordada para tratar questões político-sociais tendo como pano de fundo o racismo brasileiro que atinge as pessoas classificadas como negras - pretas e pardas - de acordo com o IBGE.

Nilma Gomes (2005) considera que os Movimentos Sociais, no caso específico o Movimento Negro, ao reinterpretarem o conceito de raça, retirando o caráter biológico e inserindo-o no contexto das relações sociais, contribuíram e contribuem com a ressignificação do termo e geram um processo de *reeducação da população*. Além disso, denunciam o racismo contido na definição biológica de raça e reivindicam mudanças e oportunidades iguais para negras, negros, brancas e brancos, no contexto da realidade social brasileira.

Antonio Guimarães (1999) entende raça como termo de classificação social, empregado de forma negativa frente à diversidade de grupos sociais, numa perspectiva de racismo à brasileira, para manter a estrutura estamental presente na sociedade brasileira. Por isso considera ser possível:

(...) construir um conceito de “raça” propriamente sociológico, que prescindia de qualquer fundamentação natural, objetiva ou biológica. Acredito, ademais, que somente uma definição nominalista de “raça” seja capaz de evitar o paradoxo de empregar-se de modo crítico (científico) uma noção cuja principal razão de ser é justificar uma ordem acrítica (ideológica). (Guimarães, 1999:20)

Jacques d’Adesky (2001:45/46) afirma que, mesmo havendo a desconstrução científica do conceito de raça a partir do viés biológico isso não fará com que a evidência simbólica da raça seja extinta. A tendência das pessoas será continuar a percebê-la e compreendê-la conforme a interpretação que fazem a partir das características perceptíveis e visíveis. “Acima de tudo, o imaginário racista alimenta-se das semelhanças e das diferenças fenotípicas da cor da pele até as diversas características morfológicas”. Por isso, considera relevante tratar desse assunto levando em consideração a perspectiva simbólica de raça empregada no contexto sociocultural.

Alguns sociólogos passaram a *rejeitar* o conceito de raça devido à demasiada carga ideológica em torno do mesmo. Em vez disso, optaram pelo conceito de etnia por apresentar mais amplitude na conceituação em relação à raça.

Segundo Nilma Gomes (2005:47), ao discutirmos sobre o negro no Brasil etnia é outro termo adotado. Ele remete ao “pertencimento ancestral e étnico-racial do povo negro e de outros grupos em nossa sociedade”. De acordo com Ellis Cashmore (2000:196), etnia refere-se a um “grupo possuidor de algum grau de coerência e solidariedade, composto por pessoas conscientes, pelo menos em forma latente, de terem origens e interesses comuns”. Não se trata de um mero agrupamento de pessoas ou de um setor da população, mas de uma agregação consciente de pessoas unidas proximamente por experiências compartilhadas.

Apesar de reconhecer a importância do conceito de etnia para a compreensão das relações raciais no Brasil a autora propugna que a raça, enquanto construção social, política e cultural ainda “é o termo que consegue dar a verdadeira dimensão do tipo de racismo existente na sociedade brasileira e abarca as diferentes formas por meio das quais tal fenômeno afeta vidas, identidades, trajetórias e cotidianos” (Cashmore, 2000:196). Esse ponto mais profundo do contexto das relações raciais brasileiras não consegue ser tocado se adotarmos somente o conceito de etnia para compreender a população negra brasileira.

Portanto, o conceito de raça passou a ser importante para as Ciências Sociais a partir da sua ressignificação social e política. Ressignificação esta que não nega o racismo presente no Brasil mas o evidencia a fim de que seja superado, tratado e não diluído na classificação de cor da pele e na dimensão estética.

Nessa perspectiva, considerar a raça como uma das dimensões relevantes nas trajetórias de mulheres negras militantes entrevistadas nessa pesquisa é comungar com a interpretação de Antonio Guimarães (1999:64):

(...) é justo aí que aparece a necessidade de teorizar as “raças” como elas são, ou seja, constructos sociais, formas de identidades baseadas numa idéia biológica errônea, mas socialmente eficaz, para construir, manter, e reproduzir diferenças e privilégios. Se as raças não existem num sentido estrito e realista de ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, elas existem, contudo, de modo pleno, no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações humanas.

Nesse sentido, a pesquisa elege o conceito de raça na sua dimensão política, social, histórica e cultural. Por meio da ressignificação do mesmo, pode-se contribuir para desmascarar a persistência da noção equivocada de raça como fator biológico que ainda perdura no imaginário social brasileiro. Pode-se, também, desvelar o racismo à brasileira que tem na cor sua marca e essência, fundamentando as práticas de discriminação racial presentes na sociedade brasileira.

2.3 - Gênero e sua intersecção com raça

Ao analisar as particularidades que envolvem as subordinações entre as mulheres observa-se que o contexto das desigualdades de gênero não coloca as mulheres brancas e as mulheres negras nas mesmas condições. As diferenças que as distinguem são muito marcantes, principalmente a étnico-racial. Dessa forma a categoria gênero, quando se baseia em um discurso universal sobre as mulheres, englobando as mulheres brancas e negras num mesmo patamar e sob as mesmas condições apresenta sérios limites. Com isso, o “gênero inclui as mulheres, sem lhes nomear” (Scott, 1997:07). Corre-se o risco de não revelar e nem nomear as mulheres negras e o lugar a elas imposto na estrutura da desigualdade e do poder.

Diante disso, percebe-se a necessidade de haver uma articulação entre a categoria gênero e a categoria raça, no plano teórico e político, para que as mulheres negras possam ser nomeadas, visualizadas e visibilizadas. Tal articulação tem sido proposta por estudiosas e estudiosos como Fúlvia Rosemberg (2001), Ricardo Henriques (2001), Guacira L. Lopes (2001), Kimberlé Crenshaw (2002), dentre outras. Segundo essas autoras e autores, o machismo e o racismo operam de forma conjunta na sociedade brasileira, o que configura uma dupla discriminação.

Essa articulação traz para o campo da pesquisa e para as práticas políticas o desafio da *interseccionalidade* no tratamento das desigualdades de raça e gênero ao considerar o entrecruzamento entre ambas, segundo Kimberlé Crenshaw (2002).

Essa autora ao tratar das políticas que visam a garantia de direitos humanos articulados ao gênero aponta a importância de se reconhecer as discriminações de raça e de gênero conjuntamente, pois é sobre esses dois eixos que as desigualdades se estruturam. Para a autora a interseccionalidade permite “a conceituação do problema da desigualdade buscando capturar as conseqüências estruturais e as dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação” (Crenshaw, 2002:177).

Nesse sentido, raça e gênero tornam-se pertinentes como categorias de análise na perspectiva da interseccionalidade, quando se busca investigar, num patamar de diversidade, as aproximações e as particularidades existentes entre as mulheres negras e brancas, no contexto das desigualdades e no jogo das relações de poder.

3- Mulheres negras no contexto das desigualdades socioraciais da realidade brasileira

O estudo das desigualdades, no Brasil, necessita análises que contemplem as interligações superando visões fragmentadas. Não é uma tarefa fácil, mas, sem dúvida é

desafiadora. As mulheres negras são sujeitos sociais que, talvez, mais nos instiguem a aceitar tal desafio pois são atingidas duplamente: por serem mulheres e por serem negras. Ao acrescentarmos a dimensão socioeconômica ainda veremos mais um aprofundamento dessa desigualdade: a classe social.

Dentre todos, as mulheres negras são a síntese da dupla discriminação de sexo e cor na sociedade: mais pobres, em situações de trabalho mais precárias, com menores rendimentos e as mais altas taxas de desemprego. Tal cenário se reflete, como é evidente, nas condições de vida das suas famílias, com particular intensidade nas muitas em que as mulheres negras assumem a chefia dos lares. (DIEESE, 2003:02)

Os dados do DIEESE (2003), ainda revelam que:

Conforme o DIEESE, 20,7% das mulheres negras desempregadas fazem bicos ou trabalhos irregulares; 49,5% recebem ajuda de parentes e conhecidos; 68,2% sobrevivem com trabalho de outras pessoas da família; 1,9% utiliza o dinheiro do Seguro-desemprego e 2,9% usam outros meios. Já as mulheres não-negras, 16,9% sobrevivem de bicos; 44,8% com colaboração de parentes e de conhecidos e 70,8% com o salário de outros membros da família respectivamente. (...) Em janeiro de 2003, o rendimento médio real das mulheres negras foi de R\$ 435,00, enquanto dos homens negros foi de R\$ 668,00. Já as mulheres não-negras e os homens não-negros tiveram R\$ 933,00 e R\$ 1.405,00 respectivamente. (Silva, 2005:70-71)

Mesmo quando há superações no âmbito do desemprego, embora se deva reconhecer que algumas mulheres vêm adquirindo melhor *status*, as mulheres negras tendem a ingressar em carreiras em que o cuidado e a assistência são a tônica das modalidades de trabalho. Por isso, estão majoritariamente na profissão de doméstica. As profissões de melhor status social que conseguem alcançar estão concentradas na saúde e na educação. Ou seja, ocupam mais as carreiras do imaginário social, construídas pelo legado histórico europeu, masculino e branco. Quando não estão se ocupando destas funções têm menos chances de trabalhar em outras áreas: 9,3% estão na indústria, 12,6% no comércio, 51,6% em serviços, 25,7% como empregadas domésticas e 0,8% na construção civil, reformas e outros setores. Em relação às mulheres não-negras estes percentuais atingem 10,5%, 14,9% e 56,6%, 13,1% respectivamente nas referidas atividades ocupadas (DIEESE, 2003:24 – dados relativos a Belo Horizonte).

O UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - em pesquisa realizada entre os períodos de 2003 a 2006 constatou que, nos últimos anos, as atitudes discriminatórias em relação às mulheres negras e brancas ainda persistem.

Essa situação torna-se mais grave quando destacamos as mulheres negras. O desemprego é um dos maiores exemplos disso. Em 2003, enquadravam-se no percentual de

16,6% de desemprego. Entre as mulheres brancas o percentual foi de 13,3%. Em 1996 esse índice, em geral, era de 11,3%; 9,7% para as mulheres negras e 3,6% para as mulheres brancas. Já o índice de desemprego entre homens negros e brancos, em relação ao das mulheres negras e brancas, é bem maior. Mas a diferença no aumento da taxa de desemprego entre os homens negros e brancos destaca-se ainda mais em relação às mulheres negras.

Em 2003 o índice de homens negros desempregados era de 9,9% e de homens brancos 8,3%. A diferença do percentual relativo aos homens brancos, quando comparada com o índice de desemprego (16,6%) que incide sobre as mulheres negras é de 8,3%, ou seja, o dobro. Enquanto a diferença em relação aos homens negros é de 6,7%, quando comparados a essas mulheres.

Verifica-se também, pelas categorias sócio-ocupacionais, que negras e negros desempenham, majoritariamente, as funções tidas como inferiores. Pelas chances de mobilidade social constata-se que negras e negros são expostos a menores oportunidades de ascensão, mesmo quando ocupam estratos de origem social ou estratos ocupacionais iguais. Sofrem prejuízos e enfrentam dificuldades para passarem por um processo de mobilidade social. Assim, na perspectiva da articulação entre gênero e raça, esse problema de mobilidade social merece ser problematizada e discutida.

Além disso, nas relações sociais as mulheres negras ainda enfrentam violências decorrentes do mito e dos estereótipos sexuais atribuídos a seus corpos. Estes estereótipos, muitas vezes são veiculados por propagandas que fazem perpetuar imagens negativas no imaginário social. As propagandas sexualizadas que expõem as mulheres negras “podem não apenas torná-las alvo da violência sexual, como também podem contribuir para a tendência - já demonstrada - de duvidar da honestidade das que procuram pela proteção de autoridades” (Crenshaw, 2002:178).

4 - Estrutura da Dissertação

O trabalho está estruturado em quatro capítulos e uma conclusão. No capítulo 1 são apresentadas as mulheres negras entrevistadas, seus perfis, suas trajetórias familiares, estudantis e de militância, a fim de conhecermos suas atuações, suas participações social e política e quais pessoas ou referências contribuíram para o engajamento militante. Para isso resgatamos alguns elementos das lutas das mulheres empreendidas no passado que nos permitiram estabelecer uma linha de continuidade com as mulheres negras do presente. Ao mesmo tempo, esse processo nos revelou a recriação que as mulheres da atualidade promovem no cenário da luta contra o racismo e o machismo nos tempos atuais.

No capítulo 2 analisamos a relevância das mulheres negras como sujeitos singulares, atuantes na dinâmica dos Movimentos sociais, evidenciando alguns momentos significativos em suas trajetórias de vida e política. Para isso estabelecemos como pano de fundo o contexto histórico que se inicia na década de 1960, período em que nasceu a maioria das entrevistadas. Destacamos o protagonismo dessas mulheres no cenário político brasileiro, seu ingresso nos diferentes espaços de militância que, inicialmente, ocorreu nas associações de bairro, grupos juvenis, religiosos e partidários. Por último, procuramos analisar o caráter pedagógico da participação dessas mulheres num processo educativo e de formação humana.

No capítulo 3 abordamos o processo de demarcação das diferenças produzidas pelas mulheres negras por meio de suas atuações nos Movimentos Negro e Feminista. A esse processo denominamos como a *demarcação da diferença entre os diferentes*. Entretanto, no interior desses dois Movimentos, as mulheres negras não se sentiram contempladas em suas especificidades e perceberam a necessidade de se organizar em seus próprios grupos ou entidades. Surge, então, o Movimento de Mulheres Negras tornando-se assim, a demarcação da diferença entre diferentes. Diante disso procuramos resgatar, com base nas impressões e fragmentos de memória das mulheres negras entrevistadas a sua participação e as suas leituras no interior desse processo complexo e dinâmico.

O capítulo 4 resgata os significados e sentidos que as mulheres negras atribuem a si próprias a partir da retomada de suas trajetórias, reinventando as várias nuances de mulheres negras que firmam suas identidades de maneira positiva. O capítulo trata brevemente das ações desenvolvidas pelas mulheres negras que têm como objetivo ressignificar o olhar social em relação à população negra. Indagamos se os processos formativos e as ações por elas desenvolvidas possibilitaram ou não o surgimento de novas pedagogias de raça e de gênero ressignificadas.

A pesquisa se encerra com as conclusões e opiniões da pesquisadora sobre as principais questões colocadas ao longo da investigação.

CAPÍTULO I

Mulheres negras da atualidade e do passado: continuidades e recriação

A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio. (...)
A voz de minha avó ecoou obediência ao brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias,
Debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo às
favelas.
A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rima de sangue e fome.
A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes, recolhe em si as vozes
mudas, caladas engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha recolhe em si fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora. Na voz de minha filha fará ouvir a ressonância, o eco da
vida-liberdade.
“As vozes das mulheres” – **Conceição Evaristo**

As mulheres negras da atualidade ocupam um lugar significativo nas lutas pela igualdade, democracia e valorização da tradição afro-descendente no nosso país. Nesse sentido, discutir a história da conformação da sociedade brasileira e de suas múltiplas identidades é discutir, também, a participação e atuação das mulheres negras nesse processo.

Mas como conhecer a atuação dessas mulheres? Essa atuação tem recebido a mesma visibilidade que os estudiosos conferem à dos homens ao longo da história? Afinal, quais têm sido as contribuições - social e política - da atuação das mulheres negras? Onde essas mulheres se educam e reeducam em suas trajetórias de vida pessoal e nas esferas social e política?

A fim de responder a essas questões, investigamos as trajetórias de seis mulheres negras: Luanda, Namíbia, Eritreia, Suazilândia, Zâmbia e Ruanda. São mulheres de diferentes gerações, origens sociais e políticas, residentes na cidade de Belo Horizonte, reconhecidas, cada uma a seu modo e no seu tempo, como lideranças por diversas e diversos militantes dos Movimentos Sociais. Suas trajetórias foram marcadas por passagens em variados espaços dos Movimentos Sociais e algumas delas, inclusive, marcaram e marcam presença na militância partidária. Por isso destacamos suas atuações no Movimento Negro, no Movimento Feminista, na política partidária e, em especial, no Movimento de Mulheres Negras. Além disso, verificamos influências, aprendizados e pedagogias que elas receberam desses movimentos tanto na constituição de suas identidades como em suas formações políticas.

Nesse sentido, os relatos acerca de suas trajetórias aqui analisados visam à compreensão de como vem se configurando a atuação dessas mulheres frente às questões raciais e de gênero. Questões estas permeadas de processos tensos e complexos da formação humana,

sobretudo nos contextos do racismo, sexismo e da hierarquização presentes na sociedade brasileira e que se reproduzem nas duras condições de vida da população negra. Isso tem movido as mulheres negras dando-lhes, ontem e hoje, ânimo para seguirem lutando, acumulando ensinamentos e aprendizados passados de uma geração à outra. Caso contrário, a população negra já teria sucumbido. Essa premissa se pauta na seguinte citação de Boaventura de Sousa Santos (1996), ao se referir à relevância do passado para a sua proposta de uma pedagogia do conflito:

Só o passado como opção e como conflito é capaz de desestabilizar a repetição do presente. Maximizar essa desestabilização é a razão de ser de um projeto educativo emancipatório. Para isso, tem de ser, por um lado, um projeto de memória e denúncia e, por outro, um projeto de comunicação e cumplicidade.
(Santos, 1996:17 – destaques meus)

É com base nesse pensamento que este primeiro capítulo visou o resgate de algumas mulheres negras do passado, pois fazem parte da memória de construção não só do Movimento Negro, mas, especialmente, do Movimento de Mulheres Negras. Foi a partir de seu pioneirismo que as mulheres negras contemporâneas continuam a denunciar e a construir suas histórias com uma proposta de emancipação das amarras coloniais que persistem no Brasil.

Essa luta constante representa um sentimento de cumplicidade com o processo iniciado pelas mulheres negras do passado. Segundo Carneiro (in: Schumacher e Brazil, 2007), significa continuar um percurso cujos “*nossos passos vêm de longe*” para inserir a população negra no Brasil. Deste modo este capítulo trata, brevemente, de histórias alternativas à história oficial que se vangloria da contribuição dos imigrantes brancos, vindos de países colonizadores para a construção de um *futuro como progresso*, como bem diagnosticou Boaventura Santos. Simultaneamente, a mesma história omite, deprecia e estigmatiza a contribuição dos povos afro-descendentes para a cultura e riqueza deste país. Isso, para Boaventura Santos (2006_a), representa uma vitória do processo histórico capitalista, pensado pela modernidade ocidental. Em contraposição a essa vitória torna-se necessário resgatar o passado a fim de buscar energias progressistas que, como nos diz,

Não se trata de uma tarefa fácil porque a teoria da história da modernidade desvalorizou sistematicamente o passado em benefício do futuro. O passado foi sempre concebido como reacionário e o futuro como progressista. (...) Esta teoria da história fez com que facilmente fossem esquecidos os sofrimentos, a injustiça, a opressão, todos superáveis num futuro próximo e radioso. (...) A mesma teoria da história contribuiu para trivializar, banalizar os conflitos e o sofrimento humano de que é feita a repetição do presente. (...) Essa trivialização traduz-se na morte do

espanto e da indignação. E esta, na morte do inconformismo e da rebeldia. Penso, pois, ser necessária uma outra teoria da história que devolva ao passado a sua capacidade de revelação, um passado que se reanime na nossa direção pela imagem desestabilizadora que nos fornece do conflito e do sofrimento humano. Será através dessas imagens desestabilizadoras que será possível recuperar a nossa capacidade de espanto e de indignação e de, através dela, recuperar o nosso inconformismo e a nossa rebeldia. (Santos, 1996: 16/17)

Portanto, este capítulo procurou se respaldar em histórias alternativas à oficial tais como a “História das Mulheres”, “A Mulher Negra tem História” e “Mulheres Negras do Brasil”. Isto a fim de saber quais são as mulheres negras, inconformadas e rebeldes que, no passado, iniciaram o processo de desestabilização das imagens de mulheres negras e se as mulheres entrevistadas, na contemporaneidade, dão continuidade a esse processo.

Essas mulheres, ao provocarem conflitos também possibilitaram o início de um projeto emancipatório não só para as mulheres negras e para os homens negros como também para a sociedade como um todo. Pois os conflitos se voltaram contra o imperialismo cultural, possibilitando um multiculturalismo⁸, quebrando e criando imagens desestabilizadoras. Facultando, assim, a existência de modelos alternativos às relações sociais dominantes e provocando processos interculturais, nos quais as culturas possam se complementar e dialogar entre si.

As seis mulheres negras entrevistadas, portanto, fazem parte de um movimento de continuidade e recriação de uma história de luta contra as diferentes formas de opressão. Quando falo em continuidade refiro-me ao fato de as entrevistadas revelarem, em seus depoimentos, vivências e aprendizados que podem ser considerados heranças de saberes e experiências produzidas pelas mulheres negras ao longo da história. Quando digo recriação, refiro-me à originalidade com a qual as mulheres da contemporaneidade dão seqüência e ressignificam as lutas empreendidas pelas mulheres negras do passado, em momentos históricos específicos. Tal movimento se pautou num diálogo que articulou passado e presente, memória e contemporaneidade.

As entrevistadas, mesmo ao se recriarem perpetuam uma característica comum, legado das nações africanas, das mulheres e dos homens do passado a toda a população negra: a resistência. De acordo com Alzira Rufino (2007):

⁸ De acordo com Luiz Alberto Gonçalves e Petronilha Silva (1998:11/16), “falar do multiculturalismo é falar do jogo das diferenças, cujas regras são definidas em lutas sociais por atores que, por razões ou outra, experimentam o gosto amargo da discriminação e do preconceito no interior das sociedades em que vivem. (...) o multiculturalismo é reivindicado como um antídoto contra o eurocentrismo (...), enquanto movimento de idéias resulta de um tipo de consciência coletiva, para a qual as orientações do agir humano se oporiam a toda a forma de “centrismos” culturais, ou seja, de etnocentrismos”.

Nessa cotidiana experiência de "enfrentar um leão por dia", teremos que usar estratégias de descansar, recuar, avançar, para podermos chegar inteiros. Voltamos nossos olhos e coração para a África, berço da civilização, tambor que nos mantém unidos. Nossos deuses dançam e estão muito próximos das nossas alegrias e vitórias. Se usamos nossas roupas coloridas, nossos cabelos trançados, não é por sermos exóticos/as. **Somos a continuidade de uma história, uma cultura, uma raiz.** Na virada do milênio, estaremos à beira do oceano homenageando nossos/as antepassados/as que no mar ficaram. Temos consciência que suas dores precisamos amenizar. Nos 500 anos do Brasil, daremos um novo olhar para as nossas crianças, nossas mulheres, para o nosso povo negro. Negro não é só lindo, é capaz, é competente. Sabemos fazer políticas. Experiência de quilombo, escola de Palmares. **Passaremos nosso anel de bamba para a nova geração afro-descendente.** Apesar dos ventos e chuvas fortes da discriminação, apesar da fria desigualdade de oportunidades destes quinhentos anos, os alquimistas estão chegando, herdeiros de Zumbi, Dandara, Luiza Mahin, Quintino de Lacerda, Esmeraldo Tarquínio, Lélia Gonzalez, Beatriz do Nascimento. Resistir sempre valerá. (Ibidem – destaques meus)

Suas antepassadas, tais como Nzinga, Acotirene, Dandara, Chica da Silva, Luiza Mahim, entre outras, bem como suas contemporâneas, como Ângela Davis, Winnie Mandela, Lélia Gonzalez, Benedita da Silva, Sueli Carneiro, Alzira Rufino, Marina da Silva, entre outras, se destacaram no contexto histórico, nacional e internacional, por suas lutas em prol da liberdade, contra o racismo e o sexismo. Foram propulsoras de mudanças no olhar sobre a humanidade e suas relações político-sociais. Ajudaram a incluir as perspectivas de raça e de gênero na agenda de pesquisadoras, pesquisadores e militantes. Suas atuações e proposições possibilitaram, também, a formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades socioraciais e de gênero, cujos conflitos e contradições atingem a muitos de nós no terceiro milênio.

I.I - Mulheres negras em destaque no contexto histórico internacional e nacional

Um episódio pouco discutido na historiografia brasileira é o início da Diáspora Africana⁹. Historiadores, como Ronaldo Vainfas (2007)¹⁰, afirmam que esse processo contou com a enorme convivência de uma parte pequena da população negra com os traficantes europeus. Isto é, daqueles e daquelas que exerciam a realeza em seus territórios. Se isso é

⁹ Diáspora, a grosso modo, significa a dispersão dos povos da África para vários países do mundo, decorrente de sucessivos processos de colonização. Este termo tem origem na dispersão sofrida pelos judeus, no século VII, depois de Cristo. O termo diáspora é usado não só para falar da dispersão de povos, mas para se remeter às tradições das comunidades em questão. Do mesmo modo, esse conceito passou a ser utilizado por religiosos e intelectuais ligados às tradições africanas para falar da dispersão dos povos africanos. Estes, uma vez instalados em outros países, davam início a um processo de (re) criação da memória cultural, visando à preservação de laços mínimos de identidade, cooperação e solidariedade. Isto sem perder os vínculos com suas tradições culturais. (Lopes, 2004)

¹⁰ Vainfas fez esta afirmação numa entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo, em 2007. Nesta ocasião, o intelectual estava comentando as declarações da ministra da SEPPIR - Matilde Ribeiro - e respondendo se a implantação das cotas para negras e negros, nas universidades públicas, deu certo ou não no Brasil.

verdade ou não, por um lado, é algo que se apresenta como desafio para novas historiadoras e novos historiadores. Por outro, não é menos verdade que muitas negras e muitos negros resistiram para que tão lamentável episódio, na história da humanidade, não se efetivasse.

Entre essas negras e negros encontrava-se a rainha Nzinga. Nascida em Ndongo Oriental - Angola atual -, em 1582. No período de reinado do seu irmão ela travou luta sem quartel durante trinta anos contra os portugueses, pela independência da sua gente e pela sobrevivência do seu reino. Na região sudeste há várias organizações de mulheres negras que homenageiam Nzinga empregando o seu nome nos *coletivos*, inclusive uma, de nossas entrevistadas, foi fundadora e atuante ativa de uma dessas organizações, em Belo Horizonte.

O Brasil foi o país para onde a maior parte das nações da Diáspora Africana foi traficada. E foi o último a abolir a escravidão. Pela historiografia oficial, o processo de resistência à escravidão, que culminou com a Abolição, deveu-se a uma combinação de fatores que misturaram a pressão da Inglaterra, desejosa de ter trabalhadores livres para consumir seus produtos industrializados e a ação dos abolicionistas - comumente homens brancos, com exceção de José do Patrocínio. Para essa historiografia o desfecho do movimento contra a abolição foi a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel.

Por sua vez, normalmente, as tentativas de construir uma historiografia alternativa centram suas análises nas ações de homens negros, tendo como principal destaque a figura lendária de Zumbi dos Palmares. Comumente autores e autoras se esquecem, como Vainfas (2007), Del Priore e Bassanezi (1997), das figuras femininas proeminentes na luta dos Quilombos de Palmares como Acotirene, Aqualtune e Dandara, entre outras.

Num período marcado por diversas lutas sociais, especialmente no século XIX, no período das Regências a historiografia oficial, no máximo, restringiu a participação das mulheres a Anita Garibaldi, na Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, e a Ana Nery, na Guerra do Paraguai. Ambas eram brancas. Mas existiram mulheres negras que lutaram, neste período, por sua independência e a das demais negras e negros, por melhores condições de vida do nosso povo. São os casos, conforme apontam Schuma Schumacher e Érico Brazil (2000), por exemplo, de: a) Francisca Ferreira e Mendecha Ferreira – no séc. XVIII - líderes comunitárias que fundaram a comunidade conhecida como Conceição das Crioulas, em Pernambuco; b) escrava Francisca - no séc. XIX – participante de levantes promovidos nesse século, em Salvador - BA e; c) Luiza Mahim que teve participação ativa na Revolta dos Malês, em 1835, na Bahia. Dentre as mulheres negras, cujas histórias foram mais destacadas,

encontramos Anastácia – *a escrava que não se deixou escravizar*¹¹ e Chica da Silva, a escrava vista como sensual, obtendo ascensão social mediante o casamento com um nobre branco¹². A forma reduzida como a ação dessas mulheres negras tem sido considerada, aos poucos, vem sendo desmistificada por autoras como Iraci, Rufino e Nilza Maria (1987), dentre outras.

No entanto, não podemos dizer que essa nova interpretação historiográfica encontra ressonância na releitura do lugar ocupado por essas e outras mulheres negras na história do nosso país. Caso contrário, não passaria despercebido de grande parte da população o caso de Brandina, uma abolicionista negra que atuou no movimento abolicionista de Santos (SP), em meados do século XIX. Ela foi líder de um dos maiores quilombos dessa região. Brandina ajudava as negras e os negros fugitivos com remédios, fumo e comida que comprava com seus próprios recursos, uma vez que era proprietária de uma pensão.¹³

No mesmo ostracismo encontra-se Laudelina de Campos Melo reconhecida, muito tardiamente, como uma mulher negra de liderança sindical. Em 1931 foi integrante da Frente Negra, em São Paulo. Em 1936, com outras mulheres, fundou e foi coordenadora de uma associação para empregadas domésticas em São Paulo. Em 1988, esta associação tornou-se o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas. Laudelina atuou em Campinas até a sua morte; em 22 de maio de 1991.

Houve mulheres negras de grande expressividade na política brasileira, ainda no início do século XX. É o caso de Antonieta de Barros que rompeu barreiras e conquistou espaços, num período inusitado à presença de mulheres e, sobretudo, mulheres negras na política brasileira. Antonieta conseguiu se eleger como a primeira deputada negra do Brasil e atuou de 1934 até 1937, filiada ao Partido Liberal Catarinense. Foi também a primeira mulher a participar do Poder Legislativo Estadual de Santa Catarina. Em 1945, após a redemocratização do país com a queda do Estado Novo concorreu mais uma vez ao cargo de deputada estadual e foi suplente pelo Partido Social Democrático - PSD.

Outro palco onde a presença da mulher negra é pouco lembrada é o cenário internacional. Já em plena Guerra-Fria, nos Estados Unidos, os movimentos dos Direitos Civis questionavam a hipocrisia da democracia norte-americana e expunham a situação da

¹¹ Escrava que, no século XVIII, resistiu à prostituição como meio de ascensão e libertação, porque se recusou a se deitar por dinheiro com um dos senhores de engenho, sendo perseguida, torturada e obrigada a usar uma máscara de flandres, morrendo na senzala como mártir. Depois foi reconhecida como milagreira (Schumacher e Brazil, 2000:207).

¹² Escrava forra e figura mítica do século XVIII. A princípio a história tentou popularizá-la como uma mulher imoral que abusa da sensualidade para se ascender. Pesquisas posteriores revelaram, porém, que se tratava de uma mulher que procurava, e de certa forma conseguiu, inserir-se na sociedade branca e excludente de MG. Sua atuação refletia a tentativa de diminuir o estigma que a cor e a escravidão lhe impuseram, promovendo a ascensão social de sua prole (Schumacher e Brazil, 2000:151).

população negra daquele país para o restante do mundo. Ao lado de homens como Martin Luther King e Malcom X emergia, com destaque, a figura de uma mulher negra: Ângela Davis.

A ativista americana Ângela Davis chamou atenção, pela primeira vez em seu país em 1969, quando foi impedida de lecionar na Universidade da Califórnia, em razão de suas posições políticas: era filiada ao Partido Comunista. Em tempos de Guerra-Fria isso era uma heresia para aquela que é tida como a nação mais democrática do mundo, principalmente nos tempos do macarthismo¹⁴ norte-americano. Em 1972, candidatou-se à vice-presidência dos EUA.

Por isso, é considerada ícone para várias mulheres do Movimento de Mulheres Negras do Brasil. É o caso da entrevistada Suazilândia que, em seu depoimento, fez questão de revelar sua admiração por Davis, desde a juventude:

Suazilândia: Sobre a questão étnico-racial não se falava nos movimentos jovens sobre o assunto, quer dizer, nos movimentos que eu pertencia. Mas, particularmente, eu já fazia um estudo sobre o tema. Eu conversava com uma das minhas amigas que pertencia ao movimento, coincidentemente chamava-se Ângela. Nós conversávamos particularmente em relação à questão étnico-racial. E a partir daí, eu comecei a estudar, fiquei querendo saber quem era **Ângela Davis**, uma negra maravilhosa, chiquérrima. Fazia e acontecia. Apesar de eu achar que, nossa, era um radicalismo!

Michele: A Ângela era do Movimento Negro?

Suazilândia: Ângela Davis é a mulher dos Estados Unidos, chiquérrima... Nossa Senhora! (tom de voz diminuiu). Uma mulher lindíssima, maravilhosa! Que eu ficava vendo. Apesar assim de eu achar radicalismo, eu adorava os Panteras Negras. Eu os achava muito radicais, quando eles faziam aquelas lutas sangrentas na cidade de Washington. Eu achava: nossa! Não pode ser assim! Tem que ser de outra forma! Eu não os conhecia. Mas tenho para mim... que eram nossos negros americanos, eram nossos! Ah! (aumentou o tom de voz). Na adolescência, eu os achava lindíssimos - risos... (Suazilândia, 54 anos)

Mas não foi somente nos Estados Unidos que a luta mais explícita contra o racismo teve ressonância internacional. Na África do Sul o processo foi mais intenso uma vez que a política da supremacia racial - o apartheid (1948/1990) - foi institucionalizada pela minoria branca daquele país. No combate a essa forma de opressão ao lado de Mandela, Desmond Tutu e Steve Biko, entre outros, despontou Winnie Mandela.

Winnie, ao lado de Nelson Mandela, com quem se casou, foi incansável nas lutas pela cidadania plena e pelos direitos humanos de todos os sul-africanos, sem distinção de cor.

¹³ In.: Schumacher e Brazil, 2000:116/117.

¹⁴ Campanha radical direitista promovida nos EUA, de 1950 a 1954, pelo senador Joseph McCarthy e seus adeptos. E permaneceu após sua morte, ocorrida em 1957. Também conhecido como *caça às bruxas*, o Macarthismo representou uma repressão política aos supostos comunistas dos EUA. Caracterizou-se pela intimidação e pela delação. Atingiu em grande escala os meios artístico e intelectual (Ferreira, 1989).

Desafiou, desde cedo, as leis do país: entrava pelas portas permitidas somente aos brancos e em filas proibidas aos *não-brancos*. Envolveu-se profundamente na mobilização das mulheres sul-africanas contra as leis segregacionistas do apartheid. Participou de todas as lutas políticas e dos perigosos anos de clandestinidade e foi fundadora, com Mandela, do CNA - Congresso Nacional Africano. Por sua tenacidade e lealdade à causa do seu povo ganhou o título de: *Mãe da Nação*.

No cenário nacional não podemos prescindir da figura de Lélia Gonzalez. Ela destacou-se como uma dos ícones nas lutas feministas e anti-racistas, na década de 80. Lélia viveu intensamente a história política e cultural brasileira. Militou em várias organizações, como o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras - IPCN - e o Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga. Pela importante atuação em defesa das mulheres negras recebeu a indicação de integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM. Ela faleceu em julho de 1994.

A trajetória de Lélia guarda semelhança com a história de várias mulheres negras e pobres brasileiras, pois ela ascende de babá a professora universitária. Essa ascensão também foi verificada nas trajetórias de quatro das seis mulheres entrevistadas nesta pesquisa. Do trabalho visto socialmente como subalterno alcançaram carreiras que, até então, pareciam inacessíveis a mulheres negras como, por exemplo: professora, mestra, educadora social e coordenadora de instâncias políticas. São os casos das entrevistadas Eritréia, Namíbia, Luanda e Ruanda.

Contemporaneamente destaca-se a presença da professora Sueli Carneiro, doutora em Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo - USP. É fundadora e diretora do Geledés - Instituto da Mulher Negra. Este Instituto, com sede em São Paulo, tem 19 anos de existência. Sueli é pesquisadora do CNPq, autora de vários artigos sobre o racismo, raça e mulheres negras. Em suas produções ela busca tratar a interseção entre racismo e sexismo em seus artigos: “A organização nacional das mulheres negras e as perspectivas políticas” e “Mulheres em movimento”. Além de uma trajetória acadêmica, Sueli Carneiro possui uma trajetória de militância no Movimento Negro Unificado e no Movimento de Mulheres Negras. Foi parceira de Lélia Gonzáles em diversas ações e discursos de combate ao racismo e sexismo. Sueli também não se diferencia do perfil social inicial de Lélia, Eritréia, Ruanda, Luanda e Namíbia. Sua origem tem raízes numa família pobre de São Paulo, crescida num bairro proletário e sendo a primeira de 7 filhas/filhos cujo pai era semi-analfabeto e a mãe concluiu apenas o antigo 1º grau.

Ao refletir sobre a ação das mulheres e, especialmente, das mulheres negras no Brasil, não podemos deixar de destacar a luta contra o racismo e sexismo em solo mineiro. Minas

Gerais, que sempre participou dos processos de luta pela liberdade política e democrática no nosso país não ficou alheia a todo esse processo. Por aqui foram também desenvolvidas lutas pela superação da opressão e das discriminações de raça e de gênero, em conexão com os cenários nacional e internacional. Estiveram nas linhas de frente dessas lutas mulheres como Maria Ilma Ricardo, Diva Moreira, Maria Mazarello, Ester Rufina Borges, Efigênia Carabina e Marlene Silva, entre outras.

Pode-se dizer que nesse estado brasileiro o propagado *espírito inconfidente* não esteve ativo somente em 1792, com a Inconfidência Mineira. As mulheres negras marcaram presença efetiva, ao longo do tempo, nas diversas ações coletivas dentro do Movimento Negro, do Movimento Feminista e dos partidos políticos. As seis mulheres negras entrevistadas são exemplos vivos dessa presença ativa.

Essa rápida incursão histórica fez-se necessária para esclarecer alguns aspectos, destacados nesta pesquisa, que subsidiam a interpretação realizada sobre as trajetórias de vida das seis mulheres negras militantes entrevistadas: a) a lacuna historiográfica sobre a participação das mulheres negras na história brasileira; b) a introdução da perspectiva de raça e gênero na análise dos documentos históricos; c) a continuidade das lutas legadas pelas mulheres negras do passado às mulheres que as sucederam.

As lacunas podem ser preenchidas se houver um movimento interpretativo, histórico e epistemológico para trazer à luz a dimensão da raça e do gênero nas histórias das mulheres negras que, ao lado de outros homens e mulheres, de outros grupos étnico-raciais, contribuíram também para o desenvolvimento da nação brasileira.

Mesmo não tendo como objetivo a elaboração de uma historiografia não há como negar que uma nova interpretação histórica é necessária para revisarmos a atuação das mulheres negras na sociedade brasileira. Esse movimento poderá nos fornecer elementos para a compreensão do papel das negras e dos negros como sujeitos ativos no presente.

Por isso, destaquei a atuação destas mulheres a partir do século XX, especificamente a partir de fins da década de 70, período cronológico em que as mulheres entrevistadas estão situadas. Além disso, a literatura sociológica aponta tal período como um momento histórico e político de reconfiguração dos movimentos sociais no cenário brasileiro.

Mas, afinal, quem são essas mulheres com as quais convivi durante o processo de pesquisa? Quais são suas origens sociais, familiares? Como foram desenvolvidas as trajetórias de vida e militância de cada uma?

A seguir serão apresentados alguns elementos de momentos marcantes em suas trajetórias que respondem a essas indagações. Tais elementos possibilitaram a construção dos perfis das entrevistadas.

I.II - Mulheres negras em movimento - perfis variados e causas em comum

A escolha das seis mulheres negras entrevistadas tem como aspecto principal um conjunto de características comuns que configuram um perfil de militância. Este expressa, além de ações próprias de uma militância política, atuações específicas voltadas para as perspectivas da raça e do gênero. A militância política analisada neste trabalho refere-se às atuações dessas mulheres, durante um período significativo, nos Movimentos Sociais - privilegiadamente no Movimento de Mulheres Negras. Ao longo da pesquisa incorporou-se também a atuação partidária como um dos aspectos dessa militância em razão da presença do Partido dos Trabalhadores na trajetória política da maioria das entrevistadas.

No decorrer das entrevistas percebeu-se que a maioria das mulheres não atua mais de modo específico no Movimento de Mulheres Negras e nem efetivamente no PT, embora continuem filiadas ou simpatizantes desse partido. Elas já atuaram, mais ou menos intensamente, nesses dois espaços, mas deles se afastaram por motivos diversos que serão retomados mais à frente. No entanto, todas guardam a perspectiva da raça e do gênero em suas atuais intervenções profissionais e políticas, além de guardarem simpatia pelo partido.

As características comuns que configuram uma militância política, eleitas nesta pesquisa com base nos dados coletados nas entrevistas, são: a) identificação e solidariedade com as causas e os Movimentos Sociais; b) agir coletivo; c) vivência de conflitos e rupturas; d) análises das relações sociais e políticas; e) análise das conjunturas; f) elaboração de estratégias e ações coletivas; g) parcerias; h) referências políticas; h) militância em diversos espaços; i) atuação partidária; j) formações para tomada de consciência, atuação política e humana; k) significados e sentidos.

Essas características, perceptíveis nas narrativas das entrevistadas, são apontadas por Melucci (2001:33/47) aponta tais características como sendo os princípios de análise dos Movimentos Sociais. Dissecando esses princípios é possível compreender, na íntegra, os conteúdos e as instâncias múltiplas e contraditórias formadoras dos agentes coletivos. Nesse sentido, deve-se considerar as características da militância quando o foco se volta para as trajetórias de seus agentes singulares que compõem o coletivo.

Esse perfil de militância política nos levou a reelaborar os meios pelos quais nomeamos os sujeitos desta pesquisa: de mulheres militantes no Movimento de Mulheres Negras a

Mulheres Negras em movimento. Movimento de transição por diversos espaços socioculturais, políticos, educativos e profissionais em Belo Horizonte, desenvolvendo ações na perspectiva da raça e do gênero. Durante a pesquisa percebemos que essas duas categorias, na maioria das vezes, se articularam, ou seja, as entrevistadas atuaram em movimentos ligados à raça e ao gênero simultaneamente e, em outros, atuaram num deles especificamente. Quando verificamos a atuação partidária constatamos que a maioria atuou efetivamente no Partido dos Trabalhadores.

Na contemporaneidade, Namíbia se encontra atuando individualmente em seu espaço de trabalho. As demais continuam agindo coletivamente, vinculadas a alguma organização. Nesse sentido, as mulheres negras entrevistadas revelaram perfis diferenciados e dinâmicos, afastando-se do perfil uniforme, pensado a priori, antes de encontrá-las e de nos aproximarmos delas.

Cada entrevistada será apresentada a seguir. A apresentação privilegiará a seqüência das entrevistas. Optou-se por não seguir uma ordem cronológica pelo fato das mulheres entrevistadas serem, em grande medida, contemporâneas umas das outras.

I.II.I - Luanda: militante do Movimento Negro e na Educação

Luanda nasceu em 1965, num bairro da região da Pampulha, em Belo Horizonte. Na época da entrevista tinha 41 anos. Atua num movimento que desenvolve atividades sobre raça/racismo e a Lei 10.639/05, voltadas para a formação de crianças, professoras/professores e mulheres negras. Faz isso como representante da organização da qual participa que, necessariamente, não se intitula como uma organização de mulheres negras.

Além disso, participou de debates e palestras na perspectiva racial, nos Seminários de “Literatura Afro” e “A Educação dialogando com a História do Samba”, ambos desenvolvidos em maio de 2006. O primeiro foi promovido pela prefeitura de Belo Horizonte; o segundo, pela Secretaria de Educação de Minas Gerais.

As entrevistas com Luanda ocorreram em dois espaços distintos: a Faculdade de Educação e o Café do Cinema Cine Aimorés.

I.II. I.I - A família

Luanda possui uma família pequena de apenas três integrantes: seu filho, do primeiro casamento, e sua companheira com a qual vive há mais de 10 anos. Seu filho estava com 16 anos e já cursava o Ensino Médio. Sua companheira é formada em Letras.

Antes de constituir sua própria família Luanda foi criada com cinco irmãs e quatro irmãos, sua mãe, seu pai e sua avó, num total de treze pessoas.

Seu pai, já falecido, nasceu em Juiz de Fora. Mudou-se para Belo Horizonte porque se recusava a seguir a carreira militar, como era o desejo de seu pai. Inicialmente, tentou se manter como seresteiro, mas não logrou êxito. Por ironia do destino acabou servindo ao exército e aprendendo a cozinhar durante o tempo em que esteve na caserna. Quando saiu, exerceu o ofício de cozinheiro por toda a sua vida.

Sua mãe é filha única, nascida de uma união extraconjugal, na cidade de Belo Horizonte. Embora tenha concluído o colegial - atual Ensino Fundamental - e chegado a ter aulas de francês, a mãe de Luanda nunca trabalhou “fora”. Sempre foi “dona de casa”; embora fosse costureira, somente costurou para sua família.

O pai de Luanda estudou até o início do ginásio - a 5ª série do 1º Grau. Tinha expectativas de que todos - ela, seus irmãos e irmãs - pudessem apenas concluir o Ensino Fundamental. Contraditoriamente, tinha consciência de que o estudo era a única maneira de se alterar a situação socioeconômica da família, ou seja, via o estudo como fator de mobilidade social.

De todas e todos só o irmão mais velho de Luanda não conseguiu concluir o 2º Grau - Ensino Médio. Seus dois irmãos mais novos e uma irmã mais nova poderiam ter feito curso superior, mas escolheram interromper os estudos. No fim, optaram pelo curso técnico. O seu segundo irmão formou-se no Curso Técnico de Contabilidade. O quarto irmão fez um curso de eletrotécnica. O terceiro, um curso de segurança do trabalho e exerce a função de coordenador de segurança num Shopping de São Paulo. O primeiro irmão é aposentando e o segundo é autônomo, possui uma lanchonete. No período da pesquisa seu irmão caçula tentava concluir o curso superior de Educação Física, o que ainda não havia conseguido devido à falta de condições para pagar a faculdade. Uma das irmãs de Luanda fez o curso de Patologia Clínica e trabalha num laboratório. A outra se especializou em departamento de vendas e atuava na área. A terceira trabalha numa empresa que presta serviços gerais, mas Luanda não especificou sua formação. E a irmã mais nova pretende também cursar a faculdade assim que seu esposo concluir o curso superior e sua filha de seis meses tiver mais idade. Enfim, dos irmãos e das irmãs apenas Luanda conseguiu concluir o Ensino Superior em Letras, numa universidade pública em Minas Gerais.

Contudo, o grau de escolarização de Luanda não a distinguiu muito da realidade das mulheres negras em geral e das demais entrevistadas, com exceção de Zâmbia e Ruanda. Em que pese as dificuldades de acesso aos cursos universitários, bem como sua conclusão, a

escolaridade das mulheres negras é maior que a dos homens negros, como foi possível perceber no caso de Luanda em relação aos seus irmãos e como se verificou nas trajetórias de Namíbia e Eritréia. Das entrevistadas, apenas esta última possui um irmão com curso superior.

O que essa constatação representa? O que está por trás da exclusão das famílias negras do ensino superior? Para Marília Spósito (2003:16), esse fato confirma a perpetuação da discriminação racial como um elemento dos efeitos da escola. Sendo preciso “considerar que o atraso escolar das crianças e dos jovens negros é sensivelmente maior, mesmo que seja controlada a variável renda da família”.

Por que as mulheres negras possuem escolaridade superior à dos homens negros? Segundo Fúlvia Rosemberg (2001), tal fato pode ser atribuído ao grande número de Campanhas e de Projetos Nacionais e Internacionais visando a redução da desigualdade educacional entre os gêneros, por meio do aumento da escolarização feminina. Todavia, sobre os trabalhos que buscam demonstrar os avanços das mulheres na educação, superando a escolaridade masculina, Fúlvia Rosemberg tece algumas críticas a algumas interpretações que vêm neste fato o avanço feminino na sociedade. Nessa situação, encontram-se as interpretações de dados ou registros de documentos como do CNDM - Conferência Nacional da Mulher - e o Relatório Nacional de Beijing + 5 que, segundo a autora:

(...) escamoteiam, vangloriam-se, entram por sendeiros tortuosos, apelam ao senso comum que pode não ter bom senso, essencializam ao descrever e explicar porquê no sistema de ensino brasileiro uma parte das mulheres apresenta alguns indicadores educacionais melhores do que uma parte dos homens. (Rosemberg, 2001:527)

Em seguida, argumenta que as interpretações procuram explicitar os avanços educacionais das mulheres sem revelar as dificuldades que elas enfrentam para se educar ou não explicitam as diferenças das desigualdades de gêneros. Não revelam, ainda, indicadores de segregação por sexo e idade e exploram raça de forma bipolarizada entre as populações negra e branca.

A educação familiar de Luanda foi marcada pela religiosidade católica, divisão das tarefas domésticas entre todas e todos e muito diálogo. Assim Luanda começou a ter algumas noções sobre o racismo na sociedade brasileira. Seu pai era quem mais conduzia os diálogos sobre conduta, valores e, principalmente, sobre a condição racial, pois era

(...) uma pessoa muito consciente desta situação. Ele vivenciou estas situações de discriminações e preconceitos, em alguns de seus trabalhos. (...) Então, a gente teve sempre essa discussão em casa e meu pai sempre nos alertava. (Luanda, 42 anos)

O relacionamento familiar de Luanda era tranquilo. Embora seu pai fosse muito rígido, optava pelo diálogo em vez do castigo, enquanto sua mãe era mais enérgica e, às vezes, batia como forma de correção. Isso talvez explique o fato de Luanda ter deixado claro que sempre teve mais apego ao pai. O relacionamento com sua mãe era mais distante, tornando-se mais próximo somente depois que seu pai faleceu. Luanda também tinha mais proximidade com seus irmãos mais velhos. Ela era a filha mais velha entre as irmãs e a primeira e única mulher, por um bom tempo, pois suas irmãs nasceram muito tempo depois dela. Tal situação dificultou ainda mais a aproximação entre elas. Com sua irmã mais nova teve laços mais estreitos, porque se sentia responsável por ela. Mas, quando adulta, a relação com as demais irmãs mudou. Contou que “quando as três ficaram grávidas, só aí se aproximaram”.

Segundo Luanda, sua mãe procurou constituir uma família caseira e unida. Foi por meio das orientações de sua mãe e de seus irmãos mais velhos que aprendeu a ler e escrever seu nome e passou a dominar o alfabeto, antes mesmo de ingressar na escola.

I.II.II A trajetória escolar

Luanda estudou, do pré-primário ao Ensino Médio, em escolas públicas estaduais de Belo Horizonte. O pré-escolar e as quatro primeiras séries do 1ª Grau foram cursados numa Escola Estadual que ficava perto da residência de sua família, numa das principais avenidas do bairro. Segundo a entrevistada, seu primeiro contato com a escrita ocorreu sem maiores problemas, afinal, já sabia ler e escrever. Segundo Luanda, sua mãe afirmava que “todos os filhos tinham que entrar na escola já sabendo ler. Ela fazia questão de ensinar”. Tal postura e ação positiva da mãe de Luanda, segundo Bernard Lahier (2004), dão-nos indícios de como o significado e o envolvimento da família, sobretudo o da mãe, podem contribuir em dois aspectos: a) longevidade dos estudos das filhas e dos filhos e, b) um possível sucesso escolar. Neste último caso Luanda, por ter conseguido alcançar as três principais modalidades de estudo, não deixa de representar um sucesso escolar de uma mulher negra.

O ginásio, da 5ª à 8ª série, foi cursado em outro bairro próximo ao que morava. Luanda recorda que essa escola *foi uma das primeiras de Belo Horizonte*. Ela aproveita o ensejo para tacitamente estabelecer uma comparação entre as escolas públicas de seu tempo e as atuais: “no começo era uma escola muito bem equipada com laboratórios, bibliotecas, quadras de esporte, vestiário. (...) Era uma escola modelo”.

O 2ª Grau foi cursado num colégio que, ainda hoje, é considerado modelo de escola pública em Belo Horizonte. Nessa escola iniciou sua militância no movimento estudantil, envolvendo-se com o pessoal do grêmio escolar. Diferente da primeira escola, a considerada modelo, essa segunda marcou sua trajetória escolar de forma positiva. No seu depoimento Luanda afirma que esta foi a escola na qual conseguiu estabelecer amizades e lidar bem com as professoras e os professores. De sua primeira escola estadual Luanda tem lembranças de práticas de racismo desenvolvidas tanto por seus colegas quanto pelas professoras. Isso só não afetou seu desempenho porque, conforme relatou, havia aprendido a ler e escrever em casa e, além disso, seu pai ia à escola interceder quando ocorria algum problema. Mas, segundo ela, essas lembranças não lhe deixaram seqüelas. Na adolescência, quando passou a trilhar os caminhos da militância estudantil, pôde enfrentar e superar o racismo que vivenciava.

I.II.I.III - A trajetória de militância

Luanda possui uma trajetória militante constituída por sua participação em vários espaços políticos e ações coletivas: movimentos estudantis, de jovens católicos, partido político e Movimento Negro. Ela não chegou a freqüentar uma organização de mulheres propriamente dita. Essa discussão passou a fazer parte mais efetiva de sua trajetória no período em que estudou na Faculdade de Letras sem, contudo, ser objeto de sua militância. A atuação de gênero na vida de Luanda é algo que acontece indiretamente ou nas entrelinhas, embora em seu discurso seja mais explícito.

Discussão de gênero não tinha no partido. Havia só discussão política e sobre a questão racial, pouca coisa. Eu não tinha essa discussão consistente para puxar, a princípio. E um outro companheiro negro também não. (...) não tínhamos essa discussão colocada, só estudávamos política e Marx. Essas questões do trabalho mesmo. Essa atuação de gênero veio mesmo dentro da Faculdade de Letras. (...) E a Casa Dandara era uma outra instituição que tinha em BH. E a militância era, especificamente, sobre a questão étnico-racial. Eu me engajei na casa Dandara, num primeiro momento, em função do recorte de gênero. (...) Outra coisa interessante é que a maioria das pessoas que constituiu a Fundação de Referência para população negra, no ano passado (2005), é mulher e se constituiu como um grupo de educadoras negras. Constituíamo-nos enquanto um grupo de mulheres. A gente já manifestou interesse em fazer uma atuação específica de gênero. Mas ainda não acumulamos essa intervenção, não deu tempo pra isso. Eu acho que a gente acaba fazendo uma discussão de gênero para nós mesmas. O que nos leva estarmos unidas? O que nos leva estarmos juntas como mulheres? Somos quase todas educadoras, formadas, sabe? Então, a atuação específica está na educação, na área da educação! (Luanda, 42 anos)

Seus primeiros passos como militante foram nas ações promovidas pelo movimento estudantil, dentro da própria escola. Paralelamente ao movimento estudantil Luanda

participava do grupo de jovens da Igreja Católica de seu bairro que promovia mais atividades na dimensão sociocultural, como festas e encontros. Nessas atuações juvenis não houve nenhuma discussão de cunho mais político ou reflexivo quanto à questão racial, social e de gênero. Essas discussões só passaram a fazer parte de sua vida quando ingressou no movimento estudantil universitário.

Nesse ambiente Luanda, com as demais colegas, fundou um Grupo com perspectiva racial, na Faculdade de Letras, que conseguiu fazer história como vanguarda da questão racial no espaço acadêmico, como foi verificado por Jussara Santos (2000) ¹⁵. Por meio do grupo, Luanda teve seu primeiro contato com uma organização voltada mais para as questões raciais: a Casa Dandara. Segundo ela,

A Casa Dandara já tinha uma trajetória de anos quando eu me inseri neste grupo. Parece que foi fundada em 83, 84. Em princípio, a Casa Dandara já tinha um trabalho com crianças e adolescentes numa parceria com escolas públicas. (Luanda, 42 anos)

O ingresso nesta Casa significou o auge de sua militância: “porque foi quando começou a minha militância, enquanto mulher negra”. Outro grupo constituído em sua atuação militante foi o Grupo de Educadoras Negras que hoje faz parte da Fundação sobre a Cultura Negra.

Outra área de militância em sua trajetória foi o Grupo Partidário, após seis meses de faculdade. Primeiro participou do Coletivo Gregório Bezerra que, segundo Luanda, era “um grupo de pessoas que vieram aderir à proposta do PT”. Luanda considera que a sua consciência política começou a partir daí. Anos depois, ela se filiou ao Partido dos Trabalhadores, conforme mostraremos mais adiante.

Na época da entrevista Luanda continuava no grupo de Educadoras Negras vinculado à Fundação, desenvolvendo oficinas, palestras e seminários junto às Escolas Estaduais e Municipais de Belo Horizonte, fazendo intervenções como educadora em quilombos de Minas Gerais. Além desse trabalho na Fundação Luanda é autônoma e estabeleceu uma sociedade com sua companheira, unindo sua formação em Letras à militância acerca da questão racial. Afinal, para Luanda, a educação viabiliza algumas mudanças na perspectiva étnico-racial. De

¹⁵ Esta autora, em seu artigo: “Uma tentativa de traçar pistas de vanguarda”, aborda como um grupo de universitários, emergindo no espaço de algumas unidades da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1991, ao discutir, estudar e refletir sobre textos referentes à questão racial, descobriu-se invisível nesses ambientes acadêmicos, mas conseguiu sistematizar suas discussões em ações. Uma das principais ações foi promover formação racial a demais universitárias e universitários.

acordo com ela “há, em alguns espaços, espaços educativos que a gente vai alterar um pouco essa realidade do povo da comunidade negra e é por conta própria da educação”.

Conforme o depoimento, o perfil de militância de Luanda foi mais acentuado no campo do Movimento Negro do que no Movimento de Mulheres Negras, “embora a discussão de gênero tenha sido de fundamental relevância para sua atuação, formação e discussão com as demais mulheres”. Os depoimentos não comprovam essa discussão ou fundamentação.

I.II.II - Namíbia: militante com ação pautada pelas decisões coletivas

Namíbia nasceu em 1962, num dos bairros populares de Belo Horizonte, conhecido como Morro Latino que, segundo ela, é “uma das favelas mais antigas, localizadas na Região Sul, onde estão ainda algumas pessoas sobrevivendo e por lá resistindo à especulação imobiliária”. Na época da entrevista, ela estava com 44 anos.

Acompanhei sua militância, na prática, por meio da observação em campo. Primeiro, numa atividade desenvolvida no Parque das Águas, onde é a gerente. Depois, em sua participação no Encontro de Intelectuais Negros e da Diáspora Africana, e em outros espaços e momentos acontecidos em Salvador, em julho de 2006. Assim foi possível obter relatos e vivências que foram além das entrevistas, permitindo conhecê-la em suas relações política, social e familiar.

As entrevistas aconteceram na casa de sua mãe, em seu trabalho e na casa de seus amigos, em Salvador.

I.II.II.I - A família

A família de Namíbia é composta de nove integrantes: mãe, três irmãs e quatro irmãos. Mas poderia ser maior porque sua mãe gerou uma prole de um total de treze filhos. Durante a gestação de sua prole, porém, três nasceram mortos e dois foram abortados espontaneamente. Dos treze, restaram quatro filhas e quatro filhos que, somados à mãe e ao pai, totalizavam as onze pessoas do seu núcleo familiar. Ela relata o falecimento de seu pai e de um dos irmãos: “nós perdemos um irmão há cerca de uns 4 anos e Papai faz 20 anos que faleceu”.

O pai de Namíbia veio do interior de Minas Gerais e sua mãe nasceu em Belo Horizonte, na região de Venda Nova. A mudança para Belo Horizonte não modificou os hábitos interioranos de seu pai. Mais do que isso: as tradições do interior passaram a influenciar toda a família.

Meu pai nasceu em Piedade de Paraopeba. Meu avô era congadeiro - Rei Congo. A gente ia sempre às festas. Fomos criados com muita fartura. Festa no interior que colocávamos a mesa no meio da rua. Era aquela coisa... Nós tivemos a possibilidade de ter vivenciado essas histórias das festas do interior. A minha mãe nasceu em Venda Nova, quando ainda era distrito de Belo Horizonte. Ela falou que eles tinham lá o que hoje chamamos de sítio, um terreno com água e nascentes. Com o tempo, acabaram vendendo. (Namíbia, 45 anos)

Em Belo Horizonte seu pai, ainda rapaz, ingressou no trabalho na área da construção civil e viveu desse ofício até o final da vida. Namíbia foi obrigada a perceber o machismo na sociedade brasileira desde muito cedo - dentro da própria família. O machismo era praticado pelo próprio pai como algo comum à época. Mas também testemunhou a resistência ao machismo por parte de sua mãe que era lavadeira antes de se casar com seu pai.

Tempos depois, com muita persistência, a mãe de Namíbia foi trabalhar *fora* para ter o próprio dinheiro. Seu pai opunha resistência, como ela nos conta: “meu pai brigava porque para ele mamãe tinha era que ficar cuidando da casa”. Mas, segundo Namíbia, ela resistia, dizendo: “‘Cada um tem que ter o seu ganho’. E aí ela lavava roupa e ajudava a criar a gente”.

A mãe e o pai de Namíbia cursaram até o 4º ano primário que, na época, possibilitava um Certificado de Conclusão de Educação Básica. Mesmo tendo apenas essa escolaridade o pai tinha um profundo gosto pela leitura, o suficiente para formar em Namíbia, suas irmãs e seus irmãos o hábito de ler todos os dias. Por isso era tido por ela como uma pessoa muito culta: “todo dia ele comprava jornal. Saía para comprar jornal na banca (...) e livros. À noite, ele colocava a gente para lê-los. Não podíamos assistir televisão, tínhamos que ler”.

Além do hábito da leitura seu pai também os educou na religião Umbanda. Sua mãe também era umbandista, por pressão do esposo. Mas gostava de freqüentar a Igreja Católica. Ela ia à Igreja sozinha. Não podia levar as filhas e os filhos: o marido não gostava e nem deixava. Segundo Namíbia, ele falava que essa religião não era para eles. Com a pressão, a mãe de Namíbia se vê meio que forçada a optar pela religião Umbanda. Isso indicou claramente uma conversão às avessas do catolicismo para o umbandismo¹⁶. Mas, mesmo assim, a mãe de Namíbia, ao continuar freqüentando a Igreja Católica, transgride sutilmente a imposição de seu esposo. A exposição desse episódio evidencia a situação de opressão enfrentada pelas mulheres, aqui representada pela mãe de Namíbia.

Nesse caso, a resistência de sua mãe revela que, no Brasil, antes mesmo do surgimento institucional das organizações feministas e das leis que protegem as mulheres desse tipo de atitude dos homens, as mesmas usavam artimanhas de enfrentamento ao machismo.

¹⁶ Este fato chama atenção porque o comum na sociedade é assistirmos ao oposto: as pessoas, especialmente as negras e os negros, serem pressionadas a renunciar às religiões de matriz africana pelo cristianismo.

Entretanto, a resistência no âmbito privado é pouco analisada em detrimento da relevância que se confere à resistência exercida no âmbito público, cuja visibilidade é maior.

De suas três irmãs e seus quatro irmãos somente Namíbia possui formação superior. Os demais concluíram apenas o Ensino Médio. Dos homens, dois são policiais aposentados. No momento da pesquisa o mais novo desses dois estava quase se formando em direito. Ele trabalhava, mas a entrevistada não soube mencionar em qual área. Um tem formação em Segurança do Trabalho e exerce essa profissão. O outro é representante comercial. Duas irmãs fizeram, além do 2ª grau, curso de Auxiliar de Enfermagem. Uma continuava exercendo a profissão de atendente de enfermagem e a outra já havia se aposentado. Antes, entretanto, trabalharam por muito tempo como empregadas domésticas. A irmã caçula também fez Magistério como Namíbia, mas especializou-se em Artes e exerce a profissão de professora autônoma, oferecendo oficinas nas escolas e Movimentos Sociais.

De acordo com o depoimento de Namíbia, ela e as demais irmãs e irmãos tiveram uma trajetória familiar marcada pela rigidez de seu pai. Ele queria ter a família sempre dentro de casa, motivo pelo qual pensou, inicialmente, em contratar uma professora particular para as filhas e os filhos. Em contrapartida, ele tinha a mesma dimensão de solidariedade e caridade em relação às pessoas da comunidade onde moravam. No Morro, seu pai foi líder comunitário, preocupando-se em cuidar não só da família, mas também em proporcionar a melhoria das condições de vida para a comunidade.

Namíbia sempre foi acusada de ser o xodó de seu pai, o que provocava muitos ciúmes entre seus irmãos e suas irmãs. Por causa disso, o relacionamento familiar foi tumultuado e conflituoso durante toda sua infância e adolescência: “era uma briga danada, eles falavam que eu era o xodó do meu pai.” Só mais tarde, quando amadureceram, a relação passou a ser mais tranqüila e harmônica. Atualmente, em vez do ciúme, seus irmãos e irmãs vêem-na como o arrimo da família em quase tudo: “agora tudo é a Namíbia. A referência para conversar, para desabafar, para organizar festas... Se alguém adoeceu, perguntam: como é que faz isso, aquilo, não sei o quê?... Sou eu a referência da casa”.

A educação e a convivência familiar foram elementos significativos na constituição da vida social, política e cultural de Namíbia, principalmente a educação e a concepção racial e religiosa tratadas no seu meio familiar, como ela relata:

Minha família tem concepção racial. Eu me sinto muito feliz pela família que eu tenho. Percebo que hoje na nossa sociedade, o que está acontecendo é que as pessoas, as famílias estão desarticuladas. Você viu o meu sobrinho? É um jovem negro diferente. O jeito dele, o cabelo, a roupa. Então, a gente aprendeu a ter uma identidade própria através da nossa família, do meu pai, da minha mãe. Nós **somos**

muito felizes pelo fato de termos acesso à religião de matriz africana, que é a Umbanda, que uns discriminam. Mas foi a forma que a gente teve conhecimento da religião africana. (destaques meus - Namíbia, 45 anos)

I.II.II.II - A trajetória escolar

Namíbia é formada em Pedagogia por uma universidade privada de São Paulo. A sua trajetória escolar é marcada por diversas passagens pelas escolas públicas e privadas de Minas Gerais. Do pré-escolar à 8ª série nenhuma escola deixou-lhe boas recordações. A sua formação pré-escolar e a primeira série do Ensino Fundamental foram cursadas no Morro onde morava, numa escola da rede pública. Ela não se recorda do nome da escola ou não faz questão de se lembrar: (...) “não sei quem foi a Guaraná Menezes. Tenho péssimas lembranças de lá. A professora era muito brava e eu fazia tudo para não ir às aulas”.

Essa lembrança negativa decorre da conduta que sua professora de 1ª série adotava na sala de aula. Além de ser brava, recorria a métodos violentos para impor disciplina: “a professora batia nos meninos com uma vara enorme, com a régua, com tudo”.

Da 2ª à 4ª série Namíbia estudou em outra escola municipal, no Morro, cujo nome também não lembrou ou fez questão de esquecer: “escola não sei o quê Gaivota”. Nessa escola, obteve sua primeira reprovação quando cursava a 3ª série.

Alguns anos depois Namíbia e sua família mudaram-se para um bairro da região do Barreiro de Cima. O ginásio foi cursado num bairro da região do Barreiro, numa escola estadual, e essa experiência para ela foi “*terrível!*” Segundo Namíbia, lá ela sentiu na pele as formas de manifestações do racismo e do machismo presentes na sociedade e reproduzidas na escola: “Os meninos batiam em mim e me chamavam de tiziu. Puxavam o cabelo da gente na fila. Para mim foi terrível estudar naquela escola”.

Essa vivência de racismo no contexto escolar foi também relatada por Luanda, Suazilândia, Zâmbia e Ruanda. Ricardo Henriques (2002:39) acrescenta que a educação, momento de aprendizagem marcante para os ciclos da vida, apresenta diferenças significativas entre a população negra e a branca. As diferenças de acesso escolar, taxas de analfabetismo, tempo de escolaridade, graduações e desempenhos escolares apresentam a “intensidade dessa discriminação racial”.

Numa análise feita por Tereza Soares e Francisco Alves (2003) acerca da proficiência escolar, a diferença entre os brancos e pardos é vista como mínima. Mas, quando a mesma proficiência é analisada em relação a brancos e negros, há diferença. De acordo com o autor e a autora, mesmo que negras e negros melhorassem o nível do desempenho escolar, isso não os ajudaria em relação ao prestígio social que é negado sob a ótica do tratamento racial distinto.

Para isso, Ricardo Henriques (2002) aponta que o desafio educacional está em enfrentar, por meio de reformas em bases efetivas de qualidade e equidade, as desigualdades raciais presentes no contexto escolar.

O 2º grau de Namíbia, todo cursado em escolas particulares, foi marcado por contradições. Ela guarda boas e más lembranças dessa fase. Namíbia cursou os primeiros anos num colégio particular, na região Sul de Belo Horizonte, com bolsa de estudo. Embora tenha estudado à noite o 2º grau nesse colégio “foi maravilhoso”, segundo ela, mesmo tendo a sua segunda reprovação, coincidentemente no 3ª ano. O colégio oferecia uma boa estrutura física e muitos recursos materiais. Mas a reprovação não lhe permitiu concluir sua formação em “Segurança do Trabalho”, que correspondia ao 3ª ano do 2º grau. Além disso, a bolsa de estudo expirou e Namíbia não conseguiu concluir os estudos nessa instituição de ensino. Conseqüentemente, teve de mudar de escola e de curso, voltando a estudar na região do Barreiro, onde concluiu sua formação escolar no magistério. Entretanto, antes de chegar a essa condição trabalhou em supermercados e foi trançadeira em domicílio, para garantir sua sobrevivência e pagar seus estudos.

Segundo ela, a experiência nessa escola também foi terrível porque não havia organização, tampouco comprometimento dos professores, professoras e colegas com a escola e uma educação de qualidade. “Depois que eu fui para a escola da comunidade, a tal Domiciano Vieira, eu consegui fechar o magistério. Horrível, terrível, terrível, terrível. Detestei! Muito ruim”.

I.II.II.III - A trajetória de militância

A primeira militância de Namíbia foi numa associação de moradores de bairro, na região do Barreiro, quando ainda era jovem, por volta de 17 anos. Em decorrência de seu envolvimento com o grupo de mães e pais de sua escola e com o Movimento Comunitário acabou, pouco tempo depois, ingressando na militância partidária, no Partido dos Trabalhadores - PT.

Nessa militância, Namíbia teve conhecimento da existência do Movimento Negro Unificado - MNU - por intermédio de um militante do partido. Daí, logo veio outro convite: “Ah, dá um jeito, filia-se no MNU”. E eu fui filiar no MNU também”. Outra militância, decorrente de seu envolvimento com o MNU e de sua atuação no PT, se deu no Movimento Feminista. Namíbia desenvolvia trabalhos com a temática de gênero, em dois grupos de mulheres, um no de seu bairro e outro no município de BH.

A militância no Movimento de Mulheres Negras também surgiu a partir de sua trajetória no Movimento Negro Unificado. Não demorou muito para que ela se destacasse como liderança. Ao ingressar neste movimento foi logo indicada para participar da coordenação de um encontro de mulheres negras, no Rio de Janeiro: “eu já cheguei participando da Coordenação Nacional de Mulheres Negras”.

Por sua atuação dinâmica e ativa Namíbia ocupa um cargo central na administração de um Parque Ecológico em Belo Horizonte. Esse cargo é fruto de sua militância em defesa do meio ambiente e sua preservação, no seu bairro, que culminou na construção desse Parque.

Nessa função, Namíbia também realiza a discussão política sobre a questão racial. A articulação entre as atividades do parque, a questão racial e a competência administrativa lhe rendeu um prêmio no final do ano de 2006. Disse ela:

(...) eu coloco essa militância, essa minha experiência, lá no Parque. Lá, eu trabalho com o público, fazemos encontros, colocando a questão do racismo no dia-a-dia. No mês de novembro trabalhamos a questão da Consciência Negra. (Namíbia, 45 anos)

Durante a observação em campo presenciei várias atividades realizadas no Parque Ecológico. O Parque também abrigou eventos do Movimento Negro, como o que foi realizado em julho de 2006, o ENJUNE - Encontro da Juventude Negra.

I.II.III - Eritréia - militante oriunda de uma família militante

Eritréia nasceu em setembro de 1962, num bairro situado na Zona Leste de Belo Horizonte e próximo à região central da capital mineira. Mas não foi criada nesse bairro. “Mudei de lá muito novinha. Tinha 3 anos. (...) Para sair do aluguel lá no bairro da zona Leste, minha mãe comprou um lote em conjunto com a minha tia, em outro bairro, também situado na Zona Leste de Belo Horizonte”.

Do que se pôde depreender com a entrevista, Eritréia é uma das referências mais relevantes em todos os Movimentos Sociais em que atuou e ainda atua, especialmente, no Movimento de Mulheres Negras. A inclusão do seu nome veio como sugestão de uma das entrevistadas, Luanda, devido ao reconhecimento da sua atuação política.

Você já entrevistou a Eritréia? É uma figura de referência pra nós mulheres negras. Ela é para mim um modelo de mulher negra e militante que eu gostaria de estar seguindo. Então, eu acho que ela é alguém que tem significado nessa trajetória de mulheres negras. (Luanda, 45 anos)

Durante o trabalho de campo atestei um pouco da militância de Eritréia em alguns eventos: numa manifestação em defesa da Política de Cotas e no Seminário *A educação dialogando com a História do Samba*, realizados em maio de 2006, em Belo Horizonte. Também acompanhei a sua atuação e coordenação em dois eventos em Salvador: o I Encontro de Mulheres Negras da CONEN - Congresso Nacional de Entidades Negras - e o Encontro Anual da mesma entidade, realizados durante o mês de julho de 2006. Todas as entrevistas foram realizadas em seu local de trabalho, uma entidade de referência para a população negra militante.

I.II.III.I – A família

Eritréia possui uma família pequena, constituída por seu esposo e sua filha de sete anos. Seu esposo é músico de uma banda de música popular brasileira. É um homem negro, mas não possui atuação em nenhum movimento social. Sua filha está no primeiro ano do Ensino Fundamental e a acompanha, quando possível, em alguns eventos. Todavia, quando Eritréia viaja a trabalho ou pela militância a filha fica sob os cuidados do pai. Isso expressa algumas mudanças nas relações de gênero no que diz respeito à responsabilidade da educação e cuidados da prole.

A militância dessa entrevistada se faz presente inclusive no espaço privado, na forma como estabelece a sua relação afetiva. Segundo ela, seu esposo está ciente do seu posicionamento político na vida: (...) “digo a ele que sou uma mulher negra e se ele me quer, ele tem que me querer enquanto uma mulher negra! É assim que eu estabeleço minha relação, onde eu estiver”. Percebe-se nessa fala de Eritréia uma ruptura nos tradicionais papéis de gênero. Enquanto Eritréia se afirma como mulher negra no espaço público e político, na militância, defendendo que a mulher negra deve assumir o controle da própria vida, seu marido atua mais na área cultural e no âmbito privado, tomando conta da filha quando a entrevistada viaja. Relação que reflete as conquistas femininas e as mudanças no interior das relações conjugais de famílias negras.

Eritréia advém de uma família constituída de quatro filhas e dois filhos, mãe e pai, num total de oito pessoas, sendo que dois irmãos não chegaram a nascer. Hoje, sua família possui sete integrantes: sua mãe, suas três irmãs e seus dois irmãos. Seu pai é falecido.

Seus pais nasceram no interior de Minas Gerais, segundo ela: “na roça, em Dom Joaquim, Zona da Mata”. Um lugar familiar e muito bonito, onde seu avô por parte de mãe tinha uma fazenda em Conceição de Mato Dentro.

Seu pai exerceu a profissão de pedreiro até os 32 anos, quando adoeceu e passou a ter problemas mentais, tendo que abandonar o trabalho e ficar sob os cuidados de sua mãe que sempre fora dona de casa. Assim ela descreve:

(...) minha mãe teve que trabalhar. Ela trabalhava lavando roupa para fora. Minha mãe sempre foi lavadeira. E depois ela começou a trabalhar com cozinha. Virou cozinheira; trabalhou uns onze anos num hospital público e se aposentou numa Rede de Supermercados.

A mãe de Eritréia, assim como a de Suazilândia e Ruanda, é um indício de que as mulheres pobres, principalmente as negras, há 30 anos já se assumiam como chefes de família, por motivo de doença, perda ou ausência de seus cônjuges. Lilia Montali (2006), ao analisar os arranjos familiares para o mercado de trabalho, nos anos 90, aponta que o crescimento do número de mulheres no papel de chefe de família ocorre em decorrência de dois fatores: a) taxa de desemprego dos cônjuges e filhos/filhas; b) diminuição da renda familiar. Além destes, considero um outro fator relevante para esse aumento: o elevado índice de mães solteiras, seja por falta de planejamento familiar - caso da Ruanda - seja por opção de maternidade independente - caso de Luanda. As chefes de famílias, segundo essa autora, mesmo com empregos precários, têm contribuído para além da garantia de recursos de sobrevivência, atenuando o empobrecimento das famílias. Assim como contribuíram também as mães das entrevistadas, há 30 anos, ao assumirem o sustento da família.

Foi com suas economias que a mãe de Eritréia comprou um lote na região Oeste, com sua tia, e construiu a casa própria. Nesse lote, Eritréia cresceu e conviveu não só com suas irmãs e irmãos, mas também rodeada de primas e primos. Essa convivência lhe rendeu muitos momentos de brincadeiras e travessuras, um lado bom da infância em que, apesar de muita dificuldade financeira, ela pôde brincar e cantar muito, além de dançar, pois sonhava ser uma dançarina.

Os pais de Eritréia cursaram até o 4º ano primário. Possuem um Certificado de Conclusão de Educação Básica. Ao contrário da família de outras entrevistadas, Eritréia não foi a única a concluir o ensino superior. Um de seus irmãos cursou Ciências Contábeis e o outro cursa Administração. Mas, como nas trajetórias das demais entrevistadas, a maioria de suas irmãs concluiu somente o Ensino Médio.

Esse pouco tempo de escolaridade dessas famílias negras e pobres é confirmado por pesquisas que articulam raça e escolarização: Carlos Hasenbalg (1982); Nelson Silva (2000); Tereza Alves e Francisco Soares (2003). Quando comparada à trajetória das pessoas brancas

esse quadro fica ainda mais alarmante (Henriques, 2000). Embora tal situação esteja mudando aos poucos, esses autores e essa autora chamam a atenção para o fato de que essa desigualdade ainda persiste.

Eritréia reconhece essa mudança. Segundo ela, hoje seus irmãos e irmãs têm mais chances de ingressar em seus almejados cursos superiores, porque “agora está menos complexo como era em minha época. Agora existe o Pró-Uni, as políticas afirmativas, algumas que já incluem o sistema de cotas. Tem tudo isso aí!”

Uma de suas irmãs, a mais nova, formou-se em magistério, mas, atualmente, trabalha no comércio. Ela tentou ingressar por duas vezes no curso de Psicologia. Passou nos vestibulares, mas não conseguiu prosseguir os estudos no ensino superior devido aos escassos recursos financeiros. E suas duas outras irmãs fizeram o científico e, no período da pesquisa, uma trabalhava mais em casa e a outra no comércio. O irmão formado em Ciências Contábeis trabalha na administração de um colégio privado. Seu outro irmão está terminando o curso de Administração Empresarial e trabalha numa empresa de informática, como administrador.

Segundo a entrevistada, o relacionamento e a educação familiar foram marcados pelo pai “light” e a mãe mais rígida, mas nada que interferisse na tranqüila relação familiar. Eritréia¹⁷ tornou-se uma referência para a família, assumindo até o papel de filha e irmã mais velha, o que de certa forma pode ter interferido na relação com a irmã mais velha:

Eu acabei assumindo o papel de irmã mais velha. Até minha irmã mais velha me via um pouco como referência E era uma relação boa. Às vezes, pintavam umas brigas, uns ciúmes e coisa e tal, mais com essa minha irmã do que com os outros. Mas, era uma relação de: “Eritréia, me socorra!” Assim, sabe?! E tem uma coisa ainda de “Eritréia me socorra”, até hoje, assim (risos...) na minha família. (Eritréia, 45 anos)

O lugar central que Eritréia assume na sua família é muito semelhante ao narrado por Namíbia. Constatamos que as capacidades de articulação, de tomar decisões, de atuar em grupos e de liderança são características marcantes na atuação coletiva e pública e também estão presentes na esfera privada de algumas entrevistadas. Essas mulheres tornam-se referenciais, tanto em suas famílias quanto nos espaços políticos e profissionais onde atuam. A construção desse perfil varia de entrevistada para entrevistada. No entanto, percebe-se que ele é formado numa articulação entre trajetórias pessoais - familiares - e trajetórias políticas.

A luta pela melhoria das condições de vida da família nuclear, o exemplo de pais e mães - com as ambigüidades e os modos diferentes de educar - apresentam-se, nesta pesquisa, como fatores marcantes das trajetórias das mulheres negras entrevistadas. Nesse contexto, a questão

racial e de gênero aparecem ora de forma explícita, como ação educativa intencional das famílias, ora de forma implícita, como mote da ação política do grupo do qual participam.

A educação da família de Eritréia foi marcada pela religião católica e pelo envolvimento de seus pais em Movimentos Sociais, a partir de 1970. A mãe de Eritréia atuou em vários Movimentos Sociais e, por várias vezes, foi líder. Contudo, sua liderança se deu de outra forma: “Era liderança, mas não como presidente e tal. Mas como alguém que vivia sempre, tomando a iniciativa na mobilização das pessoas quando participava da Associação de Bairro”.

Sua mãe, mesmo com tantas dificuldades decorrentes da doença de seu pai, educou as filhas e filhos numa perspectiva crítica, fazendo com que todos participassem de Movimentos Sociais. Uma família totalmente militante, mas com diferentes níveis de engajamento:

Todo mundo da minha casa acabou participando. Meus irmãos, alguns mais engajados, outros menos. Tenho uma irmã mais velha, que acho que ela está um pouco surtada com o movimento. Não conseguiu tocar a vida. Ficou só por conta de fazer movimento. (Eritréia, 45 anos)

A realidade socioeconômica da família de Eritréia foi marcada por muita pobreza e escassez. Principalmente depois do adoecimento de seu pai, o que fez com que todos - filhas e filhos - começassem a trabalhar cedo para ajudar sua mãe, que se tornou chefe da família:

O lado triste é a pobreza. Eu fui muito pobre, muito pobre mesmo. Pobre de marré de si. (risos de ambas...) Não tinha nada. E até o caderno da escola era de capa preta, folha preta que a escola doava, porque caso contrário não estudava. (Eritréia, 45 anos)

Essa condição marcou todas as fases de sua vida, mas não a impediu de prosseguir nos estudos, concluindo, inclusive, o curso superior.

I.II.III.II - A trajetória escolar

Eritréia é formada em História por uma Universidade confessional de Minas Gerais. Sua trajetória escolar se deu, num primeiro momento, numa escola da rede pública de Belo Horizonte e, em outro, em várias escolas privadas custeadas, a princípio, por bolsas de estudo: “do primeiro ao quarto ano eu estudei em escola pública. Depois, eu estudei em escola particular. Era de periferia, pobre, mas escola particular”.

¹⁷ Esta é a mesma situação da Luanda. A diferença é que esta explicitou não ter tido uma relação conflituosa e Eritréia deixa subentendido.

Essa fase escolar, da 1ª à 4ª série, não lhe traz boas recordações, devido à ocorrência de práticas racistas da parte dos e das colegas que, de certa forma, contavam com a cumplicidade das professoras. Por isso as considerava negligentes quanto ao tratamento da questão. Entretanto, ela reagia a qualquer tipo de prática que a desmerecesse ou ofendesse.

Na infância, tinha um menino na minha sala que cantava assim para mim: “estou amando loucamente, uma criulinha que só tem dois dentes. Olha a cara dela: até o cabelo dela é de arear panela.” Isso ficou gravado. (...). Claro que eu briguei muito com ele. Eu fiquei muito agressiva. (...). Então, a professora chegou e nem perguntou o porquê da briga. Já foi logo me colocando de joelho, virada para o quadro, porque eu tinha batido no menino dentro da sala de aula. Mas, ele cantava direto essa música para mim e ainda puxava minhas tranças. (...) Ele me xingava e eu respondia. Tinha que dar o troco! Eu nunca fui de levar desaforo para casa, não. (Eritréia, 45 anos)

A quinta série iniciou-se quando passou no exame de admissão numa escola pública no bairro São Geraldo. Um aspecto interessante que ressalto, brevemente, é que enquanto a Luanda, implicitamente, teceu uma comparação entre as escolas públicas de sua época com as de hoje, Eritréia deu destaque à sua submissão ao exame de admissão, obrigatório na época, para ingressar na 5ª série da escola pública. Algo que Luanda não vivenciou, embora seja apenas dois anos mais nova que Eritréia. A educação passa por mudanças que podem acontecer num curto espaço de tempo ou em longo prazo.

O primeiro ano, na escola do ginásio, Eritréia não pôde concluir porque sua avó adoeceu e ela teve que abandonar os estudos para acompanhá-la. Mais tarde, ingressou novamente na 5ª série por meio de exame de admissão, desta vez numa escola particular cuja estrutura e funcionamento eram mais rígidos e se assemelhavam ao contexto da época, de Ditadura Militar: (...) “era uma escola que ficava no bairro São Geraldo. O dono dessa escola era um militar. Ele era muito severo, na época da ditadura, imagine. Ele era a favor da ditadura e tudo”.

Essa escola, no entanto, foi marcante para Eritréia por causa de seu professor de História que contribuiu para o início de sua consciência crítica face à situação política do país, marcada pela ditadura militar. Nessa escola, Eritréia estudou até a oitava série, arcando com parte dos estudos. “Eu estudava com meia bolsa na escola até a 8ª série. E minha mãe pagava o resto e quando ela não dava conta, eu pagava”. Nessa época, com 13 anos, Eritréia já havia iniciado sua vida de trabalhadora assalariada numa padaria.

Entretanto, aos 9 anos de idade, tinha experimentado o labor doméstico nas casas de família de sua vizinhança. O curioso era que Eritréia tomava conta de crianças da sua idade e que eram suas colegas de escola:

Eu trabalhava na casa dos outros, tomando conta de outras crianças. Na realidade, trabalhava quando eu tinha 9 anos. Eu estava na 3ª série e já olhava os meninos que moravam perto de casa. Eu trabalhava na casa de D. Maria. Os meninos eram da minha idade, estudavam comigo. (Eritréia, 45 anos)

O segundo grau foi cursado em duas escolas particulares¹⁸, mas sem qualquer auxílio de bolsa. O ônus das mensalidades era rateado entre Eritréia e sua irmã mais velha. No primeiro ano Eritréia esteve desempregada e sua irmã custeou completamente o curso em um colégio que ficava mais distante de sua casa, mas na mesma região. Já os últimos dois anos ela estudou em um colégio localizado mais próximo de sua residência, o que viabilizava sua ida a pé para a escola. Esses dois anos de estudos, nesta segunda escola, foram custeados com seu próprio salário, pois na época trabalhava em vários lugares, especialmente na área do comércio.

Assim que terminou o 2º Grau Eritréia chegou a prestar vestibulares na PUC e na UFMG para a área de comunicação, mas não conseguiu ser selecionada. Depois disso, levou dez anos para lograr o Ensino Superior. Entretanto, não foi no curso dos seus sonhos, mas, sim, em História, numa universidade particular. Para isso teve de vencer as dificuldades financeiras e se afastar temporariamente da militância. O tempo da escola foi invadindo não só outras temporalidades como outros projetos de vida. Essa situação também revela o lugar ocupado pela militância na trajetória dessa mulher. A conjugação entre militância, estudo e sobrevivência, sobretudo para pessoas pobres, acaba gerando certo desgaste. Por isso, novas escolhas precisaram ser feitas e, dentre estas, o afastamento (temporário ou total) da atividade militante. Assim ela nos relata: “eu fui estudar. Para estudar, além de arcar com os altos custos financeiros eu tinha de optar: ou estudava ou militava. Então, optei por estudar e fiquei um pouco afastada”.

I.II.III.III - A trajetória de militância

Sua trajetória de militância foi permeada por participações em vários Movimentos Sociais: desde a militância de base, no bairro e na igreja, até a liderança em diversas instituições e organizações de âmbito nacional. A atuação militante constituiu-se numa espiral

¹⁸ Vale lembrar que na época de estudo das entrevistadas, a escola pública era destinada a quem tinha melhores condições financeiras, enquanto que a privada aos mais pobres. A inversão de público das redes públicas e particulares ocorreu à medida que os movimentos populares reivindicaram a educação como direito. Contudo, a falta de políticas públicas, para manter a qualidade de ensino na rede pública, e o pensamento elitista não favoreceram o mundo escolar a se democratizar como público, no sentido de agregar a diversidade sócio-econômica e racial.

pois, segundo ela, não havia como parar. Assim, a cada militância, Eritréia descobriu novas áreas de atuação política e outras formas de participação e demandas reivindicatórias, dando-lhe novos significados de vida e novos horizontes. Eles não só foram espaços de socialização, de tomada de consciência crítica como também foram e são espaços de sua formação sociocultural e política. Segundo Eritréia, a militância nos movimentos de Bairro, Negro, de Mulheres Negras e a partidária, não só lhe deu régua e compasso, parafraseando Gilberto Gil, ou seja, um rumo à sua vida, mas, também, à de suas irmãs e irmãos.

A sua primeira militância foi no Grupo de Jovens da Igreja Católica, à frente de muitas discussões políticas e atividades em favor da melhoria do bairro, junto à Associação de Moradores, situada na região nordeste de Belo Horizonte. Sua trajetória de militância, bem como a de suas irmãs e irmãos, começou por meio de seus pais, sobretudo de sua mãe.

Nesse grupo de jovens havia pessoas envolvidas no processo de criação do Partido dos Trabalhadores - PT, em Minas Gerais, possibilitando a Eritréia conhecer e identificar-se com as idéias do partido para, em seguida, nele ingressar. Foi a partir das discussões feitas no partido que ela soube da existência do Movimento Negro: (...) “em 86 eu comecei nessa trajetória da questão racial. Daí eu fui militando no partido e no movimento em geral.”

O círculo de uma militância contínua em diversos movimentos se efetivou por volta de seus 17 para 18 anos. Do movimento de bairro Eritréia passou a militar no PT e no Movimento Negro e, mais precisamente, no Coletivo de Mulheres Negras. Isso levou à construção de uma organização só de mulheres negras, um Coletivo de Mulheres Negras, por volta de 1988, após um encontro em São Paulo.

Em todos esses Movimentos Sociais Eritréia esteve à frente das discussões, reflexões e reivindicações, elaborando atividades de manifestação e mobilização. Esse espírito de liderança foi algo herdado de seus pais, sobretudo de sua mãe.

Sua militância sofreu alguns intervalos, ora por questões políticas, ora por questões pessoais. Assim, em 1986, abandonou a atuação religiosa, apesar do custo emocional muito forte, pois, segundo ela, “ a atuação nesse espaço preencheu um vazio que tinha e me tirou das possibilidades ruins que a gente tinha na frente e tal. Eu de certa forma, optei por um caminho correto, assim, digamos, politicamente correto.”

Eritréia, a partir de 1990, ficou mais envolvida com o Movimento de Mulheres Negras, mas com uma atuação menos intensa, devido a sua dedicação à faculdade. Quando concluiu o ensino superior, logo voltou ao trabalho da militância. Eritréia chegou a trabalhar no Sindicato dos Professores Estaduais e depois, por mais de um ano, foi assessora política de um deputado

estadual do PT. Depois de formada no ensino superior atuou como professora por dois anos na rede estadual de Minas Gerais, conciliando o trabalho profissional com a militância.

Para se ter uma dimensão do envolvimento de Eritréia com a militância, ressaltamos que, no momento da entrevista, exercia consultorias para a UNESCO em Políticas Públicas e trabalhava com comunidades quilombolas como assessora da SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Além da consultoria, Eritréia era presidente de uma Fundação sobre a Cultura Negra e fazia parte da coordenação nacional da CONEN - Coordenação Nacional de Entidades Negras e do Coletivo de Combate ao Racismo do PT.

Nas atividades desenvolvidas por Eritréia entrelaçam-se a atuação profissional e a militante. Através da CONEN organiza encontros nacionais, tanto de mulheres negras como do encontro geral, como os que aconteceram em Salvador, em Julho de 2006. Pela Fundação, faz manifestações em prol da implantação das ações afirmativas nas universidades públicas, sendo a Política de Cotas o carro chefe das campanhas. Da mesma forma luta pela aprovação, no Senado, do Estatuto da Promoção de Igualdade Racial e luta pela consolidação do NUPAN - Núcleo de Parlamentares Negros.

Com outras entidades ligadas ao Movimento Negro e o Movimento de Mulheres Negras, Eritréia participou de encontros a fim de viabilizar um documento que comprometesse o candidato à presidência, Lula, caso conquistasse um novo mandato, com as causas dos Movimentos Sociais e com as questões raciais. Pelo partido - PT - participava da elaboração de estratégias de campanha e de programas de governo, especialmente no campo racial, que garantissem a reeleição de Lula.

Podemos dizer que a sua atuação não se restringe à questão racial. A questão de gênero é também muito presente. Prova disso é a sua participação no II Encontro Nacional de Mulheres Negras da CONEN realizado em Salvador, no ano de 1991. Com as demais mulheres negras da coordenação nacional da CONEN Eritréia idealizou, planejou e efetivou o encontro.

A trajetória de militância de Eritréia foi herdada da família. O movimento de igreja, o partido político, o Movimento Negro e o Movimento de Mulheres Negras podem ser considerados espaços de socialização, de formação, de politização, de tomada de consciência crítica e de intervenção política. Foi por meio dessa militância que vislumbrou novos horizontes para sua vida.

I.II.IV - Suazilândia: militante na área da educação

Suazilândia nasceu em dezembro de 1953, em Belo Horizonte, numa família de condição financeira um pouco superior à das demais entrevistadas. Mesmo que esta entrevistada tenha tido alguns momentos de dificuldade, após a morte de seu pai, as condições nas quais foi criada e educada estavam acima da média da maioria da população negra e demais entrevistadas, especialmente para aquela época.

A atuação militante de Suazilândia é construída na articulação das questões raciais e de gênero, sendo tecida mais no campo da educação do que no Movimento de Mulheres Negras propriamente dito. Não obstante, fez parte do rol de mulheres negras citadas como referência pelas mulheres atuantes em organizações do Movimento de Mulheres Negras, como Zâmbia e Eritreia, devido ao fato de alguns de seus trabalhos de destaque nacional estarem ligados à questão racial.

Além dos momentos da entrevista pude também acompanhar de perto um de seus trabalhos sobre a questão racial e a formação de docentes. Tal atividade foi realizada em maio de 2006, no seminário A “Educação dialogando com a História do Samba”. Este evento foi fruto da parceria estabelecida entre a Secretaria de Educação de Minas Gerais e o Projeto “Co(a)ntando a História do Samba”. Suazilândia, durante a entrevista, trabalhava na Secretaria Estadual de Educação e era responsável pelo desenvolvimento de um Projeto de Formação docente acerca das africanidades, em parceria com o referido projeto.

I.II.IV.I - A família

A família de Suazilândia é constituída de quatro filhas e seu esposo, num total de 6 integrantes. Uma de suas filhas é casada com um africano. Os dois vivem na África do Sul. As demais filhas são solteiras e moram com Suazilândia e seu esposo. Este é aposentado há alguns anos, como técnico na área de engenharia mecânica, e não atua em nenhum espaço de militância. Suas duas filhas mais velhas, entre as quais a que vive na África, possuem formação em curso superior. As duas mais novas estão ainda cursando o Ensino Médio e, sempre que podem, participam como apoio dos eventos sobre a questão racial, organizados pela entrevistada.

Antes de constituir sua família, Suazilândia vivia com sua mãe, seu pai, sua avó materna e mais quatro irmãs e seu único irmão, num total de 8 pessoas. Seu pai faleceu quando tinha sete anos e sua mãe que, até então, não trabalhava fora, tornou-se provedora da família. Suazilândia residiu com essa família até os 21 anos, quando se casou.

Sua mãe nasceu no interior de Minas Gerais, numa cidade localizada na Serra da Saudade onde, segundo a entrevistada, havia e há muitos remanescentes de quilombos. Sobre o seu pai ela diz: era “um negro maravilhoso, retinto, de quase dois metros de altura, lindíssimo!” Ele nasceu em Conselheiro Lafaiete. Suazilândia conheceu sua avó paterna e seus avôs apenas por fotos. Segundo ela, sua avó paterna era negra de olhos azuis e seu avô paterno um negro “retinto”.

Seu pai era chefe de serralheria e possuía boa condição financeira, o que garantia todo o sustento da família sem que sua mãe precisasse trabalhar. Só estudou até a 4ª série do Ensino Fundamental. Após sua morte sua mãe trabalhou por um tempo como empregada doméstica e depois se tornou cozinheira, trabalhando para personalidades políticas e famosas, até conseguir ser cozinheira da Previdência Social. Neste cargo ela se aposentou. Estudou somente até a 2ª série, mas, segundo ela, sua mãe “lia muito bem, para exercer a profissão foi obrigada a exercitar a leitura e o aprendizado das receitas, etc. Ela tinha uma sabedoria.”. Na época da entrevista sua mãe estava com o mal de Alzheimer.

Duas irmãs de Suazilândia possuem formação superior. A mais nova formou-se em Assistência Social e trabalha exercendo a profissão. A outra se formou em Teologia. Seu irmão possui só o 2º Grau - Ensino Médio, com formação em Contabilidade. Aposentou-se nessa profissão, mas continua trabalhando na área. Outra irmã também só cursou o 2º Grau, mas fez “científico.” De todas as irmãs, apenas uma não prosseguiu os estudos no 2º grau ou no ensino superior, concluindo apenas o 1º grau - ensino fundamental, por opção. Com exceção desta todas as mulheres da família de Suazilândia cursaram o magistério e exerceram a profissão de professora até se aposentarem. Essa trajetória profissional tão semelhante teve uma forte influência de sua mãe. Segundo Suazilândia,

(...) ser professora era profissão de mulher. Achava-se que o magistério era um lugar que só tinha mulher trabalhando. Isso porque você trabalhava somente quatro horas e, no outro tempo, você poderia cuidar da casa. Era uma profissão muito legal para as mulheres, porque os homens aceitavam as mulheres com mais facilidade. As escolhidas eram aquelas que se formassem como professoras. Este era o pensamento de minha mãe. (Suazilândia, 54 anos)

O relacionamento familiar de Suazilândia se dava entre famílias porque no terreno de sua residência moravam também seus parentes: tias, tios, primas e primos. Nesse clima interfamiliar Suazilândia explicita que o relacionamento “era muito legal. A minha casa era um grande quilombo. Mas um quilombo de verdade. Um quilombo urbano”. E mesmo após a morte de seu pai, quando as dificuldades maiores emergiram no meio familiar, o

relacionamento não mudou. Suazilândia diz que (...) “isso, não me deixou marca nenhuma. Lembrança que pudesse me atrapalhar de alguma forma, porque essa fraternidade quilombola era muito maior do que as dificuldades que a gente passava”.

É importante destacar que o entendimento de Suazilândia sobre quilombo não remete à idéia propagada na historiografia oficial em ser uma habitação de negros escravos fugitivos. Sua compreensão vai ao encontro do conceito que Kabengele Munanga e Nilma L. Gomes (2004:70/75) apresentam, com base na antropologia, como sendo uma associação aberta de homens e mulheres. Um espaço de reunião fraterna entre pessoas livres, relacionadas por laços de solidariedade e convivência “resultante do esforço do povo negro escravizado em resgatar sua liberdade e dignidade por meio da fuga do cativo e da organização de uma sociedade livre”, transparecendo a resistência negra. O termo Kilombo originou-se da língua banto umbundo, do povo ovimbundo, referindo-se a um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central. A partir dos 70 e 80, quilombo passou a ser usado para definir as comunidades negras rurais, mas não perdeu o caráter de ser uma “experiência coletiva dos africanos e seus descendentes, uma estratégia de reação à escravidão, somada à contribuição de outros segmentos com os quais interagiram em cada país, como no caso do Brasil, notoriamente os indígenas.”

A educação de Suazilândia, suas irmãs e irmãos, foi pautada em uma educação de gênero, com a distinção de papéis femininos e masculinos. Era uma educação que primava por uma visão conservadora de “ser mulher”, conforme a descrição dessa entrevistada. Suazilândia e suas irmãs foram educadas para serem boas mães de família e donas de casa. Todas aprenderam a costurar, bordar, cozinhar e a tocar algum tipo de instrumento musical - piano, violão, violino - a fim de serem prendadas e cumprirem com o papel de mulher, conforme o pensamento de sua mãe e de sua avó. Já seu irmão, único filho, foi educado sem afazeres domésticos, ou seja, teve uma educação conforme as representações masculinas.

Guacira Louro (2000) menciona que por meio de processos culturais geram-se as relações de gênero, as identidades e sexualidades ancoradas em rituais, linguagens, símbolos, representações, imaginários e convenções políticas e culturais estabelecidas em relações de poder. Ou seja, esses processos estão imersos em modos culturais e plurais que vão ditando por discursos, regras, convenções e simbologias formas de tornar-se mulher e homem, conforme o contexto em que se encontram. Nessa perspectiva Suazilândia, por intermédio dos discursos e da educação empregada por sua mãe e avó, foi assimilando e incorporando as projeções que elas faziam e o modo como entendiam que uma mulher deveria se comportar, agir e relacionar.

Foucault (1988) ajuda-nos a compreender os efeitos dos discursos produzidos ao refletir que os mesmos imprimem regulação, normalização e, sobretudo, instauram saberes produtores do que socialmente convencionou-se aceitar como verdade. Os discursos focalizados por esse autor, porém, não se encontram apenas na perspectiva dos dizeres. Eles estão presentes e agem também pelo que não é dito, expressam-se por um conjunto de mecanismos reguladores. Esses mecanismos englobam heterogêneos símbolos culturais, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, dentre tanto outros. Assim, a mãe e a avó de Suazilândia também passaram por vários mecanismos de formação feminina, conforme as normatizações e discursos de suas épocas. E, ao concebê-los como “verdades” acerca dos ditos papéis das mulheres, essas antecessoras de Suazilândia elaboraram e reproduziram uma educação e formação feminina que julgavam mais pertinente e apropriada ao contexto social e que não rompia com os modelos e as convenções femininas. As antecessoras de Suazilândia julgavam que a favoreciam na sua relação social e afetivo-sexual. Enfim, a mãe e avó dessa entrevistada imprimiram ações pedagógicas de constituição e formação de um padrão de mulher talhada para a sobrevivência social.

Em sua família o estudo sempre foi visto como eixo e estrutura de uma vida. Já a concepção racial de sua família apresenta um viés integracionista e de assimilação do próprio preconceito racial. De acordo com Suazilândia o discurso familiar era de que, por serem negros, eles precisavam se portar, andar e falar de forma distinta da população negra em geral, como forma de se integrarem à sociedade e, por conseguinte, ascenderem socialmente. A avó de Suazilândia refletia e a aconselhava: “olha se nós somos inferiores mesmos para nós conseguirmos alguma coisa, temos que ser três vezes melhor do que todo mundo. (...). Olha vocês não vão se misturar.”

Essa fala da avó da entrevistada nos aponta o quanto a família - precisamente os adultos - planejava o futuro das gerações mais novas. Planejamento que tinha como base a educação e as reflexões sobre o racismo, o que pode contribuir para sucessos escolares.

Bernard Lahier (2004) afirma que é necessário ter cautela com as análises sobre os sucessos escolares de camadas populares, para que não se reduza tudo a um ou outro fator. As contribuições parentais devem ser vistas num conjunto. Ou seja, verificando as relações de interdependência entre os elementos da realidade social e a relação da família com a socialização escolar, mais precisamente a intencionalidade, a existência de um projeto, mesmo que não seja de forma consciente. O que vale é a presença, o envolvimento constante da família no processo de ensino-aprendizagem.

Para Nadir Zago (1999), famílias de camadas populares, como a de Suazilândia, constroem significados de vida a partir de seu envolvimento com os estudos dos filhos, que lhes permitem serem sujeitos ativos no processo de escolarização. Essas famílias, como a da entrevistada, desenvolvem estratégias¹⁹ simbólicas e materiais para viabilizar sucessos tanto no meio escolar quanto no mundo, por meio dos estudos. Assim, analisar os sucessos escolares requer, num contexto situacional, a análise da interdependência de elementos que configuram realidades singulares, a saber: as condições e disposições econômicas, as formas familiares de cultura escrita, a ordem moral doméstica, as formas de exercício da autoridade familiar e os modos familiares de investimento pedagógico. Pois o sucesso não está circunscrito à presença de um capital cultural nas relações familiares “mas reside principalmente no modo como ela é vivenciada (positiva ou negativamente) e se suas modalidades são compatíveis com a forma de socialização escolar” (ibidem, 1999:04).

A educação familiar de Suazilândia foi permeada pelo reconhecimento do seu pertencimento étnico-racial e, ao mesmo tempo, pela introjeção de uma leitura conformista e preconceituosa sobre a própria condição de negro, da qual eles eram orientados a se diferenciar. Uma família negra racista? No contexto das relações raciais no Brasil tal afirmação seria precipitada. Pode-se dizer que é uma família negra com algum nível de ascensão social, numa sociedade racista, expressando na forma de interpretar a sua condição racial as ambigüidades do racismo brasileiro. Um racismo que aparentemente integra, mas que, como todo racismo, é altamente excludente.

I.II.IV.II - A trajetória escolar

Suazilândia é formada em Pedagogia por uma universidade particular de Minas Gerais. Sua trajetória escolar foi marcada por duas fases. Uma em escolas públicas e, a segunda, em escolas particulares.

O 1ª Grau foi cursado em escola pública, devido às dificuldades financeiras após a morte de seu pai. No período “ginasial”, estudou numa instituição filantrópica que não cobrava mensalidades. Ela foi a única que iniciou os estudos em escola pública. Estudou as primeiras séries do Ensino Fundamental em duas escolas estaduais. Em uma delas, Suazilândia conta que pôde perceber o tratamento diferenciado que recebia dos demais

¹⁹ Zago se apóia em Portes para compreender o conceito de estratégias, uma vez que este o entende como sendo “o conjunto de práticas e atitudes ideológicas ou morais que – consciente ou inconscientemente – cada grupo social põe em prática com uma determinada finalidade, no caso de seu estudo, a longevidade escolar” (Portes, 1993, p.17).

colegas, por causa de sua cor de pele e seu cabelo. Além disso, foi alvo de práticas de discriminação de sua professora:

E eu argumentei e ela não acreditou nos meus argumentos e me desqualificou. Naquele momento, eu percebi, mais uma vez em função de todas as coisas que aconteciam na escola, que naquele momento eu não levada a sério. **E aquilo tinha a ver com a cor da minha pele, minha condição sócio-econômica, meu cabelo despenteado para elas, porque eu ia de trancinha.** (...) Então, logicamente, essa figura de trancinhas, não era figura que a professora achava bonita na escola. (Suazilândia, 54 anos – destaques meus)

No 2ª Grau Suazilândia já possuía outra condição socioeconômica. Suas irmãs e seu irmão estavam trabalhando. Sua mãe, portanto, teve condição de matriculá-la numa escola particular, onde suas irmãs haviam se formado em magistério. Suazilândia aponta que tal escola era de classe média e “os professores eram preconceituosos”, como se pôde ver no seu relato abaixo:

As meninas eram muito preconceituosas, os professores eram preconceituosos dessa escola São Pascoal que não era pública. Ah!... uma coisa que marcou muito e que eu faço questão de te contar, é o que a professora de português fazia. No primeiro dia de aula, a professora de português, primeiro ano de magistério. (...) Uma das meninas que tinha vindo do interior e chamava-se Rita, esta professora de português ACABOU com essa menina. Mas quando ela acabou com esta menina, ela acabou com todas nós, as cinco pessoas que estavam... que ela simplesmente falou: “isso é um absurdo! Entram essas pessoas...” Alto e em bom tom (engasga um pouco) para todos pudessem escutar. Éramos 33, cinco de fora. “Um absurdo! Vem este povo de fora e não sabe nem escrever. Olha que absurdo, menina! Você nem sabe escrever essa palavra!” **Mas, ela acabou com essa menina, desqualificou essa menina o tempo inteiro. “Que escola é esta que você estudou. (...) Então, quando ela desqualificou essa menina Rita, ela tava desqualificando todas nós, as meninas e eu. Eu negra e a Rita também. (,,,)” Ela era muito preconceituosa.** (Suazilândia, 54 anos - destaque meu)

Acerca desta fala de Suazilândia, Ricardo Henriques menciona que:

O racismo estrutural brasileiro, geralmente negado e ocultado, institui, portanto, mecanismos e práticas discriminatórias no interior da escola. Esse racismo no interior da escola se traduz, de forma contundente, nos indicadores educacionais de crianças e jovens no ensino fundamental. Para além das desigualdades ditas de classe, apresentam-se, de forma explícita, as desigualdades raciais. (Henriques, 2002:94)

Nessa escola do 2º grau, só estudavam *mocinhas* e, destas, Suazilândia lembra que dez eram negras e estudavam na mesma turma. “Provavelmente, havia outras mocinhas negras, mas não as conhecia ou as via”. Nessa escola também foi alvo de práticas preconceituosas desenvolvidas por sua professora de português. Esta desqualificava e humilhava Suazilândia e suas colegas oriundas de escola pública, por considerar que não sabiam escrever direito ou

não tinham capacidade. Para Suazilândia, todas as escolas deixaram marcas de preconceitos, discriminação e racismo. Entretanto, ela conseguiu superar as experiências negativas.

I.II.IV.III - A trajetória de militância

A trajetória de militância de Suazilândia se diferencia das demais entrevistadas uma vez que as outras participaram de várias organizações do Movimento Negro, do Movimento Feminista e do Movimento de Mulheres Negras por questões pessoais, relacionais, idealistas. Durante a entrevista Suazilândia demarcou que a sua inserção nos Movimentos Sociais ocorreu, principalmente, devido à realização de trabalhos raciais na área da educação, embora tenha iniciado sua trajetória nos movimentos juvenis ligados à Igreja Católica.

O seu envolvimento nos movimentos é marcado mais pela questão profissional e identitária. Segundo ela, sempre se viu como uma mulher negra devido às suas características físicas e sua ancestralidade, como eram os casos de sua avó materna e seu pai. Trata-se de uma militância política em outros moldes, construída no interior de um campo profissional considerado estratégico para o Movimento Negro, a saber, a escola da educação básica.

Antes de desenvolver trabalhos que a levassem à militância, na adolescência e juventude, Suazilândia participou de um grupo de jovens da Igreja Católica, denominado Movounião, cujo significado não lembrava. Na juventude, também chegou a participar do grêmio estudantil de sua escola, como uma das lideranças. Em 1968, uma de suas irmãs, que já fazia o magistério, participou do MOBREAL, contando com o auxílio de Suazilândia.

Nessa mesma época, o grupo Panteras Negras nos Estados Unidos era alvo da mídia e Ângela Davis se destacava. Suazilândia, na medida do possível, adquiria algumas revistas que falavam do assunto, porque *adorava* ler as matérias sobre o grupo Panteras Negras. Chegou a colecionar pôsteres dos mesmos, como ela nos revela: “eu parava nas bancas de revista e ia ler sobre os Panteras Negras. Eu pedia os pôsteres e colava na parede do quarto. Então, tinha o pôster imenso do Zumbi que eu não sabia quem era direito”.

A partir dessas revistas, Suazilândia conta que foi aprimorando seu conhecimento sobre os Movimentos Sociais e cada vez mais se identificando com os mesmos. Essa parte da trajetória da entrevistada exemplifica o plano relacional da construção da identidade negra. A identidade não se constrói no isolamento. É na relação com o “outro”, com a sociedade, com as imagens, com as representações que a identidade negra é construída. No caso de Suazilândia, a sua identidade se construiu em espaços e momentos fortes: uma família que se organizava de forma muito coletiva em torno das tradições afro-brasileiras e que, ao mesmo tempo, introjetava uma visão preconceituosa de “ser negro” na sociedade e a construção de

referências positivas sobre a população negra, oriunda de movimentos negros na esfera internacional. Embora seja uma dimensão importante, não é só no plano local que as mudanças e indagações identitárias mais profundas acontecem. O global também traz questionamentos novos para as vivências cotidianas. Por isso a ampliação do universo sociocultural se faz importante nos processos de formação humana.

Mas o primeiro contato de Suazilândia, de fato, com os Movimentos Sociais, sobretudo o Movimento Negro, foi a partir de sua irmã e do cunhado, namorado de sua irmã. Por meio deles Suazilândia e sua família passaram a ter “visão de que existia o Movimento Social Negro”, existência que não era do conhecimento dela e da família.

Suazilândia, após casar-se, residiu em outras cidades e exerceu o magistério em escolas públicas e particulares, desenvolvendo trabalhos étnico-raciais, com temas sobre a identidade da criança negra e a história do povo negro dentre outros. Esses trabalhos causavam impacto por onde lecionava. Por causa disso, Suazilândia foi convidada por sua irmã, que já militava no Movimento Negro, a desenvolver trabalhos pedagógicos para crianças, adolescentes e jovens na Casa Dandara.

Em 1991 Suazilândia iniciou sua militância no Movimento Negro, com o propósito de desenvolver o Projeto “Criança de Dandara”, embora insistisse que desenvolveu esse trabalho porque era professora, como ela nos conta: “fui trabalhar na Casa Dandara, porque eu já era professora efetiva do Estado.” Ela atuou durante dois anos na Casa Dandara e logo após saiu.

Devido às experiências na Casa Dandara e no Estado, atuando como professora, a entrevistada foi convidada pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais para desenvolver um trabalho intitulado “Zumbi dos Palmares vai às escolas”, integrado ao Projeto “Diversidade e Cidadania”. Estes projetos, segundo ela, foram marcos na Educação Estadual Mineira, pois “foi a primeira vez que a Secretaria Estadual de Minas Gerais falou sobre a questão étnico-racial”. A partir daí, Suazilândia montou uma apostila que foi distribuída para todas as escolas estaduais e lhe serviu como base de seu segundo livro na área da Educação, lançado em 2004. Antes desse trabalho, chegou a publicar o primeiro livro em co-autoria com um professor e amigo.

Em 2000, Suazilândia integrou-se a mais uma organização do Movimento de Mulheres Negras. Desta vez, ela atuou no “Nzinga”, a convite das integrantes desse grupo para organizar e lançar mais um trabalho voltado para a questão racial e educação. Este livro foi distribuído em toda a rede municipal e se estendeu a todas as escolas públicas, em todo o país.

Portanto, a trajetória de militância de Suazilândia se dá, efetivamente, ora no Movimento Negro, ora no Movimento de Mulheres Negras, mas sempre desenvolvendo

trabalhos pedagógicos voltados para a questão racial. Ela desenvolve um outro tipo de militância que privilegia a atuação profissional no campo da educação com recorte étnico-racial. Pode-se dizer que foi seu olhar sobre a educação dos negros que a levou a atuar e ser convidada para atuar nesses Movimentos. Trata-se de um outro perfil de militância que foge aos padrões habituais. Ela possui um perfil político e executivo capaz de traduzir a denúncia do racismo existente na educação - demanda histórica do Movimento Negro - em propostas e alternativas de ação pedagógica. “Eu passei por esses movimentos, porque a minha formação intelectual e moral é direcionada para a militância”.

Suazilândia, em 2006, concluiu uma pós-graduação lato senso em “História da África”, na Universidade onde se graduou. Com este curso e com a entrada em vigor da Lei 10.639/03 pôde desenvolver uma série de trabalhos com docentes sobre a inserção da História e Cultura Afro-brasileira na matriz curricular. Além disso, produziu uma série de materiais que foram lançados em agosto de 2006, no Salão do Livro.

Suazilândia continua no exercício do magistério, como professora de uma escola municipal, desenvolvendo trabalhos sobre a questão étnico-racial e efetivando a implementação da Lei 10.639/03. Além disso, em 2004 e 2005, foi consultora do Ministério da Educação, coordenando um grupo de docentes do Ensino Fundamental na elaboração de materiais para o MEC sobre a questão étnico-racial, lançado no final de 2006 para todo o território nacional.

I.II.V - Zâmbia: mulher negra, militante por “dom” e de família militante.

Em 2007, Zâmbia estava com 50 anos de idade. Nasceu em abril de 1957, em um município pequeno de Conselheiro Pena, uma cidade do interior de Minas, localizada na região do Vale do Rio Doce. Mas não foi criada por lá. Sua família mudou-se quando pequena, por volta dos seis anos de idade, para uma cidade do Estado do Paraná, como nos conta: “eu saí de Conselheiro Pena muito pequena. Fomos pro Paraná por uma situação mesmo de buscar melhores condições de vida”.

Sua trajetória de vida é marcada pela participação em Movimentos Sociais desde a juventude, quando ingressou no grupo de jovens da Igreja Católica, passando pela Associação de Moradores de Bairro, Partido Político, Movimento Feminista, até conhecer o Movimento Negro e o Movimento de Mulheres Negras. Além de Zâmbia, a família toda também participou de algum desses movimentos. Sua mãe e seu irmão mais velho são referências até hoje no bairro onde a família morava.

Zâmbia ganhou destaque na mídia por ser uma mulher negra com atuações no Movimento Sindical e no Movimento Feminista. É também uma das referências relevantes em alguns dos Movimentos Sociais em que atuou e ainda atua. Devido ao destaque na mídia e à indicação de seu nome por outras mulheres, como Luanda e Eritréia, ela foi uma de minhas entrevistadas.

A entrevista foi realizada no seu ambiente de trabalho. Isso me permitiu acompanhar um pouco de perto sua rotina profissional e seu relacionamento com funcionários e demais pessoas. Foi nesse espaço de realização das entrevistas que registrei os fragmentos de memória de Zâmbia sobre sua trajetória de vida e política, para a qual sua família contribuiu muito.

I.II.V.I - A família

A família de Zâmbia é composta por seu esposo, uma filha e um filho. Seu esposo também é militante do Movimento Negro e do Partido dos Trabalhadores. Foi no Movimento Negro que ela o conheceu. Ele é pai de sua filha caçula que, no período da entrevista, tinha 10 anos de idade e estava cursando o Ensino Fundamental na Rede Municipal. Já seu filho tinha 19 anos e cursava o Ensino Médio na Rede Estadual. Ele é filho de seu primeiro companheiro, também militante do PT. Zâmbia fez questão de contar que seu filho e sua filha construíram uma identidade negra positiva desde pequenos e fazem questão de manter uma estética negra, considerada por ela como condizente com esse posicionamento no mundo. No entanto, a entrevistada não se apresenta via uma estética de referência negra, dado curioso que não explorei muito. A educação de seu filho e de sua filha tem como eixo as suas concepções políticas, um dos motivos da questão racial ser tão presente no meio familiar.

Zâmbia vem de uma família pobre constituída por 5 pessoas: sua mãe, seu pai, duas irmãs e um irmão. Seu pai faleceu ainda novo, quando ela era adolescente e ele uns 30 anos. Ele nasceu no interior de Minas Gerais, na cidade de Teófilo Otoni. Já sua mãe nasceu no Rio de Janeiro, capital. Seus pais se conheceram em Conselheiro Pena, onde constituíram família, tiveram filhos e viveram por alguns anos. Depois, a família toda se mudou para o Paraná com perspectivas de melhorar de vida:

Na época, meu pai dizia que no Paraná havia colheita de café e resolveu ir para lá com a família inteira. Eu me lembro que foram 5 famílias em um caminhão. Era esse caminhão que fazia mudança do povo de uma cidade para outra. (Zâmbia, 50 anos)

A mãe de Zâmbia era dona de casa. Mas, quando era época de colheita, ia trabalhar na “roça,” capinava, colhia café e fazia doces. Já seu pai foi lavrador. Antes, foi tropeiro: levava café de Minas para o Espírito Santo. Exerceu essa profissão por um ano e meio. Quando retornou a Minas Gerais conseguiu uma vaga na Copasa, em Belo Horizonte. Trabalhou nessa empresa até falecer. Zâmbia considerava que eles tiveram uma vida muito dura no Paraná, pois assim que sua família chegou seu pai adoeceu e, com a escolaridade precária de seus pais, a situação se agravou: (...) “meu pai não sabia ler e nem escrever o próprio nome. Minha mãe sabia pouquíssimo porque havia aprendido com meu avô”. Embora, sua mãe não soubesse muito, Zâmbia revelou que era preocupada com a preparação de suas filhas e de seu filho para a escola: (...) “apesar de não saber quase nada ela sabia ensinar a gente escrever o nome”.

A entrevistada destaca com orgulho que sua mãe e seu pai tinham uma (...) “inteligência profunda: era uma inteligência muito própria dele e de minha mãe também”. Ela e ele tinham respostas para tudo que lhes perguntassem. Seus avós, seu pai e sua mãe não eram alfabetizados, embora sua mãe ensinasse as filhas e o filho a lerem e escreverem o nome com o pouco conhecimento que possuía. A entrevistada menciona que:

Minha mãe nunca foi à escola e nem o meu pai. Não sabiam ler. Não sabiam escrever. O meu avô também não sabia e nem a minha avó. É tanto que nem os meus tios e nem ninguém da família têm curso superior. Isto é, a minha família não foi uma família que estudou. Os meus tios foram até no máximo ao 2º grau. E os meus irmãos da mesma forma. Nós tivemos o 2º grau, inclusive, com muita dificuldade. Afinal, assim como meu avô não estudou, minha avó também não e os meus pais também não estudaram. A consequência disso foi que não se esforçaram para que os filhos estudassem. Ninguém se esforçou. (Zâmbia, 50 anos)

A fala de Zâmbia revela a tensão entre a necessidade da formação escolar e a sobrevivência, marco na trajetória de muitas famílias pobres. No caso específico, a entrevistada revela que as duras condições de vida levaram sua família a colocar a educação em um plano secundário ou, até mesmo, ter uma baixa expectativa em relação à importância desse lugar, o lugar do saber, na vida deles. Pode-se dizer que é uma forma passiva de lidar com a vida? Sim e não. Essa afirmação poderia ser feita se a família de Zâmbia tivesse condições mais dignas de vida, a ponto de poder escolher se a escola seria uma prioridade na formação das filhas e dos filhos ou não. Além disso, é preciso compreender que, para além de ser uma escolha, a escola é um direito social e, por isso, a inserção e a continuidade nos estudos deveriam ser possibilidades concretas das famílias, sobretudo das pobres.

A história da família de Zâmbia é representativa da história de tantas famílias pobres e do quanto, muitas vezes, fazemos interpretações inconsistentes sobre a relação entre elas e a escolarização de suas filhas e de seus filhos sem considerar as condições de vida e a luta pela sobrevivência que se impõem cada vez mais para os setores populares. Por falta de uma boa condição socioeconômica as perspectivas de vida de sua família voltaram-se para o trabalho, deixando o estudo em um plano mais longínquo e, às vezes, fora de sua realidade:

A minha família é uma família pobre, do interior. Todos, tanto meu avô como minha avó, meu pai, minha mãe, foram lavradores e não se importavam muito com os estudos. Primeiro, porque não tinham muita condição. Não havia escola próxima. Não tinha nada e para eles isso não significava muito. Então, nós pegamos essa herança que era de não estudar. (Zâmbia, 50 anos - destaques meus)

Neste depoimento, Zâmbia reconhece que a falta de motivação por parte de seus pais para o estudo se dava devido à prioridade da sobrevivência já que era uma família com poucos recursos financeiros. A condição econômica e a necessidade do trabalho para sobreviver foram fatores que limitaram a valorização do estudo. Não houve, portanto, um legado familiar de valorização da formação acadêmica. Mesmo não tendo sido estimulados a estudar todos conseguiram concluir a educação básica. Algo que, na época, era ainda mais difícil para as famílias pobres.

A trajetória escolar de suas irmãs e seu irmão, desde o Ensino Fundamental ao Ensino Médio, foi toda realizada em escola pública. Embora ninguém tenha optado por fazer um curso técnico apenas seu irmão se qualificou em eletricidade como bombeiro hidráulico e elétrico. Já sua irmã mais nova aprendeu a costurar desde muito cedo e trabalha como costureira por conta própria. Sua irmã “do meio” é esteticista e massagista. Ela fez cursos de massagem, depilação e outros. Seu irmão mais velho, o bombeiro, atua na prefeitura de Contagem, no setor responsável pelo Projeto de “Promoção da Igualdade Racial”.

Após o falecimento do pai, ela e seu irmão assumiram o compromisso de arcar com as despesas da família e ingressaram no trabalho, ainda bem novos, tornando-se arrimos da família, enquanto sua mãe cuidava da casa e de suas irmãs. Zâmbia conta: “meu irmão, nós dois fomos trabalhar muito cedo. Ou seja, nós não tivemos muita chance assim para a vida. Não tivemos chance nenhuma”.

A educação familiar dessa entrevistada é marcada pela união e pelo carinho e também pela participação na comunidade e nos Movimentos Sociais. A maior referência da família foi

um tio por parte de mãe. Ele estimulou Zâmbia, suas irmãs e seu irmão a ingressaram no grupo de jovens do bairro e, posteriormente, nos Movimentos Sociais.

Sua mãe participou da Associação de Bairros do Morro das Flores, na região oeste de BH, na época conhecido como “São Domingos”. Seu irmão mais velho foi Coordenador Nacional da JOC - Juventude Operária Católica - vinculada à Comunidade Eclesial de Base. A partir daí, sua família se envolveu cada vez mais com os Movimentos Sociais. Esse processo de inserção política e de luta articula-se com a construção de uma relação familiar pautada no afeto, no fato de “a gente estar muito juntinho”. Essa característica da sua família é considerada por ela como algo tão marcante a ponto de a entrevistada a considerar como algo “natural”.

Depois que meu irmão voltou de São Paulo, a gente começou a participar das coisas. E a gente se destacava. Era muito natural da gente. **Eu acho que o fato da gente estar muito juntinho, ter uma convivência carinhosa um com o outro, isso possibilitava, inclusive, a construção da nossa própria vida política na sociedade.** (Zâmbia, 50 anos - destaques meus)

Em 1983, Zâmbia e suas duas irmãs entraram também para a JOC, recebendo pleno apoio da mãe. Sua família ganhou destaque pela atuação coletiva e união, tornando-se a referência do bairro: partilhavam a vida pessoal, a política e a militância:

(...) eu me lembro que lá em casa era tudo bem divididinho. Éramos eu e meu irmão para trabalhar e minha mãe dividia as tarefas. Ela ficava em casa pra cuidar das meninas menores. E eu e meu irmão trabalhávamos para ajudar na casa, para assumir a casa, assim, alimentação, calçado, roupa. (Zâmbia, 50 anos)

Para conseguir sustentar sua família, Zâmbia profissionalizou-se como costureira, desde jovem trabalhando em várias fábricas de roupa. Sua renda era complementada com trabalhos de hora-extra nos finais de semana e/ou faxinas. Zâmbia tem a costura como sua profissão, embora não a exerça mais desde que assumiu cargos de confiança, na prefeitura de BH, a partir de 1992, quando a mesma passou a ser administrada pelo governo petista.

Assim como Ruanda, essa responsabilidade de Zâmbia com a família teve início desde a infância. Aos 7 anos de idade a entrevistada assumiu o trabalho doméstico e o cuidado das irmãs e do irmão para que sua mãe e seu pai pudessem trabalhar no campo. À medida que ela ia crescendo suas atividades aumentavam e o trabalho com a casa se estendia para o campo: a colheita e a capina entraram para sua rotina a fim de aumentar a renda de sustento da família. Zâmbia considera que sua infância foi muito dura. Contudo, a realidade que viveu no campo

limitou o gozo da infância, mas não interferiu diretamente nos primeiros anos da sua trajetória escolar.

I.II.V.II - A trajetória escolar

Até julho de 2006, período da última entrevista, Zâmbia tinha somente o Ensino Médio concluído e traçava planos de prestar vestibular para o curso de Direito. Ela e Ruanda são as duas entrevistadas que não possuem curso superior. Outro diferencial dessa entrevistada é que sua trajetória escolar só começou a partir dos 9 anos de idade enquanto as outras, na mesma idade, já tinham dois ou três anos de estudo. Apesar disso, antes mesmo de entrar para a escola, ela já havia aprendido a escrever seu nome devido aos primeiros ensinamentos de sua mãe que era semi-analfabeta.

A aprendizagem da escrita pelas entrevistadas Zâmbia e Luanda, antes de irem para escola, pode ser compreendida, conforme Bernard Lahire (2004), como um modo de as famílias vivenciarem a escrita e a compatibilidade de ensiná-la às crianças para facilitar a socialização escolar. Essa atitude analisada de forma isolada, entretanto, segundo Lahire, não garante um bom desempenho no processo de escolarização, pois, para conhecer seu efeito, é necessário considerar as relações de interdependência com outros elementos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido a vivência na escola, o tempo de interrupção do estudo, as condições precárias da família são elementos que, na infância, não ajudaram Zâmbia a vivenciar sua escolarização de forma positiva.

Zâmbia cursou as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental no Paraná, numa escola do meio rural. A quarta série foi realizada em outra escola também no meio rural. Essa mudança de escola ocorria por causa do trabalho de colheita que obrigava os pais a migrarem de cidade para cidade. A trajetória escolar acidentada da entrevistada pode ser considerada um exemplo da vida escolar das crianças do meio rural brasileiro.

Nessa escola vivenciou experiências racistas que lhe deixaram marcas. Segundo Zâmbia as crianças não a chamavam para brincar e nem se relacionavam com ela e seus irmãos porque eram considerados “pretinhos”. Essas crianças optavam sempre pelas crianças consideradas “branquinhas”. A entrevistada guarda uma indelével memória sobre essa situação, porque lhe foi algo “muito doloroso”:

Eu me lembro que um dia a menina falou: “eu não vou brincar com você não porque você é preta, seu cabelo é mais ou menos assim. Mas você é preta! Não vou brincar com você. Vou brincar com fulana de tal porque ela é branquinha e tudo.” E aquilo era muito doloroso pra gente. (Zâmbia, 50 anos)

Logo depois de concluir a quarta série sua família mudou-se para Belo Horizonte e Zâmbia ficou sem estudar por cinco anos. Não encontrava estímulo em casa e sua família vivia em meio a crises econômicas. Por volta dos 17 anos de idade voltou a estudar. Da quinta até a oitava série estudou num Colégio Confessional de tradição da cidade. Esse Colégio tinha uma proposta de educação para jovens e adultos com recursos financeiros escassos. Zâmbia explica que “era um curso noturno voltado para pobres e pretos, domésticas e favelados. Era o que tinha na escola”.

Ao contrário da primeira escola a entrevistada possui não só boa lembrança dessa, como expressou ter grande admiração, até hoje, por alguns de seus professores e suas professoras dentre eles, Juarez Dayrell, atualmente professor da FAE/UFMG.

Após concluir o antigo 1º Grau Zâmbia ficou por mais alguns anos sem estudar. A militância e o trabalho, na época, eram suas prioridades. O estudo, naquele momento, não lhe parecia necessário diante das questões sociais pelas quais lutava:

Na época, eu não fazia uma avaliação negativa, não. Parei, porque também trabalhava muito. Mas eu acho que isso não justifica muito. Você tem que trabalhar porque você é jovem, carente mesmo. Então, tem que trabalhar e estudar. Mas, eu não tinha essa avaliação da necessidade de estudar porque também eu não tinha avaliação do futuro, do meu futuro. Eu tinha uma avaliação diferente, porque eu já participava das coisas. A avaliação que eu tinha era de trabalhar com o social. Ou seja, na época, eu tinha a avaliação de que todas as pessoas tinham que ser iguais, por isso eu não tinha avaliação de que ao lutar pelo meu bem-estar estaria contribuindo mais com as pessoas também. E o estudo na época não me fazia muita falta. (destaques meus - Zâmbia, 50 anos)

Nessa avaliação, Zâmbia deixa transparecer que o trabalho não era a justificativa principal para a interrupção do estudo, e sim, o fato de não vê-lo como algo importante para sua vida, sua atuação social e política e para o seu bem-estar. Além disso, o fato de não ter uma pessoa que lhe apontasse o caminho dos estudos ou destacasse a importância do mesmo, pode ter contribuído para o seu afastamento da escola. A preocupação com o social é a marca de sua atuação.

O retorno à escola, para cursar o 2º Grau - Ensino Médio, deu-se por volta dos 25 anos, numa escola pública de Contagem. A necessidade de dar prosseguimento à trajetória escolar, após concluir o Ensino Médio, foi um sentimento recente na época, despertado na sua relação profissional e pela cobrança do mercado de trabalho, que exigia profissionais com qualificação em Ensino Superior. Zâmbia, por algum tempo, chegou a fazer cursinhos pré-

vestibulares, mas seu empenho refletia ainda o lugar secundário do estudo em sua vida. Nem a falta de tempo foi vista, em sua avaliação crítica, como justificativa:

Eu também acho que não é só o tempo. É mais o fato de não dar importância mesmo. Porque esse negócio de tempo você faz. E quando você não dá muita importância, você acaba dizendo que é o tempo. O tempo ajuda, mas não é. A gente cria justificativas que não podem ser. (Zâmbia, 50 anos)

Ao contrário da trajetória escolar, marcada por pouca dedicação ou, até mesmo, por falta de estímulos, sua militância sempre teve marcos de uma formação altruísta, sob a perspectiva de raça e gênero.

I.II.V.III - A trajetória de Militância

Tornar-se militante de diversos Movimentos Sociais foi, para Zâmbia, um processo interpretado como algo intrínseco à sua família. Sua trajetória de militância foi marcada por engajamento e atuação inicialmente na Associação de Bairro, Grupo da Juventude Católica e no Sindicalismo. Em seguida no partido político e nos movimentos feminista, negro e de mulheres negras. Outro aspecto marcante nessa trajetória foi a inserção profissional que caminhou junto à militância.

Uma das razões para ela ter se inserido na militância foi: “buscar outra vida diferente. Eu queria muito buscar isso no coletivo. Eu sempre gostei muito do coletivo. Eu acho que por isso nós participamos um pouco mais dos movimentos, por acreditar numa sociedade mais justa”.

Essa busca por uma vida diferente, num coletivo, teve início com sua inserção no grupo de jovens da Igreja Católica, a JOC, do qual seu irmão e suas irmãs também fizeram parte. A partir do envolvimento com os grupos da Igreja, Zâmbia ingressou em outros movimentos como a Associação de Bairro e de Juventude. Seu envolvimento com esses Movimentos Sociais visava organizar a juventude de toda a cidade de Belo Horizonte, principalmente a juventude trabalhadora.

O envolvimento partidário não tardou a acontecer. Zâmbia e seu irmão começaram a ter uma noção do partido político por meio de pessoas conhecidas da Associação, filiadas aos partidos. O irmão de Zâmbia foi o primeiro a se filiar ao Partido dos Trabalhadores e, tempos depois, ela também se filiou. Antes disso, Zâmbia havia ingressado no Movimento Sindical, mais precisamente na CUT - Central Única dos Trabalhadores - por causa de sua profissão como costureira. Sendo integrante dos grupos de oposição sindical, participou das reuniões do *Pró-CUT*. Sua função era trabalhar com as costureiras para arrematá-las à CUT.

Em 1988 Zâmbia participou por pouco tempo do Nzinga, no início da sua constituição. Tempos depois, fundou outro coletivo de mulheres negras, denominado de Ilê ti Obhrim - Casa de Mulheres Negras.

Em 1992 a prefeitura de Belo Horizonte passou a ser administrada pelo governo petista. A partir daí a entrevistada afastou-se da profissão de costureira, passando a assumir cargos comissionados na prefeitura, por indicação ou convite de colegas do partido. Seu primeiro cargo foi de assessora direta de um administrador de uma Regional, por três anos. Após esse período de trabalho na Regional, Zâmbia ficou conhecida por efetivar discussões sobre as mulheres na cidade, revelando sua militância feminista. Por intermédio dessas discussões foi encaminhada para o Centro de Apoio à Mulher onde pôde, para além das discussões feministas, desenvolver trabalhos e viabilizar políticas voltadas para as mulheres. Outro espaço no qual Zâmbia trabalhou, em 1998, foi uma Casa Abrigo para mulheres vítimas da violência doméstica.

Essas experiências de combate ao racismo e militância, tanto no Movimento Negro quanto no Movimento de Mulheres Negras, foram fatores que levaram à sua convocação, em 2003, para assumir uma das coordenadorias da Prefeitura de Belo Horizonte, voltada para assuntos referentes à comunidade negra. Desde 2003, Zâmbia está nessa Coordenação, desenvolvendo trabalhos junto à população negra de BH, na área política e cultural. Entretanto, no final de 2004, ela se afastou do cargo para investir na sua candidatura a vereadora em Belo Horizonte, em 2006. Contudo, não conseguiu se eleger.

A trajetória de militância de Zâmbia pode ser compreendida, portanto, pelo seu percurso de vida, marcado pela atuação de seus familiares no bairro e por seu ingresso na Associação de Bairro, Grupo da Juventude, Sindicalismo, Movimentos Partidários, Feminista, Negro e de Mulheres Negras. A entrevistada entende que, por meio desses movimentos, ela e também seus familiares passaram por vários processos de socialização, desenvolvendo consciência crítica e política.

I.II.VI - Ruanda: jovem militante e ativa no Movimento de Mulheres Negras

Ruanda é uma jovem que, no ano de 2006, estava com 31 anos de idade e acreditava ainda fazer parte da juventude porque se posicionava como tal. Belo Horizonte é sua terra natal, onde nasceu em agosto de 1975, num bairro da Região Centro Sul da cidade, conhecido como Morro do Pavão.

Ela é a mais jovem das entrevistadas. Sua trajetória é marcada pela pobreza, por conflitos, sonhos e uma busca por melhores condições de vida. Estes são alguns dos pontos comuns entre ela e as demais.

Sua trajetória de militância se diferencia das outras por três aspectos: a) ausência de referência familiar ou de pessoas próximas com alguma atuação em Movimentos Sociais - somente sua avó teve envolvimento com a Igreja Evangélica; b) a entrevistada é a única a compor a 3ª geração das entrevistadas, distanciando-se por duas décadas da 1ª geração - Suazilândia - e uma década da 2ª geração - Luanda, Eritreia, Namíbia e Zâmbia. O contexto de seu nascimento não foi, portanto, o mesmo das demais; c) o início de sua militância ocorreu na década de 90, período em que a realidade dos novos Movimentos Sociais já não era a mesma de quando surgiram, em fins dos anos 70, e tiveram seu auge nos anos 80.

Entretanto, mesmo não havendo referências familiares ou pessoas militantes próximas, sendo de um contexto diferenciado, a trajetória de militância de Ruanda foi constituída pela sua participação no Movimento Negro, Movimento Juvenil, Movimento Cultural e Movimento de Mulheres Negras. Ela é uma das entrevistadas que possui discussão e atuação de gênero sem, necessariamente, ter participado de algum Movimento Feminista, envolvendo mulheres brancas e negras. Sua discussão de gênero é articulada com a dimensão racial e foi sendo desenvolvida no processo de construção da Organização de Mulheres Negras, da qual é uma das idealizadoras e atuantes. Esse foi um dos motivos que me levou a conhecê-la e assediá-la para que me concedesse a entrevista.

No ano de 2006 ela era a única mulher negra com atuação específica no Movimento de Mulheres Negras. Como foi dito, as demais cinco entrevistadas já haviam atuado, umas mais e outras menos, nesse Movimento em outros momentos de suas trajetórias políticas. Ruanda, dentre as militantes, foi aquela que apresentou um perfil relativamente mais variado: jovem, mulher, negra, militante do Movimento de Mulheres Negras em BH e mulher negra em movimento, articulando raça e gênero nas atividades mais amplas por ela realizadas no Hip Hop.

Um dado importante a ser destacado é que as próprias mulheres negras entrevistadas, como Eritreia, Namíbia e Zâmbia, indicaram Ruanda como uma das militantes mais ativas na atualidade belorizontina e reconheceram a relevância de seus trabalhos, sobretudo, junto à juventude negra.

As ações desenvolvidas por Ruanda vão além de uma ativa militância: elas parecem preencher e dar sentido à sua vida, bem como lhe permitem meios de sobrevivência e sustento familiar.

I.II.VI.I - A família

Na dimensão familiar, Ruanda também se diferencia das demais entrevistadas por ser mãe solteira de dois adolescentes, embora o pai os tenha assumido, mas sem acompanhamento de suas formações social e educacional. Sozinha e, às vezes, contando com o apoio de uma tia, Ruanda cria seu filho e sua filha que compõem sua atual família. Segundo ela: “meus filhos são umas gracinhas. São inteligentes. São bonitos. Gentes boas que aprontam como qualquer outro adolescente. São dois pré-adolescentes, ela de 12 e ele de 13 anos. É um rapazinho e uma mocinha.”

Ruanda nasceu numa família de quatro integrantes, cuja presença de mulheres é predominante: sua mãe, sua avó, uma tia e um tio. Não conheceu o pai, porque é filha de mãe solteira. Foi criada até mais ou menos nove anos de idade por sua avó e sua tia - sua mãe havia constituído outra família. Até seus seis meses de vida sua família morava no Morro do Querosene, depois mudou-se para o Morro das Flores, lugar onde cresceu e viveu até adquirir seu apartamento, num bairro da Zona Norte de BH.

A primeira família de Ruanda é inteiramente de mulheres que foram obrigadas a assumir sozinhas as chefias dos lares. Quando Ruanda nasceu sua mãe completara 20 anos e era solteira. Situação parecida havia ocorrido com sua avó, pois logo após o nascimento da mãe de Ruanda o seu marido veio a falecer, obrigando-a a criá-la sozinha. Mas esse círculo de mulheres, essa linhagem matrilinear nos moldes das mulheres negras e de pobres brasileiras, tem raízes mais profundas no terreno das desigualdades socioraciais. A bisavó de Ruanda também nasceu e foi criada só pela mãe, também solteira.

A mãe de Ruanda nasceu em Belo Horizonte, num bairro popular, que ela não soube mencionar ao certo qual era. Isso porque a família de sua mãe - avó, tia e tio - morava de aluguel e mudava muito em decorrência dos escassos recursos financeiros: “família, extremamente pobre, passava por muita dificuldade. Morava num cômodo de aluguel, no Morro do Querosene e sempre mudava de um lugar para o outro, arrumando casa para morar.” As mudanças de casa e de bairro só cessaram quando sua tia, irmã mais velha de sua mãe, comprou um lote no Morro das Flores.

As mulheres da família da entrevistada se sustentaram por muito tempo como empregadas domésticas. Mas duas conseguiram se qualificar em outras profissões. A tia formou-se como professora e se encontrava, na época da pesquisa, lecionando nos municípios de Santa Luzia e Ribeirão das Neves. Essa tia sempre foi o arrimo da família. Sua mãe, após

realizar vários cursos de culinária e congelados, passou a trabalhar como cozinheira de restaurantes. Já a avó de Ruanda havia se aposentado como empregada doméstica.

A sua avó alfabetizou-se e sua mãe concluiu apenas o antigo primário, tendo estudado até a quarta série. Quanto ao seu irmão e à sua irmã, Ruanda nos conta que:

(...) Meu irmão tem a oitava série e a minha irmã está fazendo o primeiro ano do segundo grau. Ele tem 25 e ela tem 20 anos. Ela é a mais nova. É a caçula. Eles moram com minha mãe, (...) lá no Morro. Meu irmão estava fazendo a oitava série, mas parou de estudar. A minha irmã está fazendo o primeiro ano do Ensino Médio. (Ruanda, 32 anos)

A filha e o filho de Ruanda estudam em escola pública da rede estadual e, segundo ela, são “bastante dedicados aos estudos”. Em sua opinião, o seu filho estuda bem menos. Já sua filha demonstra ser mais aplicada e estudiosa: “ela se liga muito mais com os estudos do que ele”. No entanto, ambos não possuem histórico de reprovação.

Pode-se dizer que a preocupação com a educação formal das filhas e do filho não teve lugar na primeira família da entrevistada devido às duras condições de vida. Nesse contexto, Ruanda, sua irmã e seu irmão não tiveram muito estímulo para estudar. Realidade semelhante à família de Zâmbia, pois não havia nessas famílias antes que estimulasse os estudos ou tivessem concluído os estudos. Há uma exceção, apenas por parte da tia de Ruanda que, além de concluir os estudos, conseguiu se graduar em Pedagogia. O estímulo para estudar sempre veio dessa tia que a encorajava a prosseguir nos estudos, mesmo diante de tantas dificuldades. Ruanda, por ser a irmã mais velha e por valorizar mais os estudos, disse que procurava sempre estimular seus irmãos, diante da ausência de desejo pelos estudos, a estudarem, tentando conscientizá-los da importância da educação para uma melhor qualidade de vida.

A base da educação de Ruanda foi dada por sua avó, pois desde criança ficava mais sob os cuidados dela. Sua mãe não era uma pessoa muito presente em casa porque era empregada doméstica, dormia a semana toda no emprego. Quando criança, Ruanda só via sua mãe nos finais de semana. O mesmo acontecia com sua tia, que também trabalhava como doméstica durante toda a semana e não voltava para casa todos os finais de semana. Segundo Ruanda, o maior sonho de sua tia era sair da favela e ir para um bairro melhor. Por causa disso, ela procurava se manter distante da comunidade onde morava.

A condição de vida adversa vivida pela sua família parece ter interferido, de certa maneira, na construção de uma convivência familiar mais profunda, não possibilitando o estabelecimento de laços afetivos mais estreitos ou de uma relação familiar muito próxima. Essa situação, somada a outros fatores de ordem emocional e subjetiva, deixou marcas

profundas na vida de Ruanda e de sua família. De acordo com ela, sua mãe tornou-se alcoólatra, seu tio se envolveu com estelionato e apresenta comportamento violento com as mulheres e seu irmão é usuário de crack. Tal situação abalou toda a família, causando muitas brigas, conflitos e tumultos. Do ponto de vista da entrevistada:

A minha família é totalmente desestruturada. Nunca existiu muito diálogo e não tinha uma relação bacana, sabe? Muita briga. A maioria das pessoas da minha família é alcoólatra. Então, minha mãe é alcoólatra, a minha avó foi alcoólatra. Então, assim, as pessoas se agrediam muito, brigavam muito. A minha infância foi muito tumultuada. E eu fui sobrevivendo no meio disso. Quando cheguei à adolescência, fiquei meio perdida, sem saber pra que lado que eu iria. (Ruanda, 32 anos)

O que Ruanda chama de desestruturação familiar reflete as desestruturas social e governamental, edificadas para manter - quando, às vezes, não aprofundam - as mazelas e as desigualdades socioraciais. O que estimula, perpetua e renova conflitos, violência e embrutecimento da vida humana quando não reconhecem a diversidade das pessoas e das famílias.

Walter Marques (2003) menciona que o modelo de família patriarcal, baseado na estrutura nuclear burguesa na qual a sociedade brasileira se espelha não é mais predominante. Esse autor constatou que existem inúmeros arranjos familiares, na contemporaneidade, nos quais a família se apresenta como um fenômeno dinâmico, cambiante e com algumas estabilidades. Diante disso, as considerações tecidas sobre as famílias dominantes não são condizentes com a realidade das famílias brasileiras, cuja estruturação se dá por processos cada vez mais complexos. Assim, desconhecer ou simplificar a diversidade das famílias propicia uma abordagem preconceituosa e reducionista.

O autor explicita que existem diferenças entre as famílias idealizadas e as realmente constituídas. Famílias, como a de Ruanda, condizem muito mais com a realidade. Normalmente, famílias que não correspondem ao modelo burguês tendem a ser vistas como desestruturadas, pensamento este de Ruanda acerca da própria família. Na verdade, trata-se de famílias organizadas por processos distintos em relação a quem as toma como foco de análise ou referência. Por isso, Walter Marques (2003:73) afirma que a diferença não pode ser tratada como desigualdade, mas incluída na construção de novas concepções e nas formulações pedagógicas e sociológicas. Sendo assim, Ruanda não possui uma família desestruturada, mas sim, uma família organizada por relações e laços distintos das demais, em função de sua realidade.

Assim, os conflitos, as brigas, a pobreza também persistiram por muito tempo no meio de sua família, até Ruanda atingir a maioridade. A relação conflituosa só sofreu alguma alteração quando a questão socioeconômica melhorou, a partir do momento em que sua mãe e sua tia mudaram de emprego. Desse modo, foi possível a aquisição de um lote e a construção da casa própria. A contribuição atual de Ruanda com seus trabalhos também amenizou a situação extrema. Desde pequena ela trabalha, mais precisamente desde seus sete anos de idade.

A entrevistada tomava conta de seus irmãos para sua mãe trabalhar. Aos sete anos fazia trabalhos domésticos na casa de vizinhos. Uma situação semelhante à vivenciada por Eritréia, também entrevistada nessa pesquisa. Mas o seu ingresso “formal” no trabalho se deu aos dez anos de idade quando a então criança foi trabalhar sozinha como empregada doméstica, no Rio de Janeiro, para uma família de estrangeiros que vivia no Brasil. Essa é uma modalidade de trabalho infantil muito presente na trajetória das meninas pobres, sobretudo, as negras e pobres no Brasil. Uma prática de trabalho infantil que ainda precisa ser erradicada. O fato de trabalhar como empregada desde pequena e de não ter quem se responsabilizasse por ela, ao menos para garantir sua matrícula na escola quando pré-adolescente a impediram de progredir nos estudos de forma regular e ininterrupta. Por isso, sua trajetória escolar não foi linear e nem exitosa.

I.II.VI.II - A trajetória escolar

Ruanda formou-se no Ensino Médio fazendo curso “científico”. Logo que concluiu seus estudos chegou a cogitar a possibilidade de ingressar em um curso superior, mas não conseguiu ter acesso às universidades públicas e nem à particular. Isso porque, segundo ela, sua “história de vida foi, assim, bastante complicada”, não lhe possibilitou meios de dar continuidade aos estudos.

Sua trajetória escolar iniciou-se em escolas públicas. As primeiras séries do antigo 1º grau foram cursadas, com certa seqüência e na faixa etária certa, numa escola Municipal. Ruanda só teve uma reprovação em todo seu percurso escolar - na 3ª série. Na época em que cursou as três primeiras séries a entrevistada morava e estava sob os cuidados de sua avó e, embora ajudasse em casa, conseguia realizar os estudos sem que os problemas de casa lhe afetassem tanto. Mas, mesmo assim, confessou que era muito complicado estudar.

Outra parte dessa complicação se encontrava na escola, pois sua relação com uma das professoras não era muito amistosa em função da forma agressiva com que era tratada:

Eu tinha uma relação com a escola muito complicada assim, **porque eu tinha uma professora que me beliscava e chamava a atenção, mas não era numa coisa só de falar, não. Vinha e torcia o meu braço, me machucava. Ela me agredia com palavras.** Então, era uma coisa complicada porque, ao mesmo tempo, eu gostava da escola. (Ruanda, 32 anos - destaques meus)

Na 4ª série Ruanda estava com dez anos de idade. Portanto, já mocinha e, diante do quadro caótico de dificuldades financeiras da família, viu-se obrigada a trabalhar na casa de uma família estrangeira, no Rio de Janeiro. Na época, ela havia concordado em ir por achar que era uma forma de ajudar sua mãe a reformar a casa, que havia perdido uma parede no período de chuva. Além disso, sua tia e sua avó também avaliaram que ia ser melhor para ela, uma vez que sua família estava “desestruturada”: (...) “Não tinha quase nada em casa; era aquele aperto danado. O pai dos meus irmãos era alcoólatra. Ele bebia o dia inteiro. E a minha mãe estava grávida de novo. Era uma situação terrível. Daí, eu fui pro Rio e fui tentar ser feliz”.

Ruanda trabalhou na casa dessa família por dois anos enfrentando muita exploração, discriminação e práticas racistas. Até o seu direito de estudar ou ao menos de concluir a 4ª série lhe fora negado sob alegações de que não havia tempo para estudar. Ou seja, se estudasse não teria tempo de realizar os afazeres domésticos, entre os quais estava a preparação da comida. Frequentar cursos de bordado e artesanato, no período da tarde, fora o máximo permitido, e isso porque tinham poucas horas de duração. Esses cursos aconteciam em uma escola pública, próxima da residência em que trabalhava.

Para a entrevistada o tempo em que trabalhou no RJ pareceu-lhe uma boa experiência, por um lado, porque em seu dia-a-dia ouvia e convivia com a língua inglesa falada pelos seus “patrões”. Mas, por outro, pode-se dizer que foi uma experiência de violência e escravidão, conforme seu relato a seguir:

Foi uma experiência muito interessante o trabalho no Rio. Mas foi complicada a minha estada por lá. **Foi interessante porque ela (a dona da casa) era Romena e o marido. Daí, eu tive a experiência de ver o povo falando inglês o dia inteiro. Eles eram judeus. Para mim, aquilo era uma coisa fantástica.** (...) Eu já não combinava muito com as filhas deles. **Eles tinham três filhas. Tinha uma que era extremamente racista.** Eu me lembro uma vez, que eu lavei a roupa dela; a roupa manchou quando pus de molho. **Ela pegou a água sanitária e veio espirrando em mim, assim jogando em mim e falando: “sua negra nojenta, ordinária, você manchou minha roupa. Você vai me pagar outra e tal”.** Eu me lembro que a única coisa que a mãe dela falou foi assim: “Débora”, ela chamava Débora, foi: “ô Débora, você pode parar viu, a empregada é minha e não sua ok!” Sabe, eu não me esqueço disso, ela falou: “a empregada é minha e não sua!”. Sua filha brigou, me xingou, me humilhou. Por que essas pessoas, elas acham mesmo que... tinham o direito de fazer isso com as empregadas? (Ruanda, 32 anos - destaques meus)

Passados dois anos Ruanda voltou a Belo Horizonte. Nesse período, passou a morar com a mãe e permaneceu por mais um ano sem estudar porque tomava conta de seus irmãos para a mãe trabalhar. Aos 13 anos voltou a estudar e conseguiu concluir a 4ª série, bem como dar continuidade aos estudos, sem interrupção ou reprovação, até concluir a 8ª série. Na época, estudou numa escola Estadual que ficava no Morro das Flores. Depois disso parou por mais três anos de estudar. Trabalhava muito e em vários lugares, fazendo faxina. Ruanda engravidou por duas vezes seguidamente. Primeiro teve sua filha e depois seu filho. Somente quando conseguiu vagas na creche do bairro para as crianças pôde voltar a estudar e concluir o Ensino Médio.

Foi um período de muita determinação e persistência para conseguir completar seus estudos, pois, por um tempo, trabalhou na creche o dia todo e, depois, para aumentar a renda, abandonou esse trabalho e voltou a trabalhar como diarista. Achava que a faxina lhe rendia mais. Além do trabalho tinha ainda o tempo de cuidado com seus filhos, como levá-los e buscá-los na creche, cuidar da saúde e da alimentação. Somado a isso existia também o fato de encontrar dificuldades com algumas disciplinas, principalmente as exatas. Achava-as difíceis e complicadas. Nesse sentido, foi “uma luta assim concluir o Ensino Médio porque eu trabalhava o dia inteiro (...) Ainda tinha essa coisa de ter crianças e entregá-las na creche de manhã. Era um corre-corre para trabalhar, depois voltar para buscar os filhos na creche, deixá-los em casa e ir estudar”.

Vencida mais essa etapa a entrevistada continuou a estudar, fazendo vários cursos de qualificação na área de administração, planejamento e gestão. Procurou também investir na sua carreira de educadora social qualificando-se com cursos educativos, culturais e voltados para oficinas, após muitos anos de doméstica e alguns de auxiliar de creche. Foi na escola que Ruanda recebeu um convite para participar de uma reunião do Movimento Negro, o que lhe proporcionou uma alternativa de trabalho: ser educadora social. A partir daí, sua vida ganhou novos rumos, conforme as possibilidades que a trajetória de militância lhe oferecia.

Na trajetória escolar dessa jovem o fato de não ingressar numa universidade pública não pode ser visto apenas como uma questão de *mérito* individual. A realidade brasileira também contribui para reduzir as chances de a população negra e pobre dar continuidade aos estudos. Isso porque mantém como barreiras a serem transpostas ou dribladas as desigualdades sociais, a má distribuição de renda e a falta de políticas públicas e sociais específicas (Henriques, 2002).

São esses também os motivos que emperraram todas as possibilidades de continuidade da trajetória escolar no Ensino Superior da entrevistada - e também de Eritréia, Zâmbia e de

parcela considerável da população brasileira, especialmente os negros e as negras. Ruanda foi forçada a conciliar trabalho/estudo, pobreza/conflitos com força de vontade e a suprimir sonhos e desejos em meio à necessidade de sobrevivência. Segundo Ruanda, fazer uma universidade é um sonho a ser concretizado, como ao terminar seu Ensino Médio.

Essa curta apresentação da trajetória de Ruanda revela o lugar ocupado pela educação escolar na vida das famílias pobres. A escola ocupa um importante lugar social que vai além do diploma. Ela passa a fazer parte do sonho de realização pessoal dessas pessoas. Visto nessa perspectiva o fracasso na escola pode ser facilmente introjetado como fracasso do sujeito. Essa relação fica cada vez mais forte quanto mais a educação escolar se distancia da sua efetivação como direito. Garantir a educação pública e gratuita envolve muitas dimensões, históricas, econômicas, políticas, pedagógicas e simbólicas, que marcam a trajetória de vida das pessoas. Se somarmos a isso o recorte étnico-racial veremos que a condição racial possibilita um aprofundamento da exclusão educacional e revela uma situação ainda mais complexa. O que significa para uma jovem negra e pobre a luta para permanecer na escola, em meio a práticas discriminatórias? O que significa essa permanência diante de comportamentos violentos de professoras/professores e alunas/alunos? Noutra ponta, o que representa para essa jovem entrevistada ver seu sonho de ingressar numa universidade podado pelas agruras socioeconômicas, realidade enfrentada especialmente pelos jovens negros e pelas jovens negras? São questões que a trajetória escolar de Ruanda nos traz e que estão presentes também na trajetória das demais pessoas de mesma origem racial e social. São questões que se apresentam como desafios da educação, bem como da militância.

I.II.VI.III - A trajetória de militância

Ruanda ingressou no mundo da militância por volta de seus vinte e um anos e passou a participar dos Movimentos: Negro, Juventude Negra Favelada, Cultural, de Mulheres Negras e do partido político. Entretanto, assim como a maioria das entrevistadas, participou primeiro do grupo de jovens da Igreja Católica que, diferente da experiência delas, não é reconhecido como movimento social. Talvez porque os grupos de jovens católicos, de que a maioria das entrevistadas participou, atuaram num contexto em que a Igreja Católica participava mais diretamente na vida política e havia uma ala progressista muito forte, como as Comunidades Eclesiais de Base. Na época de Ruanda, esse tipo de intervenção já não era tão direto e as CEBS estavam em flagrante refluxo.

Também ao contrário das demais entrevistadas não foi por intermédio do partido político ou da Igreja que tomou conhecimento do Movimento Negro, primeiro movimento

social em que atuou. Por incrível que possa parecer a escola foi o lugar onde Ruanda adquiriu conhecimento do Movimento Negro Unificado, quando participou de uma palestra feita por um militante desse Movimento que mais tarde se tornou um grande amigo dela, como Ruanda nos conta:

Na escola que eu estudava à noite foi esse cara. O nome dele é Hamilton, que morava aqui em Belo Horizonte. Era militante do MNU. Nessa época, eu estava com vinte e poucos anos. Eu tenho 31, foi no início de 97. Então, eu tinha vinte e poucos. Então, tem quase 10 anos. Eu tinha 22 anos. **O quê que aconteceu, foi que eu comecei quando ele me chamou para conhecer o MNU. Eu comecei a frequentar e concluí que era aquilo que eu precisava, no momento. Eu tive uma identificação com as suas falas, com os posicionamentos e ele falou de um trabalho que estava desenvolvendo** com os jovens do Aglomerado. Era um projeto que chamava “Morro Arte”. Muito bacana o que estava acontecendo lá e convidou para está indo conhecer. Eles se reuniam no sábado à tarde. No sábado seguinte, no final de semana eu fui. E até achei estranho, porque eu achei que a turma da escola ficou muito entusiasmada com a palestra dele. E eu achei que as pessoas fossem. Mas eu fui a única a ir. E aí fui apresentada para a turma. Com o tempo eu e Hamilton nos tornamos grandes amigos. (Ruanda, 32 anos - destaques meus)

A partir daí, Ruanda se interessou tanto pelo Movimento Negro Unificado que não o deixou mais. Já completava 10 anos de militância quando a entrevistei. Nesse Movimento, houve uma discussão sobre as diferenças entre ela, que vinha de um aglomerado, e a maioria das integrantes e dos integrantes vindos dos bairros mais centrais. Essa discussão foi provocada quando mencionou seu sobrenome artístico. Ao tomarem conhecimento que o sobrenome faz menção à favela, Ruanda percebeu que houve um estado de estupefação da maioria. Dessa discussão nasceu sua segunda atuação como militante, ao encabeçar a proposta de planejar um encontro com a juventude negra, moradora da favela. Assim surgiu o Movimento Juventude Negra e Favelada, no qual atuou por um bom tempo.

Foi através do Movimento Negro Unificado que a entrevistada conheceu o Partido dos Trabalhadores. O mesmo amigo que a convidou para o Movimento Negro Unificado levou-a para conhecer e filiar-se ao Partido dos Trabalhadores. No entanto, Ruanda só se tornou militante do partido por causa das discussões raciais que existiam no seu interior e se integrou à Juventude Negra do PT, o que a fez participar de seminários, discussões e debates.

A terceira militância da entrevistada ocorreu por volta de 2000, quando conheceu e passou a integrar um Coletivo de Hip Hop. Esse Coletivo reunia vários grupos artísticos jovens da cidade, ativistas ou simpatizantes da cultura Hip Hop. Logo após sua inserção no Coletivo Hip Hop a entrevistada, com as demais colegas, montou um grupo de mulheres para discutir a questão de gênero devido às restrições e discriminações que sofriam no próprio Coletivo. Dessa forma, tentaram firmar o grupo de mulheres negras, Ojô Obhrin, cujo nome,

de língua ioruba, significava “olhos de mulher”. O grupo, entretanto, não teve continuidade. A vontade de discutir a questão da participação da mulher negra e sua auto-estima perdurou e, tempos depois, elas conseguiram montar outro grupo de mulheres, dentro do Coletivo de Hip Hop. Este grupo continua no Coletivo Cultural, mas também se tornou uma organização com atividades extra-culturais fora do Coletivo.

Para Michael Herschmann (2000), as mulheres no Hip Hop recorrem mais aos discursos feministas em suas composições musicais a fim de refletir, denunciar e reverter as relações de gênero estabelecidas pelo olhar masculino varonil o que, às vezes, as aproximam das militantes feministas. Fazem uso das palavras para responder aos discursos dos homens, na maioria sexistas e machistas velados, que expressam depreciações às mulheres em suas letras. Além de revelar a relação de gênero, vivenciada dentro do Hip Hop, e enfrentar tais discursos, as mulheres promovem conflitos, desestabilizam imagens e revelam reflexões sobre a vida íntima e amorosa do universo feminino.

No grupo de mulheres negras, na linha do Hip Hop, Ruanda se constitui como militante ativista do Movimento de Mulheres Negras. Além de participar de todos os Movimentos Sociais mencionados ela também, na época da entrevista, havia sido eleita conselheira do Conselho da Juventude da Cidade, fortalecendo sua militância no campo da juventude, mesmo aos 31 anos, idade que para ela não demarca muito a fase juvenil ou a fase adulta:

Eu acho que depois dos 35 anos, vou ser jovem por muito tempo, por questão de sentimento. Eu vou me sentir com 18, 19 até não sei quando. Mas, faço questão de ressaltar que sou uma pessoa que tem uma maturidade bacana e que dou conta de algumas coisas. (Ruanda, 32 anos)

No momento da entrevista Ruanda conseguia conciliar a militância do Coletivo Cultural e a militância no grupo de Mulheres Negras com seu trabalho de educadora social. Esse trabalho ora fortalecia a organização dos grupos, ora era fortalecido pela própria militância. Ruanda também procura complementar sua renda trançando cabelos, confeccionando e vendendo bijouterias. Além disso, devido à sua experiência com projetos sociais pude, por um período de 6 meses, trabalhar com Ruanda e uma outra integrante da organização de mulheres negras numa Ação de extensão da UFMG junto às comunidades populares.

Além desse trabalho Ruanda havia sido aprovada também em outro projeto do Governo Federal, o Pró-Jovem, e ofertava oficinas sobre raça e gênero em algumas escolas da rede pública. Esses trabalhos temporários lhe permitiram sair da condição de desempregada em que se encontrava no início da entrevista.

I.III - A luta contínua, estratégia de vida e recriação histórica na vida das mulheres negras de ontem e de hoje

Neste capítulo, os relatos das entrevistadas revelaram trajetórias de vida que se entrelaçam em vários pontos e destoam em pontos singulares, nas seguintes dimensões:

a) familiar - as entrevistadas, ao falarem da origem de suas famílias, destacaram uma forte ligação com os bairros, seja onde nasceram e foram criadas, seja onde fixaram residência e construíram suas histórias. Elas fizeram questão de ressaltar os bairros onde nasceram, cresceram e se envolveram no processo de lutas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, seja diretamente a partir de algum familiar ou inspirando-se indiretamente em algum deles.

A vivência familiar revelou a educação de gênero a partir da qual as mulheres negras entrevistadas aprenderam a cuidar da casa, das irmãs e dos irmãos. Suazilândia destaca-se pela educação feminina que recebeu para se constituir dentro dos moldes da época, ou seja, tornou-se professora. Enquanto Eritreia, na sua afirmação de mulher negra diante de seu esposo, revelou um comportamento diferenciado em suas relações de gênero. No caso da mãe de Namíbia, a entrevistada revelou sua resistência frente ao machismo de seu esposo nas tomadas de decisões. Sobre a resistência no âmbito privado pode-se dizer que é um assunto ainda não discutido fora do contexto da violência doméstica. Algumas entrevistadas, como Eritreia, Namíbia e Zâmbia aprenderam também por meio da família os caminhos da militância. A solidariedade feminina é uma característica da educação dessas mulheres que merece ser ressaltada. Eritreia, Namíbia, Zâmbia e Ruanda, desde a infância, ajudavam suas famílias, mesmo estando nas mesmas condições de seus irmãos. Estes não foram destacados ou ao menos lembrados por contribuições à manutenção das famílias, salvo o irmão de Zâmbia;

b) escolar - as entrevistadas expressaram um olhar amadurecido, crítico e contemporâneo sobre suas lembranças da escola, em tempos passados. Mencionaram a vivência do racismo e/ou preconceito, ora por parte de suas professoras - Suazilândia e Ruanda - ora por parte de seus colegas - Luanda, Eritreia, Namíbia, Suazilândia e Zâmbia. Essas vivências podem ser esclarecedoras, de um lado, do porquê de todas desenvolverem algum tipo de atividade de combate ao racismo no âmbito escolar após tornarem-se militantes das causas raciais, como veremos nos últimos capítulos. E, por outro, também o porquê de Luanda, Suazilândia e Ruanda, entre outros fatores, ainda atuarem no campo da educação.

Chama a atenção o tempo de conclusão do ensino médio e do Ensino Superior das entrevistadas. No que concerne ao primeiro, as condições socioeconômicas foram empecilhos à conclusão dos estudos no tempo regular para Namíbia, Zâmbia e Ruanda. Elas conseguiram concluir o Ensino Fundamental e o Médio quando já eram jovens e adultas. No que tange ao acesso ao Ensino Superior verificou-se que as entrevistadas conseguiram se formar com muito custo, com exceção de Suazilândia. Das quatro, apenas uma conseguiu se formar na universidade pública - Luanda -, enquanto duas - Eritréia e Suazilândia - formaram-se por faculdades privadas e filantrópicas de Belo Horizonte. Já Namíbia, não tendo condições para arcar com seus estudos nesta cidade e não dispondo de tempo para cumprir a carga horária estabelecida pelas universidades tradicionais viu-se obrigada a estudar em São Paulo, num curso semi-presencial. Esses trajetos revelam a ausência de políticas públicas e de inclusão, na época, em relação às universidades pública e privada da cidade de Belo Horizonte. Vale também ressaltar a importância das famílias²⁰ de Luanda e Zâmbia, iniciando seu processo de alfabetização, mesmo sem ter todo o domínio da escrita e da leitura e de como Eritréia, Suazilândia, Luanda e Namíbia conseguiram galgar sucesso profissional devido à formação superior aliada à militância;

c) militância - as entrevistadas, na contemporaneidade, atuam em diversos espaços na linha de combate ao racismo e/ou com discurso de gênero. Mas somente Ruanda continua a militar numa organização propriamente dita de Mulheres Negras apesar de todas, num dado momento, terem participado ativamente no Movimento de Mulheres Negras. Todas foram militantes do Movimento Negro e, especificamente do MNU, apenas Ruanda e Namíbia. Luanda e Eritréia participam de uma Fundação da População Negra; Luanda e Suazilândia participaram da Casa Dandara. Zâmbia, Namíbia e Eritréia participaram da Secretaria de

²⁰ As famílias de Luanda e Zâmbia mostraram também que, outrora, o acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, mesmo apenas no início da alfabetização, servia de estímulo prévio à aprendizagem escolar. Isto nos mostra que a tentativa de se alfabetizar no meio familiar, naquela época, era comum, até por causa dos papéis de gênero que demarcavam os homens como provedores e as mulheres como responsáveis pela educação da prole. O que nos leva a refletir que os contextos exigem formas de atuação das famílias na educação das filhas e dos filhos adequadas às condições sócio-históricas. Na contemporaneidade tanto as mulheres quanto os homens, na maior parte dos casos, não têm acompanhado ou assumido a educação das filhas e dos filhos, por causa da dedicação quase exclusiva ao trabalho ou por falta do tempo prioritário em conviver mais como família. Algo preocupante quando consideramos o investimento das políticas educacionais para a implementação de escolas integradas, independente de quais sejam as condições sócio-econômicas das famílias, que não idealizam e nem visam a garantia de momentos de convivência familiar. As propostas de escola integrada de que temos tomado conhecimento, como no caso de Belo Horizonte, não apresentam a marca da de co-responsabilidade entre família e escola pela educação das crianças, adolescentes e jovens. Ao contrário delegam toda responsabilidade para a escola e estimulam o distanciamento das mães e dos pais com a educação das filhas e dos filhos. Pensamos que esse dado da pesquisa, acerca da responsabilidade familiar, requer mais investigações em torno das propostas de escolas integradas, quando estas não revelam momentos de convivência familiar, no acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem por parte dos pais e mães, em algum momento do período integral.

Combate ao Racismo, no âmbito da atuação partidária. E somente duas entrevistadas, Namíbia e Zâmbia, militaram no campo do Movimento Feminista devido a influência partidária e por atuarem em cargos de confiança de órgãos públicos. Apenas Ruanda atua no Movimento Cultural Juvenil;

d) trabalho - Eritréia, Zâmbia e Ruanda, desde tenra idade, já sabiam o que era trabalhar para contribuir com o sustento familiar. Assim, como Lélia Gonzáles e boa parte das mulheres negras, elas iniciaram-se na profissão de doméstica e ascenderam, por meio dos estudos, ao magistério ou ao funcionalismo público. A educação continua sendo o espaço profissional de Suazilândia e Ruanda, mesmo esta última não sendo formada no magistério. Eritréia e Luanda, embora sejam formadas também no magistério, atuam mais na formação de militantes e oferecem oficinas em espaços públicos e privados.

Entretanto, o acesso ao magistério não foi algo de imediato para Luanda, Namíbia e Eritréia. Primeiro trabalharam em diversos estabelecimentos comerciais. Zâmbia foi a única que trabalhou em fábricas de costura e não teve o magistério como profissão. Ela e Ruanda são as duas entrevistadas com formação de Ensino Médio Científico. Vale também ressaltar a ascensão profissional por parte das mães de Suazilândia, Eritréia e Ruanda que, por meio do estudo, mesmo fazendo cursos de curta duração, deixaram de ser domésticas ou lavadeiras para serem cozinheiras com carteira assinada. Por fim, a militância foi o meio de ascensão de Namíbia e Zâmbia para o funcionalismo público. Elas estavam, na época das entrevistas, há mais de cinco anos trabalhando em cargos de confiança por conta da militância partidária e do Movimento Negro.

É justamente a militância o principal ponto em comum entre todas as entrevistadas. Esta trajetória possibilitou que se conhecessem, se encontrassem e atuassem juntas em algumas organizações ou desenvolvessem trabalhos coletivos em diversos espaços. O intercâmbio entre elas, inclusive, facilitou sobremaneira o trabalho de campo da pesquisa. O combate ao racismo é a principal linha de atuação da maioria. O sexismo acompanha a discussão do racismo de três entrevistadas em suas ações cotidianas.

Os perfis dinâmicos dessas mulheres negras, configurados por meio de seus relacionamentos familiares, escolares e profissionais, revelou a singularidade da trajetória de vida, escolar e política das entrevistadas. Foi possível perceber que suas ações dão continuidades às ações das mulheres negras do passado. Eritréia, Luanda e Suazilândia, por exemplo, participaram de organizações que têm o nome de antepassadas como Nzinga e Dandara, respectivamente. Ao focalizar a militância de cada entrevistada nos Movimentos Sociais e nas ações coletivas, as relações tensas e os processos de formação humana se

destacaram. Além disso, os processos marcados por trocas, aprendizados, ensinamentos e alguns conflitos poderão ser averiguados com mais profundidade no próximo capítulo. Neste, as considerações acerca das mulheres negras entrevistadas e sua apresentação revelam como ocorreram as tessituras de suas ações nos variados Movimentos Sociais e no grupo partidário, ao longo das suas trajetórias de vida.

I.IV - Quadro compacto dos dados gerais das entrevistadas e seus espaços de militância

Qtd.	Entrevistada	Nascimento	Cidade Natal	Estado Civil	Escolaridade	Profissão	Espaços de militância	Atuais campos de militância
01	Luanda	Ago./1965	Belo Horizonte	Casada	Mestre	Representante Comercial/ Autônoma	Mov. Estudantil; Grupos de Jovens Católicos; Coletivo de Mulheres Negras; Coletivo Bezerra de Matos, Partido dos Trabalhadores; Mov. Negro.	Mov. Negro – Fundação.
02	Namíbia	Nov./1962	Belo Horizonte	Solteira	Curso Superior	Gerente de Entidade Pública	Associação de Bairro; Mov. Feminista; Partido dos Trabalhadores; Mov. Negro Unificado; Mov. de Mulheres Negras; Mov. Ecológico.	Mov. Negro Unificado; Partido dos Trabalhadores; Mov. Ecológico.
03	Eritreia	Set./1962	Belo Horizonte	Casada	Curso Superior	Consultora da ONU/SEPPIR e Coordenadora de uma Fundação do Movimento Negro	Associação de Bairro; Grupo de Jovens Católicos da CEB's; Partido dos Trabalhadores; Mov. Negro Unificado; Mov. de Mulheres Negras.	Mov. Negro – Fundação; Partido dos Trabalhadores.
04	Suazilândia	Dez./1953	Belo Horizonte	Casada	Curso Superior	Professora da Rede Municipal e Estadual e Consultora do MEC.	Grupo de Jovens Católicos; Movimento de Mulheres Negras; Escolas Públicas e Publicação de Obras Afro-didáticas.	Escolas Públicas e Publicação de Obras Afro-didáticas.
05	Zâmbia	Abr./1957	Conselheiro Pena	Casada	Ensino Médio	Coordenadora de Entidade Pública – Funcionária Pública	Associação de Bairro; Grupo de Jovens Católicos das CEB's; Partido dos Trabalhadores; Mov. Feminista; Mov. Negro; Mov. de Mulheres Negras.	Mov. Negro – Fundação; Partido dos Trabalhadores.
06	Ruanda	Agos./1975	Belo Horizonte	Viúva Solteira	Ensino Médio	Educadora Social e Cantora	Grupo de Jovens de Bairro; Mov. Negro Unificado; Coletivo de Mulheres Negras; Coletivo de Hip Hop; Mov. Cultural Juvenil; Juventude Petista.	Coletivo de Mulheres Negras; Coletivo de Hip Hop; Mov. Cultural Juvenil;

I.V – Quadro compacto dos dados da trajetória escolar de integrantes da família

Entrevistada	Integrantes da família	Naturalidade	Escolaridade	Formação/Profissão
Luanda 5ª filha Superior – Professora/ Empresaria	Mãe	Belo Horizonte	Ensino Fundamental	Costureira
	Pai	Juiz de Fora	5ª Série Completa	Cozinheiro
	I – Irmão	Belo Horizonte	Ensino Médio Incompleto	Aposentado
	II – Irmão	Belo Horizonte	Curso Técnico em Contabilidade	Comerciante
	III – Irmão	Belo Horizonte	Curso Técnico em Segurança do Trabalho	Coordenador de Seguranças
	IV – Irmão	Belo Horizonte	Ensino Superior em curso (Ed. Física)	Professor/Personal Trainer
	VI – Irmã	Belo Horizonte	Curso Técnico em Patologia	Auxiliar de Laboratório
	VII – Irmã	Belo Horizonte	Ensino Médio	Vendedora
	VIII – Irmã	Belo Horizonte	Ensino Médio	Auxiliar Administrativo
IX – Irmã	Belo Horizonte	Ensino Médio	Do lar	
Eritréia 2ª filha Superior – Professora/ Consultora	Mãe	Dom Joaquim – Zona da	Primário Completo	Lavadeira/Cozinheira
	Pai	Dom Joaquim – Zona da	Primário Completo	Pedreiro
	I – Irmã	Belo Horizonte	Ensino Médio	Autônoma
	III – Irmão	Belo Horizonte	Ensino Superior – Ciências Contábeis	Administrador Financeiro
	IV – Irmão	Belo Horizonte	Ensino Superior – Administração, em curso	Assistente de Informática
	V – Irmã	Belo Horizonte	Ensino Médio	Vendedora
	VI – Irmã	Belo Horizonte	Magistério	Vendedora
Namíbia 7ª filha Superior – Professora/Gestora Pública	Mãe	Belo Horizonte	Primário Completo	Lavadeira
	Pai	Piedade de Paraopeba	Primário Completo	Pedreiro
	I Irmão	Belo Horizonte	Ensino Médio	Policial Aposentado
	II Irmão	Belo Horizonte	Ensino Médio	Representante comercial
	III – Irmão	Belo Horizonte	Ensino Médio	Falecido
	IV – Irmã	Belo Horizonte	Ensino Médio/Auxiliar de Enfermagem	Aposentada
	V – Irmã	Belo Horizonte	Ensino Médio/Auxiliar de Enfermagem	Enfermeira
	VI – Irmão	Belo Horizonte	Ensino Superior em curso – Direito	Policial
	VIII – Irmã	Belo Horizonte	Magistério	Professora Autônoma de Artes
Suazilândia 5ª filha Superior – Professora/ Consultora	Mãe	Serra da Saudade	2ª - Série	Doméstica/Cozinheira
	Pai	Conselheiro Lafaiete	Primário Completo	Chefe de Serralheria
	I – Irmã	Belo Horizonte	Magistério	Professora Aposentada
	II – Irmã	Belo Horizonte	Ensino Fundamental	Aposentada
	III – Irmão	Belo Horizonte	Ensino Médio	Aposentado
	IV – Irmã	Belo Horizonte	Magistério/Ensino Superior em Teologia	Professora Aposentada
	VI – Irmã	Belo Horizonte	Curso Superior Completo – Assistente Social	Assistente Social
Zâmbia 2ª filha Ensino Médio Funcionária Pública/Costureira	Mãe	Rio de Janeiro	Semi - Analfabeta	Lavadora
	Pai	Teófilo Otoni	Analfabeto	Lavrador/Tropeiro
	I – Irmão	Conselheiro Pena	Ensino Médio	Funcionário Público
	III – Irmã	Conselheiro Pena	Ensino Médio	Do Lar
	IV – Irmã	Conselheiro Pena	Ensino Médio	Esteticista/Massagista
Ruanda 1ª filha Ensino Médio Educadora Social/Cantora	Mãe	Belo Horizonte	Primário Completo	Doméstica/Cozinheira
	Avó	Belo Horizonte	Alfabetizada	Doméstica
	Tia	Belo Horizonte	Ensino Superior Completo - Pedagogia	Professora
	II – Irmão	Belo Horizonte	Ensino Fundamental Incompleto	Estudante
	I – Irmã	Belo Horizonte	Ensino Médio em curso	Estudante

CAPÍTULO II

Mulheres negras inseridas nas dinâmicas dos Movimentos Sociais

Meu coração está aos pulos; Quantas vezes minha esperança será posta à prova? Por quantas provas terá ela que passar? (...) É certo que tempos difíceis existem para aperfeiçoar o aprendiz, mas não é certo que a mentira dos maus brasileiros venha quebrar no nosso nariz. (...) Pois bem, se mexerem comigo, com a velha e fiel fé do meu povo sofrido. Então agora eu vou sacanear: mais honesta ainda vou ficar. Só de sacanagem! (...) Com o tempo a gente consegue ser livre, ético e o escambau. Dirão: “É inútil, todo mundo aqui é corrupto, desde o primeiro homem que veio de Portugal”. Eu direi: Não admito, minha esperança é imortal. Eu repito, ouviram? IMORTAL! Sei que não dá para mudar o começo. Mas se a gente quiser, vai dar para mudar o final!

Elisa Lucinda

Os Movimentos Sociais possuem grande relevância no contexto social e político brasileiro, especialmente a partir de fins dos anos 70, quando a emergência de várias organizações sociais contribuiu para a conquista e a consolidação da democracia e para a ampliação dos direitos sociais. Este processo possibilitou, igualmente, o surgimento de vários atores sociais e resultou na eleição histórica de um Presidente da República, em 2002, oriundo da camada popular e vinculado às lutas dos novos Movimentos Sociais travadas nesse período.

Entretanto, antes dessas conquistas históricas o Brasil passou por vários processos de lutas tais como: a) a queda da Ditadura; b) a campanha pelas Diretas Já; c) pressões para que a Constituição de 1988 fosse efetivamente cidadã e permitisse a eleição do primeiro presidente pelo voto direto, após o fim da ditadura; d) o impeachment de Fernando Collor de Melo; e) manifestações como a dos 100 mil, em 1999, contra as privatizações das estatais e o sucateamento dos serviços públicos, implementados pelo governo neoliberal do então presidente Fernando Henrique Cardoso; g) sucessivas eleições para que o projeto democrático-popular, representado por Lula e os partidos progressistas aliados, alcançasse o posto mais alto da nação.

Considerando esses marcos históricos, este capítulo pretende dar visibilidade à participação das mulheres negras nessa história, a qual será focalizada no contexto do movimento social belorizontino. Para isso, enfatizamos os momentos significativos de suas trajetórias políticas, construídos nos Movimentos Sociais e partidários, num processo que envolve várias dimensões das suas histórias de vidas como, por exemplo, os seus engajamentos nos espaços sociais e/ou exercícios de poder nas diversas organizações coletivas das quais fizeram parte. Por fim, investigamos em que medida suas ações

expressaram pedagogias de gênero e raça *ressignificadas*. Nesta pesquisa, *pedagogias de raça e gênero* são entendidas como processos de formação humana que promovam novas posturas éticas, erradicando as desigualdades entre mulheres negras e brancas, homens negros e brancos, além de outros grupos étnico-raciais. Esses processos ocorrem por meio de inter-relações que formam e deformam perfis, trajetórias e histórias de vida. As *pedagogias de raça e gênero* estão relacionadas a um desenvolvimento de métodos, práticas e *modus vivendis* que buscam, por meio das interações e dos conflitos, livrar as relações humanas de todas as formas de preconceitos, sendo o racismo e o sexismo suas expressões mais evidentes. Esta é a condição *sine qua non* para se desenvolver um processo radical de emancipação social.

Com seus engajamentos e suas resistências a qualquer tipo de desigualdade as mulheres negras introduziram o discurso do reconhecimento das diferenças²¹ nas lutas mais gerais dos Movimentos Sociais organizados, acrescentando a elas a perspectiva da raça e do gênero. Suas ações vêm provocando um processo lento e complexo de reeducação do olhar político sobre a raça e a relação de gênero entre mulheres - negras e brancas - e homens - negros e brancos - que se encontram engajados ou não nesses mesmos Movimentos, exemplificando o conceito de *pedagogia de raça e gênero* que estamos procurando externar.

Mas, afinal, qual é a compreensão de Movimentos Sociais que este trabalho adota? Como as lutas das mulheres negras inserem-se no contexto dos novos Movimentos Sociais? Como ocorreu o engajamento das entrevistadas nos movimentos coletivos e como se sobressaíram como sujeitos singulares em meio à coletividade? Quais os espaços sociais em que se integraram? Em que momento(s) ocorreu(ram) suas opções nas militâncias sociais e partidárias?

Para compreender não só os Movimentos Sociais contemporâneos como também a organização das mulheres negras, nesse contexto, adotamos a conceituação de Ilse Schere-Warren (1998). Segundo essa autora:

(...) os movimentos sociais contemporâneos podem ser definidos como redes sociais complexas que conectam, simbolicamente e solidaristicamente, sujeitos e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico de identificações éticas e culturais, intercâmbios, negociações, definição de campos de conflitos e de resistência aos adversários e aos mecanismos de exclusão sistêmica na globalização. Todavia, a heterogeneidade dos processos emancipatórios vem implicando num sentimento coletivo sobre as dificuldades, os desafios e as possibilidades de realizar politicamente e emocionalmente a condição de sujeitos. (Schere-Warren, 1998:23)

²¹ Reconhecimento da diferença também introduzido pelo Movimento Negro a fim de questionar a igualdade entre homens e mulheres, propondo o reconhecimento da diferença racial entre negros e brancos. O Movimento Feminista, por sua vez, também propôs o reconhecimento da diferença de gênero entre mulheres e homens.

Esses múltiplos atores são sujeitos singulares construídos em processos coletivos e marcados por ideais comuns. São sujeitos em movimento na luta pela superação das desigualdades socioraciais que impedem a maioria da população de usufruir alguns direitos básicos garantidos por lei como saúde, trabalho, educação, moradia, terra e segurança. Neste sentido:

A consciência do direito ao trabalho, à cidade e à terra se alimentam e se contaminam. A consciência dos direitos se radicaliza na inserção, na produção e se amplia nas lutas pelas inserções nos serviços básicos para a reprodução digna da existência. (Arroyo, 2000:03)

Maria da Glória Gohn (2003) fornece-nos mais alguns elementos que ajudam na compreensão conceitual sobre os Movimentos Sociais no Brasil. De acordo com essa autora, os movimentos são ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas de se organizar e expressar suas demandas.

Ao analisar a atuação de diversos Movimentos Sociais no cenário internacional e, principalmente, no contexto dos países do chamado Terceiro Mundo, Boaventura Santos (1996) destacou que os Movimentos Sociais do Brasil são possibilidades de constituição de novos presentes, de um outro mundo possível.

Boaventura Santos (2006_b) compreende tais movimentos como correntes *contra-hegemônicas* aos modelos de imperialismos impostos pelas principais nações européias e norte-americanas sob uma determinada ótica de modernidade, uma vez que expressam e oferecem alternativas que podem ser credíveis em oposição ao capitalismo. Ou seja, esse autor vê tais movimentos como capazes de promover ações alternativas aos modelos globalizantes hegemônicos²². Assim, levando em conta a complexidade de suas constituições e suas estratégias de luta, Santos os considera contra-hegemônicos no sentido de que possuem um aprendizado próprio e relacional à hegemonia ao mesmo tempo que a ela se contrapõem.

²² Hegemonia é um conceito elaborado por Gramsci como sendo a relação de dominação por parte de uma pequena minoria sobre uma grande maioria, valendo-se do Estado para se perpetuar. Tal conceito foi cunhado a partir da visão de contraposição desse autor acerca do ponto de partida da teoria marxista, embora compartilhasse de alguns pontos comuns dessa teoria. A grosso modo, a diferença está que enquanto para Marx - e Lênin seu seguidor mais destacado - o Estado era separado da sociedade e tido como recurso do dominador para exercer seu poder, sendo a sociedade apenas o apêndice desse exercício, para Gramsci o Estado refletia as relações sociais estabelecidas de forma hierárquica. (Bottomore, 1988 – Dicionário Marxista) Além disso, segundo o próprio Gramsci, *toda a relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica*, ou seja, um aprendizado. Por isso, os Movimentos Sociais seriam contra-hegemônicos, pois possuem um aprendizado próprio e relacional à hegemonia ao mesmo tempo que a ela se contrapõem.

No Brasil, após o surgimento dos Movimentos Sociais populares urbanos de reivindicação de bens econômicos e equipamentos coletivos básicos como saúde, educação e moradia, inicialmente articulados nas fábricas e nos bairros nos anos 70, chegam ao auge, em meados da década de 80, os Movimentos Negro, Feministas e de Mulheres Negras. Estes surgiram reivindicando o tratamento de questões mais específicas como o fim do racismo e do sexismo não atendidos pela sociedade e nem pelos demais Movimentos. Em razão disso são tidos por alguns autores, como Maria Gohn (2003) e Marco A. Prado (2002), como Movimentos Sociais de caráter identitário.

Marco A. Prado (2002) afirma que os processos políticos de mobilizações sociais e os Movimentos de cunho identitário equivalem-se uma vez que as transformações sociais são reflexos da constituição de identidades políticas. Considerando esta premissa e respaldando-se em Chantal Mouffe (1992/1995), esse autor conceitua identidades políticas como um conjunto de valores, crenças, interesses e significados que, durante processos de mobilizações coletivas, configuradas por relações intra e extra-grupais, delimitam fronteiras nas questões dos direitos sociais num âmbito mais geral e identitários num âmbito mais específico. Uma das relevâncias das identidades coletivas está no compartilhamento de valores e crenças mediadas, politicamente, entre os diferentes grupos sociais. É desta relação que emerge o desenvolvimento de habilidades que promovem a cooperação e a solidariedade entre eles.

Os Movimentos Sociais de promoção de identidades romperam com a concepção marxista de que a ruptura com os sistemas dominantes e vigentes se dava, exclusivamente, a partir do mundo do trabalho ou do local de moradia. Isso porque procuraram eliminar as armadilhas das concepções universalistas que tratavam as desigualdades sociais somente entre as classes sociais ou entre os homens de modo geral. Portanto, a constituição de identidades coletivas dos movimentos identitários exprime conflitos e demandas em campos diversos das lutas centralizadas em torno do mundo do trabalho (Melucci, 2001).

Sobre o conceito de identidade entendemos, respaldando-nos em Stuart Hall (2001), que ela não é resultado de uma única escolha, mas de múltiplas possibilidades que podem resultar na elaboração de múltiplas identidades, num processo que não é linear. O processo de constituição de identidades ocorre num movimento constante, próprio das relações sociais, nas quais se torna possível que as pessoas busquem identificação através do pertencimento a culturas e grupos étnicos, raciais, lingüísticos e religiosos dos quais fazem parte. Neste sentido, a identidade surge “não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos pelos outros” (Hall, 2001: 38/39).

No momento atual os Movimentos Sociais vão além de suas conformações originais. Até meados dos anos 80 suas áreas de atuação restringiam-se às fábricas ou às circunscrições do bairro, estado ou país. Com a globalização, grande parte deles se transformou ou se articulou em redes sociais organizadas por locais, regiões e nações firmando-se como redes sociais internacionais, utilizadoras de novos recursos tecnológicos de comunicação e informação, como a criação das redes pela internet. Nesse contexto, os Movimentos Sociais vêm os sujeitos que os compõem “para além dos interesses pragmáticos e racionais e se constituem em *redes de solidariedade* com fortes conotações culturais” (Melucci, 2001:18).

Com a escalada do neoliberalismo em todo o mundo e no Brasil, durante toda a década de 90, a maioria dos Movimentos Sociais sofreu um refluxo considerável. Com isso tornaram-se raras as grandes manifestações como as Diretas-Já e o Fora Collor entre outras, muito constantes nos anos 80 até o início dos 90. No entanto, Alberto Melucci (2001) argumenta que os refluxos não nos remetem à extinção dos Movimentos Sociais. Mesmo não havendo a expressividade de ações coletivas nas ruas, como existiu outrora, muitas vezes recordadas com saudosismo, isso não significa que os movimentos acabaram. Pelo contrário, eles adquiriram outras nuances de expressividade e são mais descentralizados. Há épocas em que os encontros dos Movimentos Sociais são de maior expressividade, tornando-os visíveis, como as marchas feitas pelos movimentos em Brasília - como as marchas de negros e negras Zumbi e Zumbi + 10, os Fóruns Sociais, e as marchas de mulheres pelo mundo - como as de Beijing. Todos estes encontros são estratégias nacionais e internacionais de resistência às tentativas de aniquilação dos Movimentos Sociais pelo neoliberalismo e pela globalização capitalista.

Dessa forma, o refluxo e/ou o surgimento de outros grupos e organizações faz parte das dinâmicas dos Movimentos Sociais da atualidade para enfrentar os novos desafios impostos pela conjuntura adversa:

(...) rearticularam-se com as novas formas de associativismo que surgiram nos anos 90; outros entraram em crise e desapareceram²³; outros ainda, foram criados com novas agendas e pautas, como as recentes manifestações antiglobalização. (...) alguns movimentos se articularam em novas formas institucionalizadas de participação social, presentes nos inúmeros Conselhos, especialmente os Conselhos Gestores, os Conselhos de Representantes Municipais, os Conselhos de Orçamento participativo etc. (Gohn, 2003:08).

Entre os movimentos inseridos neste processo de resistência às atuais formas de exclusão e de opressão destacam-se as mulheres negras desta pesquisa e suas atuações

políticas no Movimento de Mulheres Negras, em Belo Horizonte. Em função da conjuntura social dinâmica suas atuações não se limitam a esse movimento social. Todas elas se integram a outros movimentos e ações coletivas que lutam por algum tipo de mudança no quadro das desigualdades existentes na sociedade, especialmente as sociais, raciais e de gênero.

No período das entrevistas constatou-se que das seis entrevistadas quatro - Zâmbia, Eritreia, Namíbia e Ruanda - tiveram uma militância mais específica no Movimento de Mulheres Negras, porém, ao mesmo tempo, participavam e desenvolviam outras formas de militância e de ação política. E nos seus discursos, nas suas atuações políticas e pedagógicas, apresentavam elementos que revelavam um aprendizado político, construído no contexto das lutas do Movimento de Mulheres Negras. Este movimento social, por isso, pode ser considerado um importante espaço formador. Nos relatos das entrevistadas ficou nítido que, para além de seus aprendizados pessoais e profissionais em relação à construção da identidade negra, houve um aprendizado político, construído no contato mais direto com o Movimento de Mulheres Negras e, indiretamente, pela circulação delas em outros espaços sociais e por suas vivências pessoais de racismo e de desigualdade social.

É neste sentido que uma outra dimensão do caráter pedagógico dos Movimentos Sociais pode ser encontrada, conforme apontam Miguel Arroyo (s/d), Boaventura Santos (2006_b) e Maria Gohn (1992). De acordo com o primeiro

Os movimentos sociais têm sido educativos **não tanto através da propagação de discursos e lições conscientizadoras**, mas pelas formas como têm agregado e mobilizado em torno das lutas pela sobrevivência, pela terra ou pela inserção na cidade. Revelam à teoria e ao fazer pedagógico a centralidade que tem as lutas pela humanização das condições de vida nos processos de formação. **Lembram-nos** quão determinantes são, no constituir-nos seres humanos, **as condições de sobrevivência**. A luta pela vida educa por ser o direito mais radical da condição humana. (Arroyo, s/d:04 – destaques meus)

Desta forma, para esse autor, há muito por se aprender com os Movimentos Sociais nesse processo de luta pelos direitos humanos em suas mobilizações coletivas. Os sujeitos sociais se formam e se educam nos Movimentos. Nestes, vivenciam processos de humanização, experiências e lutas democráticas em busca da emancipação social. Nesta mesma linha de raciocínio, Boaventura Santos (2006_a) também pontua que há muito por se aprender com os Movimentos Sociais contra o colonialismo que ainda impera sob outras formas em nossa sociedade, sobretudo no imaginário social. Há muito por se aprender sobre a emancipação da aculturação e a opressão, em seus saberes e em suas relações sociais, mesmo

os sujeitos sociais sendo explorados e inferiorizados pelas nações ditas de primeiro mundo graças às suas riquezas econômicas oriundas da colonização.

Para Maria Gohn (2001:43), os Movimentos Sociais nos fornecem elementos de aprendizagens por serem *formas renovadas de educação popular*, originadas de várias fontes de saberes, de experiências, vivências, ações, aprendizados das diferenças, desmistificações de autoridades tidas como competentes e detentoras de conhecimentos e, principalmente, de suas relações internas e externas. Parafraseando a autora podemos dizer que os Movimentos Sociais carregam nas suas práticas vários elementos dos programas de educação popular.

A metodologia que organiza suas ações após o diagnóstico da realidade social é planejada. Ela é construída em trabalhos coletivos, numa proposta de *agenda emancipatória*, na qual as intervenções sociais possam ser periódicas. Todo esse processo gera aprendizados políticos e pessoais diferentes daqueles construídos pelos sujeitos na educação formal. O saber popular politizado torna-se um instrumento das comunidades populares e dos integrantes dos Movimentos Sociais, gerando mobilizações que põem em risco o poder constituído e invadem a teia das redes de relações sociais hierarquizadas da vida social. Além disso, este saber propõe novas formas de relacionamento no formato de redes visando conquistas de novos espaços de poder. O aprendizado dos Movimentos Sociais constitui e desenvolve o chamado *empowerment*²⁴ de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. (Gohn, 2003:15)

Portanto, os Movimentos Sociais podem ser considerados como espaços educativos nos quais os seus integrantes aprendem e constroem novas formas de lidar com as circunstâncias políticas e com as lutas nos locais de trabalho e na sociedade. Esse é um processo presente nas trajetórias das seis mulheres entrevistadas.

²⁴ Empoderamento. Esta palavra advém do termo inglês *empowerment* cujo significado é “dar poder” a alguém para realizar tarefas sem necessitar de permissão. O uso desse termo no contexto brasileiro, segundo Leila Valoura (2006), foi empregado por Paulo Freire e com outro sentido. Empoderar, na ótica Freiriana, é realizar mudanças e ações, por si próprio, possíveis de evolução e o fortalecimento da pessoa da ação. Significa conquistar, superar e avançar a partir de realizações e ações de sujeitos ativos. Corresponde a um movimento interno por uma conquista ou várias. Um delas, pode ser a conquista da liberdade por parte das pessoas que têm estado subordinando a uma posição de dependência econômica ou física ou de qualquer natureza. Do ponto de vista de gênero, o empoderamento diz respeito à conquista de poder por parte das mulheres. Consiste na possibilidade de “aumentar o poder e controle sobre as decisões e problemáticas que determinam a vida.” (Oliveira, 2004:66) O empoderamento das mulheres refere-se ao poder de defesa das especificidades femininas. Tal poder se entrecruza com as diversas dimensões sociais e políticas. Esse empoderamento refere-se também à extinção dos mecanismos de poder patriarcais e sexistas-racistas fundados na subordinação de mulheres. Portanto, o empoderamento se consagra quando as mulheres conseguem mudar normas, crenças, mentalidades, usos e costumes, práticas sociais e obtém direitos em benefício de suas especificidades. Mas, sobretudo em benefício de alterar as formas de relação numa perspectiva mais justa e de respeito, entre mulheres e homens de qualquer geração, etnia, religião e nação. O empoderamento, enfim, consiste numa lógica envolvente e reflexiva de promoção de ações e conquistas de crescimento individual e, principalmente, coletivo que cria seu espaço vital e consegue promover intervenções sociais, políticas e de poder.

Com base nas reflexões de Miguel Arroyo, Boaventura Santos e Maria Gohn é possível afirmar que aprender com os Movimentos Sociais significa aprender com os sujeitos singulares que os compõem e lhes conferem sentidos. Para Alberto Melucci (2001:28) há uma produção de códigos culturais que advêm das subjetividades construídas por meio de novas sociabilidades que promovem ações “estritamente entrelaçadas com a vida cotidiana e com a experiência individual”.

Esse processo educativo não se dá de forma harmoniosa e linear. Pelo contrário, sempre está repleto de conflitos, avanços e recuos, próprios da dinâmica social. A negociação é uma forma de lidar com conflitos e forjar consensos de modo a permitir a coexistência de diversas posições, mas garantindo a continuidade do movimento. Os Movimentos Sociais, portanto, para além dos conflitos, contribuem para provocar modificações nas estruturas internas e externas, para ampliar participações nos processos decisórios e desestabilizar relações de privilégios especialmente num país como o Brasil, marcado por notórias desigualdades sociais, raciais e de gênero. Os Movimentos Sociais e as ações coletivas constituem-se de múltiplos sujeitos com trajetórias singulares, como se verifica nos relatos das entrevistadas:

Luanda: Eu acho que construí minha identidade na minha inserção na militância mesmo. O fato de ver mulheres negras fazendo coisas interessantes e os resultados de suas intervenções me atraíram, porque depois disso me encontrei, e passei a fazer algo parecido **Eu já tinha vontade de fazer. (...) e o fato de eu ter passado a me enxergar como mulher negra,** de haver saído do trabalho, de poder ter cuidado das minhas coisas, eu mesmo ter dado conta das minhas atividades, das coisas no trabalho. Passei a estudar de dia, fazendo um curso mais consistente. Porque eu tinha me encontrado como mulher negra (risos...). Eu queria falar para todo mundo. **Tinha vontade de ensinar a ser mulher negra para todo mundo, eu acho que é isso. Quando eu vi uma reunião na Praça da Estação, com várias mulheres negras falando sobre o que elas têm que fazer. Então, eu achei que eu tinha que fazer aquilo também.** (Luanda, 42 anos - destaques meus)

Michele: Qual o significado da militância para você?

Eritréia: A vida! Vida. Experiência. Prazer. Tive muito prazer. Houve muitas coisas boas. **Mas houve coisas ruins também. Porém, mais boas do que ruins. Então, hoje, o que eu sou devo a essa militância. Eu acho que eu sou muito feliz, em vista do que eu poderia ser senão tivesse participado de nada. Então, o movimento veio para me dar uma outra possibilidade de vida também.** Até porque abriu outros horizontes. Foi tudo de bom. (Eritréia, 45 anos – destaques meus)

Namíbia: O significado do grupo foi de bater naquelas questões que eu já defendia. Então teve uma soma, me completei e a gente não se sente só. Você acaba encontrando pessoas que pensam iguais a você. Você acaba adquirindo conhecimento de entidades que se encontram e se organizam em cada canto deste país, com a mesma luta, com o mesmo ideal, que é o combate ao racismo, a igualdade racial. E aí, você acaba criando uma agenda, uma articulação nacional e até internacional. **Então isso, te faz crescer enquanto indivíduo, enquanto ser, enquanto mulher negra.** (Namíbia, 45 anos – destaques meus)

Zâmbia: para a sociedade, o Movimento de Mulheres Negras é muito importante porque faz com que as mulheres negras se coloquem em todos os lugares com suas reivindicações. Eu acho assim, porque reúne um potencial. Se você não faz essa discussão, você não consegue garantir o potencial dessas mulheres negras. Então, **o Movimento de Mulheres Negras é importante no sentido de estar trabalhando isso: a nossa organização, a nossa importância, a nossa auto-estima, o nosso lugar na política nacional, nas organizações nacionais. Acho que é muito importante. Agora, para minha vida, isso foi muito legal porque me reafirma, entendeu? Eu sei que eu não sou uma mulher qualquer. Eu me sinto uma mulher importante, para a sociedade, entendeu?!** Eu sou uma mulher importante para as políticas públicas, para a organização, para a percepção das coisas. Às vezes fico até achando que sou meio atrevida. Eu discuto de igual para igual no meu partido. E isso foi o Movimento de Mulheres Negras que me deu essa auto-estima, porque isso é uma questão de auto-estima. Eu poder discutir com o meu partido que é de maioria branca nas suas direções de igual para igual. Assim, garantir aquilo que eu penso, as propostas e tudo. Isso é fundamental! A organização de mulheres negras que eu participei e a que eu participo, para mim foi fundamental! Pois, garantiu que eu, Zâmbia, esteja com o potencial de fazer a discussão política em geral. Porque não é só a discussão política da mulher negra. Mas sobre qual é o nosso papel nessa sociedade, nessa organização política. (Zâmbia, 50 anos – destaques meus)

Esses processos múltiplos e facetados, das organizações sociais e dos sujeitos que os integram, permitem aproximar-nos das várias dimensões de aprendizados e formações que envolvem as mulheres negras entrevistadas. Segundo seus relatos suas militâncias, principalmente no Movimento de Mulheres Negras, lhes possibilitaram novas perspectivas de vida talvez antes não imaginadas. Podemos citar: o reencontro com elas mesmas e com outras mulheres negras que possuem afinidades; o descobrimento do significado da vida; o resgate e o fortalecimento da auto-estima; o exercício da auto-reflexão, de como lidar com problemas, conflitos, buscando meios para superá-los; a reinvenção do ser mulher negra e; o *empoderamento* em espaços políticos e sociais. Enfim, a busca por ações coletivas, políticas, sociais e de solidariedade, dentre tantos outros significados revelados pelas entrevistadas, são alguns aprendizados que fizeram parte da sua formação no Movimento de Mulheres Negras, como militantes e como sujeitos singulares. A relevância de suas atuações políticas nos Movimentos e, sobretudo, no de Mulheres Negras, está no resgate de suas Humanidades e no direito de elas se construírem como cidadãs e seres humanos.

II. I - Dos atores singulares aos atores coletivos.

O século XX tem sido considerado por alguns intelectuais das áreas de Ciências Humanas como o tempo expressivo das ações humanas coletivas (Prado, 2006:205).

Analisando os estudos sobre os Movimentos Sociais realizados por autores como Eder Sader (1988), Alberto Melucci (2001 e 2004), Marco A. Prado (2001, 2002 e 2005) e Maria Gohn (1992 e 2003), entre outros, é possível notar certa primazia da organização dos

Movimentos Sociais sobre os sujeitos que as integram. Em outras palavras, a ênfase no caráter mobilizador dessas organizações coletivas é considerada como o elemento formador dos sujeitos que delas participam.

Concordamos com as análises que enfatizam esse caráter pedagógico dos Movimentos Sociais. No entanto, ponderamos que, talvez, esse olhar sobre o peso da organização coletiva acabe impedindo uma reflexão mais profunda sobre a condição singular dos sujeitos que contribuem para a sua constituição. Às vezes os sujeitos dos movimentos, suas vivências e aprendizados individuais acabam ocupando um lugar secundário. Nessa perspectiva, os Movimentos Sociais – por mais emancipatórios que sejam - parecem alheios aos sujeitos que os constituem e os integram. Parecem assumir um caráter transcendental e independente. É como se tivessem a capacidade de se constituírem por si mesmos, ganhassem vida própria em detrimento dos sujeitos que são determinantes no seu surgimento. Desse modo, corremos o risco de incorrerem em análises que, por mais avançadas que sejam, acabam por não destacar as ações dos sujeitos em movimento em detrimento do movimento em si.

Essas linhas iniciais podem sugerir ao leitor que a intenção seja de desprezar a importância das instituições e das organizações na vida dos sujeitos. Não se trata disso. Pretende-se apenas problematizar uma certa tendência da literatura sobre os Movimentos Sociais que tende a colocá-los como o foco mais relevante em detrimento dos sujeitos que os constituem. Reconhece-se a complexa articulação entre os indivíduos e as organizações sociais, mas esta pesquisa se propõe aprofundar o foco de análise destacando a participação dos sujeitos no processo de configuração dos Movimentos Sociais. Sujeitos esses que não se constroem sozinhos, mas evidenciam particularidades. Neste sentido, podem ser compreendidos como sujeitos singulares.

Sobre o conceito de sujeito, Bernard Charlot (2000) ajuda-nos a compreendê-lo na sua particularidade ao considerar que a discussão sobre o mesmo é complexa. Esse autor conceitua sujeito considerando três dimensões: a humana, a social e a singular. Assim, sujeito é um ser humano que se encontra no e aberto ao mundo, portando e sendo movido por desejos em relações com demais seres humanos. O sujeito é também um ser social, originário e educado por uma família, numa dada posição e espaço sociais, inscritos em relações sociais. Por último, o sujeito é um ser singular porque cada pessoa é um exemplar único da espécie humana, detentor de uma história, interpretador do mundo, ao qual confere sentido e ocupa uma posição. Esse sujeito singular confere sentido, também, às suas relações com as demais pessoas - seres humanos; à sua própria história e à sua singularidade. Por isso, o sujeito age no e sobre o mundo, a partir do saber que capta de sua relação com o mundo como

necessidade de aprendizagem. Ele produz a si mesmo e é também produzido através da educação. Nesta ótica, o sujeito apropria-se do social de uma forma específica, compreendendo nesta sua posição seus interesses bem como, as normas e as representações que lhe são impostos e/ou propostos. O sujeito é singular, portanto, justamente, por se apropriar do social de uma maneira própria, transformado em representações, comportamentos, aspirações, práticas que não o distanciam do social, mas permitem sua interação com o mesmo. Por isso Bernard Charlot afirma que a sociologia deve estudá-lo via sua realidade social e, principalmente, por suas especificidades, que o tornam um sujeito singular a ser compreendido. Nas suas palavras:

O sujeito é um ser singular, dotado de um psiquismo regido por uma lógica específica, mas também é um indivíduo que ocupa uma posição na sociedade e que está inserido em relações sociais. Uma sociologia do sujeito pode dedicar-se a compreender como o indivíduo se apropria do universo social dos possíveis (para retomar os termos de Bourdieu), como ele constrói seu mundo singular tendo por referência lógicas de ação heterogêneas (como diria Dubet), quais são suas relações com o “saber” (referência aos nossos próprios trabalhos) e, talvez, muitas outras coisas (...) que estude o sujeito como um conjunto de relações e processos. (Ibidem, 2000:45)

Os sujeitos singulares criativamente se reinventam e traçam novos horizontes de vida, de cidadania e de atuação político-cultural e coletiva, dando novos significados aos Movimentos Sociais e a si próprios, gerando novos aprendizados. A mobilização dos sujeitos singulares em coletivos tende a impulsionar transformações, como a inovação nas formas de pressionar, diferenciar, articular e negociar os interesses e as representações, promovendo o reconhecimento de suas especificidades organizativas.

Esse processo de aprendizado ocorre numa via de mão dupla de modo que “uns ensinam e, ao fazê-lo, aprendem. Outros aprendem e, ao fazê-lo, ensinam” (Freire, 2001:11). De acordo com Ilse Scherer-Warren (1998:17), os sujeitos emergem de um processo de construção coletiva de valores e práticas, resultantes de uma rede de múltiplos atores e organizações. Os Movimentos Sociais se consolidam construindo sujeitos coletivos em torno de valores e símbolos, no interior de suas organizações, sobretudo quando possibilitam a formação e a emergência dos sujeitos singulares e vice-versa. Ou seja, os Movimentos Sociais – sobretudo os de caráter identitário - tornam-se mais fortes e mais significativos para aqueles que neles atuam quando os sujeitos têm a liberdade de expressar as várias nuances da constituição de suas identidades. Estas podem se configurar como eixos norteadores de suas lutas, comportamentos e relações.

É nessa direção que se analisa a importância dos sujeitos singulares – especialmente as Mulheres Negras entrevistadas - incorporando-as na dinâmica geral dos Movimentos Sociais, destacando aspectos relevantes de suas histórias de vida e de militância social e política.

Antes de aprofundar a parte mais específica das trajetórias de vida das mulheres negras entrevistadas e discutir suas articulações com a inserção política nos Movimentos Negro e de Mulheres Negras, procurar-se-á delinear, neste capítulo, os contextos históricos que demarcaram a inserção dessas mulheres nos Movimentos Sociais.

Os fragmentos de suas memórias serão fundamentais na descrição das conjunturas política e social, da época. Com eles elucidam-se os aspectos das condições socioeconômicas herdadas de seus familiares e o caminhar do seu processo de formação política até o momento em que a militância passa a se expressar como uma ação, sobretudo nos momentos de maior efervescência social. Por último, abordaremos em que momento suas lideranças começaram a despontar nas organizações sociais de que fizeram e ainda fazem parte.

Como ponto de partida estabeleceremos momentos históricos que imprimiram marcas nas suas biografias, tendo como destaques: a) o cenário da década de 60 que marca simultaneamente a adolescência da maioria das entrevistadas e a desarticulação dos Movimentos Sociais com o Golpe Militar de 64; b) o fim da década de 70, destacando o reflorescimento dos Movimentos Sociais; c) a década de 80, abordando as novas estratégias adotadas pelos Movimentos Sociais para consolidar o fim do Regime Militar no país. E a entrada em cena, nesse contexto, das mulheres entrevistadas como protagonistas, cada uma a seu modo e no seu tempo, em seus espaços coletivos de atuações.

É nesse cenário que as mulheres negras entrevistadas construíram suas trajetórias políticas e de vida enquanto sujeitos sociais e sujeitos singulares. Em suas tessituras sociais e políticas deixaram de ser meras coadjuvantes e passaram a contribuir, efetivamente, para algumas das mudanças sociais e políticas operadas em Belo Horizonte e no Brasil, nos últimos 30 anos.

Os anos 90 serão considerados de maneira mais específica, pois se referem ao momento histórico em que os Movimentos Sociais superaram o caráter reivindicativo e passaram, por meio dos quadros formados no seu interior a disputar, efetivamente, o poder político aprofundando a vinculação aos partidos de esquerda – especialmente ao Partido dos Trabalhadores. Isso num contexto em que: a) a onda neoliberal atravessou o país por toda a década, provocando tensões e refluxos dos Movimentos Sociais, especialmente o sindical; b) os Movimentos Sociais cumpriram um papel fundamental na ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder federal no início do terceiro milênio.

II.II – Fragmentos das memórias no contexto político da ditadura militar

Implantado no auge da Guerra Fria, o Golpe Militar de 1964 consolidou a hegemonia dos EUA no Brasil, a implantação de um modelo social concentrador de terra e de renda e o fim das liberdades democráticas. Representou, também, um duro golpe nos desígnios das forças progressistas de implantar um modelo de sociedade calcado na justiça social.

Sob a insígnia do Brasil Grande - “Ame ou deixe-o” - e utilizando-se ora da repressão física, ora dos atos institucionais, o regime militar provocou uma verdadeira diáspora no seio das forças progressistas. Suas principais lideranças foram exiladas ou simplesmente exterminadas e os Movimentos Sociais tradicionalmente identificados com aqueles partidos foram esfacelados e/ou silenciados. A legislação imposta pelo regime militar enfraqueceu a função dos sindicatos como movimento de contestações, reivindicações e lutas por melhores condições salariais e de emprego.

Eritrêia, uma das entrevistadas conta que, em meados dos anos 70, em Belo Horizonte, no bairro Casa Blanca, participou de um grupo de militância juvenil, com vínculo religioso que se chamava: “Caminhando”, inspirada nos versos contestadores da música de Geraldo Vandré, cujo refrão foi recorrentemente entoado nos movimentos contra a ditadura: “Vem, vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

Suazilândia, outra entrevistada, viveu a sua adolescência no período militar. A tensão nas ruas, característica desse momento, foi por ela vivenciada em alguns momentos quando a retornava da escola – no centro de Belo Horizonte - para a sua casa. Sem entender direito o que se passava à sua frente, tentava descobrir o que estava acontecendo ao seu redor recorrendo à televisão. Ela insinua que os movimentos de resistência dos jovens universitários, que assistiu na sua adolescência, eram constituídos por jovens de classe média, com maior acesso à informação, indignados com os rumos políticos do país:

No auge da **Ditadura Militar**, eu tinha entre 13 e 14 anos. Estudava atrás do Parque Municipal, na Alameda Ezequiel Dias. Eu tomava o ônibus para casa perto da Faculdade de Direito da UFMG. Nessa trajetória de sair do parque municipal para pegar o ônibus na Faculdade de Direito, me deparei por diversas vezes com os coletivos dos movimentos sociais, especialmente, o movimento estudantil. Não que eu participasse, pois **não sabia muito o que estava acontecendo**. Só me lembro de ver os estudantes jogando pedras nos militares. Lembro-me também que o regime massificava muito a jovem guarda para desvirtuar a cabeça do povo. Eu ficava imaginando **por que saíam os estudantes da Faculdade de Medicina e iam a passeata para encontrar com o pessoal do Direito**, no início da Avenida João Pinheiro, justamente na hora em que eu saía da escola. Muitas das vezes tive de sair da escola mais cedo porque as irmãs ficavam sabendo que ia ter passeatas. A escola era confessional. Por isso, elas liberavam os alunos mais cedo, porque certamente iria haver confronto com a polícia, etc. **Eu ficava querendo saber o que era aquilo**

vendo a televisão. Para mim, os protagonistas daqueles episódios eram os jovens de classe média que compreendiam mais de perto a realidade do Brasil, naquele momento, por causa de suas condições financeiras, sociais e acadêmicas. (Suazilândia, 54 anos – destaques meus)

Eritréia, ao relembrar do período da Ditadura militar, disse que durante os anos de sua adolescência estava começando a constituir sua consciência política e a entender os problemas que o país enfrentava, através de seus professores da 5ª série da escola que estudava. Segundo ela muitos professores encontravam meios de burlar ou forjar situações para discutir criticamente com seu alunado sobre o regime militar e explicar o que estava ocorrendo durante a ditadura.

O dono dessa escola era o seu João, um militar muito severo, na época da ditadura, imagina! Ele era a favor da ditadura e tudo. Eu nem sabia muito ainda o que significava ditadura, não. Mas, logo após que entrei na escola, fiquei sabendo por intermédio de alguns professores **que trancavam a porta para dar aulas pra gente, sabe!** Então, tinha o professor de OSPB que, na realidade, era professor de história. Ele era fantástico! Falava com a gente de tudo. Tinha também o professor de português que se chamava Valter. O meu sonho era encontrar esses professores depois, sabe? Nunca mais os encontrei. **Então, esses professores nos deram noções sobre o mundo que estávamos vivendo; do que era proibido e tal. Indicavam livros bacanas para a gente ler e tudo. Então, nessa fase, fui tomando um pouco mais de consciência crítica da política que o país estava vivendo. Não, assim, uma informação totalmente, porque eles não podiam nos fornecer muita coisa.** E os meus pais, embora soubessem de alguma coisa, não passavam muita informação, não. Conversavam pouco a respeito disso. Então, foi na escola São Geraldo que eu fui me formando politicamente. (Eritréia, 45 anos – destaques meus)

Apesar de os pais de Eritréia não conversarem muito sobre a ditadura, eles não eram pessoas à parte de tudo e, principalmente, da política. Tanto sua mãe quanto seu pai eram pessoas engajadas nos movimentos populares de bairros e de igreja. Sua mãe era líder na comunidade, instigando os moradores de sua comunidade a se organizarem e a lutarem por melhorias no bairro. A atuação dela, contudo, não acontecia só no âmbito externo de sua residência. As filhas e os filhos também eram estimulados a participar de algum grupo para não ficarem parados em casa. O aprendizado político de Eritréia também se deu no contexto familiar e em movimentos comunitários do bairro, ligados às comunidades eclesiais de base.

Tinha um movimento comunitário no bairro. Um movimento em que seus integrantes eram predominantemente da Igreja, que na época organizava as Comunidades Eclesiais de Base. Era final dos anos 70. E a minha mãe começou a participar. Tinha também o negócio do jornal dos bairros que funcionava em Contagem, que ela participava. E aí ela nos chamou e disse: “tem um movimento aqui, vocês não estão fazendo nada no sábado, fica todo mundo à toa, porque vocês não vão lá pra igreja?”. Daí, nós começamos. Fomos e nunca mais largamos. (Eritréia, 45 anos)

II.III - A crise do Regime Militar, o renascimento dos Movimentos Sociais e o protagonismo das mulheres negras no cenário político brasileiro

A distensão da Guerra Fria, o enorme endividamento externo, o fim do “milagre econômico”, as denúncias de violações aos direitos humanos e as próprias fissuras internas entre os militares que pressionavam por um maior endurecimento e os que propugnavam uma abertura lenta e gradual, colocaram em xeque o regime militar. Neste contexto ganham força os movimentos pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, a luta contra a carestia e pelo fim da Ditadura Militar. É nessa esteira de insatisfação popular que os Movimentos Sociais e as organizações políticas voltaram pouco a pouco à cena, especialmente a partir de fins dos anos 70. Para isso, foi fundamental a emergência do novo sindicalismo²⁵, a partir das greves do ABCD paulista, e da inflexão de uma ala da Igreja Católica que passou a se posicionar a favor dos pobres e contra o regime militar. Esta ala da Igreja passou a conduzir seu discurso e sua prática sob a “matriz discursiva da teologia da libertação”, resultando na criação das CEBs - Comunidades Eclesiais de Bases.

O final da década de 70 foi marcado por uma *nova sociabilidade nas comunidades* através das associações comunitárias, onde a solidariedade e a ajuda mútua se contrapunham aos valores de uma sociedade fragmentada, dividida e, acima de tudo, individualista. Foram surgindo em meio às repressões novas formas de resistência e luta social, advindas dos sujeitos singulares, organizados em Movimentos de bairros que, também, se constituíram como novas formas de organização e reivindicação de direitos e melhorias para a população. Num processo de autonomização, denunciavam as condições precárias da comunidade ao mesmo tempo que lutavam por infra-estrutura e outras melhorias, mantendo uma relação de ajuda recíproca.

A entrada dos chamados *Novos Movimentos Sociais* no cenário nacional, nos anos 70, segundo Eder Sader (1988), possibilitou novas modalidades de *elaboração das condições de vida* das classes populares, das organizações sindicais, das instituições religiosas e dos partidos de esquerda. A reorganização dos setores progressistas, no decorrer dos anos 70, pautou-se por uma valorização maior da autonomia de cada Movimento em relação ao Estado.

²⁵ O “novo sindicalismo” foi uma forma de organização sindical surgida no final da década de 70. Especialmente no ABCD paulista, compreendido pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema. Ficou celebrizado pela autonomia e pelo combate à tutela do sindicato pelo Estado. Sua estruturação partiu da base das comissões de fábrica. Mas, precisamente, o novo sindicalismo voltava-se, de forma vigorosa, contra a opressão política da ditadura. Além disso, questionava as outras dimensões de culturas autoritárias na sociedade. Ao mesmo tempo que se constituía como ferramenta de defesa dos interesses dos trabalhadores, ia além de suas reivindicações. Apontava um alargamento da cidadania política, passando a incluir como agenda de discussões a questão social com sua face renovada. Essa discussão será retomada nos capítulos seguintes.

Os cidadãos civis, em suas organizações, se desvincularam da tutela do Estado para, à parte dele, cobrarem e reivindicarem seus direitos, bem como ampliar a participação dos Movimentos Sociais e dos sujeitos nas decisões políticas do Estado.

Nesse processo houve o engajamento de vários homens e várias mulheres que se tornaram protagonistas de suas próprias histórias. Esses homens e essas mulheres foram importantes não somente por contribuírem para o restabelecimento da ordem democrática e da criação de novas sociabilidades, mas por favorecerem o surgimento de outros sujeitos no cenário político brasileiro, como os ambientalistas, o MST e os ativistas anti-homofóbicos.

Dentre as entrevistadas apenas Zâmbia, que exercia a profissão de costureira, atuou intensamente no processo de constituição do novo sindicalismo que era constituído eminentemente por figuras masculinas²⁶. Zâmbia foi uma líder que comandou greves e fortaleceu o movimento grevista junto ao sindicato dos metalúrgicos, em Belo Horizonte e ajudou na construção da CUT – a maior central sindical da América Latina.

Além de confeccionar roupas e trabalhar nas fábricas, Zâmbia articulava e atuava junto a outras categorias na organização das assembléias e das movimentações das memoráveis greves realizadas neste período. Momentos que entraram para a história do sindicalismo brasileiro por reunir milhares de trabalhadores nas ruas e praças de Belo Horizonte e pressionar o Estado autoritário. Zâmbia também participou da formação de uma chapa de oposição para disputar a liderança sindical de sua categoria profissional. Mesmo não conseguindo a vitória, a chapa foi contemplada por um terço dos eleitores e das eleitoras - 30%. Caso a vitória tivesse sido efetivada seria algo inédito para a época porque sua chapa além de ter mulheres na liderança era composta por uma maioria de mulheres ainda jovens:

Eu **determinei na época da minha vida que ia trabalhar com o movimento sindical**. Particpei das primeiras reuniões Pró-CUT junto com o Tilden Santiago e com algumas pessoas que fizeram as oposições sindicais. E quem nos ajudava muito, na época, era o Sindicato dos Metalúrgicos. **Era quando a gente puxava as greves, inclusive nossa categoria era muito fraquinha, meu Deus!** E a gente puxou a greve por Contagem e conseguimos chegar a Belo Horizonte. Lembro-me que fizemos uma assembléia no Sindicato dos Bancários, com mais de 1000 trabalhadoras e trabalhadores e foi um negócio fantástico para nossa vida. Foi muito bom! Foi muito bom o período. A gente conseguiu mostrar uma outra situação à categoria. Lembro-me também que tínhamos várias reivindicações básicas, uma delas era a mudança da data-base da categoria. Fazíamos sempre a avaliação da data-base. Às vezes, chegávamos à conclusão de que determinada data não dava para você trabalhar mobilização. Era na época de maior produção. Então tínhamos que trabalhar na época de produção, para conseguir um êxito maior na nossa reivindicação. Conseguimos fazer muita coisa na categoria, até registrar uma chapa. Mas a chapa foi destruída pela diretoria do sindicato da época. Mesmo assim a gente

²⁶ Há sindicatos onde a mulher é maioria mas a liderança é masculina. O movimento docente é um deles.

teve quase 30% cento dos votos, porque as pessoas confiavam na gente, sabe assim. (Zâmbia, 50 anos – destaques meus)

Neste trecho Zâmbia evidencia algo que a História Oficial durante muito tempo omitiu e, na maioria das vezes, ainda omite: a presença de mulheres nas organizações sindicais e nas lutas por melhores condições de vida para a classe trabalhadora. A sua atuação revela não só a presença de uma mulher, mas, sobretudo, a de uma mulher negra. Ela esteve no comando do movimento sindical, presente e atuante. Em meio a este espaço, junto com outras mulheres costureiras, motivava a categoria a refletir sobre suas condições de trabalho nas fábricas de confecções.

Como eu era costureira, fui da oposição sindical das costureiras, quer dizer, **a gente foi fazendo todo um trabalho com as costureiras, nas fábricas. Fomos construindo grupos dentro das fábricas, de juventude feminina, porque a maioria das costureiras era jovem.** Na época, havia muitos jovens aprendizes nas fábricas. **Eu já não era mais aprendiz. Mas tinha a juventude como prioridade, porque eu era do movimento da juventude. Então, eu tinha prioridade com a juventude. Tanto que na chapa nós éramos todas jovens e a maioria mulher, inclusive na chapa de oposição.** Mas nesse processo até chegar às chapas de oposição, a gente **fazia muito aquele esquema de às vezes, no final do dia, sair pra conversar. No final de semana, eu ia pra casa do povo pra conhecer a família, aquele trem, aquele trabalho de formiguinha mesmo que a gente fazia na categoria.** E nós conseguimos ter um envolvimento muito grande na categoria, muito grande mesmo. E a gente fazia boletins para a categoria; enfrentava a moçada, que a gente chamava na época de pelego. (Zâmbia, 50 anos - destaques meus)

A atuação de Zâmbia por outro lado também lhe trouxe inúmeras demissões. Os donos das fábricas de confecções ao tomarem conhecimento de seu engajamento sindical como opositora, despediam-na logo em seguida, mesmo considerando-a uma funcionária produtiva e que cumpria com suas obrigações. Ser uma boa profissional, produtiva e pontual não eram apenas questões profissionais para essa entrevistada. Era também uma forma de garantir o seu espaço de atuação política na tentativa de não levantar suspeitas de uma atuação sindicalista. Portanto, ser uma boa profissional era também uma estratégia política de sindicalismo.

Eu devo ter passado numas quinze fábricas de confecção. Qual era o meu problema? **Eu era uma boa profissional, mas em compensação era sindicalista.** Então sindicalista, naquela época, principalmente dessas pobres costureiras, que não tinha uma história de luta na categoria. Os sindicatos existiam por existir mesmo. Então, eu tinha participado no processo de discussão do Pró-CUT. E acabei criando um problema político. Aonde ia fazia discussão política, discussão de sindicalismo com os trabalhadores e as trabalhadoras das fábricas. E a gente era inclusive maioria mulheres, jovens. Éramos todas jovens, praticamente, e um homem na oposição sindical. Então, em toda a fábrica que entrava daí a pouco, o povo descobria que eu era da oposição sindical, que era ligada à CUT, essas coisas assim. Então, naturalmente, era mandada embora. Nunca fui mandada embora porque era má profissional, porque não dava produção para o patrão. Até pra ter acesso à casa eu

tinha de ser uma boa funcionária, chegar na hora certa e não faltar ao trabalho. Tudo isso me permitia manter o meu trabalho. **Além de manter o salário, tinha que manter minha ação política lá dentro e tudo. Então, quando eles descobriam, me mandavam embora.** Por isso passei por várias fábricas. **Teve uma época que fizemos uma greve que foi a primeira e única da categoria. Como coordenei a greve, saí de uma fábrica. Saí pra coordenar a greve, mesmo.** Faltava para coordenar a greve. Como todo mundo estava em greve, fiquei também e nós fomos coordenando este processo. Depois fui mandada embora. **Até os meus amigos falavam que não ia conseguir emprego de jeito nenhum.** Mas, como era uma boa profissional e dava a produção que o patrão queria. (...) Mas eu nunca passava de um ano, dois anos. (risos). Era no máximo um ano, dois anos que ficava na fábrica. (Zâmbia, 50 anos - destaques meus)

No seu modo de ver não havia como exercer sua profissão desvinculada do trabalho político, sindical, algo que aos olhos dos donos das fábricas era inconcebível. Essa postura era nutrida por sua participação no grupo da Juventude Operária Cristã, a JOC que, na época, formava jovens católicos e operários para atuarem nas lutas sindicais e nos rumos dos sindicatos. Zâmbia participava desse grupo de jovens com seu irmão e suas irmãs. Por sua vez o grupo tinha o propósito de formação política da juventude no mundo do trabalho. Era o grupo do qual seu irmão foi: “coordenador Nacional da JOC, da Juventude Operária Cristã, que era um movimento nos anos 80, muito interessante pra formação da juventude”.

A existência desse grupo antecede as sibas. Mas a JOC contava com o apoio dos padres progressistas para a sua formação que visava intervir e atuar em organizações de representação profissional, no caso, os sindicatos. Zâmbia não foi a única de sua família a participar desse grupo. Segundo ela, o primeiro a ter formação sindical na juventude foi seu irmão mais velho. Logo em seguida, vieram ela e sua irmã do meio.

Zâmbia deixou claro, porém, que nem sempre o grupo de jovens pensava nesta atuação mais política e social. No início a preocupação deste coletivo era tratar e buscar resolver questões relacionadas à juventude. Tempos depois é que o grupo despertou para a relevância do seu envolvimento com a comunidade e viu que era possível fazer intervenções políticas na região:

A gente quando começou a entender que o nosso papel não era só ir pra igreja tocar violão. Mas que tinha que fazer um trabalho social na comunidade. **Começamos a intervir em associação de moradores, em creches, começamos a intervir em várias questões da região, onde a gente conseguiu criar ali um potencial de militância muito legal.** (Zâmbia, 50 anos – destaques meus)

Outra entrevistada que participou intensamente do período de ascensão dos Movimentos Sociais no cenário político foi Eritreia. As CEBs foram o primeiro lugar de inserção social de Eritreia e seus irmãos, bem como um espaço de maior atuação de sua mãe e de formação

crítica e política da família. Foi na Igreja que sua família revelou-se mais participativa, assumindo papéis de influência, como era o caso de seu avô:

A minha família na verdade era uma família participativa. Meu avô era coordenador lá da igreja, quer dizer, ele tinha uma participação religiosa profunda. Ele era *o cara*²⁷ do padre. E os meus tios, minha mãe foram envolvidos nesse processo. (Eritréia, 45 anos – destaque meu)

O novo sindicalismo e as CEBS, portanto, cada um a seu modo e com suas orientações políticas, contribuíram para a entrada em cena de vários Movimentos Sociais. Esse processo denominado de renascimento dos Movimentos Sociais é compreendido sobretudo, por Eder Sader, como o momento em que os *novos* “personagens entram em cena”, e por Alberto Melucci (2001) como os idealizadores da “invenção do presente”. Pois ofereceram novos caminhos em torno das novas formas de ação coletiva em nossa sociedade.

Por outro lado, dadas as especificidades das diferentes realidades vividas pelos sujeitos sociais que deles participam, esses movimentos construíram atuações distintas e atribuíram significados diferentes à vida social. “Isso faz com que os movimentos abram novas possibilidades diante do inesperado, da flexibilidade na construção de identidades no interior de múltiplos pertencimentos da individualidade”. (Melucci, 2001:16)

No entanto, não só a ala progressista da Igreja Católica se destacava como formadora e aglutinadora de sujeitos políticos nas comunidades populares. Durante as entrevistas, Namíbia relatou ter sido educada em uma religião diferente da católica, a umbanda. Seu pai era dono de um Centro Espírita de Umbanda, no morro onde moravam.

Além da prática religiosa seu pai atuava como líder comunitário e ajudava as pessoas da comunidade. Ele também procurava comentar com os filhos sobre as repressões da polícia na época e a despertar também o olhar crítico e a tomada de consciência: “eu fui criada dentro da religião umbanda. Meu pai tinha um centro espírita fundado por ele lá no Morro do Papagaio. E ele conta da repressão policial e tudo”.

O pai de Namíbia também fez parte do movimento popular da época e acabou tornando-se uma referência para a família e para a comunidade onde ficou conhecido por sua liderança e preocupação com os vizinhos, as vizinhas, os moradores e as moradoras do local. Ele procurava mobilizar as pessoas na busca de melhorias no bairro por meio dos *mutirões*. Namíbia também indica que, além disso, era instigada, por seu pai, a reivindicar iluminação,

²⁷ Cara: de acordo com Zâmbia é uma gíria juvenil, aprendida com o filho e a filha, que significa uma pessoa de muito confiança.

água e pavimentação que não existiam no bairro e cabia ao Estado providenciar. Por isso orientava a comunidade a cobrar dos governantes.

O meu pai era líder comunitário e atuou muito na melhoria do morro. Ajudou a abrir as ruas através dos mutirões, junto com os vizinhos. Ia cada um com sua enxada, sua ferramenta. Ajudou a **trazer a água e a iluminação que nessa época não havia. Fora os momentos em que ajudava na alimentação de muita gente da comunidade. Então ele meio que cuidava do povo lá.** (Namíbia, 45 anos – destaques meus)

Quando Ruanda entra em cena, na comunidade e nos movimentos culturais da cidade de Belo Horizonte, os Movimentos Sociais e as CEBs estavam em refluxo. O país passava por sua primeira eleição direta para presidente e caminhava para a implantação do neoliberalismo. Este viés político foi iniciado no governo Collor e consolidado nos dois governos FHC.

Segundo Maria Gohn (2003), os Movimentos Sociais desde meados de 80 passaram por várias transformações, de acordo com o contexto social que contribuiu para esse momento histórico. Além de continuar reivindicando e denunciando, buscavam uma maior participação na vida política através do engajamento de suas militantes e seus militantes, por exemplo, nos Conselhos, nas Conferências, nas experiências de participação popular e na definição de parte do orçamento nas obras das cidades, como os orçamentos participativos dentre outros. Isso nas três esferas da federação. Deste modo os Movimentos Sociais passaram a ser mais propositivos, ao passo que em âmbito nacional e internacional se configuravam em redes para impedir ou atenuar os efeitos do neoliberalismo.²⁸

Além disso, os movimentos passaram a se organizar em outras dimensões sociais e culturais e a construir novas linguagens para se aproximarem da população em geral e dos jovens em especial, passando a expressar outros elementos que iam além das reivindicações de cunho político. Essa diferença na sua atuação juvenil insere-se no contexto das mudanças no campo da juventude a partir dos anos 90. A linguagem expressava mais emoção e

²⁸ O início da implantação do neoliberalismo no Brasil ocorreu nos anos noventa quando os movimentos sociais estavam em franco refluxo, em função da ressaca da derrota do Lula para Collor. O Neoliberalismo já estava em franca ascensão na Europa, especialmente na Inglaterra de Margareth Thatcher e nos Estados Unidos da Era Reagan. Em meados de 80 houve até uma tentativa de configuração de uma rede na América Latina, mas por iniciativa dos partidos de esquerda, chamado de “Foro de São Paulo”, que não logrou grande êxito. Não obstante, os movimentos sociais concretamente somente se constituíram em rede contra o neoliberalismo a partir de Seattle em 1996. Mas este processo inicial foi liderado pelas Ong’s e teve grande apelo a partir da morte de um estudante norte-americano pelas forças policiais a serviço do Fórum de Davos. Isso foi o estopim para o início do Movimento Anti-globalização. Na América Latina esse processo teve início no México com o EZLN - Exército Zapatista de Libertação Nacional -, em 1995. Este movimento teve grande repercussão em razão do México ter sido o primeiro grande país a implantar o neoliberalismo e como tal serviu de modelo para a implantação em quase todos os países da América Latina. Na verdade, o primeiro país a implantar o neoliberalismo foi o Chile ainda na era Pinochet. Mas como se tratava de um país pequeno não teve grande repercussão. Sua implantação ocorreu num tempo em que nem a Europa nem os Estados Unidos sonhavam com isso. (Gohn, 2003)

sentimentos que, nem por isso, deixava de contestar, protestar, provocar e expressar conflitos denunciando o sistema vigente no país. Essa forma de inserção e de linguagem utilizada pelos jovens foi abordada por Alberto Melucci (2001:102) que nos diz:

Os jovens podem, portanto, tornarem-se atores de conflitos, porque falam a língua do possível, fundam-se na incompletude que lhes define para chamar a atenção da sociedade inteira para produzir sua própria existência ao invés de submetê-la; fazem exigência de decidir por eles próprios, mas com isto mesmo reivindicam para todos estes direito. (Ibidem)

As formas dos grupos juvenis expressarem suas contestações muitas vezes não são compreendidas pelo mundo adulto e pela sociedade. Esses as vêem como rebeldia, esquecendo-se que a rebeldia também é força motriz de mudanças. Afinal, foi por intermédio dela que a juventude dos anos 60/70 fez política. Os jovens como Ruanda, dos grupos sócio-culturais dos anos 90, localizam-se em outro contexto social, político e cultural, vinte anos depois. Não podem, portanto, ter uma atuação política da mesma forma que a juventude que os antecedeu.

De acordo com Alberto Melucci (2001:49) as ações que movem os Movimentos Sociais surgem não só de ausências de direitos, mas também das interações das relações sociais. Os movimentos de que Eritréia, Zâmbia e Namíbia participaram, bem como o grupo de jovens de Suazilândia podem ser entendidos nessa perspectiva. Suas ações e participações podem não expressar a vontade de um *coletivo*, nos moldes tradicionais do fazer político de *esquerda*, vivido nos anos 70 e 80, mas uma produção social. Esta entendida como um ato social que simbolicamente representa o vínculo contínuo entre o *agir humano* - intencionalmente voltado para a transformação do seu meio social e da sua comunidade - e as vivências desses sujeitos.

Os jovens, conforme essa premissa de Alberto Melucci, não só se tornam atores de conflitos como também expressam, via suas características juvenis, as formas pelas quais os sujeitos singulares podem se organizar para atuar para a tomada de decisões políticas.

O início da produção de *coletivos* ocorre com pequenas reuniões sociais, dentro das próprias casas, igrejas e centros comunitários como forma de solucionar questões mais imediatas. O ajuntamento de pessoas, nesses espaços, vai crescendo até virar um grupo que começa a perceber que somente através de uma luta política poder-se-ia aglutinar forças para construir, com maiores chances de êxito, uma sociedade menos opressiva e desigual. Sem sombra de dúvida, essas intervenções propiciam aos sujeitos uma experiência política que não deve ser desprezada, pois permite construir novas formas de ver e exercer sua cidadania.

Foram nessas vivências que as mulheres negras entrevistadas, efetivamente, tornaram-se agentes sociais e, mais do que isso, tornaram-se protagonistas de suas histórias. Quatro delas mencionaram que o começo de sua militância se deu, primeiramente, pelos grupos juvenis das igrejas. Nesses grupos elas se reuniam não só para vivenciar suas juventudes por meio da promoção de eventos culturais, de lazer e socialização bem como refletiam e discutiam sobre a realidade em que viviam e enfrentavam em suas comunidades, articulando e viabilizando ações políticas comunitárias. A partir daí as quatro passaram a atuar, cada uma no seu tempo e no seu espaço, nos Movimentos Populares de base em prol de melhorias e conquistas de direitos sociais ausentes em suas comunidades.

II. IV – Mulheres negras e liderança política

Para algumas das entrevistadas a capacidade de liderar parecia algo intrínseco. Para outras uma característica estimulada e desenvolvida. No caso de Namíbia e Ruanda a liderança não foi algo tão presente. Entretanto a garra, o empenho, suas reflexões e contestações foram de grande valia para grupos a que pertenciam. Essas características demarcaram suas contribuições à efetivação da luta e das conquistas de melhorias para as comunidades, após superarem muitas tensões.

II. IV.I – Eritreia

Quando ingressou no grupo juvenil da Igreja Eritreia relata que passou pela formação da CEBs e, logo em seguida, incorporou-se ao movimento popular de bairro. Ela começou em 1980, quando tinha por volta de seus 17 ou 18 anos de idade. O certo foi que: “começou depois da adolescência”.

Conforme foi relatado no capítulo anterior, Eritreia passou a freqüentar o grupo de jovens da Igreja, cujo nome era “Caminhando”, influenciada por sua mãe. A partir desse grupo a sua incorporação a outros movimentos, inclusive no Partido dos Trabalhadores – PT e no Movimento Negro foi simultânea e progressiva, uma vez que as organizações estavam se consolidando:

Na verdade, eu entrei no final dos anos 80. (...) Foi na realidade por escala porque ocorreu assim. Eu entrei na igreja. Da igreja para o partido. Do partido para o movimento de negro. Virou um círculo porque estava tudo muito ligado. Na época, o PT estava surgindo. O Movimento Negro também estava numa fase de surgimento e tudo. Então, uma coisa foi puxando a outra. Entrei na CEB. (Eritreia, 45 anos)

Segundo a entrevistada a participação na CEB foi muito importante para a sua formação e para a comunidade. Esta última acabou por se beneficiar de uma agente social motivada e envolvida com as benfeitorias do bairro. Este envolvimento durou desde a fase da juventude de Eritréia até sua fase adulta, como ela mesma relatou: “eu participei da igreja, da CEB. Lá no Caetano, que era a Comunidade Eclesial de Base, participei até 1986. Nessa época eu já tava com mais de 20 anos”.

Foi nesse espaço da Igreja que Eritréia se formou como líder comunitária, passando a intervir mais em sua comunidade por meio da Associação do bairro. Um dos problemas que conseguiu resolver, reunida com outras pessoas, foi o fechamento de uma pedreira que inviabilizava a livre circulação na região:

No bairro tinha uma pedreira que quando davam onze horas, batia uma campainha para avisar que a gente não podia atravessar porque ia estourar a pedreira. (...) Até que um dia, já estava moça, a gente fez uma luta no bairro e fechou a danada da pedreira. (Eritréia, 45 anos – destaques meus)

Eritréia procura, a princípio, explicar sua atuação como líder como algo comum a qualquer moradora ou morador da comunidade. Porém, à medida que mencionava o que fazia, destacando que estava sempre na linha de frente, admite sua vontade e *jeito* para liderar, para ordenar:

Olha, geralmente, **no meu bairro, a gente acaba assumindo mesmo é a liderança.** Eu é que ajudava a coordenar as reuniões. Fazia os encontros. Olhava local e preparava as Atas e fazia o jornalzinho Até faixa eu fazia. No bairro, **sempre fui linha de frente, assim.** Puxava reunião. Marcava reunião. Chamava as pessoas. Sugeriu quem iria organizar as faixas. Juntava as letras de músicas para cantar, quando fazíamos os atos, manifestações, passeatas, etc. Eu pintava as faixas lá em cima da laje lá de casa. Pintávamos eu e minha irmã. Mudava as letras de música de Roberto Carlos para poder colocar letra de música revolucionária. Então, assim, eu sempre tive essa coisa de liderar. **E acabou que estou neste caminho, desde que entrei estive sempre na linha de frente. E eu sempre fui muito determinada. Sempre achava que estava fazendo pouco, que tinha que fazer mais. Que podia melhorar. Ser melhor na vida e melhor com as pessoas.** (Eritréia, 45 anos – destaques meus)

Ao discorrer sobre o seu envolvimento com os Movimentos Sociais revelou que o plano coletivo se sobrepunha ao individual. Embora esses dois sempre estivessem fundidos como opção e modo de vida, sem que de fato tivesse a clareza dessa fusão. Eritréia chegou a cogitar quais seriam suas possibilidades, caso enveredasse mais para o plano individual. Com certeza, uma delas seria ter obtido mais tempo de escolaridade e qualificação. Mas, isso não lhe seria suficiente. Eritréia acreditava que ao se dedicar mais ao coletivo poderia viabilizar a

construção de um mundo diferente e melhor, como revelam suas crenças ao participar dos Movimentos Sociais:

Eu acho que sempre coloquei muito o coletivo como prioridade. Talvez, se tivesse colocado o individual na frente, podia até está em outra condição melhor. Podia ter estudado mais cedo. Podia ter me formando mais cedo. Podia ter me candidatado, porque já fui várias vezes sondadas pra ser candidata. Mas nunca dei conta de achar que era uma coisa só pra mim, entendeu? Ah, eu quero isso, eu quero aquilo. Não! O meu único objetivo político era de mudança, de acreditar num mundo melhor para se viver, mais humano, mais fraterno e tal. (Eritréia, 45 anos – destaques meus)

II.IV.II – Zâmbia

A entrevistada, desde jovem, demonstra determinação em busca de melhorias não só para a sua vida mas para a sua comunidade. Em seu relato diz ter participado da Associação de bairro e desenvolveu trabalhos para melhorá-lo: “então eu trabalhei pelo Morro das Flores, nas várias lutas e com associação de moradores”.

Pode-se dizer que parte do seu aprendizado político deveu-se ao exemplo de militância da mãe:

Minha mãe era uma figura muito interessante. Eu me lembro que a gente subia morro e descia morro, ali no Aglomerado Morro das Flores, pra construir a discussão sobre água, luz, esgoto, asfaltamento de beco, sobre tudo. Se você pegar o povo mais velho ali da região, todos eles nos conhecem. E conhecem bem. **Quem não se lembra de mim, lembra da minha mãe** lá do Morro das Flores, Jardim América e Ventosa. (Zâmbia, 50 anos – destaques meus)

Zâmbia teve a militância coletiva como prioridade de vida. Sua família também, segundo ela. Por isso, optaram por militar dia após dia, ao invés de estudar e trilhar outros rumos.

A gente era referência pelo trabalho que construía. Trabalhava durante o sol, sim, trabalhava durante o dia e a noite com o pessoal da juventude. Por isso que a gente não fez curso universitário, pois só militava. E eram todos os quatro. A gente pensava só em militar. (Zâmbia, 50 anos)

Paralelo à atuação na Associação de Bairro, Zâmbia participou também do grupo de jovens da Igreja Católica. Foram nesses grupos que tanto a família de Zâmbia quanto ela própria passou a militar em prol das causas sociais, buscando uma articulação entre os bairros da cidade para desenvolver ações em conjunto. Ela sonhava em conseguir uma articulação entre todos os bairros para trabalhar com a juventude da periferia:

Particpei do movimento do bairro, das associações de moradores, da igreja. **Foi através da igreja inclusive que a gente começou participar dos movimentos sociais.** A gente queria fazer uma articulação na cidade inteira. Tinha um outro pessoal na região do Caetano Furquim. **Às vezes falava com o pessoal que tomaríamos conta de Belo Horizonte, se trabalhássemos com a juventude da cidade. E nosso grupo sempre trabalhou com a periferia mesmo.** E fomos crescendo ali fazendo tudo isso. **Articulávamos entre o Jardim América, a Cabana do Pai Tomáz, naquela região de Nova Cintra e Ventosa.** Articulávamos na hora. Foi tanto que conheci um monte de gente da região, porque a ação que o grupo se envolvia era bem articulada. **Conseguimos fazer, em 1983, o Congresso Nacional da Juventude Trabalhadora** que foi um congresso fantástico. **Minas Gerais teve o maior número de participação e tudo. Nós tomamos conta de Belo Horizonte. Foi um negócio fantástico.** Tinha uma mulher que se chamava Maria Flóripes, você já deve ter ouvido falar no nome dela. Era como se fosse uma mãe para nós. Então ela veio ao Congresso para nos assessorar. Noutra dia, falou comigo assim: “eu fico muito feliz de vocês estarem aqui, porque eu fui embora, pensando: será que eles vão voltar amanhã de manhã? A juventude é o futuro mesmo. E vocês voltaram todos no mesmo horário.” **A gente se envolvia muito com a participação social e política em nome da cidade.** (Zâmbia, 50 anos – destaques meus)

A busca por uma articulação constante entre as comunidades da região oeste, conseguindo reunir um grande número de pessoas para participar do Congresso Nacional da Juventude Trabalhadora, foi o segundo acontecimento “fantástico” na vida de Zâmbia, depois que ela conseguiu reunir 1000 trabalhadores numa greve sindical. O seu desejo de envolver-se social e politicamente em prol de benfeitorias e transformações de sua comunidade, da região e da cidade podem ser considerados como ações relevantes na sua trajetória.

II. IV.III – Namíbia

A região do Barreiro foi o cenário do início dos passos de militância de Namíbia. Ela já havia acompanhando seu pai que sempre fora um líder comunitário, que realizava vários mutirões para sanar ou melhorar problemas de infra-estrutura nos bairros e nas casas dos moradores do bairro onde moravam.

O primeiro grupo de participação social e política de Namíbia foi a Associação de Bairro, quando estava ainda na adolescência, por volta de seus 15 anos de idade. Embora ela ainda fosse muito jovem já demonstrava interesse em se envolver com as atividades que visassem a melhoria de alguns pontos do bairro. Namíbia começou a participar dessas intervenções quando colaborou para que seu vizinho conseguisse água em casa:

Tinha um pessoal daqui de cima, um senhor que se chamava Domingos Xavier que não tinha água e **pediu para gente encampar um abaixo-assinado feito por ele.** A nossa água era de cisterna. Ele tinha um filho chamado Mauro. **Eu me lembro que o Sr. Domingos fez o abaixo-assinado e pôs na nossa mão,** dizendo para a gente: “vocês vão rodar nossos vizinhos, para me ajudar a pegar as assinaturas, para levarmos lá na Copasa. Nós vamos encher os ônibus e ir para lá”. Então, **eu e o**

Mauro rodávamos o bairro. Depois, pronto, veio a primeira conquista: a chegada da água. Foi um festão na casa dele. (Namíbia, 45 anos – destaques meus)

Namíbia, a partir daí, passou a se envolver com reivindicações e denúncias das condições precárias da região do Barreiro como a falta de comida, a preservação de uma área verde que se transformou num Parque Ecológico, a falta de transportes:

Havia alguns grupos no Barreiro, cada grupo discutia uma questão e eu acabei me inserindo. Tinha um negócio de “panela vazia”, fora carestia e outro de transporte. Particpei de todos estes movimentos. Lembro-me que ia de madrugada jogar miguelitos – tarrachinha - para furar os pneus dos ônibus. Teve outro movimento pra enterrar a Metrobel. E nós passávamos a noite inteira fazendo o enterro da tal Metrobel. (Namíbia, 45 anos)

Além de atividades políticas na comunidade a entrevistada também participou de atividades culturais que visavam não só momentos comemorativos mas também a socialização e a construção de espaços de encontros entre os moradores:

Tinham as festas juninas que eram feitas na rua da minha casa, por causa da Escola. **Eu passei a militar nos movimentos com os pais de lá do bairro e da escolinha. Então, a gente fazia festa, fazia almoço pra arrumar dinheiro, excursão, reuniões.** (Namíbia, 45 anos – destaques meus)

Embora Namíbia tenha se envolvido com a produção de eventos culturais ela não chegou a se integrar em nenhum deles como o fez em relação à Associação de Bairro.

II. IV.IV – Suazilândia

Suazilândia também passou pelo processo de formação das CEBs. No entanto, sua inserção e o contato com a Igreja Católica parecem ter sido menos politizados do que as de outras entrevistadas que tiveram uma trajetória nos grupos ligados à igreja. Sua orientação maior estava em ajudar as pessoas. O grupo de jovens católicos do qual foi fundadora não chegava a fazer discussões ou intervenções políticas. A sua perspectiva era a de conquistar espaços para os jovens com um caráter mais focado no encontro, nas trocas e na socialização:

Era esse grupo do movimento jovem, que na época 70, era uma coisa jovem também, porque as Comunidades Eclesiais de Base criaram-se muito movimento de juventude. Então, o meu marido pertencia ao movimento que chamava Moic, um nome assim. E eu fundei esse movimento chamado Movounião. O Moic era um movimento essencialmente masculino. Essencialmente, não: tinha muitos homens e pouquíssimas mulheres. E o Movounião tinha muitas mulheres e poucos homens (risos...). Então, o que eu tentava fazer era a junção do Moic com o Movounião. **Promovia encontros, porque o que a gente queria, na época, além das questões sociais, que todos nós éramos voltados para isso, era de se encontrar, se ver**

mesmo. Então, esses movimentos eram voltados para isso. Eram os movimentos mesmos de igreja. **A gente ajudava a igreja e fazia o movimento na igreja.** Eu acho que era só isso. (Suazilândia, 54 anos – destaques meus)

As questões sociais às quais se refere Suazilândia consistiam na promoção de assistência e caridade. É o que elucida no seu depoimento:

O propósito do grupo era de encontrar com os jovens, de discutir as questões dos jovens daquela época e de fazer caridade. De montar peça de teatro e de apresentar para creches e asilos. Só mesmo, ajudar mesmo. Distribuição de cesta básica, estes trabalhos sociocultural que a gente fazia mesmo. (Suazilândia, 54 anos – destaques meus)

Esse depoimento nos permite perceber as contradições e diferentes opções políticas existentes na Igreja Católica nos diversos contextos históricos brasileiros. Apesar da existência e da forte influência da ala progressista ligada à Teologia da Libertação e sua inflexão a favor dos pobres, é certo que o grupo conservador marcava presença nos espaços eclesiais da época. A ala da igreja católica considerada conservadora orientava o seu trabalho por uma concepção ideológica e teológica que resultava em práticas assistencialistas e descoladas de uma leitura crítica do contexto social e político. Nessa perspectiva, a ação da igreja não era vista como propulsora de transformação social.

Neste sentido, o fato de o grupo de jovens do qual Suazilândia afirma ter participado ter centrado suas ações mais no viés da caridade pode estar vinculado à postura mais ortodoxa e conservadora da ala da Igreja Católica de sua comunidade diferentemente do que ocorria nas comunidades de Eritreia e Zâmbia.

II. IV.V – Ruanda

Esta entrevistada ingressou no campo da militância, assim como as outras, ainda jovem, mas num contexto diferenciado, a partir do início dos anos 90, por volta de seus 15 anos de idade. Sua trajetória se diferencia das demais pois não chegou a participar de grupos de jovens vinculados às CEBs e/ou à Teologia da Libertação.

Ao contrário das demais entrevistadas, Ruanda não teve nenhuma referência familiar de engajamento político-social. Sua avó lhe conduziu à Igreja Católica. Contudo, a ação do grupo de jovem da Igreja já não se pautava mais na Teologia da Libertação. A própria Igreja Católica, por meio de seu líder maior, o Papa João Paulo II, condenou e exterminou essa corrente político-religiosa de seu meio. Assim, os jovens católicos da década de 90, época da

juventude de Ruanda, haviam se desvinculado da formação política progressista predominante nos tempos de Zâmbia e Eritréia, por exemplo.

Ruanda, porém, ingressou em um outro tipo de ação coletiva: os grupos culturais do bairro que possuíam uma outra maneira de lidar e de se envolver com a política. Esses grupos expressam seus olhares e críticas políticas por intermédio da música, da dança, da poesia, do teatro, dos grafites e das pichações.

O grupo de jovens, do qual Ruanda fez parte, atuou mais no campo da vivência do universo e das manifestações culturais juvenis como teatro, encontros musicais e etc.:

Eu participava de alguns grupos culturais na comunidade A gente realizava algumas atividades lá na região onde morava. **Fazia um projeto de domingo cultural que acontecia de tempos em tempos e reunia os artistas ali da região**, das adjacências. Era muito bacana. Teve uma época que a gente formou um outro grupo chamado “Quero Gueto”, que era na verdade “lá do Gueto”. Era um outro modo de a gente contribuir com a formação dos meninos. “E lá do Gueto” que chamava e que também tinha essa idéia de reunir artistas da região já voltados para o Morro das Flores. O grupo que reunia artistas se reunia no Conjunto Santa Maria, um bairro que tinha do lado da região onde a gente morava. Era mais voltado para os artistas lá do Aglomerado. Era muito bacana! A gente fazia umas coisas legais, conseguimos patrocínios e palco, som, esses tipos de coisas e fazia um domingo com rua de lazer para a criançada. Havia apresentações artísticas, barraquinhas e etc. (Ruanda, 32 anos – destaques meus)

Na época da entrevista, Ruanda participava do Movimento Hip Hop e atuava em uma organização específica deste movimento, que segundo ela

É voltado para ativistas e simpatizantes da cultura Hip Hop. Então, é bem específico. **São pessoas ligadas à cultura Hip Hop que atuam dentro dessa cultura ou que são simpatizantes de alguma forma ou apoiadores.** São essas pessoas que participam do coletivo. A maioria fazia parte de algum grupo musical, de dança ou grafites. Esse coletivo reúne pessoas de grupos diferentes do Hip Hop da cidade. Trabalha com os B-boys ou as B-girls²⁹ dos grupos, ou trabalhava com DJs. Ora são grafiteiros, ora são cantores, cantoras de rap que ainda fazem a produção dos grupos. **E as outras pessoas são simpatizantes que apóiam. A gente tem algumas pessoas, por exemplo, uma, duas, três meninas que são jornalistas e que acham legal a questão do Hip Hop e que estão conosco. Apóiam no sentido de divulgar na imprensa, sabe!** Elas fazem o possível para encaixar as matérias ligadas ao Hip Hop da cidade, ligadas ao coletivo na mídia. **Então, são parceiras. Tem, por exemplo, o Juarez Dayrell. Foi a partir dele que surgiu o Coletivo do Hip Hop, em 2000. Foi a partir de uma pesquisa de mestrado dele e de lá pra cá, ele está sempre junto com o Coletivo e nos apóia de diversas formas.** Já desenvolveu alguns projetos de cursos de formação para pessoas ligadas ao Hip Hop da cidade, sabe! **Então, esses são os nossos parceiros.** E tem a turma que está mais ali, atuando dentro do Coletivo, que está pensando nessa questão de projetos de formação. Está pensando a forma de atuação do Coletivo. **E o Coletivo é aberto. Não tem muitas regras não. É uma coisa que a gente está trabalhando.** Há a questão dos princípios do Coletivo, mas que a gente não tem uma coisa fechada. Ah, em médio prazo, a gente pretende definir quais são os princípios do

²⁹ São pessoas que fazem performances.

Coletivo de Hip Hop. É uma das coisas que o Coletivo pretende definir ou vai definir é se o Coletivo se constitui como uma Associação ou uma Organização. (Ruanda, 32 anos – destaques meus)

O depoimento revela que o grupo está aberto a contribuições de pessoas que dele não fazem parte diretamente. Uma destas contribuições foi a introdução de reflexões sobre a forma como as relações entre os integrantes eram estabelecidas no interior do próprio grupo, perpetuando relações sexistas e homofóbicas. Tal reflexão foi pertinente porque não condizia com a proposta do grupo que discutia e atuava mais na dimensão da questão racial e do racismo. Dimensão esta assumida por Ruanda muito antes de o grupo começar a discutir. Isso porque ela atuava, simultaneamente, em outros dois movimentos: um é denominado de “Juventude Negra e Favelada” e o outro de “Negras Ativas”, que serão abordados em capítulos posteriores. Ambos possuem uma intervenção de cunho mais político e menos cultural e podem ser considerados como espaços de aprendizagens múltiplas que são levadas pela entrevistada para o interior do movimento cultural onde atua.

II.V – Mulheres, trajetórias políticas e conflitos

No decorrer das suas trajetórias as mulheres negras entrevistadas viveram vários conflitos. Afinal, elas são mulheres em movimento que participam de Movimentos Sociais e ações coletivas. Segundo Alberto Melucci (2001) e Marco A. Prado (2006) tais processos, além de serem ações coletivas marcadas pela solidariedade, expressam conflitos e provocam rupturas. Alberto Melucci (2001) menciona que o processo de constituição do coletivo dos Movimentos Sociais é, ao mesmo tempo, regulador e emancipador porque ao regular as relações entre os sujeitos e as relações de solidariedade evidenciam os conflitos que expressam os antagonismos do sistema. Por causa disso, o processo de constituição das ações coletivas é marcado por momentos de negociação e conflitos.

Os Movimentos Sociais vivenciam conflitos sociais e passam por conflitos internos. No caso da pesquisa os conflitos nos possibilitam captar as relações e tensões vividas pelas entrevistadas no interior dos grupos e como negociaram e lidaram com eles. Se para Alberto Melucci (2001:40) o conflito é indicado por uma ausência, uma peculiaridade negativa, que o torna um sinal que se deve ler com atenção: verificar quais foram os conflitos que marcaram os percursos das mulheres negras é parte constituinte de uma proposta de pesquisa que tem como foco as trajetórias dessas mulheres.

No relato das mulheres negras foi possível verificar alguns conflitos vivenciados quando atuavam nos movimentos populares de bairro e nos grupos juvenis religiosos e

culturais. Eritréia relatou que um dos motivos que a levou a se afastar do grupo da Igreja Católica, a dar uma trégua no movimento popular de bairro e a se dedicar mais a sua vida individual foi quando:

Teve um momento que não foi um momento de ruptura. Foi um momento, acho que de trégua, quando eu rompi com a igreja. Em 86 por aí, pintou um padre lá na igreja do bairro, “meio conservador”. Meio não, totalmente, afinal ele era um reacionário dos brabos. E a gente fazia um trabalho muito lindo de catequese. Era um trabalho desenvolvido na linha da Teologia da Libertação. E este padre não concordava, sabe! Ele foi para meu bairro para destruir nosso trabalho na comunidade. E de certa forma conseguiu. Ele fez com que os grupos acabassem. E aí eu resolvi dar uma trégua. Teve uma reunião em que minha mãe chegou a dar herpes no céu da boca toda, porque ele chamou a gente de catequistas azedas e amargas. Cara, na frente das famílias de nossos alunos. Foi uma época muito ruim. Então, eu dei uma trégua. Larguei um pouco o movimento. Fiquei mais na onda de querer namorar e curtir. (...) Isso foi só uma treguazinha. Não foi uma ruptura. Foi uma trégua. Mas, em 86 larguei a igreja. Sai do movimento da igreja, totalmente, em 86. (Eritréia, 45 anos – destaques meus)

As tensões entre os grupos conservadores e progressistas da Igreja Católica não se reduzem ao mundo eclesiástico. Elas afetam as comunidades populares com as quais essa Igreja trabalha. Afetam também os sujeitos singulares que compõem essas comunidades e os grupos populares.

Após a ditadura militar setores conservadores da Igreja reconquistam espaços que haviam “perdido” para a ala da Teologia da Libertação e, nesse contexto, vários conflitos se instauraram. Lideranças comunitárias de caráter mais progressista que atuavam na Igreja são desautorizadas, padres progressistas são remanejados, ou seja, mudanças substantivas acontecem. Essa postura, por sua vez, não só afastou seus fiéis mais engajados do espaço da Igreja como também serviu para enfraquecer os movimentos populares nos bairros. Além disso, como já foi dito anteriormente, o contexto social, econômico e político, no Brasil e na América Latina, passava por outros redirecionamentos, no final dos anos 80 e nos anos 90 e, aos poucos, a política neoliberal começou a ocupar mais espaço nos países e nos governos do chamado terceiro mundo. Os movimentos populares se reorganizam e novos movimentos vão surgindo. Novas frentes de luta se redesenham e exigem outras estratégias políticas.

Zâmbia também vivenciou conflitos com a chegada de um padre conservador em sua comunidade:

Lembro-me que um dia eu falei: “Jesus Cristo era um homem comum como a gente. Ele sofreu como a gente”. Daí, o padre falou: “não! Jesus Cristo era Deus e ponto final!” Eu briguei com o padre por causa disso. (Zâmbia, 50 anos)

No entanto, enquanto os conflitos levaram Eritreia a se afastar com Zâmbia essa situação produziu um efeito contrário. A discussão com o padre expressava mais do que uma discordância de interpretação bíblica. Estava implícita, ali, uma interpretação política. Ao perceber os rumos para onde iria a possível atuação da Igreja, Zâmbia intensificou a sua atuação em companhia de seu irmão. Ela passou a promover discussões políticas com a juventude no sentido de dar continuidade à construção de uma postura cidadã. O conflito era visto como um momento para a demarcação de suas idéias, disputa de espaços, de posicionamentos, de direcionamentos e de tomadas de decisões.

Já Namíbia retrata muito bem quais os elementos que estão em jogo nos momentos de tensão:

Bom, existem tensões em qualquer grupo, por causa dos pontos de vistas diferentes de idéias. **Quando tem divergência as pessoas se exaltam para defender aquele ponto de vista. Então, é aí que se dá, muitas das vezes, o conflito. Cada um leva um número maior de militantes para passar seu ponto de vista, as idéias. Isso é normal. Todavia, isso também, às vezes, é negativo porque gera a dispersão.** Muitas pessoas deixam de participar por causa da forma como a discussão é levada e, às vezes, o ponto de vista, aquela pauta, aquele conteúdo que ganhou é, muitas vezes, do grupo que fica. O que perdeu acaba saindo da entidade por causa do direcionamento que é tomado, do direcionamento político. (Namíbia, 45 anos – destaques meus)

Namíbia esclarece, portanto, que os conflitos fazem parte dos processos de luta pois existem idéias divergentes, interpretações, interesses e posicionamentos políticos diferenciados que podem acabar levando à dispersão. A dispersão pode resultar de uma dificuldade de negociação ou da discordância diante da posição do grupo no poder. Pode também expressar choque de interesses. No interior dos movimentos e das ações coletivas podem coexistir grupos marginais e grupos hegemônicos. Segundo Alberto Melucci (2001:44) “em um movimento confluem, muitas vezes, faixas de marginalidade e de desvio presentes em um sistema e no seu interior que geram condutas de coagulação ou de agregação”. No limite, as condutas podem ser de um tipo contratual ou podem se direcionar para rupturas violentas.

II.VI - Mulheres negras e o Partido dos Trabalhadores

O Partido dos Trabalhadores foi um importante espaço de aprendizado e de militância destacado no decorrer das entrevistas. Das seis mulheres negras selecionadas para a pesquisa cinco foram militantes do PT de forma ativa e apenas Suazilândia não mencionou ter tido

qualquer tipo de envolvimento com tal partido. A entrada no PT efetivou-se via participação tanto nos grupos da Igreja Católica quanto nas Associações de bairro.

Eritréia, Namíbia, Luanda, Zâmbia e Ruanda constituem o grupo que, após atuar nas comunidades de bairro ingressou na política partidária o que levou em seguida, à participação no Movimento Negro e Movimento Feminista.

A adesão das entrevistadas não ocorreu de maneira imediata. Foi necessário um tempo para que as futuras filiadas pudessem concordar com a proposta do Partido. Foi o caso de Luanda que mesmo tendo o pai como um dos fundadores não simpatizou rapidamente com o partido. Sua militância no PT efetivou-se aos poucos. Até mesmo porque Luanda, antes de se filiar e militar nesse Partido atuava em outro partido que não conseguiu se consolidar como o PT:

Antes do PT eu participava do Coletivo Gregório Bezerra. Eu acabei atuando num outro partido que não era o PT. Era um partido que eu esqueço o nome. Era o Gregório Bezerra³⁰. Era uma frente partidária. Foi logo depois do meu ensino médio. Assim que entrei, meu pai morreu. Era um grupo de pessoas que veio aderir à proposta do PT. Mas, até então, não estava convencida a entrar no Partido. Eu estava nesse grupo. Logo no comecinho. (Luanda, 42 anos)

Após a fusão do Gregório de Matos com o PT, Luanda ainda não havia resolvido se continuava filiada ou não. Mas, em depoimentos posteriores, ela explicita os dois motivos determinantes da sua filiação. A primeira motivação diz respeito à consideração que tinha por seu pai, um dos fundadores do PT. O segundo motivo diz respeito a sua necessidade em fazer alguma ação mais concreta, após sua tomada de consciência racial, vendo no partido a possibilidade para realização para isto. Esse dois motivos podem ser verificados em sua fala abaixo:

Sim, eu me filiei ao PT e de um monte de comício, muita coisa mesmo, **acho que muito em função dessa atuação de papai. (...) Meu pai era impossível. (...) Bom, primeiro eu tive que começar uma discussão dentro da minha casa.. Daí, eu fiquei extremamente intolerante dentro de casa. Foi aí que eu entrei para esse partido que era visto como radical**, pois tinha uma parte militar desse partido que estava em treinamento no interior de MG. Então, a gente começa a fazer pares, vai questionar professores e dependendo das pessoas, do espaço, você começa a falar: **“ah! é isso mesmo que eu estou pensando”.** Então, **você acaba se aproximando** (...) Havia pessoas que já eram da comitiva do partido e levou um monte de gente para fazer parte. Daí a gente se organizou para estudar o próprio estatuto do partido. **Eu estava muito apegada as coisas da União Soviética, Comunismo. Então, era assim muito interessante. Então, eu acho que após tomar a consciência negra,**

³⁰ Segundo comentários de militantes do PT, da Tendência Marxista, o Gregório de Matos, na verdade foi um pequeno partido que antecedeu a construção do Partido dos Trabalhadores, pois, após sua extinção, suas e seus integrantes constituíram o PT, como foi o caso de Luanda.

eu precisava fazer alguma coisa. Tudo que acontecia eu questionava, porque achar, achar... (risos). Lá em casa, então minha mãe falava: “lá vem essa vermelhinha falar.” (Luanda, 42 anos – destaques meus)

Além dos dois motivos explicitados por Luanda foi possível identificarmos mais dois outros presentes nas entrelinhas de seu depoimento. Um remete à correspondência de seus pensamentos com as propostas do Partido, o que a levou se aproximar cada vez mais. O outro foi o seu interesse pelo Comunismo que combinava bem com sua tomada de consciência e necessidade de ação.

Já Namíbia conheceu e ingressou no partido a convite de colegas de bairro e da Associação:

O pessoal falava assim para mim - “você é petista, é petista. Só falta filiar. Não tem jeito, vamos lhe filiar no PT, vamos te filiar.” Eram os meus colegas e minhas colegas de bairro, do dia-a-dia, da Associação de Bairro. Daí eu acabei me filiando. (Namíbia, 45 anos)

Namíbia era ainda muito jovem quando foi convidada para se filiar ao Partido - estava com 17 anos de idade. A exemplo de Luanda ela também tinha dúvida quanto à filiação. Durante mais ou menos uns três anos, ela “ficou como simpatizante”. E só virou militante de carteirinha mesmo um período depois. Namíbia não tinha muita clareza de sua participação no Partido. O relato inicial de sua filiação foi feito de forma bem crítica, pois, a priori, se via como massa de manobra:

No início, eu era massa de manobra. Onde o povo me mandava ia: “levanta o crachá”. Eu levantava. “Vote em fulano”. “Vamos participar do movimento assim”. Essa história de eu ter opinião, dizer: eu vou nisso e não vou naquilo, foi muito depois. No princípio, eu estava indo. Mas, ter censo crítico e tudo não demorou nem muito tempo, não. (Namíbia, 45 anos)

Nessa sua fala percebemos o desenvolvimento do seu senso crítico e a sua relação com a participação no partido. A partir daí, Namíbia passou a intervir no partido com uma postura mais questionadora e contestadora. Passou a ter mais clareza de como as pessoas se relacionavam, quais eram as tendências formadas dentro do partido e foi se aproximando do grupo com a qual tinha mais afinidade:

O estalo veio assim: “espera aí, não é assim não!” Foi quando o Patrus ganhou a Prefeitura de BH em 1992. Eu paguei para ver quem era quem. **As pessoas, a militância, a discussão, a ideologia, assim que as pessoas adquiriram BM – nº. de matrícula de inserção - elas mudaram ou mostraram quem eram.** Algumas mães haviam me alertado, quem era quem. **Eu paguei para ver. Eu passei a me posicionar politicamente.** Tinha um outro grupo que questionava isso também e eu

passsei a aderir esse outro grupo. Eles chamavam de “os xiitas”, entendeu? Eu era muito rígida. Primeiro era muda, depois era muito radical. Brigava, fazia escândalo, pegava o microfone e xingava todo mundo. Nossa! Quebrava o pau. Falava o que eu pensava e o que não pensava. Não tinha diferença de autoridade: “Patrus você é isso, você é aquilo”. (Namíbia, 45 anos)

Ao fim desse período Namíbia passou a ser mais segura de si e, segundo o seu depoimento, parece ter conquistado mais respeitabilidade. Passou a ocupar cargos de confiança em algumas administrações municipais do partido e cargos de coordenação nas instâncias nacional, municipal e estadual do mesmo: “particpei da coordenação. Fui da direção nacional do partido. Já fui da municipal, da estadual. Agora não! Não quero nenhuma das direções. Particpei muito das direções”.

Além desses cargos de coordenação Namíbia ingressou em duas organizações de mulheres em decorrência da sua indicação via bairro e partido. Essas organizações eram setores públicos que atendiam mulheres vítimas da violência física, sexual ou simbólica. Esta atuação lhe permitiu desenvolver e avançar em suas discussões de gênero.

Outra entrevistada vinda da base e que também atuou no PT com algum destaque foi Zâmbia. Na época da entrevista, inclusive, ocupava um cargo de confiança³¹. Sua inserção no Partido deu-se tanto por ela mesma quanto por sua família: “então, a gente fazia tudo que era de social. Depois eu ainda não era filiada no PT, porque eu até demorei um pouquinho. Eu filiei no PT acho que foi em 83, 84 por aí”.

Zâmbia conheceu o PT por intermédio de suas colegas e seus colegas de militância na comunidade. Ela não só obteve noção partidária, filiando-se no PT, como também atuou em cargos de confiança e na coordenação de órgãos públicos voltados para a questão da mulher, como havia sido feito por Namíbia. Sua atuação permitiu-lhe desenvolver discussões de gênero articuladas às questões de raça, ao analisar o perfil das mulheres assistidas por esses órgãos. Zâmbia também foi a única dentre todas as entrevistas que chegou a se candidatar a vereadora pelo partido em Belo Horizonte, em 2004. Sua candidatura, contudo, não foi interpretada como uma simples candidatura. Havia uma responsabilidade maior que a motivou a se candidatar, após anos de trabalho no partido, que era sua condição de mulher negra, sua responsabilidade como militante negra:

(...) quando eu fui candidata foi muito assim... Eu era uma candidata que tinha que saber que não era simplesmente uma candidata do Partido dos Trabalhadores à vereadora de Belo Horizonte. Mas que eu teria que garantir a minha candidatura

³¹ Os cargos que Zâmbia ocupou eram voltados muito para a discussão que fazia de gênero e raça. Por isso, não os abordarei neste momento. Eles serão tratados num capítulo mais específico.

enquanto mulher negra. **Então isso, a participação, garantiu-me que eu fosse uma candidata negra, mulher e militante negra.** (Zâmbia, 50 anos - destaques meus)

Outra entrevistada que também atuou nas direções estadual e municipal do partido, ocupando cargo ora de secretária ora de vice-presidente, foi Eritréia. Ela ingressou no partido quando fazia parte da CEB, na década de 80, pois “o povo que entrou na CEBs na época, quase todo mundo entrou e filiou no PT, no início dos 80”.

Eritréia e uma amiga foram as duas mulheres que fizeram parte da Executiva do Partido.

E tinha uma amiga que hoje está na prefeitura. Não sei qual cargo ela está ocupando. No ano passado, ela estava no orçamento participativo. Ela era a única mulher na executiva junto comigo. Então, éramos duas mulheres na executiva do partido dos trabalhadores. Um dia, ela falou: “Eritréia, pelo amor de Deus, não sai, não. Se você sair vou ficar sozinha”, porque éramos só nós duas, o restante era tudo homem. Virgílio, Rogério Guimarães, aliás, Rogério Correia. Troquei tudo. (risos...) Era tudo homem e só nós de mulheres, mais as dificuldades. Eu estava desempregada, sem dinheiro. O Partido exigia muito. Não tinha jeito, tinha que largar. Acabei saindo. E o grupo tinha se dissolvido nessa disputa porque apanhou muito. (Eritréia, 45 anos)

A dificuldade de conciliar os problemas financeiros com as exigências do Partido acabou resultando na saída de Eritréia da Executiva. Mas, além disso, as diferenças de condições sócio-econômicas entre os integrantes do Partido também foram empecilhos, porque o PT cobrava um nível de envolvimento que nem sempre correspondia à realidade das pessoas mais pobres e que não dispunham de condições financeiras para se manter da militância. Observa-se que, no interior de um Partido com ideais de esquerda que tinha como ideologia a superação das desigualdades de classe, contraditoriamente, as pessoas vivenciavam reproduções dessa mesma desigualdade. Isso, para Eritréia, foi visto como um desafio que conseguiu superar aos poucos, como se pode perceber no seu depoimento:

O PT mostrava muito isso. Tinha uma classe média muito poderosa. (...) E a gente era de classe muito pobre. Então, tanto do ponto de vista afetivo, quanto do ponto de vista econômico foi difícil, viu! Teve época que dava vontade de chutar tudo e sair fora. Tive que continuar. Um dos grandes desafios da minha vida foi isso. Foi esse! (Eritréia, 45 anos)

Namíbia revela mais uma contradição e um limite interno do Partido. A reprodução da desigualdade de classe e racial nos lugares de poder, na divisão dos cargos. Uma tensão apontada pelo Movimento Negro. Além dessas, soma-se outro limite apontado pelo Movimento de Mulheres Negras: “a não consideração da articulação entre raça e gênero pelo PT e demais partidos de esquerda. Eu percebo que a direção ainda está na mão dos brancos e de classe média alta. Não há dirigentes do PT negros nem da classe menos favorecida”.

Tal relação, contudo, não foi apontada pela entrevistada mais jovem. Ruanda, que também se afirmou petista por um determinado tempo, não chegou a discutir sobre esse assunto quando falou de sua atuação no partido. Quiçá também porque o grupo de juventude petista do qual participava era bem específico - o da juventude negra:

Eu participei da Juventude Negra do PT. Eu nunca fui uma militante de partido. Mas a questão racial sempre foi minha primeira e última questão. Então, da Juventude Negra do PT eu participei de algumas coisas, participei até fora, viajei pra alguns seminários, algumas atividades fora e aqui na cidade assim. (Ruanda, 32 anos)

Ao contrário das outras entrevistadas, Ruanda foi a única que, depois do trabalho do movimento popular, integrou-se primeiramente ao Movimento Negro para depois conhecer o Partido e efetivar algum tipo de participação. Segundo seu relato anterior, ela não se considerava uma militante petista porque sua entrada no partido, de certa forma, estava condicionada à questão à se dedicava mais, a racial. Foi por causa dela que participou do grupo de juventude. Entretanto, até o momento da entrevista Ruanda estava envolvida com o partido, participava de algumas reuniões e atividades feitas pelas colegas e pelos colegas da juventude negra, embora dissesse que não era petista.

A atuação no partido como mulher negra foi algo destacado pelas cinco entrevistadas: Eritréia, Namíbia, Zâmbia, Luana e Ruanda. Todas, em algum momento da entrevista, revelaram que a participação no Partido tinha muito a ver com a sua responsabilidade enquanto mulheres negras. Para três delas - Eritréia, Namíbia e Zâmbia - foi a partir daí que passaram a ter mais clareza sobre sua condição de mulher negra, assumindo posturas e condutas de combate ao racismo e ao sexismo, ao mesmo tempo. A militância de Eritréia, Namíbia e Zâmbia, no Partido, desencadeou uma participação em série dessas mulheres nos outros movimentos, como um ciclo, como fora dito pela primeira:

Dentro do PT a gente discutia... Já começávamos a discutir a questão do negro e o partido político. A questão racial e o partido político. E da questão racial e política, a gente ia para o Movimento Negro. Então, uma coisa foi chamando a outra. Foi na realidade se dando sucessivamente. Eu entrei na igreja. Da igreja para o partido. Do partido para o movimento de negro. Virou um círculo, porque, estava tudo muito ligado. Na época, o PT estava surgindo. O Movimento Negro também estava numa fase de surgimento e tudo. Então, uma coisa foi puxando outra. (Zâmbia, 50 anos)

Observa-se que a presença das mulheres negras no Partido e que destaca a questão racial. No entanto, esta situação não pode ser vista como um eixo político do Partido mas uma forma de militância dupla, exercida por algumas pessoas. São percursos político-partidários atravessados por trajetórias voltadas para o reconhecimento de uma diferença. Trata-se de

uma outra forma de pensar e agir politicamente comprometida com uma identidade que vai além da classe. Ao mesmo tempo em que dela se diferencia, a questão da raça no Brasil caminha junto com a classe social. O mesmo aconteceu com Namíbia. Após ter se inserido no Partido, ela passou a discutir a questão racial e de gênero e, conseqüentemente, a militar por elas:

(...) na minha militância no PT, a gente percebia o quê? Que existia uma discussão de classe. Depois nós fomos pra discussão em alguns grupos de mulheres para discutir a questão de gênero. (...) **Depois de algum tempo, eu conheci o Marcos Cardoso, que me disse: “ah! Vamos dar um jeito, não sei o quê, se filia no MNU”. Daí, eu fui filiar no MNU também.** (Namíbia, 45 anos – destaques meus)

A inserção no PT para Eritréia, Namíbia e Zâmbia serviu como um portal de entrada para outros Movimentos Sociais com discussões mais específicas, lutas e propostas de transformação para além das diferenças sócio-econômicas. Pois nele encontraram grupos que, mesmo não sendo hegemônicos no interior do partido, lutavam pela valorização das diferenças e da relação humanitária, com ética e sem racismo e sexismo. Para Eritréia e Zâmbia a participação no PT lhes serviu para despertar e estimular o sentimento de indignação face às desigualdades sociais que enfrentavam. Serviu também para adquirir a perspectiva de sonhar e, muito mais do que isso, de lutar por um mundo melhor, reconhecendo que o sonho lhes é possível junto a um coletivo. Assim, diante do fato de que Zâmbia:

(...) ficava olhando as filhas da minha patroa que eram da mesma idade. Elas tinham tudo. Elas iam para escola particular e etc. Eu não tinha nada. Só tinha que trabalhar. Aquilo me deu certa revolta, me deu uma maior vontade de trabalhar, uma maior vontade de militar, uma maior vontade de ser outra pessoa. **Buscar outra vida diferente. Mas eu queria muito buscar no coletivo. Eu sempre gostei muito do coletivo.** Então, eu acho que nós participamos um pouco mais, eu e meu irmão, na época. Eu acho que fui para militância, porque eu acreditava, acreditei e acredito numa sociedade mais justa. Sabe algo diferente para o povo com quem sempre vivi. O povo mais pobre, porque quando nós mudamos lá para este lugar, não havia luz e não tinha água. Então, a gente batalhou pela luz na nossa rua, na nossa casa. Batalhamos pela água que não tinha, na época, nas casas da gente e da comunidade que usava a água de uma mina. A gente queria buscar uma vida diferente para nós. (Zâmbia, 50 anos - destaque meus)

A forma como os Movimentos Sociais e, conseqüentemente, os sujeitos que os compõem buscam um mundo melhor é tratada por Boaventura Santos (1996) como uma das lições a serem aprendidos com o povo do Sul, pois conseguem recodificar suas experiências, suas lutas e seus saberes em processos de transformação. Segundo Paulo Freire:

Homens e mulheres, ao longo da história, vimo-nos tornando animais deveras especiais: inventamos a possibilidade de nos libertar na medida em que nos tornamos capazes de nos perceber como seres inconclusos, limitados, condicionados, históricos. Percebendo, sobretudo, também, que a pura percepção da inconclusão, da limitação, da possibilidade, não basta. É preciso juntar a ela a luta política pela transformação do mundo. A libertação dos indivíduos só ganha significação quando se alcança a transformação da sociedade. (ibidem, 2001:100)

II.VII - Mulheres negras e os Movimentos Sociais: construindo pedagogias

Os aspectos relacionados à organização e à conscientização dos integrantes dos Movimentos Sociais e de ações coletivas envolvem um processo de formação política e social geradores de pedagogias alternativas e paralelas à estrutura oficial de Educação. Pedagogias estas que podem “ser encontradas nas lutas e mobilizações dos setores populares das cidades e dos campos” (Arroyo, s/d: 03).

Guacira Louro (1997 e 2000), em seus trabalhos acerca do gênero e da sexualidade, procura explicitar um conjunto de estratégias, procedimentos e disposições espalhados por diversas formas em nossa sociedade e, sobretudo na escola, que ditam aos sujeitos modos de *ser*, disciplinam os corpos para relações sociais, impingindo-lhes construções de gênero e exercícios do vivenciar a sexualidade. São “pedagogias muitas vezes sutis, discretas, contínuas, mas, quase sempre, eficientes e duradouras” (Ibidem, 2000:17), por construírem e desconstruírem representações e significados com base em relações de poder.

Essas estratégias podem ser rompidas pelos sujeitos porque também constroem pedagogias próprias e de outros tipos. São pedagogias numa perspectiva de emancipação³², visto que visam a *conscientização*, a *libertação* dos discursos e dos dispositivos disciplinares em prol da *transformação* da sociedade e dos sujeitos em si. De acordo com Guacira Louro:

Os grupos sociais que ocupam as posições centrais, “normais” (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião etc.) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também de representar os outros. Eles falam por si e também pelos “outros” (e sobre os outros); apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos. (Louro, 2000:16)

Pode-se dizer, portanto, que a inserção político-partidária, nas ações coletivas e nos Movimentos Sociais geraram processos educativos. Isto porque os espaços de atuação coletiva possuem um caráter pedagógico atuando sob os processos de formação humana. Esse processo acontece via estágios de conscientização, identificação, conflitos e ações. Tais

³² Freire, Paulo. “Pedagogia da libertação”

estágios atingem tanto os sujeitos singulares quanto os sujeitos coletivos pois é nesse contexto que os sujeitos se educam, deseducam e aprendem.

No caso dessa pesquisa podemos indagar: o que as mulheres entrevistadas aprenderam nas suas trajetórias políticas?

As mudanças provocadas pelos Movimentos Sociais só foram possíveis porque houve a liderança dos sujeitos singulares junto às intervenções coletivas que transformaram outros indivíduos em sujeitos protagonistas. Nesse cenário as mulheres entrevistadas, por meio de seus familiares como tios, avós, pai e mãe, por meio da inserção em grupos da Igreja Católica, grupos juvenis, grupos político-partidários e diversas formas de expressão dos Movimentos Sociais aprenderam a serem protagonistas de suas próprias histórias. São histórias construídas por meio das suas participações ativas e de seus entes como líderes dos movimentos de bairros, das Associações e de grupos das CEBs. Com estes aprendizados estas mulheres propuseram mudanças e lutaram por melhorias nas comunidades, nas fábricas e na sociedade como um todo. São mulheres que em movimento fizeram parte da emergência dos “novos Movimentos Sociais” como o Movimento Negro, Movimento Feminista e Movimento de Mulheres Negras que serão abordados no próximo capítulo.

Nessa perspectiva pode-se dizer que, para além da intenção política das diferentes entidades dos Movimentos Sociais das quais as entrevistadas participaram - e participam - essas mulheres negras constroem diversas pedagogias como sujeitos singulares. Elas *ressignificam* o *ser* mulher negra e, conseqüentemente, constroem pedagogias de raça e gênero. Mas não é qualquer pedagogia. São pedagogias de raça e gênero *ressignificadas*. Estas podem ser melhores compreendidas se adotarmos uma perspectiva mais ampla de educação, vista como processo de formação humana que vai muito além do âmbito escolar.

CAPÍTULO III

O desabrochar das Rosas Negras - demarcação da diferença entre diferentes

Somos mulheres, reconstruindo os sonhos interrompidos, resgatando as Deusas, povoando as praças. – Silvia Contrera

O Brasil, como os demais países do solo americano, foi impregnado pelo princípio universalista moderno da igualdade. Esse princípio regeu os movimentos pela Independência e pela Proclamação da República e ainda rege nossa sociedade. Na prática, no entanto, o princípio da igualdade não foi plenamente efetivado. Sua ausência no cotidiano das pessoas acabou demandando as reivindicações de homens e mulheres e de sujeitos coletivos que perceberam que tal princípio não era tão universal assim como pretendiam seus ideólogos iluministas e liberais europeus³³. É nesse contexto de luta pela efetivação da igualdade, que contemple a todos na sua diversidade, que se encontram os Movimentos Sociais tal como os conhecemos hodiernamente.

Entretanto os Movimentos Sociais, em seus primórdios estavam marcados, predominantemente, pela superação da desigualdade econômica. No século XIX até a primeira metade do século XX, os Movimentos Sindical e Camponês foram os mais expressivos. Desse modo, as temáticas relacionadas à raça e ao gênero não eram consideradas como um campo de preocupação desses Movimentos Sociais.

A partir da década de 60, num contexto onde nem o mundo socialista e nem o mundo capitalista tinham em suas contendas a pauta da raça e do gênero, entraram em cena o Movimento Negro e o Movimento Feminista. No Brasil, a luta desses dois Movimentos culminou, entre outros avanços, com a conquista da igualdade das mulheres perante os homens e a denúncia do racismo. E, mais tarde, com a inclusão deste último como crime inafiançável na legislação brasileira.³⁴ Esses Movimentos ficaram conhecidos, segundo Maria Gohn (2003), como Movimentos Sociais de caráter identitário – Movimentos Identitários.

A partir de então, no Brasil, uma concepção mais alargada e mais problematizadora de igualdade associada à luta pelo direito à diferença começou a invadir a cena pública, a arena política e a esfera jurídica. Apesar de esta concepção já fazer parte da luta do Movimento Feminista e do próprio Movimento Negro em outros países do mundo, ela ganha maior

³³ A História nos mostra que o princípio da Igualdade embalou as revoluções inglesas e francesas e a independência dos Estados Unidos, realizadas no século XVIII.

³⁴ É o que passou a prescrever os incisos I e XLII, do artigo 5º da Constituição de 1988, respectivamente.

visibilidade na sociedade brasileira atual com a demanda de ações afirmativas para o segmento negro - principalmente com o debate sobre as cotas na Universidade.

Esse contexto nos leva a refletir sobre a afirmação de Marco A. Prado (2002:69), de que as lutas sociais têm conseguido a igualdade para além de uma homogeneidade porque se estruturam na lógica da diferença. Foi, sobretudo, por essa lógica da diferença que os Movimentos Identitários demarcaram seus espaços e se constituíram. De acordo com Cristiano Rodrigues (2005):

Os movimentos sociais feministas e anti-racistas brasileiros são exemplares neste sentido, pois ao tomarem o espaço público reivindicam tanto a inclusão e tratamento igualitário às mulheres e aos afro-descendentes em todas as esferas da vida social quanto recusam a transformação de suas diferenças em desigualdades persistentes, exigindo reconhecimento de suas particularidades, visto que estas foram construídas socialmente enquanto desigualdades sociais. (ibidem, 2005:49)

A percepção da diferença foi o ponto basilar tanto da população negra, organizada nas diversas correntes do Movimento Negro, quanto das mulheres organizadas em várias correntes do Movimento Feminista. Foi pelo discurso da demarcação da diferença que esses Movimentos fomentaram e enfrentaram não somente mudanças, no contexto da realidade social mas, sobretudo, contribuíram para a reeducação dos meios popular, social e acadêmico.

O Movimento de Mulheres Negras cumpre um importante papel social e político nesse processo de reeducação da sociedade em relação à raça e ao gênero. A constituição desse Movimento tornou-se possível quando suas integrantes perceberam que suas vivências, experiências cotidianas, trajetórias e histórias não estavam presentes nas avaliações e bandeiras de luta do Movimento Negro e nem do Movimento Feminista. O Movimento Negro desconsiderava o machismo como peça na engrenagem da dominação capitalista. O Movimento Feminista, por sua vez, ignorava a existência do racismo. Por esse motivo, as mulheres negras perceberam que, mesmo estando presentes nas lutas sociais havia uma ausência da percepção de gênero nas discussões, reflexões e proposições de superação do racismo, bem como uma ausência da raça na luta pela igualdade de gênero. Diante disso, essas mulheres, como sujeitos coletivos, passaram a demarcar suas diferenças entre os iguais e os diferentes.

Este capítulo destaca a demarcação dessa diferença a partir da militância das entrevistadas nos três Movimentos: Negro, Feminista e de Mulheres Negras. É nossa intenção apresentar e analisar como as mulheres negras conseguiram introduzir suas diferenças no cerne do Movimento Negro e do Movimento Feminista. Para isso buscamos tecer e resgatar,

mediante as lembranças das entrevistadas, as suas experiências, histórias, participações e atuações carregadas de sentimentos, emoções e significados. Resgatamos o processo político-social no qual afirmam suas diferenças e suas críticas acerca de uma compreensão mais profunda sobre a articulação raça, gênero, igualdade e diferença, tanto no Movimento Negro quanto no Movimento Feminista. Esse processo, segundo Eritréia, implica saber lidar com a diferença tornando possível uma convivência sustentável entre diferentes, baseada na ética e não em uma visão romântica da tolerância:

Então, há a coisa de estabelecimento de igualdade, a qual se dá a partir da compreensão das diferenças. Eu acho que é possível ser igual, do ponto de vista político, do ponto de vista da atuação, da prática. Mas, é preservando, entendendo e compreendendo as diferenças. Não é nem tolerando, porque eu não gosto dessa palavra tolerância. **Mas, é compreendendo e entendendo as diferenças,** que você fica tranqüilo para agir. (...) Qualquer relacionamento ele tem, ele tem diferenças, sabe? Então, às vezes, você tenta até quer estabelecer uma relação de igualdade, mas, ela, na realidade, é... diferente. Não tem jeito de ser igual. E... às vezes, ela é diferente porque você é muito diferente do seu ponto de vista, diferente na sua forma de entender o mundo, de projetar. (...) Então, também a visão é diferente e querendo ou não, existe uma dicotomia entre essa coisa de raça e classe social. **Então, eu acho que... a gente tem que aprender trabalhar com o diferente. (...)** Eu acho que se a gente conseguir trabalhar com o diferente, a gente consegue avançar. **Entender que o outro é diferente, que eu não vou conseguir é... Fazer com que o outro seja igual a minha pessoa. Mas, se eu consigo entender o outro e estabelecer essa relação, acho que é tranqüilo.** (Eritréia, 45 anos – destaques meus)

Para tanto, tecemos as seguintes indagações: que tipo de função cada entrevistada desempenhou dentro desses movimentos? Quais são ou foram as reivindicações ou bandeiras de luta de cada movimento que as entrevistadas conhecem? Como elas vêem as relações no interior de cada movimento nos planos - local e nacional? Como se dão as relações entre as militantes de base e as lideranças? E entre as gerações? Quais são as agendas e os trabalhos desenvolvidos por esses Movimentos com os quais as entrevistadas estão em permanente contato? Existem trabalhos e agendas em comum entre esses movimentos? Quais são as tensões, os conflitos, os acordos presentes nos movimentos e o que as entrevistadas pensam sobre isso? Quais são as conquistas dos Movimentos Identitários que as mulheres negras acham mais relevantes? Por quê?

Este capítulo também aborda como ocorreu o processo de intersecção entre raça e gênero como movimento uma vez que, nas trajetórias das entrevistadas, o reconhecimento de sua condição de gênero implicou a revisão de sua atuação em ambos os Movimentos. Isso culminou num processo de formação e de recriação da representação dos papéis até então desempenhados pelas mulheres negras. A partir de suas militâncias as entrevistadas se

afirmaram e se *empoderaram* em diversos espaços sócio-políticos. Em nossa interpretação, esse processo pode ser entendido também como um processo de afirmação da diferença no cerne da luta pelo respeito às diferenças.

A fim de ampliarmos nossa análise acerca da demarcação das mulheres negras nas especificidades dos Movimentos Negro e Feminista torna-se necessário resgatar as discussões feitas no bojo dessas organizações sociais que lhes permitiram constituir a demarcação da diferença entre diferentes. Isso implica considerar que, por mais que destaquemos as trajetórias individuais das mulheres negras entrevistadas elas se fazem e se fizeram no interior da sociedade e das lutas sociais, envolvidas como sujeitos coletivos. Seus avanços e limites, apesar da especificidade das trajetórias pessoais, não foram construídos no isolamento, mas nas relações sociais. Influenciaram e influenciam outras mulheres, muitas delas anônimas, mas que têm grande contribuição na caminhada e no repensar dos Movimentos Sociais, principalmente, os de caráter identitário. Noutras palavras as mulheres negras, como sujeitos coletivos, fizeram a demarcação: a) da diferença de gênero no âmbito do Movimento Negro; b) da diferença de raça no âmbito da diferença de gênero, protagonizada no interior do Movimento Feminista.

Essa demarcação é entendida, nesse trabalho, como o desabrochar de novas *rosas negras*³⁵. Segundo Shuma Shumaker e Érico V. Brasil (2007:295), as primeiras rosas negras compunham a Frente Negra do Brasil de 1930, e eram mulheres que, além de dar suporte financeiro, eram as grandes responsáveis pela mobilização da entidade. Eram mulheres negras à frente das lutas e organizações. Assim também são as mulheres negras militantes do Movimento de Mulheres Negras. São rosas negras que no contexto dos Movimentos Sociais fizeram e fazem a diferença.

III.I - As mulheres negras no contexto dos Movimentos Sociais com caráter identitário: fazendo a diferença

O realce da diferença no interior dos Movimentos Sociais de caráter identitário iniciou-se pela contestação de dois princípios tidos como universais a partir da modernidade, a saber: a) todos os homens são iguais; b) os efeitos das desigualdades atingem proporcionalmente as pessoas de mesmo sexo, assim como as pessoas de mesma raça.

³⁵ De acordo com Petrônio Domingues (2006), Rosas Negras foi o primeiro agrupamento feminino da Frente Negra Brasileira – *As Rosas Negras* – cujas mulheres, que participavam ativamente, se vestiam de branco, usavam luvas e ostentavam uma rosa preta no peito. Este grupo, além de tornar evidente a presença de grande número de mulheres negras, denominadas por este autor de *frentenegrinas*, também era responsável pela organização de saraus e festivais *litero-dramáticos e dançantes*.

O primeiro princípio baseia-se na idéia de igualdade entre os homens tendo o masculino a primazia do estatuto de humanidade quando comparado ao feminino. Nessa definição, o elemento masculino explicitamente ocultava e englobava o feminino, fazendo com que o segundo estivesse subsumido no primeiro.

Esse princípio passou a ser contestado pelo Movimento Feminista porque, na prática, os tratamentos e as atribuições sociais eram divididos de acordo com os sexos e às mulheres eram destinados os papéis subalternos. Elas, porém, ao perceberem suas diferenças em relação ao sexo masculino denunciaram a invisibilidade e o *silenciamento* de suas especificidades como mulheres, no contexto da história ocidental, marcada pelo patriarcalismo. Reivindicaram as delimitações de suas diferenças como forma de trazer à tona o elemento feminino que, até então, estava diluído na suposta universalidade do masculino. Desde então, não só a universalidade masculina passou a ser contestada como as mulheres passaram a resgatar e construir suas próprias histórias. A partir daí, deram visibilidade a sua atuação como sujeitos históricos e promoveram rupturas com os determinismos presentes na destinação dos papéis destinados a elas.

No caso dos negros e das negras o processo foi ainda mais complexo. Enquanto o foco do Movimento Feminista foi o questionamento da ocultação do feminino na visão homogeneizadora de igualdade humana, a população negra clamava pela sua condição de igualdade e de humanidade que a escravidão lhe subtraía.

É interessante lembrar que, com a abolição da escravidão a luta da população negra brasileira passou a ser pela sua inclusão na sociedade, pelo resgate da cultura africana recriada no Brasil. Destacava-se a sua contribuição como elemento formador da ancestralidade e das diversas culturas sobretudo, nos países que se enriqueceram com o tráfico negreiro. Essa luta revelou a tensão e a contradição entre a apologia do discurso da igualdade entre os homens e a formulação de práticas e teorias racistas e colonizadoras no Brasil e em outros países do mundo.

No contexto nacional e internacional, embora nem sempre com grande visibilidade, negros e negras em movimento contestaram tal situação de opressão e o uso ideológico do princípio de igualdade, atuando estrategicamente em duas direções: no resgate da humanidade roubada pela escravidão e pelos processos de dominação pós-abolição no Brasil, na América Latina e na África; e no aprofundamento do realce da diferença, demarcando a existência das diferenças sociais, políticas, históricas, culturais e étnico-raciais que os distinguiam dos demais grupos sociais. Diferenças essas transformadas e tratadas como desigualdade nos contextos de colonização e dominação político-cultural.

Nem sempre a participação das mulheres negras é evidenciada nesse processo. Há que se rever as fontes históricas com outros olhos para captá-la e, talvez, lançar mão de outros recursos metodológicos com o mesmo fim. Talvez seja o século XX aquele que mais nos possibilite dados e instrumentos analíticos para dar visibilidade à participação das mulheres negras. Tal participação foi e continua sendo bastante expressiva nos Movimentos Sociais, especialmente no Movimento Negro.

As mulheres negras, ao reconhecerem o lugar em que se encontravam – e onde a maioria ainda se encontra - no seio das desigualdades sócio-raciais, lançaram alguns questionamentos tanto ao Movimento Negro quanto ao Movimento Feminista sobre a invisibilidade ou o *silenciamento* de suas especificidades indagando: por que discutir mulheres em geral sem destacar o fator raça? Por que discutir o racismo sem considerar o fator gênero? Por que a intersecção ou articulação de raça e gênero não estaria presente nas bandeiras de lutas, nas discussões e nas proposições que ambos os movimentos buscavam e buscam conquistar por meio de suas lutas e agendas?

Assim, quando cotejaram suas vivências e histórias de mulheres negras observaram que a ausência da percepção de gênero no Movimento Negro era semelhante à ausência da percepção racial no Movimento Feminista (Lemos, 1997). Quando questionavam essa ausência ouviam críticas dos homens negros e das feministas, quando não eram acusadas de fragmentar as lutas gerais contra o racismo ou contra o machismo. Também ouviam muitas admoestações como ou lutavam como negras na perspectiva de extinguir o racismo, ou lutavam como mulheres por suas especificidades, porque não havia espaço para uma luta em conjunto dessas duas dimensões. Foi a partir dessa percepção que as mulheres negras passaram a demarcar suas diferenças nos espaços internos do Movimento Negro e no Movimento Feminista e na sociedade.

Através da análise de alguns eventos dos quais as mulheres negras entrevistadas participaram e que envolviam o Movimento Negro, o Movimento Feminista e o Movimento de Mulheres Negras percebe-se que a demarcação da diferença, promovida pelas mulheres negras, ainda não conseguiu estruturar-se de fato. Restam ainda elementos da relação de poder que impedem avanços mais promissores para que realmente esses Movimentos promovam mudanças internas mais substanciais em suas teorias e práticas. Em outras palavras, o desafio que se impõe aos Movimentos Negro e Feminista e, também, ao Movimento de Mulheres Negras está em ampliar a consciência coletiva sobre suas *incompletudes* por meio de diálogos entre as diferenças e os diferentes.

Faltam ainda, a esses Movimentos, valendo-me das palavras de Boaventura Santos (2006_b), a identificação local de seus problemas, a inteligibilidade translocal de suas incompletudes e, por último, o exercício do poder solidário. Tanto no Movimento Negro quanto no Movimento Feminista as mulheres negras ainda se encontram em desvantagem nas esferas de poder.

Eritréia, desde a década de 90, atua na direção da CONEN³⁶ – Coordenação Nacional de Entidades Negras. A CONEN conta com uma presença significativa de mulheres negras. Estas, por meio da discussão de gênero, conseguiram demarcar seu espaço nessa entidade e continuam provocando conflitos para conseguir algumas garantias.

A CONEN é uma entidade mista, constituída por homens e mulheres. Isso ocorre devido a algumas garantias internas que nós mulheres já garantimos. Por exemplo, a quota de 50%. Tudo é 50% mulher, 50% homem. Vai haver uma viagem internacional, a participação é proporcional em 50% mulher e 50% homem. Constituição da Direção Nacional, 50% para cada parte. E assim continua sucessivamente. (Eritréia, 45 anos – destaques meus)

Essa entrevistada revela as dificuldades encontradas pelas mulheres negras para permanecer à frente das tomadas de decisões, nessa entidade que reúne várias organizações do Movimento Negro, em nível nacional. Embora as entidades que compõem a CONEN vivenciem realidades diferenciadas têm alguns problemas comuns que são levados para a coordenação nacional. Apesar da vantagem de discutir nacionalmente pontos comuns e divergentes, as disputas de poder entre homens e mulheres são inevitáveis. Eritréia discorre sobre alguns detalhes dessa disputa interna:

A CONEN tem uma relação que não é muito fácil, porque é constituída por muitos homens. Homens de grande liderança. E nós que somos mulheres, somos poucas para poder nos colocarmos em campo de disputa o tempo todo, sabe! Eles falam que não são machistas ou que estão tentando não ser machistas. E assim demonstram também que têm dificuldades. É um processo de formação humana para os dois lados, eu acho. **Então, é uma relação difícil com os outros, com os homens da CONEN. Não é uma relação fácil, porque a diferença entre homens e mulheres é muito grande. A facilidade que os homens têm de mobilidade. A facilidade que eles têm financeira que é diferente da nossa. Os homens ganham muito mais. Eles estão mais liberados politicamente.** Esta é a grande realidade. A grande maioria dos homens está liberada politicamente não só dentro do Movimento Negro. Na questão partidária também é o homem quem domina e a mulher é minoria. Dentro da CONEN não é diferente. **A grande maioria dos homens tem condição econômica boa, estão estabilizados. Uns estão em cargo político partidário. Outros estão dentro de Ministérios e ONGs e as mulheres não. Então, eu sempre coloco na reunião da CONEN que não adianta nem ter os 50%, se a gente não tem o mesmo poder de fogo. Ganhamos menos. Temos que**

³⁶ A CONEN é uma articulação surgida no I ENEN – Encontro Nacional de Entidades Negras - realizado em São Paulo, em 1991.

ficar cuidando das crianças em casa pra garantir, muitas das vezes que as reuniões aconteçam. E aí não temos, muitas das vezes, a parceria dos homens para facilitar a vida da mulher com a criança. Muitas vezes, você tem que deixar a criança em casa, às vezes, criança nova. Então, para a gente ir à mesma reunião, para o mesmo encontro com a mesma capacidade para elaborar e produzir, às vezes, é difícil. Ah! É muito difícil! **Comigo não tem nada disso. Nada disso me prende para estar participando das coisas. Mas eu tenho discutido qual é a idéia em estarmos sempre discutindo nossas especificidades como mulheres negras e implementar percentuais para garantir a igualdade entre os sexos..** (...) A mesma coisa é manter cotas para as mulheres no partido, no movimento, se não há formas de garantir sua participação, se a mulher tem todas as dificuldades de estar no mesmo nível de participação. **Então, a igualdade que a gente sempre briga, é a igualdade de direitos mesmo.** (Eritréia, 45 anos – destaques meus)

As relações de gênero, no interior das organizações do Movimento Negro, revelam-se muito complexas e evidenciam as dificuldades vivenciadas pelas mulheres negras nesse movimento. Por causa disso a fala de Eritréia necessita ser avaliada em quatro pontos: a) dificuldade da relação devido à mentalidade machista; b) diferenças da realidade financeira e da liberação profissional entre homens e mulheres; c) falta de colaboração nos afazeres domésticos, o que diferencia as condições de mobilidade entre os sexos; d) ausência de discussão feminista no Movimento Negro.

A complexidade do primeiro ponto destacado, para o Movimento Negro, está em compreender que, mesmo lutando pela extinção do imaginário racista, os homens negros não estiveram e nem estão imunes à assimilação e incorporação das demais formas de opressão e discriminação. Se eles fazem parte da sociedade brasileira com certeza também passaram por um processo de formação que os levou a pensar e agir de forma machista, consciente ou inconscientemente. Assim, nem sempre a tomada de consciência racial caminha na mesma medida da consciência de gênero. Os homens negros não se conscientizaram que também são produtores de várias formas de discriminação em relação às mulheres, negras ou não. Isso talvez explique o fato de não estarem preparados para fazer um movimento interno de reflexão em relação a tal situação.

Frederico A. Cardoso (2004) argumenta que a identidade masculina é construída em relações de poder e em processo permanente de conflito, de acomodação e resistência em relação à representação masculina. As relações de gênero não expressam apenas concepções culturais próprias de uma sociedade ou de uma época, no que diz respeito aos homens e às mulheres mas também podem atuar como forma de contestar ou legitimar certos tipos de papéis definidos tanto para os homens quanto para as mulheres.

Marcos Cardoso (2002) nos mostra que as mulheres negras, ao colocar em pauta suas realidades no Movimento Negro, provocaram mudanças na conduta dos homens negros em

relação ao machismo. Isso faz com que os homens revejam a forma como vêm sua virilidade e busquem novas maneiras de se afirmarem como “homens” sem reproduzir o machismo.

As diferenças de mobilidade financeira e as facilidades de liberação, seja para os homens atuarem no Movimento Negro, seja no campo partidário, são resultado e consequência da reprodução do machismo, que beneficia os homens, sejam eles brancos ou negros. Contudo, por se tratar de seus companheiros de luta no combate ao racismo as mulheres negras militantes, conforme explicitou Eritréia, desejam contar com o companheirismo dos homens negros para que essas diferenças possam ser amenizadas ou deixem de beneficiar somente o gênero masculino.

Entendemos que o *poder de fogo* para as mulheres negras militantes, mencionado por Eritréia, não ocorre porque a solidariedade racial ainda não encontrou a solidariedade de gênero, dentro do próprio Movimento Negro. Embora os homens negros reconheçam as questões de gênero em seus discursos, faltam-lhes atitudes plausíveis e condizentes acerca da relevância da igualdade entre homens e mulheres negras no Movimento Negro. Quem sabe, assim, os homens negros poderão se libertar das amarras do machismo.

A falta de colaboração no espaço residencial foi alvo das contestações feitas pelas mulheres feministas, no auge do Feminismo. Essa questão também é uma das lutas das mulheres negras, em geral, para que a divisão dos afazeres domésticos seja uma atribuição tanto dos homens quanto das mulheres. Mesmo assim vimos na fala de Eritréia que boa parte das mulheres negras militantes ainda não consegue atuar no mesmo nível e com a mesma intensidade de seus companheiros militantes, devido à falta de colaboração destes: ainda hesitam em dividir as tarefas no cuidado e na educação dos (as) filhos (as). Por isso, as mulheres continuam sobrecarregadas, sentindo-se ainda mais responsáveis quando não conseguem discutir esse tipo de relação em casa.

De acordo com Eritréia, nem todas as mulheres negras vivenciam essa falta de solidariedade em casa. Algumas militantes, quando conseguem discutir a relação de gênero, acabam por fazer com que seus companheiros afetivos assumam suas responsabilidades domésticas. Existem alguns casos em que as militantes somente estabelecem relações afetivas com aqueles - ou aquelas - que se proponham a assumir a casa, filhos e filhas com todo o cuidado necessário, inclusive quando elas estão em casa.

Mas as mulheres não desistem de perseguir esse objetivo. Nos encontros, em que parte da direção da CONEN é composta por mulheres, elas discutem, propõem e elaboram

estratégias para a consolidação de um Feminismo Negro³⁷. Dessa forma, paulatinamente, conquistam e garantem a igualdade de direitos nas relações de poder, no interior do Movimento Negro, para além da conquista do estabelecimento de cotas. Dessa obstinação vem o *poder de fogo* para estar no mesmo patamar dos homens negros militantes e no Movimento Feminista. Isso pode ser verificado no documento acerca do último encontro da CONEN, em 2006, no seguinte parágrafo de fechamento:

É necessário que criemos mecanismos até o próximo Encontro da CONEN de efetivação de uma política de gênero capaz de dialogar com o Movimento Negro e com o Movimento Feminista, no Brasil, nas Américas e no Continente Africano. Estabelecendo através desta política a cara das mulheres da CONEN, por um Movimento Feminista negro popular, sindical e classista. (CONEN, 2006)³⁸

Vale ressaltar que essas complexidades não estão presentes apenas no âmbito do Movimento Negro. Elas têm ramificações em vários movimentos e espaços de atuação política dos chamados progressistas e/ou esquerdistas e na sociedade como um todo. Um exemplo explícito dessa complexidade é o relato de Eritréia sobre uma experiência marcante em sua trajetória partidária, em relação à sua realidade de mulher negra:

No partido, eu acho que ter sido vice-presidente do PT, em Belo Horizonte, foi uma coisa muito importante, porque eu amadureci para conviver com os homens. Éramos só duas mulheres na executiva. E a maioria era homem. Então, era difícil, era duro. Mas foi uma experiência muito boa. Porque os homens estavam pouco se lixando para a gente. Eram machistas. Se deixássemos, nos atropelavam mesmo e a gente não abria a boca. Entrava muda e saía calada. Então, eu tinha que me colocar para garantir a fala, numa mesa cheia de homens. Eu acho que eles pouco se lixavam para te falar a verdade. Teve um dia, que um cara virou para mim e falou assim: “mulher, negra, pobre, só falta dizer que é aleijada.” Ele falou isso porque pedi para mudar o horário das reuniões. (...) Eu pedi que a reunião começasse e terminasse mais cedo, porque eu pegava o ônibus na Paraná. Eu era a única, praticamente, que morava na periferia e não tinha carro. Quase todos tinham carro e moravam bem perto do centro. Havia alguns homens que moravam longe e não tinham carro, mas eram poucos. Das mulheres, eu era a única. **E para pegar o ônibus à noite, isso em... 89, 88, era difícil. Foi em 1988, porque o segundo mandato foi em 89... além de chegar atrasada nas reuniões, chegava muito tarde em casa. **Eu não vou me esquecer disso nunca na minha vida. Ouvir aquilo de um homem que dizia construir um Projeto Socialista para a sociedade, entendeu?** Isso foi uma coisa que eu não vou esquecer, no partido. (Eritréia, 45 anos – destaques meus)**

³⁷ O conceito de Feminismo Negro e demais informações sobre o mesmo serão discutidos na parte que trata do Movimento de Mulheres Negras.

³⁸ CONEN, 09 de Julho de 2006: Por uma política de gênero da CONEN. Salvador, Documento do I Encontro de Mulheres Negras da CONEN.

Outro exemplo desse tipo de tensão pode ser notado em algumas administrações municipais sob o comando de partidos progressistas. É o caso do município de Belo Horizonte, cuja administração está, há mais de dez anos, sob o comando petista e seus aliados.

Esse partido concentra um grupo significativo de pessoas ligadas aos Movimentos Sociais. O Movimento Negro, em uma das primeiras administrações do Partido dos Trabalhadores conseguiu, após muitas negociações, conquistar a Secretaria Municipal de Assuntos da Comunidade Negra – SMACON. Liderado por uma mulher negra, esse espaço foi destinado a tratar das questões de combate ao racismo, promovendo políticas públicas. Contudo, essa Secretaria não conseguiu sustentar por muito tempo o status de Secretaria Municipal, em função de vários problemas políticos. Isso provocou muitas mudanças administrativas. A principal delas foi que a SMACO passou de Secretaria à Coordenadoria Municipal de Assuntos da Comunidade Negra - COMACON. Zâmbia, uma das mulheres entrevistadas, avalia que essa mudança trouxe prejuízos enormes pois esse espaço era uma referência nacional e até internacional.

A antiga SMACON que foi criada em 90, ou melhor, em 1998. Foi rebaixada à Coordenadoria, em 2001 em função das mudanças administrativas promovidas pela prefeitura. Então, antes tínhamos essa Secretária que foi, na verdade, uma referência no país em nível nacional e inclusive internacionalmente. (Zâmbia, 50 anos)

Essa entrevistada nos informou que, no Brasil, não havia outras experiências em nível de Secretaria para tratar das questões alusivas à população negra, algo que também não vimos nos registros que celebram os 25 anos de existência do Movimento Negro³⁹. O fato de ter uma mulher negra à frente dessa experiência é também relevante na luta política das mulheres negras. Shuma Shumaker e Érico Brasil (2007) chegam a afirmar que a SMACON foi uma Secretaria pioneira na defesa dos direitos negros. Assim, a maior consequência do declínio da Secretaria foi a perda de poder, principalmente na tomadas de decisões, e das possibilidades maiores de viabilizar políticas públicas municipais voltadas para o povo negro. De acordo com Zâmbia essa mudança “foi ruim para nós, povo negro”.

Depois de a SMACON perder o status de Secretaria, Zâmbia foi escolhida para coordená-la, dentre vários motivos, por ter sido Coordenadora da Secretaria Estadual de Combate ao Racismo, no PT de Minas, onde se destacou como agente político.

Júlia Sudbury (2003:127), ao estudar as organizações de mulheres negras, verificou que essas mulheres, geralmente, atuam como agentes políticos junto aos governos porque exercem

um impacto catalítico sobre as comunidades ou localidades devido a sua capacidade de mobilização, intervenção e negociação. São consideradas mulheres à frente do processo político pois os programas e atividades partem delas e, muitas das vezes, são iniciados ou coordenados por elas, como no caso de Zâmbia e Eritréia.

Entretanto, a força das mulheres negras ainda não foi reconhecida plenamente. Em outro governo petista, agora em âmbito nacional, o Movimento Negro conseguiu obter uma conquista fundamental, a SEPPIR – Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial. No entanto, segundo Eritréia, a distribuição igualitária dos cargos entre homens e mulheres não se concretiza como é estabelecida na CONEN, em que as mulheres negras buscam garantir sua participação pela política de cotas igualitárias. A SEPPIR, embora seja comandada por uma mulher negra, não expressa uma expressividade feminina negra quando comparada à masculina. Isso gera um quadro ambíguo. Ou seja, uma mulher coordena essa Secretaria e detém poderes para compor sua equipe mas é assessorada majoritariamente por uma equipe masculina. Sobre isso Eritréia, mais uma vez, nos dá outra dimensão das dificuldades encontradas pelas mulheres negras, tanto no interior do Movimento Negro quanto no espaço de um governo progressista, na perspectiva de efetivar a demarcação da diferença entre diferentes:

Essa questão dos 50% da CONEN, ou seja, da cota de 50% também tem que estar na SEPPIR. A CONEN teve um papel fundamental na constituição e criação da SEPPIR. Mas, na hora de montar quem iria compor as diretorias, as secretarias, 99% dos cargos foram ocupados pelos homens. E só uma mulher foi indicada. Depois uma outra mulher foi convidada. Então, a gente ficou sem força. Eu fiz uma carta, o documento está até aqui na minha caixa de e-mail. Nele, questiono porque os machos são quem sempre decidem. Então, é muito difícil a relação de discussão entre homens e mulheres, dentro de qualquer organização. Eu não acho que uma relação que é mista não possa dar certo, por causa disso. Pode, sim. Mas, os desafios são enormes, enormes!! (Eritréia, 45 anos – destaques meus)

Neste outro relato Eritréia deixa claro como, ao mesmo tempo, o Movimento Negro avança e também retrocede. Avança quando implementa a igualdade em suas instâncias de poder mas, retrocede quando não implementa a articulação de raça e de gênero nessas instâncias.

Na verdade as mulheres negras, ao demarcarem um posicionamento de gênero no Movimento Negro, revelaram aos seus companheiros a existência da reprodução quase imperceptível, por parte deles, do machismo. Revelaram que, mesmo sendo companheiras de

³⁹ Livro lançado em 2006, sobre os 25 anos – 1980/2005 – do Movimento Negro no Brasil, concepção, organização e fotografia, sob a autoria de Januário Garcia.

luta no combate ao racismo não reconheciam a reciprocidade no combate às subordinações de gênero. Elas não enxergaram nos homens o reconhecimento de que o racismo atingia de forma distinta aos homens e às mulheres negras. As mulheres negras, além do racismo, enfrentam o machismo, muitas vezes praticado pelos próprios militantes do Movimento Negro.

Autores como Marcos Cardoso (2002) ressaltam que as mulheres vêm obtendo muitas conquistas na sociedade e no Movimento Negro. No entanto, não menciona que a abertura no Movimento Negro para essas discussões, propostas pelas mulheres negras, não foi algo tão simples, em seu início. Há quem diga que ainda não é fácil fazer essa demarcação feminina no espaço desse Movimento. Isso ficou explícito no relato de Luanda. Em sua entrevista, ela nos mostrou a tensão existente no Movimento toda vez que se pretende inserir as especificidades das mulheres negras no contexto de luta contra o racismo junto aos homens negros:

Dentro do Movimento Negro, **é mais difícil ainda você se expressar enquanto mulher negra, porque a dimensão da especificidade é maior ainda**. A todo o momento nos deparamos com questionamentos, do tipo: ou você é negra ou mulher para melhorar a situação do sujeito negro, na sociedade brasileira. Não agüento mais as mulheres falando de novo que elas têm mais dificuldades... Toda que vez que se insere essa discussão **tem é pauleira**. (Luanda, 42 anos – destaques meus)

Valendo-nos da argumentação de Rosália de O. Lemos (1997), podemos dizer que os homens negros, do Movimento Negro, ainda não estão preparados para fazer uma reflexão tão profunda sobre as relações estabelecidas com suas companheiras. Talvez eles estejam alheios aos problemas internos por acreditarem que os motivos da luta residam em fatores exógenos.

Mas, considerando o machismo ainda reinante no Movimento Negro e a falta da percepção racial no Movimento Feminista, vimos que há mulheres negras que participam e estão à frente das instâncias de direção, junto aos homens e às feministas. Isso faz com que exista a percepção de que a situação, mesmo não sendo a ideal, está melhor em relação a outros tempos, como apontou Namíbia: foi “no Movimento Negro que a gente reforçou a força que a mulher negra tem. A maioria dos movimentos é liderado por uma parcela razoável de mulheres”.

Mas há muito a se conquistar. Não se pode cair na armadilha de pensar que só o fato de ser mulher e negra e ocupar cargos de poder e direção, no interior do Movimento Negro e Feminista, signifique que estamos diante de uma liderança negra e feminina que trabalhe na perspectiva da articulação entre raça e gênero. O desafio dessa articulação se impõe a todos os militantes e às militantes. Porém é fato que as mulheres negras, no Brasil, são aquelas que

tornaram público tal desafio e têm tentado – com limites, contradições e avanços - construir práticas políticas condizentes com o mesmo. Para tanto, um longo caminho vem sendo percorrido. A pesquisa parece ter encontrado as militantes negras em um momento mais maduro e analítico de suas vidas, o que lhes proporciona uma reflexão mais profunda sobre suas trajetórias pessoais e políticas bem como sobre, os principais desafios enfrentados pelas mulheres negras que militam nos Movimentos Negro, Feminista e de Mulheres Negras. Dentre as entrevistadas algumas se mostram mais atentas aos limites e possibilidades da articulação raça, gênero - e classe - porque têm sido protagonistas nesse processo. Geralmente, são aquelas com maior inserção política.

III.II – Movimento Negro – algumas considerações sobre sua construção

Abolir a escravidão não basta. (...) Porque o objetivo maior do movimento abolicionista era, depois de liquidado o sistema escravista, abolir da vida brasileira a herança perversa da escravidão. Abolir esta herança através de uma vigorosa ação política social. (...) E isso quer dizer que, mesmo hoje, mais de cem anos depois da abolição da escravidão em nosso país, a meta maior do abolicionismo, a meta de longo alcance, ainda não foi realizada. E que o ciclo de lutas e conquistas do abolicionismo ainda não se completou. (...) Até porque não podemos ficar atrás, repetindo falas e posturas ultrapassadas. Pelo contrário: temos de estar preparados para intervir, com ousadia e criatividade, no movimento real da vida brasileira. (Gil, Gilberto, 2006:09⁴⁰)

O período de meados de 1980 a 2001 é um dos marcos históricos do processo de reformulação do Movimento Negro. Este manteve a denúncia como característica central, porém a ela acrescentou um perfil mais propositivo. Talvez por isso esse Movimento tenha avançado em conquistas mais concretas que se materializaram, especialmente, a partir de 2001. E por que 2001? Porque esse ano ficou conhecido como o Ano Internacional de Mobilização contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.

Nessa ocasião, vários países participaram da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, África do Sul, a fim de chamar a atenção do mundo para os objetivos dessa reunião, sendo crucial o combate a todas as formas de discriminação. A consagração desse momento foi a obtenção do compromisso político dos países em combater, e também em adotar medidas concretas erradicadoras das discriminações (Declaração de Durban, 2001).

⁴⁰ No que concerne a esta parte do capítulo, a citação de Gilberto Gil, assim como as autoras e autores que compõem a fundamentação teórica desse texto advêm de artigos publicados na coletânea sobre os 25 anos do Movimento Negro no Brasil. Todos (as) serão mencionados nas referências bibliográficas separadamente, mesmo que se encontrem num único livro.

No Brasil, é possível perceber algumas iniciativas tomadas em sintonia com o resultado da Conferência de Durban. A partir de 2001, foram implementados diversos programas e algumas leis de combate ao racismo, resgate da cultura negra e da história da África nas escolas; demarcação das terras dos quilombolas; implementação de políticas públicas de ações afirmativas para acesso e permanência dos negros e das negras em órgãos públicos e, mais especificamente, nas universidades. A iniciativa privada, aos poucos, também tem sido atingida por essas políticas como as universidades particulares, como é o caso do PROUNI⁴¹. Algumas dessas conquistas são analisadas pelas mulheres entrevistadas:

Eritréia: já com a Lei 10.639 mudou muita coisa. Então, nós estamos tendo oportunidade desde lá do início dos anos 80, de haver na história, alterações concretas. Claro, por exemplo, que ainda não foi implantada de fato a Lei 10.639, mas caminha-se para essa implantação; isso é uma conquista. O debate está colocado na sociedade. A luta continua para que ela seja de fato cumprida nos currículos. Tem a implantação das cotas raciais em algumas universidades públicas. Então, tudo isso, são coisas que a gente conquistou, ao longo dessas duas décadas. A própria discussão do poder, quantos negros ocupam o parlamento. Então, acho que foram bandeiras gerais, mas que hoje, a gente consegue já ter alguns dados. Por exemplo, ninguém ouvia ou sabia o que era anemia falciforme. Hoje, já existe em determinados municípios leis que obrigam o município a ter um tratamento especial para o portador da anemia falciforme. Como falei, anteriormente, eu me formei sem ver uma linha de História da África. A universidade, hoje, já discute a História da África. Tem pós-graduação em História da África. Isso tudo foi bandeira nossa. (...) Isso vemos que é garantido por Lei. Tanto que as escolas, hoje, começam a colocar em prática. Então, isso é uma das coisas mais importantes. A criação da SEPPIR como Ministério é outra conquista! Hoje, há um o grande movimento em torno dos remanescentes de quilombos para inclusão dos quilombolas, o povo preto que tem uma história de resistência à escravidão. Há várias políticas, várias ações do Governo Federal voltadas aos quilombos pela SEPPIR. Tem o PBQ, que é o Programa Brasil Quilombola. É mais uma conquista! O governo só está fazendo, porque o movimento falou o que deveria ser feito. Falava-se que existiam quilombos no Brasil. Antes, no governo FHC, o governo tinha um mapeamento cujo número de quilombos era 700. Hoje, os números já passaram da casa de 2.400 quilombos. O Movimento Negro acha que chega nos 5.000, é mais outra conquista! Saber que tem um grupo de Ações Afirmativas dentro da universidade é outra conquista! Imagine, a Federal há 20 anos ou há 10 atrás. A gente começou um trabalho por lá, há 10 anos, que era com o Grupo Interdisciplinar. Nesse grupo havia Luanda, Likolla, Zenzele. Agora, imagina hoje, ter um projeto instalado, funcionando cotidianamente. Ah... são muitas conquistas! Cotas em mercado de trabalho... E por aí vai... (Eritréia, 45 anos)

Após Durban, novas metas foram traçadas pelos países envolvidos para atender aos compromissos assumidos durante a reunião e às propostas do Programa de Ação Durban, resultante da referida Conferência. Assim, por um lado, o Movimento Negro pressiona os governos a promoverem Políticas Públicas para a efetiva cidadania da população negra e continua denunciando o racismo e as discriminações ainda vigentes na sociedade brasileira.

⁴¹ Programa que oferece bolsas de estudo para estudantes de baixa renda em cursos superiores de faculdades

Por outro, com suas proposições, contribui para a sociedade dar alguns passos em direção a uma verdadeira democracia sócio-racial. Tal mudança de estratégia faz parte da memória de Eritréia, ao falar da história do Movimento Negro e quais eram e ainda são suas bandeiras:

Bom, o Movimento Negro, quando eu entrei, **logo no início dos anos 80, ainda era um movimento de lutas e reivindicações de muitas bandeiras.** Uma delas era **a questão da discriminação racial, denunciando o racismo.** Na realidade, a gente estava ainda se constituindo. (...) Era **um movimento que mais denunciava do que propunha,** efetivamente. Só no final dos anos 80, que ele **começou a ficar mais propositivo, em questões como a da educação, a do mercado de trabalho e da saúde. Então, no início, era muito de denunciar o racismo, a discriminação racial, o preconceito.** (Eritréia, 45 anos – destaques meus)

Neste depoimento Eritréia corrobora Milton Barbosa (2006:65) quando este afirma que a atuação do Movimento Negro, de 1970 a meados de 1980, era mais denunciativa e panfletária. Para esse autor, a fase da denúncia já representa uma inflexão e uma nova qualidade à resistência negra do Brasil, no século XX. No início do século, a resistência negra assumia um caráter mais voltado para uma perspectiva cultural realizada pelas escolas de samba, clubes recreativos, capoeira e comida, dentre outros. Embora tal atuação tenha acontecido de fato, cabe aqui uma ponderação: é preciso tomar cuidado para não apagarmos a dimensão política da cultura. Talvez essa articulação seja a mais antiga capacidade organizativa da luta das organizações negras no Brasil. Além disso, não podemos nos esquecer da Imprensa Negra, da Frente Negra Brasileira, do Teatro Experimental do Negro e tantas outras iniciativas que articulavam cultura e política como formas de resistência negra de maneira mais explícita.

Também é preciso considerar que, até meados dos anos 80, o Brasil esteve imerso em processos autoritários de golpes e ditaduras que caminhavam concomitantemente à luta pela democracia. Os processos políticos autoritários cerceavam a explicitação pública das divergências políticas, das lutas sociais e dos movimentos de oposição. A luta da comunidade negra pela superação do racismo também se deu nesse contexto.

No entanto, como a literatura nos mostra, a partir do final dos anos 70 e com o acirramento do processo nacional e internacional de superação da Ditadura Militar no Brasil e na América Latina, o Movimento Negro se rearticula e consegue tornar mais público o seu caráter denunciativo e sua luta identitária. A partir dos anos 90, acompanhando as transformações nacionais e internacionais, vividas também pelos outros Movimentos Sociais e pelas lutas pela redemocratização do país e de superação do neoliberalismo, esse mesmo

Movimento assume um viés mais propositivo. Tal inflexão demonstra um amadurecimento do Movimento Negro no Brasil.

Milton Barbosa (2006), por outro lado, confirma a fala de Eritréia sobre as áreas em que houve atuações do Movimento Negro, informando que ultrapassaram o campo da resistência cultural. Educação, Comunicação, Religião, Trabalho, Política e Saúde foram e ainda são os principais campos de concentração da intervenção negra. O Movimento Negro havia descoberto que essas áreas veiculavam formas de o racismo se estruturar sutilmente, sem que suas facetas fossem reveladas. A estratégia de intervir nesses campos para que se tornasse mais pública e expansiva a luta no Movimento Negro abalou a estrutura que fazia e faz o sistema racista perpetuar-se na sociedade brasileira e atingiu, paulatinamente, a população negra, principal público-alvo de suas intervenções.

Com a entrada em cena da globalização, hegemônica pelos setores neoliberais articulados no Consenso de Washington, o Movimento Negro percebeu que a melhor forma de enfrentá-la, em condições favoráveis, era por meio da articulação com as organizações de combate ao racismo e outras formas de discriminação. Ou seja, passou a pautar suas ações em nível internacional. Sua atuação destacada na Conferência de Durban resultou em uma série de ações concretas a favor da população negra do Brasil.

A luta pela erradicação do racismo no Brasil continua, mas em condições bem mais favoráveis aos negros e às negras com as leis e os diversos programas postos em prática pelo governo federal e por alguns governos estaduais e municipais. Grande parte destas conquistas resultou da perseverança de várias entidades do Movimento Negro. Dentre elas destacamos a atuação do Movimento Negro Unificado. Esse Movimento surgiu em 1978, como MNUCDR – Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial – mas ficou conhecido mais como Movimento Negro Unificado⁴², pois nasceu da junção de lutas e atuação do Movimento Negro contra a discriminação racial e em prol de lutas por liberdades democráticas.

As administrações municipais são lócus do Estado onde as mudanças são mais significativas. Além de estarem associadas a certa capacidade de pressão mais direta dos Movimentos Sociais, na esfera municipal, essa situação também pode sofrer influência de uma estratégia política do Movimento Negro de garantir, em nível local, as conquistas obtidas em âmbitos nacional e internacional. O Movimento Negro de Belo Horizonte concentrou e

⁴² A morte brutal do jovem negro Robson, jogador de basquete, pela polícia de São Paulo é destacada pelos militantes e pelas militantes do Movimento Negro como o fato desencadeador da criação do Movimento Negro Unificado, que se estendeu por todo o território nacional. Com o protesto contra a morte de Robson, o Movimento Negro havia saído das salas de conferências e debates, posturas comuns adotadas pela militância

concentra alguns militantes e algumas militantes que ocupam posições de destaque no cenário do movimento nacional, como é o caso de Eritreia e foi o de Namíbia.

III.II.I - Considerações sobre o Movimento Negro em solos belorizontinos

A criação e o desenvolvimento da cidade de Belo Horizonte contaram com a presença negra no seu processo de construção desde a base de suas estruturas até a ornamentação cultural. O planejamento dessa cidade expressava a influência da concepção moderna de espaço, acomodando-se em um centro político, econômico e administrativo sob o poderio das elites do Estado.

A população de operários construtora da cidade, constituída em sua maioria pelos negros que moravam nos arredores da Avenida do Contorno, foi desalojada sem nenhuma indenização. A esses segmentos da população destinou-se a periferia, tendo como marco divisório esta avenida. Ou seja, o projeto arquitetônico presente na construção de Belo Horizonte tinha o objetivo perverso de separar a elite belorizontina da população negra e pobre da cidade (Cardoso, 2002).

Essa política urbanística, contudo, não ficou imune às intervenções dessas populações. O Movimento Negro mineiro, segundo Marcos Cardoso (2002:148), desde a existência da cidade, por meio de várias entidades, deixou um “itinerário histórico de luta organizada contra o racismo e de construção e afirmação de uma identidade étnico-racial”. O que possibilitou a construção de um espaço territorial de pluralidade étnica e cultural, presente nos diversos bairros e vilas da cidade. Segundo Cardoso:

O Congado, a Umbanda, o Candomblé, as escolas de samba, os grupos de capoeira e da dança afro-brasileira, as organizações da juventude negra, os movimentos sociais da comunidade negra são as mais expressivas marcas da resistência cultural e religiosa, de afirmação política negra, presente no território da cidade de Belo Horizonte. (Cardoso, 2002: 149)

Além da resistência religiosa de matrizes africanas, os negros e as negras marcaram e marcam presença nas religiões cristãs. Na Igreja Católica, por exemplo, as cristãs e os cristãos também se afirmaram neste espaço religioso, organizados em dois grupos: os Agentes de Pastorais Negros - APNs - e o Grupo União e Consciência Negra - GRUCON⁴³, apoiando o

negra, durante a ditadura militar, porque promoveu articulação de grupos negros atuantes nas ruas e praças do Brasil. (Barbosa, 2006:65).

⁴³ Os APNs foram organizados por negros seminaristas ordenados pela “Companhia de Jesus” que atuavam no Movimento Negro Unificado e se juntaram à população negra católica. Já o GRUCON surgiu de uma dissidência dos APNs, com o propósito de discutir de forma profunda as questões do racismo, no campo da religiosidade, mais especificamente no âmbito da Igreja e da sociedade. (Cardoso, 2002)

Movimento Negro Unificado da cidade. Esses dois grupos da Igreja Católica reivindicavam respeito e liberdade para com as religiões de matrizes africanas, embora não as freqüentassem, fortalecendo o combate ao racismo. Tanto o GRUCON quanto os APNs tinham relações com os setores mais politizados do Movimento Negro, principalmente com alguns que estavam vinculados às religiões de matrizes africanas.

No plano da música e da cultura negra em Belo Horizonte, atualmente, existem vários grupos do Movimento Hip Hop, um dos quais, Ruanda faz parte. O Movimento faz referência às raízes afro-brasileiras, critica o descaso político, as condições sociais e econômicas da população negra; denuncia o racismo e expressa suas vivências, experiências, pensamentos e críticas por meio da dança, música, poesia e artes visuais. Além do Hip Hop há também, em Belo Horizonte, outras formas de organizações negras voltadas ao público jovem. Entre elas está o Movimento Juventude Negra e Favelada. A criação dessa organização partiu da iniciativa de alguns militantes do Movimento Negro Unificado que tinha como maior objetivo trabalhar junto às juventudes das periferias, precisamente, nas favelas.

Essa intervenção do Movimento Negro Unificado inseriu-se na sua preocupação de transcender sua atuação para além das camadas médias da população, relatada por Eritréia anteriormente. Ruanda teve um papel importantíssimo nessa inflexão do Movimento Negro Unificado. Segundo a entrevistada, ao participar de uma das primeiras reuniões desse Movimento a menção do seu sobrenome, que faz menção à favela, causou reações de espanto das e dos militantes. Por um lado, ela percebeu que esse estranhamento era proveniente de um descompasso cultural e sócio-econômico entre ela e os militantes presentes naquele momento, como mostramos no primeiro capítulo. Por outro lado, o Movimento Negro Unificado passou a ver a necessidade de fazer interlocução com a população negra mais pobre que, em sua maioria, compõe as vilas e favelas da cidade. A fala de Namíbia é um bom exemplo da iniciativa desse movimento e da participação de Ruanda:

Nas nossas reuniões, eu me lembro que o Movimento Negro Unificado trabalhou a questão do negro jovem da favela, chamando de: “Juventude Negra e Favelada”. Houve até dois encontros lá no morro Alto Vera Cruz. Então, teve uma participação maior da juventude negra mesmo, onde que a Ruanda participou e tal. Então, neste momento foi a juventude que deu o tom. Veio o pessoal do Hip Hop e tudo. O pessoal expôs o grafite e diversas manifestações. O público, de forma geral, foi bem diversificado aqui em Belo Horizonte e nacionalmente também. (Namíbia, 45 anos)

A ação do Movimento Negro Unificado com a juventude negra e favelada tinha como propósito o desenvolvimento de um trabalho positivo, numa linha de afirmação de suas realidades raciais e sócio-econômicas. Quando a juventude negra e pobre relatava suas

origens, sem nenhum receio ou preconceito, também atingia as pessoas que militavam no Movimento Negro Unificado, cuja maioria era de origem popular, porém, não necessariamente em condições tão adversas quanto as da população negra de periferia, com a qual Movimento Negro Unificado passou a se relacionar a partir dos anos 90. O preconceito e os estereótipos, criados e mantidos no imaginário social e que também atingiam os militantes do Movimento Negro eram revistos, possibilitando que suas concepções sobre a favela fossem *ressignificadas*. “Afim, tem muito negro morando nas vilas e favelas, nos aglomerados, debaixo das pontes. Então acho que nós lutamos e temos que fazer mais”. Foi o que nos esclareceu Namíbia.

Este trabalho redeu muitos frutos pois, atualmente, o Movimento Negro - para além do Movimento Negro Unificado - tem diversificado o perfil social de sua militância. Isso apesar da maioria dos cargos de suas instâncias de poder ser ocupados por negros e negras com condições econômicas e intelectuais mais privilegiadas. Podemos ver, aqui, mais um desdobramento da articulação entre desigualdade social e racial. Há certa reprodução da opressão socioeconômica até mesmo dentro dos setores que a combatem, situação que atinge o Movimento Negro. Seria interessante investigar se, nesse processo tenso e, por vezes, contraditório, haverá também algum tipo de opressão racial dentro dos próprios grupos que combatem o racismo. Mas esse é um tema para uma futura pesquisa.

Ruanda nos relata a atuação da juventude negra da favela que extrapola a periferia e atinge a cidade como um todo. O objetivo da ação abaixo descrita era fazer com que as pessoas percebessem seus atos de discriminação e reconhecessem a contribuição dessa juventude para o crescimento da cidade. Ao mesmo tempo, a favela assumia sua identidade com auto-estima:

A juventude da favela está presente na cidade que precisa reconhecer essa juventude. Precisa dar conta de dialogar com ela e de respeitá-la. Porque as pessoas tinham vários problemas com relação à juventude da favela. Coisas que ainda acontecem em relação à discriminação. A gente levantou essa discussão de uma maneira muito séria na cidade. Por exemplo, a juventude ao fazer uma ficha para trabalhar tinha que dar o endereço de um bairro próximo e não podia dar o endereço de onde morava. As pessoas tinham que reconhecer os moradores da favela de uma forma geral, pois eles também constroem a cidade. Contribuíram para sua construção, continuam trabalhando, descendo e subindo morro o tempo todo, indo e vindo o tempo todo e, na maioria das vezes, não são valorizados por isso. Era preciso desconstruir alguns estereótipos da questão da malandragem, vagabundagem, drogas, que na verdade, envolve uma parcela menor desse segmento de vilas e favelas. Fica parecendo que a maioria está envolvida, quando na verdade, a maioria levanta às cinco da manhã para trabalhar e só volta à meia-noite. Esta é a realidade. Então, a gente queria o tempo todo fazer essa discussão com a cidade. Chamando as pessoas para quebrar com os preconceitos mesmo; para discutir e rever os estereótipos. Era mais, no sentido,

sabe, de exigir da cidade a valorização mesmo. Porque a favela tem uma história tanto quanto outros bairros da cidade. Há pessoas que gostam de morar lá, que se identificam com o lugar e querem melhorar o lugar ao invés de acabar com ele. Então, era isso que a gente queria. Era essa discussão que a gente queria fazer. E a princípio, despertar para essa necessidade de valorização. Isso a gente conseguiu de uma forma bacana. (...) E havia uma ligação nossa com o Movimento Hip Hop muito por causa disso. (...) Eles já tinham essa coisa de trabalhar a questão da favela nas suas letras de rap, nos seus grupos e tal. Isso foi bacana. (...) Então, era muito isso que a gente queria fazer. Trabalhar essa coisa da identidade da favela, da valorização, da história, das pessoas que vivem lá. E a gente conseguiu, pelo menos nessa rede, formar um grupo para trabalhar essa coisa da auto-estima da juventude. Olhar para a cidade como um todo de cabeça erguida, saindo dessa da coisa da elitização. Por outro lado a gente possibilitou à juventude estar em outros espaços existentes na cidade, que a gente achava importante. (Ruanda, 32 anos – destaques meus)

Além da juventude negra Ruanda também é exemplo de como as mulheres negras belorizontinas tiveram expressiva contribuição para a consolidação do Movimento Negro na capital mineira. De acordo com essa entrevistada no Movimento Negro Unificado ela também encontrou mulheres envolvidas no projeto da Juventude Negra e Favelada que conseguiam fazer discussões sobre a questão de gênero. No seu relato abaixo Ruanda menciona uma delas como referência ao início de suas reflexões como mulher negra:

Eu comecei no Movimento de Mulheres, na verdade dentro do Movimento Negro Unificado. Uma das primeiras preocupações dessa organização era o tratamento da questão da mulher negra. Neste movimento tinha algumas pessoas, como Ângela, que já faziam esse recorte de gênero. Então, na época, o coletivo dessa entidade fez um encontro e organizou uma mesa que se chamava “Conversa de negra”. Foi bem bacana, nesse primeiro encontro. E de lá pra cá, a gente sempre tem algumas discussões nas reuniões, nos encontros, nos seminários que a gente participa ou realiza. A gente sempre puxa algumas discussões que são importantes. (Ruanda, 32 anos)

A atuação das mulheres negras belorizontinas no Movimento Negro, de acordo com Marcos Cardoso (2002), foi incisiva no Movimento Negro Unificado. Elas organizaram lutas contra a opressão de raça e gênero e trouxeram novos conceitos e abordagens feministas para ações anti-racistas. No interior desse movimento as mulheres negras fomentaram discussões importantes e específicas como exploração sexual, social e econômica e esterilização das mulheres negras como forma de extermínio da população negra.

Mas não foi somente no Movimento Negro Unificado que as mulheres tiveram atuação em termos de Movimento Negro em nossa capital. Eritréia compõe a liderança da FCRCN - Fundação Centro de Referência da Cultura Negra - ligada à CONEN. Essa Fundação é uma organização mista composta, em sua maioria, por professoras e professores de BH, militantes do Movimento Negro. Suas atividades atualmente se voltam para a educação e as

comunidades quilombolas. Segundo Eritréia, esse grupo de educadoras e educadores tem feito, atualmente, mais intervenções pontuais e individuais: “hoje, algumas pessoas desse grupo não estão mais organicamente na Fundação. Elas estão coordenando trabalhos na Secretaria de Educação, dentro da UFMG, fazendo uma interferência bacana”.

Além dessa entrevistada, Luanda também é integrante da Fundação e faz intervenções no campo da educação, porque:

Somos quase todas educadoras, formadas. Então, a atuação específica está na educação. E a Fundação tem outras frentes de trabalho com crianças, com jovens e com a militância política. Mas, nós, do grupo de mulheres desta Fundação, atuamos na área da educação. Nós formulamos projetos, prestamos assessoria, fazemos documentos importantes para essa área. (Luanda, 42 anos)

A atuação no campo da educação foi também o caso de Suazilândia. Ela milita mais na causa racial, no âmbito das redes educacionais de Minas Gerais. Sua atuação foi iniciada numa organização, denominada Casa Dandara, cujas intervenções focalizavam mais o campo educacional. Era uma instituição mista de militantes, negras e negros, que desenvolviam trabalhos voltados, inicialmente, para crianças e jovens. Em seguida, a Casa Dandara passou a trabalhar com as mães dessas crianças, numa perspectiva de raça e gênero.

Essa foi a razão pela qual Luanda foi atraída a atuar nessa Casa também. Nessa organização ela desempenhou vários cargos: secretária, tesoureira e educadora. Mas, como educadora, fazia formação com as mulheres negras, mães das crianças e adolescentes assistidos pela instituição e afirma: “aliás, eu só atuei na casa Dandara por causa da questão de gênero. Eu fui pra lá pra trabalhar com mulheres”.

Segundo Diva Moreira, uma das idealizadoras da Casa Dandara, as pessoas que a freqüentavam passavam por um “processo de aprendizado muito gostoso, combinando cidadania, construção da consciência crítica, da identidade racial, com o lazer, o lúdico, a alegria, a festa e com a celebração” (Museu virtual, 2007). Nesse sentido, Suazilândia aponta que o propósito desta instituição era:

(...) criar um espaço para os negros. Uma casa na qual fossem acolhidos para fazer seus estudos, suas pesquisas, para acolher as crianças que não tinham um respaldo positivo no ambiente escolar. Então, o propósito era a construção da cidadania do povo negro, possibilitar essa construção dessa cidadania, porque ninguém construiu embora a pessoa já nascesse cidadã. (Suazilândia, 54 anos)

Outro campo de atuação das mulheres negras está no âmbito administrativo da prefeitura de Belo Horizonte. Como já expusemos, a COMACON é comandada por Zâmbia.

Namíbia, por sua vez, coordena uma unidade ecológica da prefeitura da cidade. Isso porque a atuação delas na militância social e partidária fez com fossem alçadas a cargos administrativos.

Assim, em Belo Horizonte, as mulheres negras atuam não só no Movimento Negro, como também em espaços variados de representação. Esse foi o caso das entrevistadas Eritréia, Namíbia e Zâmbia que fizeram parte do Coletivo de Combate ao Racismo dentro do PT. Além disso, Eritréia e Zâmbia chegaram a ser Coordenadoras desse Coletivo.

Dessa intensa atuação militante foi possível obter algumas conquistas importantes para as mulheres negras e para o povo negro, na cidade belorizontina. Dentre elas, podemos citar a instalação do Núcleo de Combate ao Racismo na Prefeitura, sindicatos e partidos. Além disso, a criação da Secretaria de Combate ao Racismo do PT e da COMACON não deixa de ser também conquistas das mulheres negras pois resultou da atuação dessas militantes no Movimento Negro e impulsionou outras companheiras a atuarem em segmentos do Movimento Feminista, como veremos a seguir.

III.III – A demarcação da diferença no universo feminino: mulheres negras enegrecendo o Feminismo

O Movimento Feminista começou a se esboçar, no século XIX, por meio de diversas manifestações das mulheres reivindicando seus direitos. Mas somente nas primeiras décadas do século XX conseguiu ter mais expressividade, com o grande contingente de mulheres nos parques industriais que passaram a protestar contra as injustiças sociais, exigindo que elas fossem dirimidas. Dessa forma, elas reivindicavam direitos sociais e políticos, ao mesmo tempo em que pressionavam por mudanças de costumes (Rodrigues, 2006).

No Brasil, embora as reivindicações e as conquistas das mulheres tenham ocorrido muito antes dos anos 60 do século XX, foram nesses anos que tiveram lugar grandes mudanças nas vidas das mulheres em geral. A partir desse período emergiram várias organizações de mulheres. Por meio delas, o Movimento Feminista conseguiu tornar mais evidente as discriminações sofridas no lar, no trabalho e em suas relações sociais e afetivas dentro de uma sociedade amparada por uma ideologia patriarcal, européia e branca.

Sandra M. Souza (2000) afirma que o auge do Movimento Feminista Brasileiro ocorreu nos anos 70. Foi a partir daí que esse Movimento passou a reivindicar a igualdade

jurídica de direitos⁴⁴ e a explicitar que as questões do âmbito privado - como sexualidade e relações familiares - estavam relacionadas com questões de âmbito público - como igualdade salarial, carreira profissional e representação pública entre outras. Eliane Silva (1998:60) relata que, nos anos 80, “numa atmosfera de reconstrução de instâncias democráticas”, a militância feminista compreendeu que determinadas lutas deviam ser realizadas num plano maior, articulado com outros Movimentos Sociais. Só assim seria possível obter resultados mais condizentes com a luta pela construção de uma sociedade mais justa e cidadã. Nos anos 90 o Movimento Feminista sentiu a necessidade de trilhar caminhos próprios, dando maior visibilidade a suas especificidades, em âmbitos nacional e internacional.

Paralela a essa atuação do Movimento Feminista, hegemônica por mulheres de condições econômicas mais favorecidas e centradas nos espaços dos grandes centros urbanos destacava-se, também, a atuação das mulheres dos setores e grupos populares nas periferias. A luta dessas mulheres era por melhores condições de vida, transporte e moradia, problemas esses vivenciados pela maioria das mulheres negras, entrevistadas nesta pesquisa. As mulheres dos setores menos favorecidos, principalmente as negras, ao se manifestarem na sociedade, fortaleceram o movimento de mulheres. Isso permitiu a ampliação da visibilidade das ações políticas do Movimento Feminista e sua penetração em setores até então marginalizados da vida social brasileira. As mulheres, organizadas politicamente, passam a abalar as velhas formas do fazer político e conseguem projetar novas perspectivas para as mulheres em geral.

O Movimento Feminista possibilitou que as mulheres negras refletissem sobre as condições nas quais se encontravam como mulheres, por mais distintas que fossem das mulheres brancas. Por isso, pode-se dizer que esse Movimento contribuiu direta ou indiretamente para a formação da consciência e autoconsciência das mulheres negras.

Namíbia foi uma ativa militante do Movimento Feminista. Para ela, a participação nesse Movimento possibilitou aprimorar as discussões de gênero, conhecer novas pessoas e realidades, compreender a extensão da discriminação, ultrapassando as fronteiras do país e vivenciar situações inusitadas de forma livre, como conhecer mais um pouco sobre o corpo feminino a partir de técnicas muito recorrentes nesse Movimento.

Foi lá que tive acesso aos vários movimentos de mulheres. (...) No Movimento de Mulheres foi mostrado de forma rasgada tudo que era proibido na minha família. Foi

⁴⁴ Estas reivindicações foram fortemente influenciadas pelos protestos das feministas nos EUA e na Europa, ocorridos pelo forte movimento de democratização existente em nosso país e de alguns países da América Latina.

onde eu vi o povo cheirando, fumando e conheci as lésbicas. A gente encontrava com mulheres militantes diferentes. (...) Então, eu conheci vários grupos, uma diversidade muito grande. A gente pôde se sentir e fazer a história de olhar no espelho a própria vagina. Antes do Movimento Feminista, eu nunca tinha viajado sozinha na minha vida. (...) Depois, participei das reuniões, conheci mulheres de tudo quanto é lugar. Eu tive acesso a mulheres do mundo inteiro, onde a gente percebeu que a questão da discriminação não era somente local. Assim, ia para discutir a questão das mulheres, porque já participava do grupo Sempre Viva e também fazia um trabalho com as mulheres mães, na minha escola. (Namíbia, 45 anos)

Esse relato de Namíbia nos permite afirmar que a participação em um movimento marcado pela diversidade, vivenciando e partilhando histórias pode acrescentar, alterar, transformar e formar novos sujeitos políticos. Para Sueli Carneiro:

Ao politizar as desigualdades de gênero, o Feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com que esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares, subjacentes na luta de cada grupo em particular. (Ibidem, 2003:03)

Zâmbia foi outra entrevistada que participou ativamente do Movimento Feminista. Ajudou, inclusive, a construir uma instituição vinculada à questão de gênero, na gestão municipal de Belo Horizonte, nos anos 90, denominada Benvinda. Segundo Zâmbia, esta organização:

(...) na verdade era uma Casa Abrigo que atende todas as mulheres. Mulheres pobres ou não, negras ou brancas. Mas a grande parte das mulheres que ia para Casa Abrigo, na época, eram as mulheres pobres, de vilas, das periferias, mulheres, inclusive, que não tinham como pagar um advogado e dependiam do poder público para retomar a sua vida ou para resolver os seus problemas de violência. Então, a grande maioria era inclusive de mulheres negras. Daí dava para perceber que a população negra estava num lugar que não conseguia fazer outra coisa a não ser procurar o poder público. (Zâmbia, 50 anos)

Essa entrevistada, além de participar da construção dessa organização trabalhou na sua coordenação por muitos anos, ao mesmo tempo em que efetivava também sua atuação militante no campo feminista. Ela relata que:

A Casa Abrigo está fazendo 10 anos. Foi, em 1996, que criamos o Benvinda. (...) Eu ajudei nessa construção dessa Casa Abrigo. Primeiro em 1993, **trabalhei na Regional Oeste que foi um lugar onde a gente conseguiu garantir várias políticas.** (...) **Aí, nesse processo, a gente fez uma discussão sobre a questão do trabalho com as mulheres e sobre políticas públicas para mulheres na cidade. A gente conseguiu, desse jeito, garantir a criação do Benvinda que foi inaugurado em 20 de agosto de 1996. Quando foi em 20 de agosto desse ano, eu saí da regional e fui direto para a coordenação da Casa e fiquei por lá. Depois, quando foi em 1998, eu fui pra Casa Abrigo Sempre Viva, ser assistente da coordenadora. Depois ela saiu e veio para a Coordenadoria da Mulher, eu**

fiquei na coordenação da Casa Abrigo Sempre Viva, que atendia também as mulheres em situações de violência e estavam correndo risco de vida. Então, o Benvinda pra mim era mais uma política pública que eu estava trabalhando. Por mais que eu usasse muito de minha militância, do meu aprendizado, da compreensão da questão das mulheres, das necessidades dessas, era o meu trabalho. (Zâmbia, 50 anos)

Luanda e Ruanda não participaram diretamente do Movimento Feminista mas sempre tentaram inserir a discussão de gênero no segmento do Movimento Negro do qual fazem parte. Suazilândia e Eritréia foram as únicas entrevistadas que não tiveram atuação mais específica no Movimento Feminista. Esta última, porém, tentava introduzir as questões de gênero nos espaços de sua atuação. Por isso, durante a entrevista, toda vez em que eram indagadas sobre o Movimento Feminista, Suazilândia e Eritréia optavam por não tecer considerações sobre ele e se justificavam:

Suazilândia: Não posso te dizer. Eu estarei sendo é... irresponsável se eu fosse fazer uma análise nesse sentido, porque eu ia ficar no empirismo, no achismo, na opinião pessoal só. Então, eu não gostaria de falar sobre isso. (Suazilândia, 54 anos)

Eritréia: Agora, não sei te falar sobre isso. Eu não estou no Movimento Feminista. (Eritréia, 45 anos)

Mas como vimos anteriormente, Eritréia, muitas vezes, se referia às questões de gênero quando evidenciava o machismo nas práticas dos homens do Movimento Negro, da CONEN, dos espaços institucionais de poder - como o Partido dos Trabalhadores - e no episódio da ocupação dos cargos na SEPPIR. Vale ressaltar que essas discussões instigadas por Eritréia foram decorrentes de sua trajetória numa corrente do Feminismo arquitetada por feministas negras, como veremos mais adiante.

Atualmente Namíbia não atua ativamente no Movimento Feminista. Por isso, também se esquivava quando as perguntas tratavam do mesmo: “bom, do Movimento Feminista, não posso falar porque não participo mais. (...) Eu participei do X Encontro Feminista, que foi em Bertioa, depois não participei mais”.

Com o tempo as mulheres negras foram percebendo que suas realidades eram muito distintas das realidades das mulheres do Movimento Feminista. A maioria das militantes desse Movimento social era branca e com condições socioeconômicas bem acima da média das mulheres negras. Além disso as mulheres brancas, por mais que tivessem vivido situações semelhantes de discriminação, subordinação e exploração machista e sexista, não as vivenciavam concomitantemente com as opressões de raça.

A partir dessa compreensão as mulheres negras militantes passaram a ter embates com o Movimento Feminista, questionando seus ideais e suas reivindicações, à medida que o Movimento buscava contemplar as mulheres como um todo. A tensão era causada pelo fato da luta pela libertação da mulher e pela igualdade de gênero desconsiderar a especificidade da articulação entre gênero e de raça. As mulheres negras, mesmo atuando ativamente como integrantes do Movimento Feminista, viam-se ausentes no atendimento a sua particularidade étnico-racial, nas discussões e nas tomadas de decisões. Não havia, portanto, uma solidariedade intragênero como as próprias feministas propunham em seus discursos contra as discriminações.

O Movimento Feminista estava preso a uma concepção de igualdade que o impedia de ampliar a visão feminista das diferentes realidades vivenciadas pelas mulheres. Dessa forma, negligenciava as diferenças e as desigualdades que diziam respeito à geração, às realidades locais, às religiosidades e ao pertencimento racial.

Para Chantal Mouffe (1996:05), o Movimento Feminista acabou por se render a uma *identidade essencialista*. E seu equívoco residia justamente na defesa desse tipo de *essencialismo*. Ou seja, enquadrava numa única forma de agressão e exploração todas as distintas mulheres. Por esse motivo, essa mesma autora defende que as feministas deveriam se empenhar em propostas radicais para o aprofundamento da democracia e a conquista da igualdade, *desconstruindo as identidades essencialistas*. Essa desconstrução é tida como condição inevitável à compreensão da diversidade das relações sociais. Chantal Mouffe, assim, concebe o sujeito pela ocupação das múltiplas posições que o coloca, ora numa relação de exercício do poder, ora submetido a esse exercício por parte de outrem. É nesse viés, portanto, que as mulheres em geral podem ser compreendidas como agentes sociais:

(...) como sendo constituído por um conjunto de posições de sujeitos, que nunca pode ser totalmente fixas, num sistema fechado de diferenças, composto por uma diversidade de discursos entre os quais não existe uma relação necessária, mas antes, um constante movimento de sobredeterminação e deslocamento. (ibidem, 2006: 105)

A falta de espaço para que as mulheres pudessem discutir a fundo as diferenças entre elas no Movimento Feminista contribuiu para que não houvesse a incorporação das especificidades das mulheres negras pelo Coletivo Feminista. Tamanho era o grau de inflexibilidade que Cristiano Rodrigues (2006) nos aponta que o diálogo entre mulheres negras e feministas, num dado tempo, mostrava-se:

(...) emperrado e com muitas dificuldades de consenso por conta de suas interpretações divergentes em relação ao patriarcado e ao racismo. Essas questões impediam a articulação de perspectivas que sintetizassem, naquele momento, as lutas de ambas as mulheres, sendo que o Movimento Feminista era qualificado pelas mulheres negras como universalista, ao pensar a mulher no singular; e invisibilizador, ao esquecer as especificidades das mulheres negras. (Ibidem, 2006:160)

Desse modo, as mulheres negras passaram a questionar as bandeiras de lutas que as feministas levantavam como sendo das mulheres em geral.

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero, conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio Movimento Feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. (Carneiro, 2003: 04)

De acordo com Eliane Silva (1998), a própria estruturação do Movimento Feminista não correspondia às expectativas das mulheres negras. Nessa estruturação estas estavam sub-representadas no topo da pirâmide das instâncias de direção do Movimento Feminista. O que fez com que as mulheres negras que participavam do Movimento Feminista se distanciassem cada vez mais dos espaços de discussão. Afinal, não encontravam bandeiras de luta feminista que contemplassem suas especificidades. Namíbia deixa isso claro ao afirmar a diferença entre ser militante do Movimento Feminista e militante de um Movimento Feminista Negro:

Existe diferença entre ser militante do Movimento Feminista e ser do grupo de mulheres negras, **porque a feminista, como eu te falei, trabalha mais especificamente a questão do gênero.** E a mulher negra, quer dizer, o Movimento de Mulheres Negras trabalha a questão da mulher negra em geral. **Assim, nesse outro movimento, a gente não vê essa pauta sendo colocada.** (Namíbia, 45 anos – destaques meus)

Nos vários embates as mulheres negras questionaram a visibilidade das desigualdades sociais⁴⁵, apontadas pelo Movimento Feminista, face à bandeira de luta por direitos trabalhistas, no âmbito do público; a contradição e a omissão quanto aos valores e aos descumprimentos de direitos, presentes nas relações de patroa - maioria branca, e empregada - maioria negra, no âmbito privado. Questionaram as violências domésticas⁴⁶, como o abuso sexual que era - e ainda é - cometido por maridos, filhos, tios e irmãos das patroas brancas, muitas vezes com a conivência destas. Além disso, era - e é - comum as mulheres negras terem

⁴⁵ Aqui não é usado o termo “desigualdades sócio-raciais” porque se trata da referência ao termo utilizado pelo Movimento Feminista e não pela concepção defendida pela pesquisadora acerca do termo.

⁴⁶ Atualmente as violências domésticas são enquadradas como assédio sexual no trabalho.

como patroas as mulheres do próprio Movimento Feminista. Em relação à bandeira dos direitos reprodutivos, do controle da taxa de natalidade expuseram os sofrimentos, contidos no fato de, muitas vezes, as mulheres negras serem privadas da maternidade e do exercício de uma sexualidade sadia. Isso porque são marcadas por altos índices de esterilizações e de violações sexuais. As esterilizações ocorrem, na maioria das vezes, sem o conhecimento e o consentimento das próprias mulheres negras, em sua maioria, pobres e nordestinas. Essas violências lembram o “comportamento padrão estabelecido entre senhores e escravas, entre a casa grande e a senzala” (Oliveira e Sant’ana. 2000:04).

Desse modo, as principais críticas das mulheres negras ao Movimento Feminista partiam da percepção de que “mesmo tendo um objetivo comum, essa identificação não as impedia de sofrer, no interior de suas bases, discriminações que extrapolavam a questão classista” (Silva, 1998:61) e de gênero.

A resposta por parte do Movimento Feminista, a princípio, diante das críticas e argumentações das mulheres negras foi de acusá-las de enfraquecer a luta, devido a questões menores, pontuais e muito específicas. O Movimento Feminista reagiu e contra-argumentou da mesma forma que os homens negros quando as mulheres negras passaram a questioná-los sobre sua invisibilidade no interior do Movimento Negro. Luanda recorda que:

Até então, nos movimentos feministas, da minha época de atuação mais engajada nos movimentos sociais, especificamente na Casa Dandara. **Nesses movimentos, nós, mulheres negras, éramos sempre as que reivindicavam esse olhar diferenciado da condição de mulher negra. Nunca houve do Movimento Feminista essa iniciativa: vamos convidar as mulheres negras para que elas se posicionem dentro do nosso movimento enquanto mulheres negras. Falava-se das mulheres, mesmo, sempre no plano geral.** Éramos convidadas enquanto mulheres, independente do pertencimento racial. Eu acho que isso se altera em função do posicionamento das mulheres negras, sempre marcando por esse diferencial, exigindo tratamento diferenciado e status específico para essa atuação. (Luanda, 42 anos – destaques meus)

Foi a partir dessa demarcação de um olhar diferenciado sobre as diferentes realidades, como apontou Luanda, que as mulheres negras também imprimiram a demarcação da diferença no seio do Movimento Feminista, como fizeram no Movimento Negro. A princípio, as mulheres negras militantes optavam por se manter no Movimento Feminista, causando debates e polêmicas em torno das causas tidas como comuns a todas as mulheres. Esse tipo de crítica e contestação decorre, justamente, das diferentes posições dos sujeitos mencionadas por Chantal Mouffe (1996), ao questionarem a imposição da unidade entre as mulheres pela suposta igualdade de condições e de explorações. Assim, questionando as interpretações que atestavam serem todas iguais as mulheres negras realizaram análises e críticas de fundo às

diferenças e desigualdades entre as mulheres negras e brancas, as quais não eram contempladas em profundidade somente pela análise da classe e gênero.

O III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, ocorrido em Bertioga em 1985, para alguns autores e algumas autoras, como Eliane Silva (1998), Rosália Lemos (1997), Sueli Carneiro (2003) e Cristiano Rodrigues (2006), foi o desaguadouro das tensões entre as mulheres negras e as outras feministas. Esse encontro também se constituiu como um marco na história de organização das mulheres negras, embora estas já ensaiassem reflexões sobre a sua condição em espaços institucionais, encontros, reuniões e/ou ações, antes mesmo de Bertioga.

De acordo com Rosália Lemos em 1950, no Rio de Janeiro, já havia sinais do descontentamento das mulheres negras com as posições sociais que ocupavam na sociedade. Nessa época fora criado o Conselho Nacional de Mulheres Negras - CNMN. Esse Conselho era um desdobramento do Departamento Feminino do Teatro Experimental do Negro. Outro ensaio de contestação das mulheres negras aconteceu em 1978, numa entidade denominada REUNIMA - Reunião de Mulheres Aquilante - que teve como propósito discutir a “Omissão em relação à Mulher Negra”.

Mas foi a partir do III Encontro Feminista, em Bertioga, que as mulheres negras afirmaram a constituição de suas organizações, fomentaram novos encontros, elaboraram documentos sobre a situação da mulher negra no Brasil⁴⁷ e promoveram avaliações sobre sua situação no Movimento Feminista⁴⁸. Em decorrência disso, as mulheres negras se sentiram mais preparadas para dialogar incisivamente com o Movimento Feminista. Todavia, a falta desse diálogo ocasionou um racha entre o Movimento Feminista e o Movimento de Mulheres Negras.

Rosália Lemos (1997), Sueli Carneiro (2003) e Cristiano Rodrigues (2007) situam o impedimento da participação, em Bertioga, de uma delegação de mulheres majoritariamente negras, proveniente do Rio de Janeiro, por falta do pagamento da taxa de inscrição, estabelecida pela Comissão Organizadora do Encontro, como fator determinante para essa cisão. Essa delegação de mulheres alegava falta de recursos para arcar com a taxa de inscrição. O Encontro se dividiu entre as mulheres que defendiam a participação da delegação e as que votavam contra. Depois de acirradas e acaloradas discussões os votos contrários venceram. Por esse motivo, Bertioga é apontada como o estopim da explicitação das divergências das mulheres negras em relação às feministas.

⁴⁷ Ver o artigo de Sueli Carneiro e Thereza Santos, intitulado Mulher Negra – 1985.

⁴⁸ Ver a Declaração de Itapeberica da Serra das Mulheres Negras Brasileiras – 1993.

Para Rosália Lemos (1997) as mulheres negras de classe média e as feministas brancas compreenderam o conflito, instaurado pela delegação de mulheres do RJ, como algo premeditado para dar visibilidade ao confronto que se instaurava entre o Feminismo Tradicional e o novo Feminismo que estava se formando, na época - o Feminismo Negro. Enquanto para Cristiano Rodrigues (2006) o problema instaurado foi estratégico para difundir as discussões entre Feminismo e racismo no âmago do Movimento Feminista, explicitando as diferenças de raça e classe, dentre outras, que as distanciavam umas das outras.

Assim, o conflito travado em Bertioga também contribuía para o início da pluralização do Feminismo no Brasil. Por isso, Rodrigues defende a legitimidade política da perspectiva feminista negra no embate criado. Foi por meio de tal embate que o processo de consolidação das reflexões e perspectivas das mulheres negras se efetivou. O que aumentou a necessidade de as mulheres negras elaborarem, paralelamente, espaços diferenciados para discutir seus problemas.

Esse processo passou a ser feito de forma estruturada a partir das organizações próprias do Movimento de Mulheres Negras. Isso não significava indisposição das mulheres negras em manter um canal aberto com o Movimento Feminista, tanto que efetivaram várias manifestações em conjunto com este Movimento, ao longo das últimas décadas, como na ocasião do Dia Internacional da Mulher.

O crescente protagonismo das mulheres negras no interior do Movimento Feminista, acarretou mudanças significativas nas perspectivas feministas. O maior exemplo é o estabelecimento de uma nova Plataforma Política Feminista, que ganhou mais nitidez na IV Conferência Mundial da Mulher, ocorrida em Beijing, em 1995. Os efeitos da Conferência de Beijing nos possibilitam destacar alguns ganhos na intersecção de gênero e raça no Movimento Feminista: a) a articulação entre mulheres negras e brancas no plano teórico, no discurso e na prática; b) a formulação conjunta duma publicação do Balanço Nacional: Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil, divulgada na Conferência Beijing + 5 (AMB, 2000); c) a criação de diversos fóruns e articulações envolvendo mulheres brancas e negras nos estados brasileiros.

Considerando todos os avanços obtidos no cerne do Movimento Feminista⁴⁹ desde Bertioga e Beijing, o ponto culminante dessas conquistas ocorreu durante o processo de debates preparatórios à Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban, 2001.

⁴⁹ Essa aliança entre a questão racial e a de gênero assumida pelas feministas resultou em diversos diálogos de fundo anti-racistas, dos quais resultaram duas publicações – “Mulheres Negras: um retrato da discriminação racial no Brasil – AMB, 2001 e Sonhar o futuro, mudar o presente” – Ibase, AMB, 2003.

Nesse processo o objetivo estratégico foi apoiar e articular as mulheres negras (Carneiro 2003:01).

Luanda, mesmo se sentindo pouco à vontade para falar sobre o Movimento Feminista, percebeu que este passou por mudanças consideráveis tornando-se mais receptivo às discussões raciais. Por isso, para ela, as mulheres negras participavam cada vez mais do Movimento Feminista:

Então, eu me sinto um pouco incapaz em lhe dar dados mais concretos sobre o Movimento Feminista. (...) Mas, é claro que a gente consegue perceber... uma significativa mudança na postura do Movimento Feminista brasileiro, nos últimos 10 anos, em função do aumento de mulheres negras, nas organizações feministas. Antes, não adiantava falar que o mercado de trabalho era ruim, era diferenciado... com as mulheres, ainda mais no Movimento Feminista. Mas, acho que o Movimento Feminista deu conta disso em decorrência desses anos todos de discussão com as mulheres negras. (Luanda, 42 anos)

Semelhante opinião sobre o avanço do Movimento Feminista tem Ruanda. Ela também afirma que:

Tem acontecido uma soma boa. (...) Acho que o Movimento Feminista tem sido aberto para muita coisa. Ainda, às vezes, acontecem muitas dificuldades por parte das feministas brancas. Por exemplo, de elas não abraçarem algumas causas e ficarem somente voltadas para as questões de gênero. Mas a grande parte do movimento já se deu conta disso, da importância de abraçar outras causas. Muitas organizações de mulheres já são parceiras das lutas em outros recortes. (...) Já fazem a discussão da população negra com muita tranquilidade. E até sem precisar de pressão. E até sem, muitas vezes, os setores da população negra estarem presentes, nos fóruns que acontecem. Elas já dão conta de colocar esses recortes em discussão. Mas ainda existe, sim, uma parte do movimento que tem muita dificuldade. Mas eu acho que é pouca, em nível nacional. (Ruanda, 32 anos)

Essas falas de Luanda e Ruanda coincidem com as análises de algumas estudiosas como Wânia Sant'ana e Guacira de Oliveira (2000), Julia Sudbury (2003), Edna Rolland (2000), para as quais, após as críticas das mulheres negras, o Movimento Feminista tem reconhecido a pertinência da interseção de raça e gênero como bandeiras de luta. Nessa mesma direção Sueli Carneiro (2003:11) também confirma esse avanço como sendo um “coroamento de quase duas décadas de luta pelo reconhecimento e incorporação do racismo”, da discriminação racial e das desigualdades de raça e gênero na luta feminista.

Acreditamos, porém, que tais mudanças conquistadas pela persistência das mulheres negras feministas ainda ocorrem, mais efetivamente, no plano teórico e no discurso, tendo em vista o volume de registros e documentos produzidos em torno de tal avanço e da atuação de mulheres negras. Mas, na prática, lamentavelmente, tal avanço está aquém da consagração da

solidariedade de raça e de gênero quando há poder em jogo. Segundo Sueli Carneiro (s/d), deseja-se mais do que se coloca em prática de um Feminismo no qual caibam todas as mulheres, que ofereça à sociedade um projeto de radicalização da democracia, a partir de uma perspectiva inclusiva, valorizadora da diversidade e socialmente justa, construída com base num olhar feminista racial.

As conferências, seminários e encontros de mulheres dos quais participamos desde 2005, período de início desta pesquisa, deram-nos a impressão de que, às vezes, muitas feministas brancas proferem discursos de combate ao racismo, de solidariedade às causas das mulheres negras porque *soam bem*. Em outras palavras, porque tal discurso passou a ser politicamente correto, além de amenizar situações de conflitos ou questionamentos das mulheres negras. Parece que, ao invés da união de forças numa espiral comum montou-se apenas um círculo de discursos corretos em relação à diversidade. A participação das mulheres feministas nos eventos ocorridos ora em espaços governamentais, ora acadêmicos ou de militância, parece não refletir as transformações feministas, propagadas pelas articulações de mulheres brasileiras e insinuam que tal mudança ainda não as afetou, de fato. Os períodos históricos, citados anteriormente, parecem não fazer parte da memória de muitas dessas mulheres feministas. Foi possível perceber, nesses eventos, as relações hierárquicas pelas quais as feministas visam garantir o espaço e o poder, temendo perdê-los ou vê-los diminuídos. Talvez, se a vivência do poder de forma partilhada existisse, de fato, no interior da militância, poderíamos ter comprovada a efetivação do elo entre as questões de gênero e de raça.

O Encontro Nacional - Pensando o Gênero e Ciências: Núcleos e Grupos de Pesquisa, realizado em 2006, sob a organização da Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres, do qual participei como pesquisadora e integrante, deu-nos um panorama da relação hierarquizada. Nesse encontro estavam presentes pesquisadoras e pesquisadores, estudiosas e estudiosos de mais de 200 núcleos e grupos de pesquisa de cerca de 100 universidades de todo o país. O principal objetivo era mapear e analisar o campo de estudos de gênero no Brasil, estimulando a produção acadêmica e propondo medidas de ampliação da inserção das mulheres em todos os campos das ciências (Brasil, 2006). Desse encontro participavam mulheres ligadas à produção acadêmica e com trajetória de militância política, além de militantes que assistiam às palestras e aos debates no plenário. Em todos os momentos do encontro havia uma significativa presença de mulheres negras acadêmicas que tiveram dificuldades para falar e encaminhar as propostas relacionadas ao acesso às carreiras acadêmicas e aos estudos na perspectiva racial. Foi preciso que, no último dia de assembléia

geral nós, mulheres negras, somássemos força com as mulheres lésbicas para garantir o direito à fala de nossas relatoras que no nosso caso, era a Professora Eliane Cavalheiro na época Coordenadora Geral da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD – vinculada ao Ministério da Educação - MEC. As mulheres que compunham as mesas de debates no encontro e em várias ocasiões, literalmente tomavam o microfone da nossa relatora. Somamos força também para pressionar a mesa a considerar nossas propostas, porque se esquivava de registrá-las. Foi preciso interromper a assembléia e denunciarmos a ausência das propostas no telão que as registrava num documento único. Além disso, em todas as mesas de discussões, abertura e fechamento não houve um *souvenir* para dizer que as mulheres negras estavam ali representadas. Segundo a Ministra Nilcéia Freire, isso não foi possível porque não havia mulheres negras de destaque acadêmico, sendo preciso haver mais investimento na Educação Básica. A Ministra desconsiderou não só a presença de mais de 70 mulheres negras acadêmicas, como também a autoridade de mulheres negras que fazem parte do Ministério da Educação. Contraditoriamente, a Ministra fez um discurso favorável às políticas de cotas nas universidades, mas não defendeu cotas para as mulheres negras na composição da mesa.

Outro espaço de conquista feminina e disputa de poder entre mulheres negras e brancas acompanhado durante a pesquisa foi a Pré-Conferência Regional de Mulheres da Regional Oeste, em Belo Horizonte, no ano de 2007. Mais uma vez assisti a discursos de menção às questões raciais sem a garantia da representatividade das mulheres negras nas mesas de abertura e tomadas de decisões. Chegamos a fazer intervenções com as demais mulheres negras que se propuseram a questionar a ausência de encaminhamentos que contemplassem não só as causas femininas mas também a especificidade das mulheres negras. Todavia, a reação das outras mulheres feministas foi a tentativa de desqualificação das nossas falas, afirmando que as mulheres negras deveriam parar de fazer o papel de vítimas e coitadinhas. Nesse sentido, não foi possível estabelecer um diálogo solidário mas apenas um enfrentamento.

Esses momentos confirmaram o que já foi dito anteriormente: há uma tensão quanto ao reconhecimento das diferenças entre mulheres, ao contrário do que muitas mulheres feministas afirmam como conquista feminina. Este reconhecimento ainda está muito mais no plano dos discursos politicamente corretos proferidos, sem perspectivas concretas de fazer valê-los na prática.

Essa situação é percebida e analisada por algumas entrevistadas. Durante a entrevista Namíbia relatou um momento em que chamou a atenção de Zâmbia, durante um encontro

sobre o Dia Internacional da Mulher, em relação à baixa representatividade das mulheres negras e, sobretudo, pela ausência da Coordenadora para Assuntos da Comunidade Negra na mesa. Zâmbia, por sua vez, embora com certa ambigüidade, ressaltou a necessidade do fortalecimento e da continuidade das organizações de mulheres negras para que as mesmas tenham poder político. No entanto, temos aqui mais uma tensão: o lugar das mulheres negras com trajetória de militância nos Movimentos Negro e de Mulheres Negras e nas instâncias governamentais. O que se espera dessas mulheres? Uma atuação profissional e política desvinculada das bandeiras de lutas assumidas pela sua militância? Um lugar de militante no exercício profissional e político de um cargo de confiança?

Namíbia: Eu participei, por exemplo, este ano (2006) da homenagem sobre o dia 8 de Março e não tinha uma mulher negra ocupando a mesa. Até questionei a Zâmbia, que é coordenadora da Coordenadoria de Assuntos da Comunidade Negra e estava lá na platéia, aplaudindo. **Eu falei: você não tem que estar aqui não, você tem que estar é lá na frente.** Puxei a orelha dela lá perto dos outros. Por quê? **Porque a gente tem que se fazer representar. E às vezes, a gente não é representada. E Zâmbia era nossa representante. Na história é assim, eu aprendi que você tem que enfrentar de frente, entendeu? Senão passa batido.** Então, hoje ela ocupa um cargo no município de Belo Horizonte, responde pela questão racial. **Se existe comemoração do dia 8 de Março, ela tem que estar lá na frente, coordenando o evento e sendo convidada também para dar as boas vindas para todos.** Afinal, nós negras estávamos lá. (Namíbia, 45 anos – destaques meus).

Zâmbia: Então, o que eu penso é o seguinte das mulheres negras... **Eu venho fazendo a avaliação quando olho em cada mesa, em cada lugar que vou, vejo onde fica situado o nosso povo negro, onde estão nossas mulheres negras.** Cheguei a avaliação de que as organizações de mulheres negras, por acreditar nelas mesmas, precisam fazer algo. **Eu acho que nós estamos num lugar politicamente periférico e temos que avançar nessa discussão. Temos que construir nossa representatividade. Você vai à Assembléia Legislativa, por exemplo, e não há mulheres negras como deputadas. Você vai à Câmara dos Vereadores e quem é a mulher negra vereadora que tenha essa concepção? Pode até ter uma. Mas que tenha essa concepção da importância do lugar da mulher negra, não existe.** Então, acredito que estamos, mais uma vez eu digo, que estamos num lugar periférico. O movimento nos dá simplesmente condição de mobilização, para votar e construir não sei o que. Mas quando é um lugar de decisão, nós não estamos. Então, acredito que a continuidade da organização das mulheres negras é extremamente importante... **Então, eu acho que nós temos que investir muito nessa construção da organização das mulheres negras para que a gente possa estar daqui a pouco em outro lugar, no da tomada de decisão.** (Zâmbia, 50 anos – destaques meus)

Assim, parecem não ter fim os embates entre mulheres negras e feministas no sentido de diálogos mais concretos. Quiçá as feministas compreendam de fato os fundamentos dos discursos das mulheres negras mas hesitam partilhar instâncias e espaços de poder de maneira coletiva e solidária. As mulheres negras, portanto, procuraram constantemente esclarecer e

discutir sobre os impactos e mazelas do racismo, nos espaços de mulheres, ditos ou vistos como de feministas.

Com os embates houve, no cenário político brasileiro, a entrada definitiva das mulheres negras como sujeitos políticos ao lutarem pelo processo de autonomização e inserção política do Movimento de Mulheres Negras. Surgiu daí o Feminismo Negro que utiliza como ponto de partida o reconhecimento das diferenças entre mulheres a fim de possibilitar um “nós” com base na intersecção da raça e do gênero, num espaço próprio. As mulheres negras, além de se confrontarem com o Movimento Feminista e com o Movimento Negro, como vimos, viram-se obrigadas a construir espaços próprios para se organizarem em torno de suas reflexões ao perceber a ausência de apoio, solidariedade e, sobretudo, do reconhecimento de suas singularidades. O desafio está em não se isolar na especificidade mas construir uma luta mais ampliada e mais aberta à diversidade interna, às próprias mulheres politicamente organizadas e que tenha repercussões positivas para toda a sociedade. Uma luta que contemple as identidades, as diferenças e trace com competência os pontos comuns da luta pelo respeito à diferença, pela igualdade de gênero e pela inserção da mulher negra, branca, indígena e demais companheiras nos espaços que ainda lhes são negados.

III.III.I – Feminismo Negro: mulheres negras em um movimento de organização própria

As feministas embora engajadas na luta contra a opressão de gênero, as quais as mulheres negras se identificaram plenamente, não tiveram formação diferente da que teve o povo brasileiro, em geral. Levantaram bandeiras que refletiam uma ótica universal, única e, conseqüentemente, que não consideravam a diversidade de papéis sociais que as mulheres brancas e não-brancas vêm representando historicamente. (Eliane B. Silva, s/d)

O início de estruturação e organização do Movimento de Mulheres Negras, no Brasil, ocorreu na década de 80. O florescimento de várias organizações de mulheres negras no cenário dos Movimentos Sociais ficou conhecido como **Feminismo Negro**⁵⁰. Este se caracterizou pela busca da autonomia em relação aos Movimentos Feminista e Negro, pela aliança das perspectivas de gênero no combate ao racismo bem como pelo resgate da cidadania das mulheres negras, negada pelas desigualdades sociais vigentes no Brasil e no mundo. Sueli Carneiro (2003) aponta que a participação e as intervenções de mulheres negras

⁵⁰ Vale ressaltar que não há consenso entre as estudiosas desse assunto ou do Movimento de Mulheres Negras quanto à complementaridade na abordagem dessas temáticas. Ao contrário, autoras como Edna Rolland (2000), falam do Movimento de Mulheres Negras e não mencionam nenhuma discussão referente ao Feminismo Negro. Isso porque há uma premissa que afirma o Movimento de Mulheres Negras como desvinculado e diferente do Movimento Feminista, por isso não seria possível tratar de um Feminismo Negro no interior desse Movimento.

no Movimento Feminista, por sua diversificação de concepções e práticas políticas, foi um processo de enegrecimento do Feminismo, resultado de um decurso dialético.

Rosália Lemos (1997), ao se apropriar do ponto de vista e da terminologia de bell hooks⁵¹, denomina o Feminismo Negro, no Brasil, como sendo a reação das mulheres negras à tentativa de homogeneização das mulheres, promovida pelas feministas brancas e pelos homens negros do Movimento Negro. A diferença deste Feminismo em relação aos Movimentos - Feminista e Negro - tradicionais é que seu foco político enfatiza a articulação de raça e gênero, abordando o racismo e o sexismo presentes nas relações sociais. Esse Feminismo discute a internalização inconsciente das representações do racismo cultural, camuflado pelo mito da democracia racial, das ideologias do *embraquecimento* e do *patriarcalismo*. As mulheres negras, militantes do Feminismo Negro, perceberam que as feministas brancas e os homens negros reproduziam o racismo e o machismo, quando não davam conta de conviver e encarar as diferenças raciais e de gênero no dia-a-dia e quando procuravam desqualificar seus discursos de raça e gênero, afirmando que as negras faziam o papel de vítimas o tempo todo.

Todavia Rosália Lemos, no tocante ao comportamento das feministas, explica que se considerarmos que o mito da democracia racial foi pulverizado na formação de nossa sociedade talvez “as feministas brancas não fossem contrárias às organizações de mulheres negras (...). O que elas não queriam - ou não estavam preparadas para fazer – era discutir o racismo e dividir poder” (ibidem, 1997:123).

Todavia, o Feminismo Negro não pode se prender apenas ao confronto com o Movimento Feminista, esquecendo-se da importância que tal Movimento teve e ainda tem para as mulheres negras que dele participaram e ainda participam. O Feminismo contribuiu para um processo de reeducação dessas mulheres brancas e negras em relação ao conhecimento da sua sexualidade, dos sentimentos de liberdade e de prazer, como também da luta pela igualdade de gênero. Essas mulheres, ao ingressarem em segmentos feministas, puderam perceber-se como mulheres no mundo. Puderam estudar novos espaços de poder, ampliando seus conhecimentos para agir com segurança e sabedoria. Essa contribuição do Movimento Feminista está refletida na fala de Zâmbia, que também deixa transparecer a influência do Feminismo sobre as mulheres do Movimento de Mulheres Negras quando elas se auto-afirmam feministas. Vale destacar que essa entrevistada defende a participação das mulheres negras no campo feminista por mais tensões e conflitos presentes nas relações entre feministas negras e brancas:

É assim, eu participo constantemente onde têm manifestações feministas. Sempre quando posso vou, porque acho que a gente tem que colocar as condições das mulheres negras, nossas posições, porque somos feministas; somos feministas negras. Então, nós temos que participar, para garantir nossas questões e que sejam inseridas no processo de organização das mulheres feministas do Brasil. (Zâmbia, 50 anos)

Além disso, o Feminismo Negro não se constituiu apenas pelo embate com o Movimento Feminista. Como já foi dito ele surgiu também dos embates com os homens do Movimento Negro. Não obstante, Cristiano Rodrigues (2006) ressalta que:

Por participar de ambos os movimentos, tais mulheres construíram grupos que representam formas híbridas de organização, contendo características próximas às organizações feministas, com sua perspectiva de horizontalidade e mantendo em relação às organizações negras a centralidade da discussão do racismo. (Rodrigues, 2006:160)

Matilde Ribeiro (1995) aponta que o apelo às mulheres negras em constituírem sua própria história vem desde a década de 70. Período em que a existência do Movimento Feminista e do Movimento Negro já era evidente e encontrava-se em pleno auge de sua afirmação. Entretanto, em muitas situações as mulheres negras eram vistas como apêndices e não sujeitos desses Movimentos. Nas constituições destes Movimentos as mulheres negras apareciam implícitas no plano das concepções e subordinadas no plano das ações. No plano das concepções as organizações do Movimento Negro fundamentavam-se nas diferentes relações de poder entre negros e brancos enquanto no Movimento Feminista as organizações efetivaram-se nas relações de poder entre mulheres e homens. Em ambos, as mulheres negras tinham suas condições pensadas a partir da referência, ora dos homens negros, ora das mulheres brancas.

No plano das ações as mulheres negras encontravam-se atuando em atividades, serviços de assistências e/ou apoio que sustentavam as organizações de ambos os Movimentos. De um lado, eram iguais por serem negras e por serem mulheres. Mas, do outro, a diferença aparecia para reforçar apenas o sentido de igualdade sendo descartada, porém, para a percepção das especificidades singulares entre as integrantes desses Movimentos. Surgiu daí a *ruptura* das mulheres negras com ambos os Movimentos por não serem contempladas e percebidas como sujeitos de especificidades e experiências próprias, conforme pontuaram Guacira Oliveira e Wânia Sant'ana (2000) e Edna Roland (2000).

⁵¹ Intelectual, professora e ativista do Feminismo Negro nos EUA.

Entretanto, as primeiras ressaltam que tal ruptura ocorreu mais no plano teórico pois as mulheres negras permaneceram atuantes nesses dois movimentos. Essa ruptura foi marcada por riquíssimas discussões e tensões das quais críticas não foram poupadas, da parte dos dois movimentos, às reivindicações das mulheres negras, principalmente ao seu ativismo. Foram tachadas de radicais e divisionistas, ora por defenderem causas específicas, ora por não seguirem agendas políticas unificadas. Mas, mesmo assim, as mulheres negras decidiram continuar nos dois movimentos a fim de estabelecer embates pertinentes. Tanto que é comum encontrar as organizações de mulheres negras ao lado do Movimento Negro e do Movimento Feminista em diversas manifestações nacionais e fora do Brasil, ora ligadas ao combate ao racismo, ora nas lutas pelo fim do machismo, espinhas dorsais das desigualdades sociais. Como exemplos das atuações conjuntas desses três Movimentos temos a Marcha da Consciência Negra, as Marchas Zumbi e Zumbi+10 e as Marchas das Margaridas, das Mulheres e do Dia Internacional das Mulheres, entre outras. Isso, porém, não impediu que as mulheres negras construíssem seu próprio caminho face à discriminação específica que recaí sobre elas.

Sobre os motivos que impulsionaram a configuração do Movimento de Mulheres Negras, Rosália Lemos (1997) enunciou dois pontos comuns a essas narrativas das mulheres, em sua pesquisa sobre o Feminismo Negro: a) uma rejeição à inclusão efetiva das bandeiras específicas das mulheres negras, no Movimento Negro e Movimento Feminista; b) o desejo de novos espaços de representações femininas. Para além desses dois aspectos mencionamos que a articulação de raça e gênero se fez presente como uma das razões da constituição do Movimento de Mulheres Negras. Ele priorizou análises interativas das vivências e especificidades de suas integrantes tanto no que tange às mulheres quanto às negras, sem distinções de raça ou de gênero.

O Feminismo Negro norteia suas lutas e bandeiras - distintas das lutas e bandeiras do Feminismo - justamente pelo enfoque dado à articulação entre raça e gênero. O que não significa a não-existência de bandeiras comuns aos dois Movimentos. Há, entre os dois Feminismos, temas triviais em suas bandeiras de lutas como trabalho, saúde, educação, e direitos reprodutivos dentre outros. Mas a distinção entre as bandeiras de ambos está na forma como são abordadas. No tema trabalho, por exemplo, enquanto as feministas reivindicavam condições iguais às dos homens brancos as mulheres negras reivindicavam o acesso ao trabalho, bem como melhores condições de trabalho pois já faziam parte das reivindicações delas desde a colonização até o fim da escravidão.

No campo financeiro enquanto as feministas reivindicavam a independência financeira as mulheres negras reivindicavam a partilha do ônus familiar ou o emprego para seus companheiros e filhos. No tema saúde, enquanto elas reivindicavam direitos reprodutivos como evitar filhos, as mulheres negras reivindicavam o direito de constituir família, principalmente, ter filhos e mantê-los vivos. De modo geral, são esses temas que compõem as bandeiras de luta do Movimento de Mulheres Negras e estão exemplificados nos depoimentos das entrevistadas:

Eritrêia: A pauta sempre foi essa: a saúde da mulher negra, a questão do emprego - por equiparação de salários com mulheres brancas que exercem a mesma função e têm a mesma formação. Bandeiras contra a questão do machismo, sexismo. Tem a questão da bandeira, do aborto, da legalidade do aborto. Então, tivemos essas bandeiras como campanhas, junto com o Movimento Negro, mas, era mais puxado muito em função das mulheres, porque nós somos mães também. Então, houve a campanha: Não matem nossas crianças. Num outro momento, houve a luta contra a esterilização de mulheres negras. (Eritrêia, 45 anos)

Namíbia: Bom, têm algumas questões que são específicas do Movimento de Mulheres Negras. É a questão da saúde da mulher negra, do mercado de trabalho menos discriminatório. A mulher negra ainda é mais explorada que o homem negro. O salário dela ainda é diferente em relação ao do homem negro, do branco e da mulher branca. Existem outras questões como a educação, a questão da creche. Eu acho que as mulheres negras pegam mais na linha de frente dessas bandeiras. (Namíbia, 45 anos)

Zâmbia: São várias reivindicações do Movimento de Mulheres Negras, em geral. Mas as maiores são: a saúde da mulher negra, a educação. Por exemplo, a questão da sua auto-estima é uma grande demanda das mulheres negras. (...) Agora, dentro da questão das organizações de mulheres, trabalha-se muito também, a reivindicação por esclarecimentos e informações, por exemplo, pela questão da AIDS. A grande maioria das mulheres infectadas é de mulheres negras, por falta, muitas das vezes, de informação e até mesmo de auto-estima. Pesa também a questão da discriminação sofrida pelas religiões de matrizes africanas. Uma outra reivindicação grande é a participação da mulher negra na política, porque a gente vê muito pouco as mulheres negras numa situação política mais avançada. A gente até vê mulheres, mas as mulheres negras ainda são poucas. É uma reivindicação também, nacional. (Zâmbia, 50 anos)

Suazilândia: Elas têm uma série de propósitos. Um deles é a inserção da mulher na política. Outro é a discussão de todos os problemas que a mulher enfrenta na sociedade. São questões mesmo de mulheres ainda que não estejam efetivamente ligadas a questões só de racismo, discriminação e preconceito racial. Mas, também há outras questões de posicionamento da mulher. (Suazilândia, 54 anos)

Por esses relatos verificamos que as bandeiras das mulheres negras no plano nacional caminham na direção de sua emancipação. O Movimento de Mulheres Negras assim, em suas diversas organizações, por mais que hajam diferenças localizadas, pautam bandeiras de lutas para combater o racismo, o sexismo, a depreciação e a violação dos direitos das mulheres

negras, principalmente em relação à saúde. Em prol dessas bandeiras, as organizações de mulheres negras de Belo Horizonte pautaram também suas lutas.

III.III.II - Fragmentos de memórias sobre o Movimento de mulheres negras em Belo Horizonte

A pesquisa verificou que a primeira organização de mulheres negras, propriamente dita, na capital mineira, foi o Nzinga, criada em 1988. Entretanto, um ano antes do surgimento do Nzinga foi criada a Casa Dandara - projeto de Cidadania do Povo Negro, em 1987, que, segundo Diva Moreira:

Era um Movimento Negro de combate ao racismo e luta pela construção de uma sociedade baseada na igualdade. Combatíamos todas as formas de dominação. **Lutávamos pela emancipação, (...) pela libertação da mulher.** Discutíamos e valorizávamos temas que interessavam à raça negra e à sociedade brasileira. (Museu Virtual, 2007 – destaque meu)

A Casa Dandara, embora não fosse uma entidade específica de mulheres negras tinha em sua organização e constituição uma presença significativa de mulheres negras. Essas, além de propiciarem discussões raciais também discutiam as condições de vida das mulheres negras, das crianças e adolescentes. Essas discussões se concretizavam em trabalhos de emancipação e conscientização de mulheres, motivo este que levou Luanda a integrar essa Casa, como já mencionamos. Por causa da composição e de suas ações pode-se considerar que a Casa Dandara já nos dava sinais de como as mulheres estavam à frente, tomando iniciativas, elaborando e executando projetos para as crianças, jovens e mulheres negras da cidade.

Reafirmando esta essa perspectiva a organização Nzinga, embora tenha surgindo em 1988, somente foi oficialmente estabelecida sete anos depois, segundo a Ata da reunião do Coletivo de Mulheres Negras, datada de três de dezembro de 1994. Foi justamente com o nome de Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte que esta organização surgiu anteriormente. De acordo com um dos primeiros livros de Ata do Coletivo de Mulheres Negras Nzinga, de 18 fevereiro de 1995 essa entidade, estabelecida no bairro Santa Tereza - no Espaço Mulher - onde se mantém até os tempos atuais, define e estabelece como objetivos, propósitos e finalidades de seu Estatuto:

Disposições Gerais Art. 1º (...) O Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras BH -, digo de Belo Horizonte, com sede à rua Hemílio Alves, nº. 34, bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte, é uma instituição sem fins lucrativos, com duração ilimitada, que

tem como objetivo o trabalho de organização, formação e informação da comunidade de Belo Horizonte, tendo como foco principal as mulheres negras e remanescentes. Art. 2º Esta entidade se propõe (...) **capacitar membros da comunidade negra e não negra a se conscientizarem quanto ao seu papel de agente transformador desta realidade opressora, segregacionista e racista.** (...) Art. 3º O Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras de BH tem por finalidade denunciar todas as formas de racismo, sexismo e situação de opressão a que se encontram as mulheres, principalmente as mulheres negras. Art. 4º Fará parte do Nzinga (...), todas as mulheres negras e remanescentes destas, que queiram dele participar. **Parágrafo único – não será vedada a participação de homens no Coletivo, digo, Nzinga** (...) Art. 10º - As assembleias do Nzinga (...) – é a instância soberana para resolver todos os casos, inclusive os não previstos neste Estatuto. (...) Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 1995. Ano do Tricentenário de Zumbi dos Palmares. Assinam: **Eritréia**, Kauane, Zimbábue, Likola, Tainá, Seychelles, Yona, **Zâmbia** e Zenólia. (destaques meus)

Destaca-se no Estatuto uma abertura para a participação masculina mesmo a organização se autodenominado e se institucionalizando como espaço de mulheres. Isso nos dá indícios de que talvez o Nzinga, como entidade do Movimento de Mulheres Negras de BH, ousava inovar na proposta do Feminismo Negro ou procurava estabelecer relações mais amistosas com os homens negros mesmo havendo embates. Será essa uma tendência do Movimento de Mulheres Negras de Belo Horizonte? Será que, na prática, tal situação acontece? São questões para uma outra pesquisa que focalize a relação entre o discurso e a prática do Movimento de Mulheres Negras.

Outro aspecto de inovação, que merece ser destacado no Estatuto, é o fato de uma das atividades de conscientização propostas pelo Nzinga, ser voltada ao público em geral. Isso demonstra uma concepção mais alargada das relações raciais e nos dá indício de que o racismo é visto como uma questão de toda a sociedade brasileira.

Sobre essa concepção mais alargada das relações raciais que envolvem todos os segmentos da sociedade Maria A. Bento (2002) nos alerta para a necessidade de, ao tratarmos a questão dos povos negros, conhecermos também os brancos e a maneira como estes se silenciam ou se manifestam acerca da população negra. Significa fazer uma abordagem mais complexa e do ponto de vista do processo de branqueamento. Esta consiste em analisar as relações raciais superando a idéia de que sejam apenas um problema negro como é feito habitualmente nas literaturas clássicas sobre relações raciais. Mas vendo-as, também, como uma questão da população branca já que esta se silencia sobre o lugar que ocupa, quando não analisa sua condição e posicionamento nos processos de discriminação racial.

Eritréia, uma das fundadoras do Nzinga, nos relatou que a constituição dessa entidade surgiu da necessidade das mulheres negras - que faziam discussões de gênero no interior do Movimento Negro - de participar do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Valença no

Rio de Janeiro, em 1988. Um dos critérios para a participação das mulheres negras de todo o país era que se inscrevessem por meio de alguma organização específica de mulheres negras. Essa entrevistada deixou claro que até sua participação na organização de mulheres negra, quase não fazia discussões de gênero. Contudo, ao ingressar de vez no Movimento Mulheres Negras foi assimilando as informações que transitavam nesse universo até perceber a relevância do discurso de raça e gênero. Dessa maneira, a formação feminista de Eritréia ocorreu no espaço do Feminismo Negro belorizontino:

O Nzinga foi um dos grupos que também ajudei a montar. Ele na verdade foi um sonho meu, sabe! (...) Eu me lembro que foi na década de 80, sabe. Deixa-me ver, acho que foi em 1988. Então, a gente estava participando de um encontro de formação política, no Instituto Cajamar, em São Paulo e **o pessoal estava pensando num processo de acontecimento do I Encontro Nacional de Mulheres Negras. Daí, eu precisava organizar um grupo de mulheres negras, em Belo Horizonte porque não tinha. Eu já militava no Movimento Negro, mas não existia um grupo de mulheres negras. Então, comecei a pensar nessa idéia, sabe. Chamei as parceiras da época, Zuleika, minha irmã, Zenólia, Kauane e Likola. E conseguimos fundá-lo. Deste modo conseguiríamos participar do I Encontro Nacional de Mulheres Negras. No princípio o nome não era Nzinga, chamava-se Coletivo de Mulheres Negras. Depois, lá na frente, que ele passou a virar Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras.** (...) No Nzinga, eu sempre... coordenei, puxei, incentivei, colaborei. Sempre estive na linha de frente. Se você pegar as Atas das reuniões, vai ver que eu sempre assino lá como... quem que chamava as mulheres negras para as reuniões e fazia os relatórios para as reuniões, era eu. **Do Nzinga passei para a Coordenação Nacional de Entidades Negras. Eu nunca tinha feito uma discussão do ponto de vista de gênero até 86, quer dizer, do ponto de vista de gênero da mulher negra. Então, essas coisas das informações foram chegando a mim e fui dando conta da importância da discussão de gênero para as mulheres negras. E aí, era importante discutir a importância das mulheres negras da cidade num encontro de mulheres negras que ia acontecer no Brasil. O primeiro de mulheres negras. Então, precisávamos participar desse encontro.** (Eritréia, 45 anos – destaques meus)

Não obstante, a primeira organização oficial de mulheres negras belorizontina não teve apenas uma razão para existir. Outros motivos contribuíram para seu processo de construção. Isso pode ser percebido no depoimento de Namíbia, também uma das fundadoras do Nzinga mineiro. Ela havia sido uma das mulheres negras do Movimento Negro convidada por Eritréia a ingressar no coletivo. Essa entrevistada, porém, mencionou que a criação dessa organização não se deu apenas em função do I Encontro Nacional. Existiram outras razões que transcendiam as condições estabelecidas pelo encontro. Para Namíbia, o Nzinga também surgiu da falta de discussões específicas das mulheres negras⁵² no Movimento Negro e até no Partido dos Trabalhadores:

⁵² Essas observações de Namíbia se aproximam muito das críticas formuladas pelas mulheres negras criadoras das organizações deste movimento nos Estados de SP e RJ, como o Coletivo de Mulheres Negras de SP e o Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras – RJ.

O Nzinga veio depois do I Encontro Nacional de Mulheres Negras. Foi quando a gente viu que o partido não discutia a questão racial e que dentro do próprio Movimento Negro também não tinha espaço para discutir especificamente a questão da mulher negra. Então, a gente tinha que criar uma entidade pra discutir especificamente as nossas questões. Veio daí, a história da criação do Nzinga, entendeu? (...) As primeiras discussões aconteceram no PT, depois no SIND-SAÚDE. (...) Durante sua constituição houve muitas reuniões, muito bate-papo, coisa gostosa e bem simples, como uma trançando o cabelo da outra, discutindo a relação da mulher negra consigo mesma, com o mundo, a escola, a história..., a história de trabalhar. Discutíamos a questão da educação, da universidade, a creche, os bens e serviços que são prestados para a população branca e os que são prestados para a mulher negra, a saúde da mulher negra, sexualidade e religiões. (...) Foi a Eritreia quem chamou a gente. Nós fomos e começamos a sentar, discutir o Nzinga. O início do processo de sua construção. Depois, eu participei algumas vezes e larguei. (Namíbia, 45 anos)

Além de Eritreia e Namíbia, Zâmbia também participou do Nzinga mas de maneira efêmera e tampouco se deu no início do processo de construção do mesmo. Por causa disso, ela não soube nos dar informações mais precisas sobre esse Coletivo:

Tanto que a Eritreia foi uma das..., acho que a primeira presidenta do Nzinga. O Nzinga, eu acho que dever ter sido criado em 88, mais ou menos. Eu participei do Nzinga, depois de algumas reuniões, não participei mais. Eu devo ter ido numas 3, 4 reuniões só. Depois saí. Ah! não quis ficar. **Fiz uma avaliação e não quis ficar. Achei que lá não era o meu lugar, entendeu. Depois nós criamos o Ilê Tin Ôbhin Rin que eu acho que era mais a minha cara.** Mas no Nzinga, eu não fazia parte da coordenação, fazia parte do Conselho Fiscal. Eu trabalhava no Benvinda e não tinha muito tempo para ficar empenhada. **Então, eu preferi ficar no Conselho Fiscal, porque tinham outras pessoas que estavam mais a frente.** Então, no Nzinga, eu fui a algumas reuniões, mas, não tive uma participação ativa assim no grupo. (Zâmbia, 50 anos – destaques meus)

Zâmbia, assim como Namíbia, havia sido convidada por Eritreia para participar do Nzinga mas também não permaneceu por muito tempo. Sua saída deu-se por uma não identificação com as pessoas do grupo. O motivo apontado por essa entrevistada será abordado mais adiante pois remete a uma questão interna do Movimento Mulheres Negras: saber lidar com as próprias diferenças.

Apesar de atuar como integrante do Conselho Fiscal do Nzinga Zâmbia parece não atribuir muita importância à função que desempenhava. Ela também mencionou, no seu depoimento, a construção de uma outra organização de mulheres negras, o Ilê ti Obhrin, da qual trataremos após o Nzinga.

Das entrevistadas, Suazilândia é a única que permaneceu no Nzinga. No entanto, sua inserção ocorreu somente a partir de 2004. Por isso, foi quem contribuiu com informações mais atuais dessa organização, que em 2007 completou 20 anos de existência. Essa

entrevistada nos conta um pouco sobre sua entrada, alguns propósitos da organização que, de certo modo, não diferem muito do Movimento Mulheres Negras como um todo:

Especificamente do movimento social institucionalizado, como movimento social de mulheres negras o primeiro que tenha participado foi o Nzinga. Eu conhecia algumas pessoas dessa organização, Zenólia, Likola. (...) **Então, elas resolveram assumir a publicação do meu último livro “Afro-brasileiro”. Então a minha ligação com o Nzinga foi, especificamente, na produção desse material.** Nada mais que isso. O Nzinga, eu não sei precisar a data certinha não quando começou. Mas, não é um movimento muito novo. Eu pessoalmente estive no Nzinga no ano de 2001 ou 1999. Ah! Foi em 2001, por aí. **Mas o que houve com minha chegada na organização foi a agregação da questão da educação nos seus propósitos. Essa questão de trabalhar com a educação não tinha uma visibilidade grande dentro do Nzinga.** Antes os propósitos eram trabalhar a saúde da mulher negra, a questão da produção, melhoria de renda, essas coisas. (Suazilândia, 54 anos)

Como podemos verificar, inicialmente, Suazilândia ingressou no Nzinga com o propósito de garantia da produção de seu livro em parceria com essa organização. Mas, a partir do momento em que a educação foi incorporada nos propósitos do Nzinga, tornou-se militante orgânica da entidade, embora tenha receio dessa denominação.

Embora o Nzinga tenha se constituído como a primeira organização de mulheres negras isso não quer dizer que não existiam outros espaços de discussão sobre as questões das mulheres negras, em Belo Horizonte. Houve também a tentativa de institucionalizar uma outra organização de mulheres negras, denominada Ilê tin Obhirin⁵³, da qual Zâmbia fez parte, como relatou anteriormente. Essa organização chegou a sobreviver por mais de 4 anos, mas não conseguiu se estruturar como o Nzinga. Desse coletivo fizeram parte Namíbia, Zâmbia e Ruanda. As duas primeiras estiveram na linha de frente da construção do Ilê, como podemos verificar em seus depoimentos:

Namíbia: Então, eu participei do Nzinga, depois fui para a criação do Ilê tin Obhirin, que já foi o mais recente. O Ilê foi criado..., por volta de 2001, 2002, acho. Nós começamos a organizar a história do Ilê, porque **achávamos que tínhamos que ter uma entidade para discutir especificamente sobre nós mulheres negras. Outra razão para a criação do Ilê foi a necessidade de a gente participar do III Encontro de Mulheres Negras, que aconteceu lá no SESC daqui.** No Ilê, foi mais uma tentativa de articulação. Eu fui uma das articuladoras para que este grupo se formasse, se fundasse. (Namíbia, 45 anos – destaques meus)

Zâmbia: O Ilê foi o grupo que nós construímos. Foi onde a gente fez a discussão desde o início sobre nossa participação no Movimento Nacional de Mulheres Negras. **Participamos do III Encontro Nacional de Mulheres Negras como coletivo do Ilê tin Obhirin.** (...). Eu acho que eu entrei mais na organização do Ilê do que no Nzinga, entendeu!?. O Ilê me interessou muito mais, nesse sentido. Porque também na época, eu já tinha mais a concepção da importância das mulheres

⁵³ O Ilê tin Obhirin significa Casa da Mulher Negra.

negras no país, no Estado e na cidade. **Eu fui mais Zâmbia, mais mulher negra, no Ilê tin Ôbihirin, na construção dele, nas necessidades das mulheres negras. Acho que isso me empolgou mais.** O nome significava Casa da Mulher Negra - Ilê tin Obihirin. Tinha a Namíbia que veio por uma necessidade mesmo de estarmos trabalhando as mulheres negras. A maioria delas não tinha feito discussão das mulheres negras. Mas, a gente juntou as mulheres negras para fazer discussão no Ilê, enquanto um lugar onde a gente pudesse discutir e organizar as mulheres negras da cidade. (...) **Agora, o Ilê existiu mais em função de a gente estar organizando as mulheres negras da cidade.** Eu sempre tive uma preocupação muito grande, pelo fato de ter vindo lá do Morro das Flores e do grupo da Associação de Mulheres. **Eu sempre tive uma preocupação muito grande com as mulheres, principalmente as da periferia, porque elas não têm o conhecimento que muitas vezes tínhamos. Não têm a leitura que a gente tem do mundo e aí lá no Ilê essa era uma preocupação de todas nós. O trabalho da organização era estimular a participação das mulheres negras na cidade.** (Zâmbia, 50 anos – destaques meus)

Esta fala nos fornece detalhes sobre o propósito de configuração da organização Ilê tin Obhirin: por um lado, estimular a intervenção das mulheres negras da periferia da cidade e nos diferentes espaços sociais, qualificar suas leituras de mundo e da realidade social brasileira. Por outro, essa preocupação, mencionada por Zâmbia, aponta uma contradição interna e uma divergência com o Nzinga. A contradição pode ser vista na concepção de mulher negra da periferia, construída por esse grupo. Segundo o relato de Zâmbia, apesar de reconhecer a importância dessas mulheres estas eram vistas como desprovidas da discussão de gênero e de outras discussões, devido às condições precárias de vida que levavam. Condições essas que fizeram parte da trajetória de Zâmbia e Namíbia. É fato que essas mulheres viviam condições adversas, quando comparadas com suas companheiras que detinham melhores condições sócio-econômicas.

No entanto, não podemos nos esquecer de que a maioria das entrevistadas vem de origem popular, sendo na luta pela melhoria das condições de vida que se fizeram sujeitos políticos e passaram a construir uma consciência de gênero. Não nos parece que a entrada para o Movimento de Mulheres Negras tenha sido a única responsável pela reflexão de gênero e raça que elas construíram. Esse movimento pode ter sido, para algumas, um divisor de águas na sua trajetória pessoal e política, mas a sua descoberta faz parte de um processo de amadurecimento cujo início está na origem popular. Nesse sentido, a análise de Zâmbia sobre as mulheres de periferia nos parece ambígua.

Zâmbia também aponta a existência de uma divergência entre os propósitos do Ilê tin Obhirin em relação aos do Nzinga. Na sua avaliação, nota-se a idéia de que o Ilê se propunha trabalhar mais com as mulheres negras da periferia de Belo Horizonte, enquanto o Nzinga tinha como público as mulheres negras de classe média. Outra divergência percebida refere-se à realização da III Conferência Nacional de Mulheres como uma das razões de fundação do

Ilê. Ao surgir com o objetivo de articular e organizar as mulheres negras da cidade, o Ilê traz um questionamento sobre a capacidade organizativa da outra entidade de Mulheres Negras de realizar tal tarefa.

O que se pode perceber dos relatos, tanto de Eritéria quanto de Namíbia, é que a principal razão de constituição do Nzinga e do Ilê tin Obihirin, em Belo Horizonte, estava em possibilitar às mulheres negras, do Movimento Negro da cidade, a participação nos encontros nacionais de mulheres negras. Isso pode ser verificado no surgimento do Nzinga, quando houve o I Encontro de Mulheres Negras.

Após a saída do Nzinga, por motivos pessoais e discordâncias políticas, algumas mulheres fundaram o Ilê tin Obihirin para que também pudessem participar do III Encontro de Mulheres Negras, representando outra entidade e outros objetivos. O atrelamento do surgimento dos grupos à participação de suas principais lideranças nos encontros nacionais de mulheres negras trouxe problemas para sua consolidação. Após esses encontros, o Nzinga conseguiu se estruturar de fato mas com uma atuação modesta na cidade, enquanto o Ilê paralisou suas ações no ano de 2005.

Há que se refletir e indagar sobre os objetivos proclamados por essas entidades, e presentes nos discursos das entrevistadas, bem como as práticas políticas efetivamente realizadas no contexto belorizontino e das mulheres negras belorizontinas. Para além dos outros problemas de ordem estrutural e de sobrevivência vivido pelo Movimento de Mulheres Negras, como Movimento Social, parece-nos que os objetivos centrais de articulação das mulheres negras da cidade acabam se diluindo em meio às disputas políticas e à busca de representação de algumas lideranças nacionalmente.

Atualmente, há uma outra entidade de mulheres negras na cidade que desenvolve um trabalho mais de base junto às comunidades, que é a organização de mulheres negras jovens, denominada Negras Ativas. Essa organização, distintamente do Nzinga e do Ilê, surgiu em um outro contexto e em outra área de atuação: a do Hip Hop. Por esses motivos, suas condições de surgimento não se aproximam das razões mais comuns das demais organizações do Movimento de Mulheres Negras de Belo Horizonte e do Brasil. Outra diferença, é que o grupo Negras Ativas se propõe a se estruturar numa perspectiva horizontal. Isto é, não há hierarquia entre as funções. Todas coordenam e atuam nas ações de base, mesmo que haja divisão de funções. Ruanda, uma das integrantes dessa organização, relata que:

O grupo Negras Ativas veio de uma organização que tentamos construir antes, o Ôjo Obhrin – Olhos de mulheres. No caso do Ôjo Obhrin a principal

reivindicação era pelo respeito dos homens às mulheres da cultura Hip Hop. Na época, as letras de rap e a postura dos homens do movimento sempre eram muito agressivas, muito opressoras. As mulheres estavam sempre num papel secundário. Era uma coisa raríssima ter uma mulher à frente cantando. Ela sempre estava no fundo do palco fazendo backing vocal. Não tinha essa aceitação das mulheres. E não tinha b-girls, que são as dançarinas. Você não as encontrava e quando as achavam, elas sempre estavam num papel de “acompanhante” dos caras. A participação, muitas das vezes, das meninas era difícil. Por isso, participar para somar era muito complicado. **Agora isso tem mudado e tende a mudar cada vez mais. A gente fez questionamentos no Hip Hop através do Negras Ativas. Fizemos isso em todos os espaços que a gente participava do Hip Hop, para ter essa mudança de postura. Para garantir um papel mais igualitário para nós mulheres.** A organização Negras Ativas está no processo de registro institucional, nesse momento. Mas, uma das coisas que a gente está definindo, por esses dias agora, é a função de cada uma. **A minha participação foi sempre de desempenhar a formação, pensar mais a formação, a metodologia. (...) E no caso do grupo Negras Ativas, o nosso principal objetivo e foco é a mulher negra, tanto a jovem quanto a idosa. Mas, a gente tem essa ligação muito forte com a cultura Hip Hop. Definimos como nossa principal missão o aumento da auto-estima das mulheres negras. (...) E no caso essa nossa ligação com o Movimento de Mulheres Negras é fundamental. Faz a gente crescer muito.** A gente cresce a cada dia, aprende muita coisa, reflete sobre muita coisa. A gente continua acreditando que as mulheres precisam ainda conquistar muita coisa, embora tenhamos diversas conquistas em nossa sociedade. Em especial a mulher negra ainda tem muito que mudar e conquistar. Agora, tem algumas discussões que são feitas e que a gente, enquanto Negras Ativas está ainda amadurecendo. **Algumas de nós aprovam, é importante dizer assim, o nosso Movimento de Mulheres Negras organizado como um Movimento Feminista.** A gente está agora definindo os princípios de nossa organização e procurando fazer o registro dela o mais rápido possível. (Ruanda, 32 anos – destaques meus e entonação de voz em caixa alta)

Como vimos, em alguns aspectos há diferenças entre o grupo Negras Ativas e as organizações do Movimento de Mulheres Negras, em geral. Esse grupo se estruturou para trabalhar com as mulheres negras da cidade, independente da faixa etária, porque tanto o Nzinga quanto o Ilê direcionavam mais suas atividades e metas às mulheres adultas, mesmo havendo a presença de mulheres jovens. Além disso, a organização Negras Ativas não surgiu da necessidade de participação e/ou de disputa para a representação em articulações nacionais. Outro ponto que merece destaque, presente na fala de Ruanda, é que o grupo articula sua participação no Movimento de Mulheres Negras e no Movimento Feminista. As discussões sobre o machismo no Hip Hop, de certa forma, obrigam um diálogo com o Feminismo que – com avanços e limites – traz contribuições que vão além do debate racial. No entanto, é no Movimento de Mulheres Negras que a discussão da raça articulada com o gênero – com limites e contradições – acontece.

Esse diferencial, contudo, não é consensual entre todas as integrantes e o depoimento acima dá a entender ser esse um motivo de tensão no interior da organização. Talvez porque, em certos aspectos, a organização Negras Ativas - com suas peculiaridades - não difere tanto das demais organizações do Movimento Mulheres Negras de Belo Horizonte, no combate ao

machismo e racismo. A diferença é mais significativa quando se considera o campo de atuação de ambos pois enquanto as mulheres do Movimento Mulheres Negras combatem posturas machistas no Movimento Negro, as Negras Ativas as combatem no interior da cultura Hip Hop.

No entanto, durante a observação em campo pude perceber que as jovens negras, em Belo Horizonte, parecem ser aquelas que constroem intervenções políticas mais próximas aos objetivos proclamados. Elas tentam superar as velhas disputas de poder, arraigadas nos Movimentos Sociais mais antigos e, no caso da temática racial, possuem certa flexibilidade e coragem de afirmar que necessitam manter vínculos fortes, tanto com o Movimento Feminista quanto com o Movimento de Mulheres Negras. Além de serem sujeitos coletivos mais contemporâneos, essa ação mais flexível apontada pelas jovens pode ter relação com a vivência da juventude, a atuação no mundo da cultura e um outro modo de fazer política. As jovens mulheres negras buscam inspiração para a ação política na vivência de seu próprio tempo/ciclo da vida e não tanto nas tensões de suas precursoras adultas. Algumas dessas tensões discutiremos a seguir.

III.III.III - Diferenças internas do Movimento de Mulheres Negras: principais tensões

O Movimento de Mulheres Negras enfrentou e enfrenta, no seu interior, tensões e conflitos porque há muitas diferenças entre suas integrantes. São diferenças de gerações, condições sócio-econômicas, liderança versus base, liderança versus liderança, nível de escolaridade, coletividade versus individualidade, dentre outros. Existem tensões entre o desejo pela unidade das organizações e o reconhecimento de suas diferenças, ao mesmo tempo em que há uma celebração das diferenças das mulheres negras em relação aos homens negros e às mulheres brancas.

Alberto Melucci (2001) apontou, como um grande problema dos Movimentos Sociais, a dificuldade de ligar suas ações coletivas às especificidades das demandas individuais de reapropriação das identidades, sem anulá-las na proposta da identidade coletiva. Esse problema é extensivo ao Movimento de Mulheres Negras. Este não deixou de vivenciar esse desafio de viabilizar as ações unitárias entre os sujeitos coletivos sem perder de vista a existência de cada mulher negra como um sujeito social, com distintas trajetórias de vida. Além disso,

As mulheres negras se uniram para analisar as experiências compartilhadas de racismo, de gênero e de exploração de classe e criaram uma nova política que não exige a separação artificial dos elos da corrente de opressão. Ao falarem *como*

mulheres negras, revelam o homem branco oculto atrás de projetos universais de organização social e o silencioso branco por trás da mulher universal do Feminismo. Todavia, ao criar um ponto de vista como mulher negra nasce uma outra tensão. Quando colocamos a mulher negra no centro, novas imagens são formadas. Algumas mulheres não se encaixam nos moldes das mulheres negras conscientes, as mulheres que são traídas pelo fenótipo, comportamento ou sexualidade ficam descentralizadas. Essa é a nova contradição das mulheres negras. O discurso da feminilidade negra corre o risco de substituir o da mulher branca universalmente centrada por uma imagem também inalcançável da mulher negra consciente. As mulheres afro-caribenhas se organizam para seguir os passos de Nzinga lendária, a onipotente, a piedosa rainha africana. (...) As organizações de mulheres negras estão cientes dos problemas inerentes nesse fracasso de não levar em conta a diversidade e a fragilidade humana. (Sudbury, 2003:188)

A demarcação da diferença entre diferentes, estabelecida pelas mulheres negras no Movimento Negro e Movimento Feminista, instaurou-se da mesma forma no Movimento de Mulheres Negras. No primeiro Movimento empregaram-se questionamentos quanto à igualdade de raça e, no segundo, interrogaram quanto à unicidade em torno de uma identidade de mulher. Já em seu próprio espaço autônomo as mulheres negras enfrentam a diversidade de formas e nuances de mulher negra, descobrindo que, mesmo entre elas, há especificidades. Isso exigiu do Movimento de Mulheres Negras - e ainda exige - um aprendizado de como trabalhar a sua pluralidade interna em torno da unidade de ações e objetivos comuns.

O Movimento Mulheres Negras, considerando Rosália Lemos (1997:160), às vezes se vê em contradição porque muitas mulheres negras tendem a falar por todos, a partir de seu próprio ponto de vista e posição, marcado por suas condições sócio-econômicas, escolaridade, e geração. Elas desconsideram que nem todas as mulheres negras falam ou estão no mesmo lugar e/ou estão na linha de frente do movimento. Falta ao Movimento Mulheres Negras refletir sobre o problema das diferenças presentes também no seu interior e que, por isso, impulsionam desigualdades quando não se atentam às diferentes vivências e trajetórias que cada uma das mulheres negras possui. Por isso, essa autora pontua a necessidade do Movimento de Mulheres Negras ser visto como *concepção de vida*, porque ao ser marcado pelos dilemas da sociedade reproduz também em seus pares todo tipo de mazelas que tenta combater. E assim cai em contradições. Às vezes são reproduzidas no seu interior as atitudes e conceitos que o Movimento Mulheres Negras repudiava no Movimento Negro, no Movimento Feminista e na sociedade em geral. Por isso, é necessário assinalar que “não são apenas as mulheres brancas ou os homens negros que necessitam de reflexão acerca da diversidade de mulheres na sociedade. Também as mulheres negras precisam investir nesse sentido” (Lemos, 1997:160).

Concordamos com essa premissa de Rosália Lemos (1997). É necessário construir formas de tratar internamente o desafio de saber lidar com a diferença entre diferentes. As organizações feministas negras esbarram no desafio de combater, também, certas discriminações entre elas mesmas que se perpetuam, como vimos nos relatos das entrevistadas, que explicitaram formas desiguais no trato das diferenças internas, as quais geraram conflitos em seus próprios espaços.

A diferença entre gerações, quando não compreendida, embarga o fluir de relações sustentáveis entre militantes veteranas e novatas. O maior tempo de vida de uma pessoa, somado ao tempo da militância, tende a ser considerado como uma demarcação de sabedoria. Por isso, militantes jovens e iniciantes nas organizações são vistas com certa depreciação e como aprendizes, por mais capacidade e competência que possam demonstrar. Militantes veteranas desconsideram a experiência das novatas porque se nutrem da concepção de que as mais velhas ensinam sempre às mais novas. Nesse sentido, muitas vezes, não conseguem lidar com o fato de as novatas ensinarem ao invés de aprenderem. Parece florescer um sentimento de intimidação ou descrédito quando militantes mais velhas percebem que as mais novas revelam capacidade teórica e prática, mesmo tendo menos tempo de vida e de militância. Parece haver incômodo também quando as mais novas questionam as veteranas porque fica subtendido que tal comportamento é direito apenas das militantes mais velhas. Algumas militantes interpretam o ato até como um desrespeito, como Eritréia exemplifica:

Menina! Eu já quis bater numa menina para te falar a verdade. Era uma atrevidinha, sabe, que chegou hoje no movimento. **Nos já estamos há vinte e tantos anos na militância e a bichinha chegou questionando a ética de nós que ali estávamos. Falava mal de nós mesmas, na nossa cara.** Claro que não ia bater na menina, mas que ela merecia tomar um tablefe, ela merecia. **No meu tempo, eu também fui muito atrevida. Mas, nunca fui atrevida a ponto de desrespeitar as mais velhas.** Eu podia até não gostar, como não gostei de um monte de gente. **Mas, jámais desrespeitar, chamar o cara disso, daquilo e aquilo outro, entendeu?! Não gosto, é diferente. Nunca me referi a tal pessoa com tamanho desrespeito. E essa menina foi extremamente desrespeitosa.** Então, tem uma galera aí muito desrespeitosa com os antigos, viu! Que maltrata muito os antigos. E já estou me colocando no grupo dos antigos, viu! Ah, estou! Eu não tenho mais vinte anos. **Eu tenho 45 anos de luta e 27 anos são de militância... depois que eu entrei com 18 anos.** Quer dizer, é muito tempo. Então, acho que deveria ser uma relação muito boa. Acho que quem está vindo hoje, vem num momento muito bom, muito bonito. Muita coisa já se passou e os mais velhos apanharam demais, minha filha. (Eritréia, 45 anos – destaques meus)

As mais novas, por sua vez, também se sentem menosprezadas quando seus pontos de vista e sugestões não são acatados ou considerados pelas militantes mais velhas. A geração de descendentes do período da Ditadura, mais próxima da era da informação e veiculação rápida,

dos avanços tecnológicos, com vivências em contextos mais democratizados espera, igualmente, por relações mais democráticas. Em alguns momentos sabem que, ao invés de aprender, podem ensinar. Em contraposição, não encontram nas relações de militância a possibilidade do diálogo ou da troca. Deparam-se, em muitos casos, com uma pedagogia de tutelação. Ruanda, a entrevistada mais jovem, teceu críticas às relações desiguais entre as mulheres mais jovens e as mais velhas, ao falar das diferenças entre gerações.

É muito complicada às vezes a relação entre gerações distintas. Eu acho importante destacar que já há uns avanços. Já há algumas organizações que respeitam, valorizam mais as militantes jovens. **Mas as mulheres jovens ainda passam por algumas dificuldades, por exemplo, na hora de buscar apoio e fazer parceria com as organizações adultas. Ainda tem uma situação meio de tutela. Ou seja, as mulheres mais velhas vão ensinar, vão passar os conhecimentos. E as organizações de mulheres jovens hoje em dia não estão mais nesse papel apenas de aprendizagem. Elas buscam essas parcerias e até vão aprender e absorver algumas coisas, em alguns momentos, mas desejam muito mais trocas. Os grupos estão buscando mais trocas do que essas coisas ditadas de cima pra baixo.** Então isso ainda acontece muito. E quando há mulheres jovens que têm uma postura de se posicionar, de dar conta de determinadas coisas, de ter um entendimento sobre determinadas questões, de fazer uma análise maior das coisas, de se destacar, isso incomoda muito, às vezes. E isso a gente percebe muito nos espaços que a gente participa, porque há um sentimento de incômodo. Em alguns momentos, o conflito ocorre por causa disso. (Ruanda, 32 anos – destaques meus)

Zâmbia, por sua vez, considera que a diferença de idade entre as gerações não gera tratamento desigual. Ela, ao se basear em sua experiência com militantes mais jovens, menciona que não havia problemas das mulheres mais velhas com as mais novas. Havia, sim, na sua opinião, um tratamento igual. Entretanto, essa entrevistada se contradiz ao mencionar que a divisão e a incumbência das atividades davam-se de forma separada, conforme a diferença de idade. Essa separação nos leva a indagar se a troca entre gerações acontecia de forma equilibrada, apesar de a mesma afirmar que “as meninas” eram tratadas pelas veteranas com igualdade.

Ah, no grupo que eu participava tinha mulheres jovens e mulheres adultas. A gente tratava as meninas com igualdade. A gente até queria que elas crescessem muito. A Miriam era um exemplo, era a mais novinha que tinha lá no grupo e não tinha muita diferença assim não. Ela sempre ocupou um papel importante, era responsável pelas mulheres jovens, porque a gente achava que ela tinha que fazer a articulação com as meninas jovens e tudo. Mas a gente não via muita diferença assim. (Zâmbia, 50 anos - destaques meus)

Pensamento semelhante às tensões entre as militantes por causa da geração ocorre no que tange às diferenças de escolarização. É o que o depoimento abaixo revela. Em nossa cultura prevalece o entendimento de que quanto maior o nível de escolaridade de uma pessoa

mais credibilidade ela terá para idealizar e coordenar ações, enquanto a execução fica a cargo das menos escolarizadas. Nessa perspectiva, a experiência e a possibilidade de transição das funções não são consideradas. Assim, ocupar a função de coordenação na militância só é possível para algumas. Como exemplo desse diferencial Eritréia nos conta que a relação entre as militantes belorizontinas e as militantes das organizações de São Paulo e Rio de Janeiro era muito tensa, devido à diferença de escolarização. No contexto da organização das mulheres negras dessas cidades, militantes belorizontinas eram entendidas como mulheres de execução, enquanto as militantes negras das referidas capitais eram compreendidas como intelectuais:

Eu posso dizer para você que as mulheres negras das organizações de SP e do RJ eram as que comandavam o pedaço da mulherada negra no Brasil. Eram mulheres que, na época, estavam na linha de frente do Movimento Negro feminista. Hoje, já não é, exatamente, isso, apesar do reconhecimento da importância que as mulheres negras desses Estados têm para nossa luta. Mas, antes havia uma relação muito diferente. Ou seja, as mulheres de base deveriam fazer e a cúpula pensar, entendeu? Por causa disso, nós nos propusemos a cursar a universidade. Nós pensávamos que mesmo sendo pessoas de base, podíamos ter formação acadêmica, podíamos continuar com o nosso trabalho de base, só que produzindo e pensando junto. Já o grupo mais intelectualizado não se propunha a fazer isso e ainda não se propõe. Ele acha que tem que pensar no que se vai fazer. Então, isso é um grande mal que acompanha, não só o Movimento de Mulheres Negras, como o Movimento Negro, como todo movimento sócio-político. Para ser mais clara, é o seguinte: infelizmente, a gente vive num mundo formado por hierarquias, que cobra competências técnicas, competência de formação. Eu acho que isso levou o Nzinga, por exemplo, num determinado momento da história, a estimular todas nós - mulheres negras - justamente, a fazermos curso superior para qualificar nossa relação com o Movimento Negro feminista. (...) Daí, nós falamos: vamos virar o jogo. Não é que nós queríamos falar para as outras mulheres mais a frente: vocês são as que fazem e nós que pensamos. Mas, nós podemos pensar e fazer juntas. (Eritréia, 45 anos – destaques meus)

Eritréia deixou transparecer, portanto, que a relação entre as militantes das organizações de Belo Horizonte e dos outros Estados da federação, como as militantes das organizações do Movimento Mulheres Negras de São Paulo e Rio de Janeiro, era hierarquizada devido à diferença de escolaridade. Isso gerava conflitos com suas companheiras do Movimento Mulheres Negras da região Sudeste impulsionando-as, entre outros fatores, a adotar como estratégia e meta do Nzinga de BH a continuidade dos estudos em nível superior.

Vemos, portanto, que a tensão em torno da diferença de escolaridade, que por um lado complicava a relação entre as militantes do Movimento Mulheres Negras, por outro impulsionou as mulheres negras, militantes de Belo Horizonte, a avançarem nos estudos com vistas à construção de uma nova forma de relação entre as lideranças e a base.

Segundo o depoimento de Zâmbia, essa tensão também pode ser vista internamente, no Nzinga. Apesar do objetivo de inovação das estratégias políticas essa organização mantinha tratamentos desiguais entre as *elitizadas* e aquelas que vinham do “*morro*”. Para essa entrevistada, as militantes do Nzinga não desenvolviam um trabalho efetivo de base, o que a fez não se identificar com o grupo e a se retirar dessa organização. Quem sabe, somada a outros fatores, essa também tenha sido a razão que a impediu de assumir a estratégia de progredir seus estudos no Ensino Superior. Ela era uma das três militantes do Nzinga que não “quis” ou talvez não tenha tido condições de se formar:

Naquele momento, tinha uma avaliação negativa da minha participação no e do NZINGA, mesmo achando importante a minha participação nessa organização. Mas fiz uma avaliação negativa. Eu não quis ficar. Achei que, apesar de ser um grupo muito interessante, inclusive, por causa de amigas, como a Eritréia, não quis ficar. (...) **Mesmo porque essas meninas não eram tão elitizadas, assim. E aí continuei participando de outras coisas, junto às mulheres lá do Morro das Flores e com outras pessoas.** Mas do NZINGA decidi não mais participar. (...) (Zâmbia, 50 anos – destaques meus)

Ao contrário de Zâmbia, a diferença entre base e liderança não foi a razão principal da saída de Namíbia do Nzinga. Ela nos apresenta motivos que, para alguns militantes, são razões insustentáveis de permanência nas organizações. Namíbia mencionou que a falta de transparência no encaminhamento das decisões, a ausência de metas para alcançar os objetivos, somados a interesses políticos e financeiros levou-a a abandonar o Nzinga:

Vi que não era aquilo o meu rumo. Eu descobri que não era meu espaço, porque não tinha transparência. Não tinha! Os objetivos propostos não estavam sendo cumpridos. Havia outros interesses políticos e financeiros. E eu falei: não! (...) Não é isso aqui que eu quero para mim! (Namíbia, 45 anos)

Suazilândia também destacou uma diferença presente no Movimento de Mulheres Negras, que separa liderança e base: o fato de as primeiras não se darem conta da reprodução de uma relação marcada por discriminações porque se espelham no referencial de organização de um movimento considerado como branco. Como forma de combater esse vício, Suazilândia recorre à ancestralidade africana:

Eu sinceramente acredito que algumas lideranças, nós não podemos generalizar, têm dificuldades. Quando são da base, são uma coisa e quando passam à liderança, acabam, muitas das vezes, reproduzindo os mesmos discursos dos brancos. **Porque elas têm como único ponto de referência, exatamente, aquela liderança que viram do branco. Ao invés de se reportarem às comunidades tradicionais africanas e buscar de lá os elementos da cosmovisão africana para usar como um outro paradigma de liderança.** Elas acabam pegando, exatamente, os mesmos

pontos de referência de lideranças que os brancos fizeram e não foram bons para nós e para as outras pessoas. E elas acabam reproduzindo isso. **Então, acho que nossas lideranças tinham que fazer um mergulho na cosmovisão africana. Elencá-las e elegê-las como referenciais para assumir essa liderança alternativa à dos brancos.** (Suazilândia, 54 anos – destaques meus)

Suazilândia completa sua narrativa mencionando outro aspecto de diferenciação que as mulheres negras reproduzem entre si: a falta de solidariedade quando estabelecem relações de poder, embora haja muitos momentos de partilha e solidariedade entre elas. A disputa pelo poder é também um fator complicador na relação entre as mulheres negras organizadas:

A relação entre as mulheres negras, me deixa pensar... (...) **É uma relação muito complexa.** Mesmo que tenha alguns momentos de solidariedade entre si. Mesmo que há alguns momentos de partilha das situações de vida. **Têm momentos extremamente positivos quando estão ali juntas nessa construção, contra todo o tipo de discriminação, de racismo. Mas, quando chega na hora da disputa de poder, elas ainda não introduzem as coisas que aprenderam, e sim, as que estão introjetadas através desses modelos de liderança europeizados, tendo como base o capitalismo que estabelece essas relações de conflito e de competição.** Na hora de assumir os postos, as mulheres ao invés de se reportarem à pedagogia iniciática africana. Elas ainda tomam como modelo os vícios do capitalismo da competição e do salve-se quem puder. (Suazilândia, 54 anos – destaques meus)

As diferenças, mencionadas pelas entrevistadas, que distinguem as mulheres negras entre si, se apresentam como focos de tensões e conflitos quando são desconsideradas pelo coletivo e transformadas em desigualdades. Sendo sujeitos coletivos que lutam contra formas específicas de opressão as mulheres negras estão desafiadas a não reproduzi-las no interior de suas organizações e em suas relações pessoais e políticas. O desafio de suas organizações está em discutir, refletir e agir, internamente, de forma a perceber suas singularidades e a captar as diferenças como próprias da construção dos Movimentos Sociais, sem perder de vista os objetivos e alvos comuns.

Os marcos das histórias de vida das mulheres negras mostram que a constituição dessas mulheres foi e tem sido relevante não só para o Movimento Negro e Movimento Feminista, mas, sobretudo, para a definição das mesmas como sujeitos plenos e coletivos. Sujeitos que buscam direitos e melhores condições de vida. Contudo, isso não foi e nem é um processo harmônico. Pelo contrário. Afinal, tensões e conflitos fazem parte das lutas sociais, da configuração dos Movimentos Sociais e das relações entre mulheres negras e brancas, mulheres negras e homens negros, mulheres negras e homens brancos, mulheres negras e mulheres negras. Esses conflitos podem vir a construir algo novo na demarcação de suas diferenças e a fomentar processos de formação de novos e diferentes sujeitos, bem como de construção de novos saberes e práticas de pedagogias dos movimentos. Mas, quando não são

bem administrados podem gerar divisões, separações, discriminações e jogos de poder que cada vez mais geram fragmentações e impedem o crescimento das mulheres negras como sujeitos ativos.

CAPÍTULO IV

Mulheres Negras: trajetórias e pedagogias de raça e gênero ressignificadas

*Ela mora num Brasil, mas trabalha em outro Brasil. Ela bonita... saiu. Perguntaram: você quer vender bombril? Ela disse não. Era carnaval. Ela não-passista, sumiu. Perguntaram: empresta tuas pernas, bunda e quadril para um clipe-exportação? Ela disse não! Ela dormiu. Sonhou penteando os cabelos devagar, se fazendo um cafuné sem querer... Perguntaram: você quer vender henê? Ela disse nãaa. Ficou naquele não durmo, não falo, não como... Perguntaram: você quer vender Omo? Ela disse NÃO! Ela viu um anúncio da Cônsul pra todas as mulheres do mundo... Procurou não se achou ali. Ela era nenhuma. Tinha destino de preto. Quis mudar de Brasil, ser modelo em Soweto. Queria ser qualidade. Ficou naquele ou eu morro ou eu luto... Disseram: às vezes um negro compromete o produto. Ficou só. Ligou a TV. Tentou achar algum ponto em comum entre ela e o free. Nenhum. A não ser que amanhecesse loira, cabelo de seda shampoo. Mas a sua cor continua a mesma! Ela sofreu, eu sofri, eu vi. Pra fazer no anúncio de free, tenho que ser free, ela disse. Tenho que ser sábia, tinhosa, sutil... Ir à luta sem mártir Luther marketing... no Brasil! **Elisa Lucinda** – Brasil, meu espartilho.*

Organizadas em Movimentos, as mulheres negras reverteram os determinismos sociais de cunho racial e machista e, aos poucos, conseguem romper com as posições subalternas e inferiores a elas impostas. Quebram as imagens negativas acerca das mulheres negras comumente difundidas em uma sociedade desigual, marcada pelo racismo e pelo machismo. Assim, criam e se recriam, estabelecem novos rumos e elevam sua auto-estima e a de outras mulheres negras por meio de suas ações e intervenções sociais e políticas.

Essa possibilidade de recriação, no entanto, não é um processo fácil para as mulheres negras e tampouco é um processo independente e individualista. Ao contrário, emerge da complexidade de vivências, dos conflitos, da interdependência entre indivíduo e coletivos primários - como família, escola - e demais coletivos - como grupos, associações e organizações das quais participaram e ainda participam.

Todavia, mesmo que participem de coletivos comuns as mulheres negras não vivem um único processo de recriação. Como se trata de mulheres negras militantes com variadas e distintas trajetórias de vida, o processo pelo qual se recriam e se correlacionam com suas particularidades de experiências, vivências, relações e, principalmente, interações com o mundo e as demais pessoas é singular. Isto porque diz respeito à particularidade da história de vida de cada uma delas.

A pesquisa revelou que, ao longo de suas militâncias, com lutas, conflitos, disputas, acordos e desacordos as mulheres negras se destacaram nos Movimentos dos quais fizeram e fazem parte e nos órgãos governamentais. Os partidos políticos, embora com menor

visibilidade, são também outros espaços de atuação política. Tal situação não se resume em um processo de ascensão social e política: revela, também, a superação de estigmas sociais e raciais. Deste modo, elas *ressignificaram e ressignificam* as representações sociais pejorativas acerca das mulheres negras que são disseminadas na sociedade e pulverizadas no imaginário social.

Com isso, as mulheres negras militantes entrevistadas se fortaleceram como sujeitos sociais e coletivos e contribuíram para o processo de construção de identidades positivas de outras mulheres negras à medida que suas ações conseguiam questionar as desigualdades e as discriminações. Inseridas em Movimentos Sociais, principalmente no Movimento Negro e de Mulheres Negras, essas mulheres buscam construir novas relações sociais e novos formatos para a luta coletiva. Elas se contrapõem, portanto, à absolutização do indivíduo, que é característica dominante da sociedade capitalista. Trata-se de um processo tenso e formador ao mesmo tempo. É isso que pudemos captar no depoimento de Luanda:

Então, eu acho que todas as pessoas são aprendizados e passam por aprendizados, porque são resultados de aprendizagens (...) Por causa disso, acho que não tem como negar a **alteração no rumo da minha vida em função da consciência negra e dessa consciência de vida**. Acho que se as pessoas do movimento não fizessem parte dessa minha formação de identidade, **estaria até hoje como atendente de padaria**, por exemplo. **Era um lugar até bacana, porque eu ficava definindo que seria empregada doméstica**. E eu não fui empregada doméstica em momento algum da minha vida. Fui atendente de padaria há 25 anos atrás. Como aquilo aparentava uma ascensão, **as pessoas diziam para me dar por satisfeita, pois era o máximo que iria conseguir na vida**. Agora que me percebo como uma empresária ou uma profissional liberal, **vejo que foi uma alteração significativa na minha vida. Isso é resultado desse aprendizado adquirido dessa militância**. Você faz parte das alterações que propõe para os outros, então é um pouco isso. (Luanda, 42 anos – destaques meus)

Em todos esses processos percebe-se a afirmação de um novo modo de ser humano. Os Movimentos Sociais são alguns dos espaços sociais que mais contribuem para esse processo. Eles são capazes de transformar indivíduos em sujeitos sociais. Assim, verificando a atuação do Movimento de Mulheres Negras, com seus avanços e limites, é possível identificar *pressentimentos de futuro* que, por sua vez, encarnados em preciosos *tesouros do passado*, conferem novos sentidos e significados às mulheres negras das próximas gerações. Petronilha Silva (1998:03) nos dá a dimensão deste processo de criação e recriação ao ressaltar que quando isso acontece “deixamos de ser objeto para sermos sujeito, para nos constituirmos em vozes libertadas.”

Essa recriação pode ser vista na fala de Eritréia quando narra o seu próprio processo de conscientização racial, em decorrência do aprendizado proporcionado pela militância:

Depois de entrar para o Movimento Negro e de Mulheres Negras é que fui dar conta dessa coisa da questão racial mesmo. (...). **Aí, percebi que não dava conta de muita coisa que vivi e sofri e, na maioria das vezes, ficava calada, não conseguia falar. Isso** estava lá dentro no fundinho, guardado desde a infância, mal resolvido em mim. (Eritréia, 45 anos – destaques meus)

Ao destacarmos os sentidos que as mulheres negras atribuem a si mesmas a partir de sua inserção nos Movimentos Sociais recorreremos a algumas reflexões de Bernard Charlot (2000:56/57). Esse autor afirma que o sentido é sempre “produzido pelo estabelecimento de relações, dentro de um sistema, ou nas relações com o mundo” e/ou com as demais pessoas. O sentido traz no seu bojo a idéia de que os sujeitos se produzem em suas relações e exprimem as leituras e interpretações de mundo, a partir do local e do tempo onde se encontram. Esta idéia assemelha-se à de Alberto Melucci (2004:68), ao dizer que o sentido é construído num dado tempo e espaço. Por isso, o “sentido que o tempo traz é que cada um é o artífice de si mesmo e de seu mundo, ou seja, daquilo que é capaz de produzir e dividir-com-os outros.”

Sentidos e significados são construídos no contexto das relações sociais. Nesse processo, alguns espaços se destacam como vivências e tempos fortes na construção das trajetórias. Durante as narrativas as mulheres negras nos apresentaram alguns desses espaços, os quais as ajudaram a estabelecer novos sentidos para suas vidas. O primeiro foi a trajetória escolar, sobretudo na infância. Infâncias pobres, marcadas pelas vivências das experiências dolorosas do racismo. O segundo constituiu o convívio familiar. Algumas famílias foram espaços de aprendizado na luta contra o racismo e as desigualdades sociais no cotidiano. Outras as estimularam a atuar junto às suas comunidades por meio de grupos juvenis, religiosos e associações de bairro, na luta pela melhoria e condições de vida. O terceiro foi a atuação no partido político com caráter progressista que lhes ajudou a compreender e analisar o modo pelo qual o sistema capitalista se estrutura para que pudessem intervir. Por último, os Movimentos Negro, de Mulheres Negras e Feminista – embora apenas duas tenham atuado ativamente no último deles.

O espaço dos Movimentos Sociais forneceu às mulheres negras instrumentos para combater, enfrentar e superar o racismo e o machismo, de maneira organizada e coletiva.

Segundo Miguel Arroyo (s/d: 05), a emergência dos Movimentos Sociais introduziu novos olhares que se desvinculam da história oficial, comumente contada a partir da perspectiva das elites. Nesses movimentos emergiram vários sujeitos que, nas lutas por melhores condições de vida e direitos, se apresentaram como sujeitos de direitos. Além disso, desenvolveram processos educativos em suas organizações e formas concretas de socialização

e aprendizado, centralizando e investindo na formação dos sujeitos de direitos. “Daí, eles nos lembram sujeitos em movimento, em ação coletiva”, que se encontram em uma própria ação educativa, porque atentam para a própria formação humana dos sujeitos singulares que os compõem.

Os Movimentos Sociais nos revelam caminhos pedagógicos fecundos, cuja reflexão sobre a condição humana, suas dimensões, virtualidades formadoras e deformadoras estão presentes nos seus processos sociais e nos seus movimentos de humanização e emancipação social. Por isso centram-se na ação educativa, geradora de processos de humanização dos seus sujeitos. A pedagogia desenvolvida pelos Movimentos Sociais, portanto, nutre-se ora do ser humano como problema em si mesmo, ora da problematização de formarem seres humanos.

Miguel Arroyo (s/d) ressalta que os Movimentos Sociais nos ensinam muito à medida que nos mostram o quanto há de dimensão educativa e organizativa em suas mobilizações de sujeitos singulares. Por isso, esse autor defende a educação vivida no contexto desses Movimentos como processo de humanização e libertação que não se configura simplesmente pela transmissão de conhecimentos mas, sobretudo, pelas vivências pessoais e coletivas, lidas e interpretadas por aqueles que as vivenciam. Essas vivências, para Arroyo, proporcionam uma conscientização política e, principalmente configuram-se em possibilidades de mudanças. Isto porque os Movimentos Sociais contestam e denunciam as injustiças no plano do vivido e vislumbram a possibilidade de alcançar melhores condições de vida a partir de suas ações específicas de mobilização, concientização e formação. Nesse processo educativo, marcado por tensões e conflitos, as pessoas humanizam-se, desumanizam-se, educam-se e reeducam-se.

Os Movimentos Sociais, portanto, vêm se consolidando como construtores de sujeitos coletivos em torno de valores e símbolos, no interior de suas organizações e, principalmente, quando possibilitam a formação e a emergência dos sujeitos singulares. Ou seja, de sujeitos que passam a expressar as várias nuances de suas identidades, assimilando-as como eixos norteadores de suas lutas, comportamentos e relações.

De acordo com Ilse Scherer-Warren (1998:17), os sujeitos emergem de um processo de construção coletiva de valores e práticas resultantes de uma rede de múltiplos atores e organizações. As ações coletivas são heterogêneas e muitas vezes constituídas por conflitos internos e externos que expressam lutas entre protagonistas.

Temos aqui a dimensão da Pedagogia dos Movimentos Sociais. No contexto dos Movimentos Sociais os sujeitos constroem saberes, conhecimentos, valores e culturas. São *sujeitos sociais, culturais, pedagógicos em aprendizados, em formação*. São sujeitos que nos

permitem captar como se educam, como aprendem, como se formam como sujeitos sociais, culturais, cognitivos, éticos e políticos (Arroyo, s/d:06). A pedagogia dos Movimentos Sociais, logo, nutre-se do ser humano como problema em si próprio, dos questionamentos de sermos, fazermos e formarmos humanos e tem como seu objeto a humanização. Desta forma, os sujeitos em Movimentos, que compõem essa pedagogia, alimentam a teoria da formação humana e trazem para o cerne do educativo os sujeitos sociais e seus processos dramáticos de produção - formação humana. Eles

Reeducam as teorias pedagógicas, as humanizam ou as aproximam nas grandes interrogações que estão em sua origem. Pedagogia como acompanhamento das possibilidades de sermos humanos, de realização do humano possível que há na infância e em cada ser humano. (ibidem, s/d)

Consideramos que as mulheres negras entrevistadas são *sujeitos em movimento(s)* e nos revelam um pouco da Pedagogia dos Movimentos Sociais. São, portanto, sujeitos pedagógicos. Educam-se e reeducam-se, criam e recriam, formam e deformam. Esse processo de construção de sujeitos coletivos - mulheres negras militantes em Movimentos que atuam nas causas raciais e de gênero - é realizado por sujeitos singulares: Luanda, Eritrêa, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Ruanda.

Diante disso, indagamo-nos: quais são as ações pedagógicas que produzem? Essas ações têm a ver com as pedagogias pelas quais passaram e vivenciaram em suas trajetórias de vida? Quais foram os sentidos e significados que extraíram da pedagogia dos Movimentos Sociais, sobretudo do Movimento Negro, do Movimento de Mulheres Negras e do Movimento Feminista para suas vidas? Houve mudança em se ver como mulher negra antes e depois da pedagogia dos Movimentos Sociais? As mulheres negras como sujeitos pedagógicos desenvolvem que tipo de pedagogias? E essas são ressignificadas?

Este capítulo destaca os principais significados e sentidos construídos pelas mulheres negras entrevistadas ao longo de suas trajetórias de vida e política que as impulsionaram a se ver como mulheres e negras de forma positiva. A família, as associações de bairros, o partido político, as organizações dos Movimentos Negros, de Mulheres Negras e para algumas o Feminista foram espaços de construção para auto-reflexão, tomada de consciência, ampliação do olhar crítico e da percepção sobre a história e as condições da população negra e, sobretudo, das mulheres negras. Além disso, esses espaços foram e ainda são, fundamentalmente, lugares de formação militante, política e, acima de tudo, humana.

Os Movimentos Sociais com caráter identitário são espaços nos quais as mulheres negras militantes interagem de forma significativa. Esses espaços aglutinam a articulação em torno da identificação de um *nós* coletivo e suscitam conflitos, rupturas e tensões devido ao leque variado de pessoas distintas que se unem por pontos convergentes acerca da existência do racismo e do machismo e da necessidade de superá-los coletivamente. No entanto, nem sempre a convergência de objetivos significa concordância quanto às estratégias adotadas e ações realizadas. Embora a pesquisa não tenha se debruçado sobre essa questão não podemos deixar de apontar que aqui várias tensões e conflitos acontecem.

IV.I - Sentidos e significados proporcionados pelo aprendizado militante

Segundo Melucci (2001:49), as ações que movem os Movimentos Sociais surgem não só de ausências mas fundamentalmente das interações, das relações sociais. As ações dos Movimentos que as mulheres negras entrevistadas participaram ou participam, bem como as de suas organizações não expressam somente uma vontade de um coletivo mas uma produção social gerada no ambiente da ação e na interação dos sujeitos que a desenvolvem. A produção é um ato social que simbolicamente representa o vínculo contínuo entre o *agir humano* e seu sistema de vivência. Os produtores dessa ação são sujeitos envolvidos no sistema e no processo de produção, como pudemos verificar nas trajetórias de militância das entrevistadas.

A consciência, para Paulo Freire (1992), é o meio de conhecer e agir sobre a realidade. Contudo, este autor alerta que conhecer e desvendar as tramas da opressão, as tramas da realidade e refletir sobre as mesmas com uma concepção crítica não são suficientes para operar mudanças. O que viabiliza a travessia de um estado social para o outro é a articulação do conhecimento da realidade à reflexão crítica que lhe é empregada e a promoção de ações concretas em determinada conjuntura política em favor das transformações. Deste modo, esse autor diz que somente a aquisição de conhecimento aliada à luta social pode promover a libertação e as transformações sociais desejadas pelos sujeitos de lutas sociais.

Esse mesmo autor nos adverte que a libertação possibilita o estabelecimento de uma relação pela qual não se operam mudanças via uma racionalidade estratégica. Isso seria oportuno à revolução porque ela se baseia em acontecimentos empíricos, observáveis outrora e possíveis de serem programados para o futuro. A libertação, ao contrário da revolução, não objetiva instaurar novos sentidos e valores às ações humanas. Sua valorização maior está na emancipação dos indivíduos.

Nesse processo de libertação e transformação social cada sujeito, inserido nos Movimentos Sociais e nas ações coletivas, constrói um sentido e atribui um significado a sua própria inserção política. Observemos o depoimento de Suazilândia:

Eu acho que a gente tem uma missão. Todas as pessoas têm um estar no mundo e um ser no mundo e, quando eu estou inserida nestes Movimentos Sociais e, principalmente, fazendo um trabalho em favor das mulheres negras, das crianças negras e do povo negro, eu estou inserida inteira como ser humano, nessa vida. **Eu me sinto produtiva. Eu me sinto uma pessoa capaz de contribuir de alguma forma para esse mundinho que estou vivendo onde tenho uma família, que eu quero ter netos, sobrinhos, etc.** Eu posso contribuir de alguma forma, para que esse mundinho nosso fique melhor. E se eu me posicionar, enquanto ser humano, nesta luta global, me volta uma frase: *se os maus não são bons, porque os bons não são melhores*. Então, eu acho, em contraponto, que há tanta coisa feia existente no mundo, que é possível existirem pessoas que lutam por uma coisa que seja legal. Sinto-me na obrigação de estar nessa linha nem que seja uma co-participante com elas nessa construção do mundo que está aí para fazer. Ele (Deus) começou e nós temos que acabar. E tem algumas pessoas que estão querendo acabar mau. E tem outras pessoas que estão querendo que esta transformação seja uma boa transformação. E eu me coloco do lado das pessoas que querem, realmente, ACABAR com essa construção de mundo, que Deus começou, assim de uma maneira mais gostosa, mais prazerosa. Enfim, que seja bom para todo mundo. (Suazilândia, 54 anos - destaques meus)

A fala de Suazilândia chama-nos a atenção que, para além do fato de participar dos Movimentos Sociais, a responsabilidade de cada pessoa está na sua contribuição de ser humano para melhorar o mundo. Essa responsabilidade decorre do fato de vivermos em um mundo criado e mantido por todos e todas nós. Essa entrevistada, portanto, corrobora a premissa de Paulo Freire de que não basta conhecer, criticar e conscientizar-se. É crucial que haja ações concretas de mudanças, rupturas e superações para de fato haver transformações sociais. É nessa direção que Paulo Freire (1977) defendia o conceito de educação como ato de conhecimento, ato político e ato criador e transformador. Trata-se de uma concepção humanista e política de educação. A educação é entendida como um processo que pode libertar e transformar, radicalmente, a nossa realidade para melhorá-la, para torná-la mais humana. A dimensão humana está em possibilitar que tanto as mulheres quanto os homens sejam reconhecidos como sujeitos de suas próprias histórias.

As mulheres negras, quando foram indagadas sobre os significados de sua participação nos Movimentos Sociais, principalmente nos de caráter identitário - o Movimento Negro e o Movimento de Mulheres Negras -, foram unânimes em afirmar que após a atuação nos mesmos passaram a fazer uma leitura mais crítica do mundo. O impacto tanto da leitura de mundo quanto da inserção nesses Movimentos produziu uma mudança gradativa em suas

vidas: foram se descobrindo e percebendo a relevância delas enquanto sujeitos socioculturais e históricos, enquanto mulher, negra e, principalmente, enquanto militantes sociais.

A partir da formação política proporcionada por esses Movimentos elas puderam compreender que ser militante engajada em lutas específicas faz diferença em um contexto no qual grande parte das militantes e dos militantes identificava as desigualdades se reproduzindo somente no âmbito socioeconômico. Faz diferença porque passaram a identificar com mais clareza que o racismo e o machismo são dois importantes componentes dos mecanismos de opressão na sociedade brasileira. Por isso precisam ser enfrentados se quisermos, de fato, promovermos mudanças mais significativas na sociedade.

Zâmbia disse-nos que descobrir-se mulher negra, conscientizar-se das questões do racismo fez diferença na sua atuação dos Movimentos Sociais. A sua perspectiva e o seu fazer político ganharam novos propósitos, como por exemplo, o combate ao racismo:

Então, quando entrei no movimento, fui descobrindo que era negra a partir do conhecimento de alguns militantes negros da cidade. Antes, eu era uma simples militante do movimento social, da associação de moradores, da construção de uma discussão de creche, da juventude e tal. A partir do momento que a gente se reconhece enquanto militante negra vai se descobrindo. Vai descobrindo que é mulher, negra, militante e tudo. Então, você começa a fazer diferença, porque passa a construir uma outra política, a construir a consciência do que é ser militante negro e percebe que é diferente dos militantes generalizados. Então pra mim, essa é a diferença. Pois, quando discuto a questão da relação social nas associações de moradores, a questão das vilas e favelas, eu tenho que entender que sou uma militante com a consciência de combate ao racismo. Daí, posso até fazer uma discussão generalizada, mas se eu tenho a consciência racial, tenho que fazer a discussão de quem é que mora naquele lugar. Eu vou ter que saber quais são as mulheres que moram por lá e quem é a maioria dessa população. Tenho a obrigação enquanto militante negra, do Movimento Negro ou do Movimento de Mulheres Negras, de fazer essa discussão através da história do povo negro no Brasil. Então, tenho que trabalhar, por exemplo, as políticas públicas nas vilas e favelas com histórico e resgate para reparação desse povo negro. (Zâmbia, 50 anos – destaques meus)

A narrativa de Zâmbia evidencia que a percepção da realidade de mundo é um aspecto da prática dos Movimentos Sociais. Estes centram investimento na auto-reflexão a fim de que a militância possa desenvolver essa capacidade de percepção. Deste modo, na medida em que Zâmbia ia se redescobrando no contato com as pessoas um processo de auto-reflexão ia se configurando cada vez mais. Sua forma de se relacionar e agir alterava-se e ela passava a construir novas perspectivas de vida. Essa auto-reflexão de Zâmbia pode ser estendida também às demais entrevistadas.

Além da percepção da realidade pudemos captar das falas das entrevistadas dois outros aspectos que sobressaem na enunciação acerca dos significados que a atuação nos

Movimentos Sociais trouxe para a sua vida: uma nova dimensão pessoal e outra no fortalecimento da auto-estima. A compreensão que fazemos desses dois aspectos é que ambos podem ser vistos como eixos da pedagogia dos Movimentos. Tanto a dimensão pessoal quanto a auto-estima são fontes de investimento dessa pedagogia porque dizem respeito à experiência de cada militante enquanto sujeito social.

O Movimento Negro e o Movimento de Mulheres Negras têm como uma das suas estratégias formadoras a revitalização da identidade e a auto-estima. Elementos que fazem parte da cultura, da religião e da história da população negra passam a ser resgatados, no contexto da militância, como significativos e relevantes para suas vidas. Esses elementos remetem às potencialidades da cultura africana que, na maioria das vezes, não são lembradas diante do processo de hegemonia da cultura européia.

Os coletivos de mulheres negras trazem para suas integrantes e para a sociedade o resgate da dignidade da população negra a partir das relações estabelecidas com o lugar, o corpo, a cultura, a raça e o gênero. Deste modo espera-se que as integrantes e os integrantes de militância dessas organizações e, no nosso caso, as mulheres negras, se sintam mais confiantes em si mesmas e na sua própria história e sejam motivadas e determinadas a progredir na vida e na militância. Sobre isso, Namíbia pode nos esclarecer com o seguinte depoimento a respeito do significado da militância para sua vida:

Teve um significado muito grande na minha vida, porque me ajudou a formar opinião a respeito da vida. Ajudou-me a me formar enquanto ser, as pessoas me olham e, logo, percebem as características da Namíbia que eu sou. **Então, ajudou-me a ser o que eu sou. Eu tenho características e determinações próprias.** Eu tenho opinião formada a respeito de algumas questões, outras eu acho que é um processo. Então, ajudou-me a contextualizar, a conceituar a vida. Ajudou-me a relacionar com a vida, com os outros, comigo mesma. Eu acho que tudo isso foi um processo de investimento para me ajudar a discernir o bom do que é ruim, emitir opinião, ter auto-estima, ter coragem, ter determinação, me achar linda, maravilhosa, enfrentar esse mundo racista que está aí. **Assumir minha religião, minha cultura, meu cabelo, minhas roupas, minha alimentação e minha família. Eu acho que isso tudo, são algumas atribuições que essa militância me deu.** (Namíbia, 45 anos - destaques meus)

Esta fala de Namíbia nos mostra o quanto os Movimentos ajudaram-na a se apropriar do mundo e a estabelecer novos significados em suas relações. De acordo com Bernard Charlot (2000) o sujeito, ao se apropriar do mundo no qual vive, se torna mais sujeito de si. Apropriar-se do mundo significa aprender sobre a sua existência, lendo-o e interpretando-o num processo de estabelecimento de uma relação interativa. O aprender pode significar várias aquisições de comportamento, discursos etc. Mas sua relevância está em possibilitar ao sujeito

o domínio de algo que até então não dominava e desconhecia. Aprender também significa “entrar em um dispositivo relacional, apropriar-se de uma forma intersubjetiva, garantir um certo controle de seu desenvolvimento pessoal, construir de maneira reflexiva uma imagem de si mesmo” (ibidem, 2000:72). Assim, aprender é passar do não-domínio para o domínio de uma relação consigo próprio e com os outros. Enfim, é o domínio consigo próprio a partir da relação com as demais pessoas. Eritréia explicita em sua fala o que conseguiu aprender com a militância nos Movimentos:

Aprendi muito! Aprendi a... ter que encarar o diálogo, a ter que participar de uma mesa e dando conta de desenvolver um tema. Antes tinha que estudar, eu tremia as pernas, mas tinha que dar conta de falar com o público de 1000 pessoas, de 10 pessoas ou 20. **Aprendi a gostar de mim, sabe? É... me achar bonita. Minha auto-estima, tudo isso é fundamental. Eu preciso estar com auto-estima pra fazer as coisas, senão nada flui. Não rola segurança se você está com a auto-estima lá embaixo. Então, eu aprendi muito e tenho passado tudo que eu aprendi para minha filha, para as minhas amigas, sabe? Uma das grandes conquistas na minha vida foi me assumir enquanto mulher negra e dar conta da minha beleza ou da minha feiúra.** E sentir que sou capaz, que eu tenho condições, que sou capaz quanto qualquer outra pessoa, seja branca, seja preta (Eritréia, 45 anos - destaques meus)

O que percebemos nas falas de Namíbia e Eritréia é o quanto a valorização da auto-estima é relevante para que as pessoas possam ter mais autoconfiança e se sintam capazes de fazer algo. Por isso, a auto-estima é outro aspecto de investimento da pedagogia dos Movimentos. Todos nós necessitamos ter auto-estima para nos lançarmos ao enfrentamento de qualquer desafio ou objetivos que desejamos alcançar. Por isso, a promoção da auto-estima é um dos principais eixos condutores do processo de formação de cada mulher militante.

Esses sentidos e significados relatados pelas entrevistadas, porém, não ocorrem somente por causa das intervenções dos Movimentos Sociais. Caso não haja uma pré-disposição do sujeito para se envolver com as dinâmicas propostas pelos sujeitos coletivos não haverá impactos significativos e muito menos uma formação *ressignificada*.

Nesta perspectiva, o Movimento de Mulheres Negras, bem como o Movimento Negro, exercem o poder de atração por meio da identificação dos sujeitos singulares com os sujeitos coletivos e seus propósitos. Ao se configurarem como espaços coletivos nos quais os sujeitos singulares partilham histórias, sofrimentos, experiências e vivências em comum, instauram o processo de identificação. Mas esse poder de atração não acontece com todos. Os Movimentos conseguem atrair somente aquelas pessoas que estão abertas, desejam ser atraídas. Os motivos são diversos. Há processos conscientes e inconscientes. Há interesses em jogo - uns mais claros e outros mais obscuros. São pessoas com um desejo latente de serem

reconhecidas e de se integrarem a um coletivo. Esse desejo, porém, só vem à tona quando em cada sujeito singular as emoções internas de pertencer a um grupo vão fazendo sentido e o despertam para se tornar um militante. Como se verifica na seguinte fala de Luanda:

Exatamente, ai a gente só se integra em algum Movimento, quando você... tem esse click dentro de você. Não é algo externo... é você quem da conta disso. E partir pra militância é bom, porque a gente se fortalece. **A gente não se vê sozinho, não se pega num lugar achando que não tem saída. Eu acho que a gente vê, no Movimento, experiências que deram certo, pessoas que estão alterando a sua rotina**, porque eu acho que a militância proporciona muita coisa. (Luanda, 42 anos - destaques meus)

Segundo Melucci (2004) a mudança não vem de fora para dentro, mas de dentro para fora, porque as pessoas possuem necessidades de serem reconhecidas por coletivos. O grupo se torna uma regra obrigatória, no qual precisamos nos inserir para sabermos quem somos. Contudo, o sujeito necessita se abrir para o outro pois

O processo de individuação necessita aceder ao tempo interno, àquelas dimensões corpóreas e afetivas que nos permitem ver, sentir, pensar e comunicar. Precisa construir conscientemente o campo da experiência, jogando sempre novos jogos. Porém sem a abertura de si mesmo para o outro, sem o envolvimento com os desafios de uma sociedade planetária grávida de pontecialidades e de riscos, o percurso interior corre o risco de tornar uma fuga ilusória ou prisão muda. (Melucci, 2004:15/16)

O processo de individuação tratado por Melucci pode ser melhor compreendido por meio da fala de Suazilândia, quando nos relata os aspectos significativos da militância no Movimento de Mulheres Negras:

Particularmente para mim, minha participação no Movimento de Mulheres Negras foi extremamente importante, porque eu me afirmo cada vez. Afirmo mais a minha identidade racial, a minha identidade como mulher, e o meu **posicionamento de ser humano no mundo**. (Suazilândia, 54 anos – destaques meus)

No contexto dessa pesquisa o impacto da construção de mulher negra - cujo reconhecimento e auto-estima são primordiais – é responsável por uma série de ações, discussões e trabalhos realizados pelas entrevistadas que correspondem à proposta do Movimento de Mulheres Negras. Elas se mostram fortalecidas e seguras ao participar desse coletivo, como podemos perceber nos depoimentos abaixo de Zâmbia, Eritréia e Namíbia ao falarem do significado do Movimento para as suas vidas:

Zâmbia: Então para minha vida a consciência de mulher negra é muito legal, porque me reafirma. E isso foi o Movimento de Mulheres Negras que me deu essa auto-estima, porque isso é uma questão de auto-estima, entendeu? (...) Então, a organização de mulheres negras, da qual participei, para mim é fundamental para garantir que eu, Zâmbia, esteja com potencial de fazer a discussão política geral. Porque não é só a discussão política só da mulher negra, mas sobre qual é o nosso papel nessa sociedade, nessa organização política, entendeu? (Zâmbia, 50 anos – destaques meus)

Eritreia: Significa vida. Eu estou podendo viver mais feliz. Eu acho que todo mundo quer na vida é ser feliz, não é? E aí, eu estou assim, feliz! **O fato de eu me reconhecer enquanto mulher negra** é algo importante e que veio da minha participação no Movimento de Mulheres Negras. **Senão fosse essa minha participação, provavelmente, eu não teria garantido a minha é... capacidade, inclusive enquanto mulher negra, em estar garantindo a continuidade do trabalho.** (Eritreia, 45 anos – destaques meus)

Namíbia: No Movimento de Mulheres é onde que eu me completei e, existe também um tratamento igualitário, a mesma linguagem, o mesmo toque, existe o afeto, de forma maior de que nas outras reuniões dos partidos. **Trouxe, com certeza significados, porque nós sabemos que não estamos sós, que você tem meios para se articular, para chamar a imprensa, dar um coletivo, fazer isso, fazer aquilo.** (Namíbia, 45 anos – destaques meus)

O Movimento de Mulheres Negras inicialmente atuou em duas direções contraditórias entre si: uma no plano de desconstrução e outra no de construção. No processo de desconstrução as mulheres negras militantes canalizam todos seus esforços para quebrar as imagens negativas, empobrecidas de caráter humano, construídas na sociedade que as afetam duplamente em suas condições de mulher e de negra. Essas imagens procuram colocá-las sempre em uma posição e papéis subalternos e estigmatizados na escala e no imaginário sociais.

No processo de formação e autoconsciência há todo um conjunto de estratégias, promovidas por esse Movimento, que visa o resgate da auto-estima das mulheres negras pela desconstrução das imagens e representações negativas e a construção de mulheres negras mais seguras, com auto-estima, capazes e ativas. São estratégias que correspondem a uma proposta pedagógica de decodificação das vozes negras silenciadas ao longo de nossa história, dos *silenciamentos* e práticas discriminatórias produzidas e reproduzidas nas relações sociais, políticas e culturais. É por meio dessa proposta que se busca a formação de pessoas críticas, reflexivas e que saibam se conhecer, se gostar e se respeitar e explorar as diferenças, recusando-se a transformá-las em desigualdades (Silva, 2001). Através disso, elas vêm se criando e recriando, proporcionando novos significados e sentidos que, paulatinamente, viram a página negativa de várias delas com a construção de novas histórias mais humanas. Daí a importância da existência do Movimento de Mulheres Negras, no contexto sócio-político brasileiro, conforme nos relata Suazilândia:

É extremamente importante sua existência, porque nós precisamos construir uma sociedade mais justa para todos. A mulher foi, durante muitos anos, subjugada. **Então, ela precisa estar no mesmo nível de igualdade com o ser humano masculino homem, para que as... relações sejam autônomas, neste mundo em que vivemos.** É preciso resgatar este valor da mulher. É preciso resgatar essa mulher como ser humano integral, para que ela possa é..., não competir tão... eu não gosto do termo competir. Mas, que ela possa estar no mundo no mesmo nível que os outros seres humanos. Porque ela está numa situação que ela está abaixo da dignidade de todos os seres humanos. Então, este movimento é importante para este resgate ser feito. É urgente de ser feito. (Suazilândia, 54 anos destaques meus)

A dinâmica do Movimento de Mulheres Negras encarna e projeta outras dimensões relacionadas ao modo de vida das pessoas que dele se aproximam trabalhando com valores, posturas, visões de mundo, tradições, costumes. Nisso reside o seu caráter educativo e pedagógico: ele é capaz de atuar na visão de mundo das pessoas e dar a elas um outro sentido de sua existência. Essa mudança na visão de mundo implica na mudança de postura frente a si mesmo, ao outro e à sociedade.

IV.II - A resignificação de mulheres negras: sentidos e significados

As trajetórias de vida das mulheres entrevistadas nos revelaram que desde a infância elas passaram por processos educativos conflituos relativos à questão racial. Enquanto as famílias procuravam educá-las sobre a dimensão racial por meio da socialização de suas vivências e de seus discursos, a escola e o trabalho proporcionavam um outro tipo de educação para a diversidade étnico-racial, lamentavelmente, marcada pela negação. Nesses espaços, todas as entrevistadas souberam o que era o racismo que suas famílias tanto lhes falavam.

A educação proposta pelas famílias de Luanda, Namíbia e Suazilândia lhes permitia reconhecerem-se enquanto negras, fortalecendo-as em suas dimensões raciais. Eritréia, Zâmbia e Ruanda, por sua vez, aprenderam com suas famílias como sobreviver em meio às precárias condições sócio-econômicas, descobrindo mais as dimensões raciais pelas experiências da vida. Mas, todas as entrevistadas explicitaram que tanto nas escolas quanto em alguns espaços de trabalho pelas quais passaram impuseram-lhes uma educação racista. Nesta, o significado de “ser negro” era sinônimo de dor, sofrimento e tratamento diferenciado.

Os depoimentos abaixo de Namíbia e Ruanda são elucidativos quanto a essa questão e demonstram o lado negativo de se descobrir negra e descobrir-se também mulher. Elas nos revelam quais eram os significados de mulher negra antes de ingressarem na militância e alguns indícios de mudança, após ingressarem no Movimento de Mulheres Negras:

Namíbia: Eu acho que é desde a infância, foi plantada uma sementinha, que se desenvolveu para ser o que eu sou hoje. O que como sou hoje foi lá no berço que começou. (...) Bom, como eu falei, desde criança nós tivemos é... a felicidade de meu pai ter consciência negra, minha mãe também, embora em menor intensidade. Mas nós fomos criados sabendo que nós somos negros. (...) Então, na escola, isso se deu de forma gritante, desde a pré-escola até no momento da fase adulta. A gente percebe a diferença que se dá no estereótipo e também no mercado de trabalho. A gente percebe pela diferença entre o que a gente trabalha e o quanto nós ganhamos. A diferença salarial é muito grande. E o quanto que nós mulheres negras temos que afirmar nossa competência profissional, porque sofremos a questão do machismo e do racismo também. Então, **desde criança a gente aprende a enfrentar este mundo, a vencer desafios, a encarar o racismo, a discriminação no mercado de trabalho e o machismo. E às vezes, em casa também, porque que algumas tarefas são divididas.** Algumas são dadas para os homens e outras para as mulheres. Porém, na minha casa todo mundo sempre fez de tudo. **Através da minha mãe que lutou para trabalhar fora, porque meu pai brigava muito e não queria. Nós aprendemos a enfrentar e a lutar pelos nossos desejos, pelos nossos ideais e as nossas opiniões; A gente sempre lutou por eles e, isso daí foi a vida inteira pela bravura da minha mãe.** (...) Então, a gente percebe quando acontecia o racismo. Depois da militância, a gente percebe que temos que nos afirmar várias vezes, para haver a respeitabilidade, enquanto profissional, ser e mulher negra. (Namíbia, 45 anos – destaques meus)

Ruanda: Sempre me vi como uma pessoa negra e nos vários espaços que frequentei nem que eu quisesse esquecer seria possível. Sempre significou para mim muita luta o fato de ser negra. E as mulheres da minha família, em alguns momentos da minha adolescência, me alertavam de alguma forma pela fala pouco elaborada, porém, carregada de sabedoria pelo fato de sentirem na pele todos os dias o racismo. Consegui, com o Movimento de Mulheres Negras, ter subsídios e elaborar de uma melhor forma de viver o que se tem de positivo e de rico na história do povo negro. (Ruanda, 32 anos – destaques meus)

A fala de Namíbia além de nos fornecer elementos acerca de suas experiências e vivências raciais, também nos fornece indícios de como a educação de gênero esteve presente na relação familiar, principalmente referindo-se à construção de papéis femininos e masculinos. Estes papéis, conforme vimos na conceituação de gênero e em algumas passagens dos capítulos anteriores, se estruturam, no imaginário social, pela demarcação de que o público - o mundo do trabalho - diz respeito ao universo masculino, enquanto o privado - espaço doméstico - refere-se ao universo feminino. Essa polarização das diferenças entre mulheres e homens inicia-se, justamente, nos espaços privados por meio da divisão das tarefas domésticas, como bem pontuou Namíbia. A própria fala dessa entrevistada revela tal situação ao narrar o tipo de relação que era estabelecida entre seu pai e sua mãe. Foi preciso que a mãe de Namíbia brigasse e enfrentasse o esposo para poder trabalhar fora. A postura de sua mãe não só representou um avanço para as mulheres de sua época - pois a submissão ao marido era algo comum para as esposas - como também contribuiu para socializar com todas e todos da família a responsabilidade e o cuidado com a casa. A família dessa entrevistada teve que se

reeducar diante dos afazeres domésticos por causa do trabalho da mãe, havendo de fato uma divisão das tarefas.

Semelhante à família de Namíbia havia também a divisão das tarefas domésticas nas famílias de Luanda, Eritréia e Zâmbia. Na tentativa de fazer valer as demarcações de papéis entre as filhas e os filhos destacou-se apenas a família de Suazilândia. Como vimos no I Capítulo, sua mãe e sua avó, embora, fossem as chefes da família, pontuavam a distinção entre uma educação feminina e uma educação masculina. Conforme narrativa de Suazilândia, apresentada no capítulo 1, sua mãe a educava para tomar conta da casa e ser uma boa esposa. Já para Ruanda o trabalho doméstico não significava apenas a responsabilidade com a casa, devido ao fato de ser uma mulher mas, também, a forma pela qual, desde cedo, ela garantiria sua sobrevivência e a de sua família, como também vimos no mesmo capítulo.

O processo educativo pelo qual as entrevistadas passavam, no sentido de lhes ensinar comportamentos, posturas, atitudes e responsabilidades referentes à dimensão racial e à dimensão de gênero esboçava uma identidade racial traumática e um determinismo de gênero em conformidade com os papéis construídos como femininos.

As entrevistadas, ao ingressarem nos Movimentos Sociais, sobretudo no Movimento de Mulheres Negras, depararam-se com uma proposta de novos horizontes. Embutidos nessa proposta estavam discursos, práticas e relações que giravam em torno da conscientização crítico-social e de novas possibilidades de recriação. Desta forma, o Movimento de Mulheres Negras e demais Movimentos fizeram com que as entrevistadas pudessem, de maneira crítica e reflexiva, ter acesso a diferentes leituras raciais, de gênero e do mundo onde se encontravam. Tal processo pode ser visto nos seguintes depoimentos das entrevistadas que mencionam o significado da dimensão de gênero nas suas militâncias:

Ruanda: Fazer o recorte de gênero é fundamental porque as relações na sociedade são estabelecidas e definidas a partir do lugar que você ocupa e faz parte. São vários os agravantes que podemos carregar nessa sociedade, lotada de preconceitos, por isso, **ser mulher é um agravante e ser mulher negra é mais um** (Ruanda, 32 anos – destaques meus).

Zâmbia: Então, eu acho que **a minha ida em direção à questão de gênero ela foi muito importante.** Eu avalio assim que aquilo ali me deu um potencial muito grande para discussão de gênero (Zâmbia, 50 anos – destaques meus).

Suazilândia: Nossa!!! (...) **inclusive até num reposicionamento meu, porque me sentia na obrigação de ser uma super mulher.** Porque eu sempre gostei de estudar, de fazer uma série de atividades. **Mas, sempre gostei também de ser dona de casa, de cuidar do meu marido, das minhas filhas e das coisas. Num determinado momento, a gente entra muito em conflito, porque em algum momento, há outra escolha que a gente faz, do estudo, das atividades, acaba pesando e a questão da família, que eu sou muito ligada, acaba ficando de lado.**

E a minha cabeça não estava muito pronta para fazer essa divisão. E **no movimento de mulheres, conversando com essas mulheres, trabalhando e vendo como todas fazem isso, eu me senti mais à vontade para não ser uma super mulher em querer fazer tudo, ao mesmo tempo. Então, eu sou muito mais light, agora.** (...) Então, eu achei o equilíbrio. Eu não larguei a minha família, mas também não deixei de fazer as coisas que eu gostaria de fazer. Isto está,... bem equilibrado, agora. (...) Pra que eu pudesse estar vivendo essa tranquilidade de mulher e de mulher negra, nessa idade que eu estou vivendo, foi de fundamental importância estar nesses movimentos sociais de mulheres, porque isso interfere até no meu posicionamento biológico em vivenciar a vida num estado mais tranquilo. (Suazilândia, 54 anos – destaques meus)

Retomando Bernard Charlot (2000), ter acesso ao mundo é apropriar-se dele, é conseguir encontrar formas de dominar algo que até então não estava dominado. O sujeito, ao se apropriar do mundo no qual vive, pode se tornar sujeito a partir do que consegue aprender nas suas inter-relações. Aprender, portanto, significa entrar em formas relacionais. Aprende-se quando se tem oportunidades de aprender, em momentos nos quais os sujeitos estão mais ou menos disponíveis para aproveitar tais oportunidades. Aprende-se quando há abertura do sujeito, desejo e procura. Mas aprende-se também quando não surgem mais oportunidades e o aprender acaba sendo uma obrigação, de não deixar passar a chance de aprender num dado momento. O aprender também carrega consigo uma relação identitária. Aprende-se a conhecer a si próprio e como se relacionar com a vida, as pessoas e o mundo. O aprender identitário, portanto, é o aprender a ter domínio de si e sua relação de forma autônoma. “Aprender é tornar-se capaz de regular essa relação e encontrar a distância conveniente entre si e os outros, entre si mesmo, e isso, em situação” (ibidem, 2000:70). Assim, quando o sujeito aprende a ter domínio dos elementos simbólicos presentes nas relações e aprende a regular as relações estabelecidas entre ele e as demais pessoas, torna-se possível a sua recriação. Isto é o sujeito, ao invés de corresponder às expectativas sociais de como reagir, se comportar, se manifestar, desejar e se expressar, pode atribuir a si próprio o como agir, o comportar..., ou seja, pode-se recriar.

O processo de recriação exige uma constante negociação de vivências do sujeito singular consigo mesmo. O negociar é justamente a capacidade de recriar-se no presente, superando traumas, sofrimentos e dores do passado em busca de um futuro e de um presente com perspectivas melhores. O que éramos e o que queremos ser. A “negociação comporta o contínuo reajustamento da perspectiva temporal e a capacidade de tecer novamente, por meio do presente, a ligação entre memória e projeto” (Melucci, 2001:67). Recriar-se é uma tarefa árdua pois exige o saber lidar com as distinções e com diversas relações estabelecidas.

O recriar implica na construção de novas identidades que não resultam de um mero processo de identificação com as organizações mas de uma negociação pessoal que o sujeito

social faz consigo mesmo. Esse poder de negociar está na capacidade de produzir e reconhecer os sentidos do que fazemos e estabelecemos em nossas relações. Recriar-se com novos sentidos e significados modifica as fronteiras entre o interior e o exterior e acentua nossa visão para conosco, conscientes de que existimos como entidade psicofísica individual, responsável por nossas escolhas. “Esse enfoque auto-reflexivo orienta a busca pessoal de um contato mais próximo com a experiência interior” (Melucci, 2001:71). E para além dela nos possibilita estabelecer relações novas com as experiências exteriores.

Nesta perspectiva os Movimentos Sociais, principalmente o Movimento de Mulheres Negras, promoveu situações e momentos pelos quais cada entrevistada pôde aproximar-se de si mesma, reconhecendo-se enquanto sujeito, negociando consigo mesma as novas maneiras de se situarem no mundo.

As entrevistadas, ao se reconhecerem mulheres negras, conseguiram se distanciar das projeções e das representações sociais negativas e deterministas acerca das mulheres negras ao passo que, pela auto-reflexão e o desejo de mudar de vida, escolhem e reformulam suas identidades. Elas passaram a se recriar, expressando novas posturas, estabelecendo relações onde se afirmam de forma positiva, valorizando-se como pessoa, mulher e negra. O recriar-se em novas nuances de mulheres negras implica impor-se e resistir às atitudes e posturas discriminatórias, além de exigir combatividade, introspecção e auto-imagem positiva, bem como críticas às relações sociais e propostas para transformá-las.

O depoimento de Suazilândia refere-se ao processo de recriar-se provocado pelo Movimento de Mulheres Negras e negociado pelas próprias mulheres negras consigo mesmas, tendo como resultado a ampliação da visão sobre seus direitos:

Eu tinha uma visão mais dos deveres da mulher. Mas, não tinha uma visão tão ampliada dos direitos como mulher. A partir da entrada, nesse Movimento de Mulheres Negras, tive a possibilidade de acoplar os meus deveres como mulher e os meus direitos, fazendo um embricamento disso. Daí, em diante, me construí como um ser humano mais completo com direitos e deveres. Isso foi primordial pra mim. (...) Eu tenho um outro posicionamento com meu marido. Tenho um outro posicionamento com as minhas filhas. Tenho, principalmente, um posicionamento comigo mesmo. Afinal, isto é o mais importante. Pois, a partir do momento, que eu me posiciono de uma maneira positiva comigo mesmo, tenho uma facilidade maior de me posicionar com meu marido e com os homens com quem eu lido, com as minhas filhas etc. (Suazilândia, 54 anos - – destaques meus).

Através desta recriação as entrevistadas passaram a atribuir novos significados de mulher negra para mesmas, como não viver e agüentar mais discriminações, não serem mais discriminadas pela cor e sexo, não serem mais colocadas em lugar de submissão, não serem mais exploradas e nem serem olhadas com indiferença, menosprezo. É mostrar sua

capacidade de enfrentamento, é gostar de suas própria figura, é acreditar em si própria, assumir posições e mostrar-se igual a qualquer outro ser humano, buscando mudanças (Silva, 1998). Enfim, ao se recriarem essas mulheres descobrem o sentido de viver e estar no mundo, pois vislumbram novas possibilidades de construir suas histórias de vida. É o que veremos na narrativa de Luanda:

Luanda: Olha significa muita coisa. E... quando eu me descubro como mulher negra, eu... passo por uma fase mais aliviada, (...) com mais certeza de que as coisas acontecem de uma forma construída. Você consegue respostas para sua situação. Descobrir-me mulher negra me possibilitou ter mais **posições de enfrentamento diante de situação de desprestígio e desrespeito e preconceito**, porque passei e consegui dialogar com pessoas que passam por essa mesma situação. Consegui causar mudanças na trajetória de vida de outras mulheres. **Consegui criar alternativas, que eu acho que eu não teria conseguido, se eu não tivesse me posicionado enquanto mulher negra.** Se eu ficasse com aquela postura anterior, seria mais uma pessoa na sociedade que teria a fatalidade de ter o percurso tortuoso, sem saber o motivo. Simplesmente ia viver sem ter essa descoberta. Então, é fundamental que a gente se encontre, para alterar o rumo da vida da gente, porque senão a gente acaba passando pela vida e... não faz diferença. Eu só estou me posicionando dessa maneira pelo fato de ter tido essa trajetória de militante de mulher negra. Eu pude me conhecer e enfrentar as situações de reverter os processos de preconceitos e subordinações. (...) Depois da militância, você passa ver e interferir nas situações delicadas causadas por outra pessoa. (Luanda, 42 anos – destaques meus)

O que podemos perceber das falas dessas entrevistadas é que o processo de recriar-se e a relevância dos significados advindos desse processo não se instauram somente no plano individual, pois procedem da relação do sujeito singular com o *outro*. O encontro com o *outro* que não é igual ao sujeito singular é que possibilita reconhecer as diferenças que existem entre um e o *outro*.

A relação com o outro torna-se para nós possibilidades de reconhecer e de escolher diferenças. Existe relação se e quando aquilo que nos distingue dos outros é aceito e tornar-se a base para a comunicação. Comunicar é sempre contar com os pontos em comum para descobrir e afirmar a diversidade. A possibilidade de escolha introduz em nossas relações com os outros (afetivas, familiares e de amizade) a contingência e o risco, transformando-as num campo de investimento e auto-reflexão. A fragmentação e o isolamento são a face escura desse processo, o resultado da nossa incapacidade de escolher ou da dificuldade de reger o esforço da comunicação. Encontrar-se com o outro significa expor-se ao abismo da diferença. (Melucci, 2001: 127)

Esse autor nos permite compreender a intensidade do recriar-se que ocorre também pelo encontro com as demais pessoas. As nossas diferenças tornam-se expostas e visíveis e o meio pelo qual é nítido captá-las é o nosso corpo. O corpo também é a maneira pela qual nos relacionamos e estabelecemos comunicação. O corpo é a nossa expressão concreta por

intermédio do qual não nos percebemos e percebemos os outros. Como é o território pessoal de cada ser, onde os sentimentos são produzidos e absorvidos, os significados são construídos e vão adquirindo consistência. O corpo é, enfim, uma *forma profundamente humana de comunicação*, cujo significado dá-se pela consciência e a percepção de materialização num determinado espaço e nas diversas relações estabelecidas.

O recriar-se mulher negra está associado a assumir o corpo. Nesse processo, um elemento assume um papel importante, a saber, o cabelo. Este, segundo Nilma Gomes (2006:140), no contexto do racismo, pode “simbolizar a possibilidade do embranquecimento ou o seu impedimento”. O corpo negro concentra em si a construção social e conflitiva das tentativas de se empregar nele a ideologia do branqueamento, sobretudo na sociedade brasileira que é marcada pelo racismo ambíguo.

Nas relações sociais estabelecidas o corpo negro depara-se o tempo todo com mecanismos que o rejeitam e fazem com que os sujeitos singulares, portadores destes corpos também o rejeitem na tentativa de serem aceitos socialmente. O corpo negro concentra em si a discussão das questões raciais. Pois, se de um lado existem os mecanismos que o rejeitam ou buscam embranquecê-lo, por outro o Movimento Negro e o Movimento de Mulheres Negras buscam afirmá-lo e valorizá-lo, fazendo com que o sujeito singular militante o aceite com orgulho.

Diante disso, o processo conflitivo em torno do corpo negro configura-se no aprendizado - estabelecido nas relações sociais e nas relações de poder - em aceitar ou não esse corpo. Nilma Gomes (2006:140) explicita que, mesmo havendo espaços que afirmam e valorizam a cultura negra, o aprendizado de aceitação do corpo negro poderá ser “confrontado socialmente pela imagem negra veiculada na mídia ou pela maneira como lideranças e artistas negros, quando em evidência, comportam-se diante da questão racial ou expressam a negritude através de seu corpo”. Essa autora afirma que esse processo conflitivo pode levar à construção de sentimentos de rejeição ou de aceitação do corpo, do cabelo e de aspectos culturais, considerados próprios da comunidade negra. O processo tenso e conflituoso de rejeição e aceitação da negritude, construído histórica e socialmente, “permeia a vida desse sujeito em todos os seus ciclos de desenvolvimento humano”, desde a infância até a vida adulta.

Entretanto, a inserção e circulação da mulher negra e do homem negro em certos espaços “podem contribuir para o repensar dessa situação, para a problematização e o enfrentamento desse conflito” (ibidem, 2006:141). Dois desses espaços têm sido o Movimento Negro e o Movimento de Mulheres Negras. Nesses Movimentos, o corpo e o

cabelo são problematizados e trabalhados – com tensões e limites - como símbolos da aceitação, afirmação e de pertencimento à negritude. É o que nos mostra os depoimentos abaixo.

Namíbia: Eu acho que a história do cabelo é marcante na história da mulher negra, porque quando a mulher ela se reconhece enquanto mulher negra e se assume, ela passa a assumir seu cabelo afro. E o embate com a sociedade, entre outras questões, eu acho que passa pelo cabelo. (...) Algumas coisas acontecem para estar descaracterizando a cultura da mulher negra, como, por exemplo, a indústria de cosméticos que vem com seus produtos alisantes pra quê? Para colocar que o nosso cabelo é feio, e o bonito é alisar, relaxar. A gente que se preocupa sempre com os dorsos, com os arranjos, com as maria-chiquinhas..., tem que enfrentar a indústria do embranquecimento que vem para descaracterizar a nossa raça e fazer com que o povo se sinta feio ao ter o seu cabelo afro. Não se assuma enquanto negro e passe a alisar o cabelo. **Na minha casa, minhas duas irmãs mais velhas alisam o cabelo e eu não aliso. Daí, eu acabei influenciando minha mãe também para não alisar, a minha irmã mais nova e algumas sobrinhas. Então isso, interferiu também no nosso modo de vida, quando refleti sobre isso no Movimento Negro e Movimento de Mulheres Negras.** (Namíbia, 45 anos – destaques meus)

Eritreia: Eu acho é a questão de assumir-se enquanto mulher negra, de sentir-se bela, capaz, sabe? Passar por cima de toda a ideologia branca e racista e preconceituosa, que coloca a mulher negra como feia e coloca a branca sempre como a mulher ideal, a bonita. Coloca essa mulher branca como sonho de consumo, a mulher do consumo. (...) Por exemplo, tem muita gente quer que eu alise meu cabelo, que eu faça escova, porque as namoradas de fulano de tal têm cabelo liso e é negra. (...) **Então assumir-se mulher negra é assumir o cabelo, entendeu? É colocar o meu nariz pra cima e falar que sou bonita e tal. (...) Não é qualquer pessoa que consegue fazer isso. Não é todo mundo que aprende a fazer isso.** E que tem a oportunidade de aprender a fazer isso, de trabalhar a sua auto-estima, onde você não é efetivada. (Eritreia, 45 anos - - destaques meus)

As falas dessas entrevistadas sobre o assumir-se mulher negra assumindo seu cabelo nos evidenciam os processos de ensino-aprendizagem pela qual passam e são ofertados pelos Movimentos de caráter identitário. Esse processo, ao esclarecer que os mecanismos da relação de poder perpassam também pela disputa do corpo negro através do conflito de negação e aceitação, reflete que o aprender também ocorre com o corpo. É pelo corpo que os sujeitos singulares igualmente se apropriam do mundo e se relacionam. Daí o porquê de as entrevistadas ressaltarem tanto o assumir-se mulher negra, assumindo seu cabelo. Elas compreenderam que nas relações sociais, predominantemente configuradas por relações de poder, o cabelo crespo recebe significados simbólicos - como feio, ruim - que contribuem para a desvalorização do povo negro, para reforçar estereótipos. Assim, assumir o cabelo crespo, não fazendo uso de produtos químicos é uma forma de *ressignificar* o olhar sobre os atributos físicos da população negra, principalmente da mulher negra, valorizando-o como bonito e diferente.

No entanto, é importante lembrar que atualmente, o discurso sobre o uso do cabelo crespo possui conotações mais diversas. Nilma Gomes (2006) adverte que é preciso tomar cuidado com leituras precipitadas sobre tal comportamento. É importante não inserir as mulheres negras e o uso do seu cabelo em um certo tipo de patrulhamento ideológico que retira essa mulher do lugar da escolha, da moda, das possibilidades de diferentes intervenções estéticas. Corpo, cabelo, estética, identidade, questão racial e mercado são relações complexas. Por isso, é preciso aproximar-se dos sujeitos a fim de compreender os sentidos e os significados que os mesmos atribuem ao uso dos seus cabelos e à sua estética.

A relação de sofrimento com o mundo estabelecida por algumas mulheres entrevistadas também pode levá-las a problematizarem as desigualdades, o racismo e a discriminação, possibilitando-lhes a reconstrução e o fortalecimento de identidades. No contexto da militância, quando encontram outras pessoas que passaram por problemas semelhantes ou sofreram pelos mesmos motivos mas se organizaram coletivamente, muitas mulheres vivem um processo de superação de dificuldades. Assim, várias mulheres negras passam a se relacionar com o mundo, a sociedade, sua família e suas organizações com novas atitudes e posturas de combatividade. Desenvolvem novas pedagogias de raça e gênero mais afirmativas.

As entrevistadas, mais do que se conscientizarem e se afirmarem mulheres negras, sabem da importância de suas responsabilidades em combater o racismo, em lutar e conquistar políticas públicas de resgate da dignidade humana da população negra. É o que elas relataram ao registrar o que significa *ser* mulher negra, após atuarem nos Movimentos Sociais, sobretudo o de Mulheres Negras:

Suazilândia: **Eu hoje sou mais ligh. Eu sou mais feliz. Eu me cobro muito menos do que me cobrava anteriormente. Eu estou mais ligh mesmo. Eu estou uma pessoa mais ABERTA.** Uma pessoa mais feliz, com o olhar mais ampliando em relação a ser mulher e a ser mulher negra. (...) Eu vivo enquanto mulher negra positivamente. (Suazilândia, 54 anos – destaques meus)

Eritrêia: Significou responsabilidade. Se antes, eu tinha uma responsabilidade que era só social, política, faltava a questão racial. (...) **Depois, que eu passei a ser do movimento de mulher negra e assumi-me enquanto mulher negra, era uma nova responsabilidade, era uma nova tarefa, uma nova postura e novos conceitos para lidar. Então, tudo isso significou muito para aprender e para lidar com o outro.** (...) Você estabelece se é capaz ou não. Eu, enquanto mulher negra, dou conta disso ou eu não dou, entendeu? Então, pra mim foi um processo fundamental, assim, na minha vida. Mas, não é fácil ser mulher negra, neste país. Não é fácil ter que ir para uma reunião só de machos, e se colocar enquanto mulher negra. Brigar, ter que discutir e falar. (...). Mas, assumir-se mulher negra não... é flor, minha filha! (Eritrêia, 45 anos – destaques meus).

Namíbia: Bom, pra minha vida em particular, ajudou a me fortalecer enquanto mulher negra, em não aceitar ser discriminada e nem permitir que o outro a minha volta também seja discriminado. (...) Então, foi importante para eu sobreviver nessa sociedade. Eu adquiri conhecimento. (...) Isso, significa que nós temos que enfrentar a vida de frente, com realidade, com muita transparência e fortalecimento. Temos que ser fortes, não podemos-nos abater, entendeu? (Namíbia, 45 anos – destaques meus).

Zâmbia: Significa a valorização das pessoas e a minha valorização, assim, na medida em que me conheço, porque é uma questão de conhecimento, você se conhecer dentro de uma sociedade racista. O ser negro e ser mulher negra estão dentro dessa escala, que está colocada. Ser mulher negra é muito difícil nessa vida. É difícil em todos os sentidos, na relação de trabalho, na relação afetiva, em tudo, assim. Então, na medida em que a gente se sente e se conhece enquanto negra, nós criamos as condições de sobrevivência na sociedade. Então pra mim significa a retomada histórica e a condição que eu vou criando de garantir os meus valores. (Zâmbia, 50 anos – destaques meus).

Ruanda: Hoje eu tenho convicção de que, na sociedade atual, ser mulher negra não é fator de discriminação, por parte de interessados/as em se relacionar e ser militante. É motivo de admiração, o que pode às vezes prejudicar são outras questões. Filhos só têm a ganhar com a militância. Família a princípio não entende, mas depois sendo do mesmo segmento acaba até ganhando com isso. (Ruanda, 32 anos – destaques meus).

Considerando que toda relação gera um tipo de saber as mulheres negras entrevistadas ao atribuírem novos significados a si próprias, em um processo de recriação e *ressignificação* da sua imagem e representação no mundo e para o mundo, geram saberes que emergem de suas vivências e experiências. São saberes de apropriação do mundo, ou seja, apoderar-se materialmente dele para transformá-lo, modificá-lo por meio de ações e intervenções. A “relação com o saber implica uma atividade com o sujeito” (Charlot, 2000). Por isso, para uma análise pedagógica o saber em si não é tão precioso quanto o processo pela qual foram estabelecidas a(s) relação(ões) que o gerou. Mas um “saber só tem sentido e valor por referência às relações que supõe e produz com o mundo, consigo, com os outros”. Neste sentido, os saberes produzidos pelas mulheres negras entrevistadas e, de um modo geral, estão longe de serem saberes individuais. São saberes coletivos que buscam benefícios e reconhecimentos não só para a população negra mas para a sociedade em geral uma vez que se busca, justamente, alterar e modificar o modo como estabelecemos as relações sociais.

Aquilo que somos não depende somente de nossas intenções, mas das relações nas quais essas intenções se inserem. A responsabilidade não comporta somente a intencionalidade do sujeito, mas também os efeitos que nossa ação produz nos sistemas de relação aos quais pertencemos e os vínculos que destes recebemos. Também somos, portanto, as nossas relações, aquelas que aceitamos ou refutamos, aquelas que nos limitam e que nos enriquecem. (ibidem, 2001:68)

Diante disso buscamos compreender quais são as ações que as mulheres negras têm produzido em seus momentos de atuação militante, nos momentos de mobilização e vivências de situações-limites que por si só são geradoras de novas pedagogias, de pedagogias de raça e gênero *ressignificadas*.

IV.III - Pedagogias de raça e gênero ressignificadas

A relação que o sujeito estabelece com o saber, num processo pedagógico, lhe possibilita adquirir conhecimentos para além dos meros conteúdos formais. É um conhecimento resultante de suas experiências pessoais, providas de qualidades afetivo-cognitivas. Por isso é um conhecimento *sob a primazia da subjetividade*. O saber é produzido conforme suas relações internas e na relação que o sujeito estabelece com as demais pessoas, seja de forma harmoniosa ou confrontante. Pois, não há saber sem interação com os outros, que os partilham, controlam, validam e co-constroem. Portanto, o saber - o conhecimento - é resultado de uma interação na qual se torna possível o sujeito conhecer o mundo e as pessoas. O saber quando apreendido nos é útil pelo uso que fazemos dele e assim o tornamos prático. Isto não significa entender que o saber é prático pois esse caráter vem da relação que estabelecemos com o mesmo para conseguirmos dominar situações.

Bernard Charlot (2000:67) ressalta que aprender é “exercer uma atividade em situação: em local, em um momento da sua história e em condições de tempo diversas, com a ajuda de pessoas que ajudam aprender”. O aprender também é determinado por momentos significativos. São momentos que possibilitam os sujeitos construir sentidos para suas relações. Aprender é sempre aprender em algum momento da história pessoal e coletiva, bem como aprender em momentos de outras histórias da humanidade e da sociedade. Para aprender os sujeitos contam com as pessoas que são encarregadas ou que se propõem lhes ensinar. Neste caso, as mulheres negras aprenderam com as pessoas e as organizações que lhes foram dispostas a ensinar. Aprenderam nas lutas, nos conflitos e nas tensões geradas nesses processos. Mas, também se propuseram ensinar a essas pessoas e organizações o que já haviam aprendido ao longo de suas trajetórias de vida.

O sujeito que aprende é, em situações e em atos, um sujeito afetivo, relacional, definido por sentimentos, emoções e não só pela razão. Isto é, o sujeito que aprende é como um sistema de condutas relacionais, um conjunto de processos psíquicos implementados nas relações com pessoas diversas e consigo mesmo. Quando se aprende, aprende-se em situações que geram reflexões e impulsionam o sujeito a adotar condutas e posições reflexivas, designando suas relações por suas compreensões. O aprender passa a ser então nomeado por

substantivos significativos que variam entre positivos e negativos. O sujeito pode aprender a solidariedade como também o individualismo, o ódio como o amor. Conquanto o que é designado desse modo, com pertinência, é a “relação com o mundo enquanto conjunto de situações e revelações nas quais está engajado um sujeito encarnado, ativo, temporal, provido de uma afetividade; ou uma relação com o mundo posto à distância e em palavras” (Charlot, 2000:71).

Assim, durante o ano de 2006 acompanhamos de perto pelo menos uma ação desenvolvida por cada entrevistada, buscando saber se os aprendizados construídos nas suas trajetórias de vida e política influenciaram as suas ações e intervenções sociais e militantes. Das seis entrevistadas, cinco atuam diretamente nos campos da educação, saúde, política e cultura promovendo atividades que vão desde discussões até formações das pessoas no processo de combate ao racismo e machismo.

Apenas Namíbia não desenvolvia diretamente algum tipo de intervenção nesses campos, com o propósito formativo. Essa entrevistada, por estar muito envolvida com o seu cargo de coordenação de um parque ecológico, dedicava-se mais às causas ecológicas. Entretanto, não deixava de acrescentar a questão de raça e de gênero nas atividades desenvolvidas no parque, como no caso do Encontro de Raízes, realizado em junho de 2006. Além disso, Namíbia não deixou de fornecer subsídios às organizações do Movimento Negro e de Mulheres Negras, quando necessitaram de um espaço para promoverem encontros e momentos de formação.

Nesse mesmo mês de maio de 2006 compareci ao encontro “Diálogos entre o samba e a escola”⁵⁴, coordenado por Suazilândia em parceria com o Estado e a Prefeitura de Belo Horizonte. O objetivo do mesmo foi contribuir para com a formação de docentes comprometidos em efetivar a Lei 10.639/03, em suas escolas e em promover uma educação anti-racista e de diversidade étnico-racial. Para tanto, as pessoas que participaram do encontro, puderam acompanhar palestras, seminários, participar de oficinas pedagógicas que pudessem auxiliá-las em suas práticas e ter acesso aos materiais pedagógicos e às produções confeccionadas nos últimos anos. Além da promoção desse encontro é necessário ressaltar que essa entrevistada produziu dois livros como propostas de intervenções pedagógicas na superação do racismo no cotidiano escolar. Suazilândia também promoveu oficinas de formação docente sobre a cultura afro-brasileira, identidade racial e sobre as relações estabelecidas entre docentes e discentes que, às vezes, reproduzem de forma inconsciente práticas de discriminação.

Uma das oficinas desse encontro coordenado por Suazilândia, denominada de “Literatura Afro-brasileira” foi ofertada por Luanda. Esta entrevistada desenvolveu por meio de textos literários⁵⁵ que se reportavam às formas de lidar com as diferenças na sala de aula. Durante a oficina foram discutidas formas de lidar com a questão racial: a) as literaturas povoadas de contos africanos e afro-brasileiros; b) explorar as imagens e as falas sobre a cultura e o povo negro; c) desconstruir as manifestações de racismo sutis presentes no livro didático, na literatura e até nos momentos lúdicos.

Luanda afirmava para o público presente que para se trabalhar com a cultura afro-brasileira é necessário conhecer os espaços de constituição da identidade negra, abordar personagens negras e ilustres que marcaram e fizeram história no Brasil, como, por exemplo, a representação do Chico Rei. Os textos, trabalhados por Luanda, fazem parte do acervo de livros afro-brasileiros que têm o propósito de resgatar a auto-estima das crianças negras e abordam manifestações culturais e linguagens de enunciação coletiva do universo afro-brasileiro. São obras de *ressignificação* da memória do povo negro.

O investimento numa literatura afro-brasileira pode ser lido como uma vertente própria do Movimento Negro, segundo Conceição Evaristo (2006:111). Essa produção literária lançou um olhar sobre a cultura negra que constituiu um corpo literário negro e expressou uma “literatura em que o corpo negro deixa de ser corpo do *outro* como *objeto* a ser descrito, para se impor como *sujeito* que se descreve.” Sob essa perspectiva, Florentina Souza (2005) afirmou que existe uma construção de discursos identitários, formulados por uma linhagem de escritores e escritoras que buscam, por meio de representações e de produções de identidades afro-brasileiras, estabelecer a linhagem de uma memória da literatura afrodescendente. Essas escritoras e esses escritores, acadêmicos e também militantes do Movimento Negro, elegem os ícones de uma história identitária através de fragmentos e fios das escritas negras que já existiam desde o século XVII, a fim de tecer uma imagem negra descarregada de estigmas e estereótipos.

Em maio de 2006, Zâmbia promoveu, em parceria com as Secretarias Municipais Adjunta de Direitos de Cidadania e a de Saúde, um debate sobre a saúde da população negra⁵⁶. O objetivo do debate era discutir as doenças que acometem a população negra, como a anemia falciforme e a ausência de políticas públicas para saná-las. O debate apontava que o investimento na saúde da população negra, em Belo Horizonte, era uma questão de equidade

⁵⁴ Ver folder anexo sobre esse Encontro.

⁵⁵ Alguns dos textos utilizados estão anexados no final deste trabalho.

⁵⁶ O cartaz sobre o debate encontra-se anexado.

de tratamento, além de ser um dos direitos humanos a ser garantido. Essa entrevistada, por meio da Coordenadoria voltada para assuntos da comunidade negra, também promoveu ações culturais de valorização da Arte Negra, como o FAN – Festival de Arte Negra.

Zâmbia, junto com Eritréia e Luanda, atuava na comunidade de remanescentes quilombolas da grande região metropolitana da cidade, mapeando o número de famílias quilombolas e conversando com as mulheres negras quilombolas para verificar em quais condições vivem.

Eritréia, além de atuar da mesma forma que Zâmbia nas comunidades quilombolas, desenvolveu atividades de promoção da igualdade racial, pela Fundação Centro de Referência da Cultura Negra. Uma das atividades realizadas por essa entrevistada foi uma manifestação pública, em maio, em defesa das políticas de cotas raciais. Essa entrevistada também idealizou, efetivou e coordenou, junto com suas companheiras do Movimento Negro, o primeiro Encontro de Mulheres da CONEN, realizado em julho de 2006, na cidade de Salvador. As discussões e embates surgidos desse Encontro também podem ser vistos como um momento significativo de demarcação da diferença entre diferentes e uma das formas de *empoderamento* das mulheres negras na direção das entidades do Movimento Negro. Vale ressaltar que Eritréia também foi convidada por Suazilândia a compor a mesa de abertura do Encontro “Diálogos entre o samba e a escola”, voltado para docentes.

No mês de junho de 2006 foi realizado um encontro dos grupos juvenis que fazem parte do Movimento Hip Hop Chama, no Teatro Francisco Nunes, com apoio da Prefeitura de BH, e o Centro Cultural da UFMG, dentre outros, com o propósito de discutir as construções negativas de gênero. Este evento trazia como lema: “Machismo não é estilo de vida!”, afirmando que “todos nós, mulheres e homens, perdemos com o machismo” e que é “possível viver os diversos modos de ser masculino e feminino com liberdade e autonomia, contrariando padrões historicamente estabelecidos.” Essa perspectiva foi comentada e defendida por Ruanda, uma das convidadas do evento e representante do Coletivo Hip Hop Chama.

Ruanda demarcou, durante a palestra, que a presença das jovens mulheres em tal Movimento vem causando mudanças de comportamento entre os seus companheiros, nas letras de músicas e, principalmente, na formação de uma juventude com posturas anti-racistas e anti-machistas. A entrevistada socializou com o público juvenil o processo formativo pelo qual o grupo a que pertence havia passado por três meses, devido às práticas machistas que os companheiros do Movimento manifestavam em relação à contribuição e participação das jovens mulheres.

Durante o período da pesquisa Ruanda, por meio da organização de Mulheres Negras em que atua – Negras Ativas - também desenvolveu, junto com as demais integrantes, oficinas com propostas de raça e gênero nas comunidades periféricas de BH e em algumas Faculdades da PUC/Minas. O público alvo tem sido mulheres de todas as faixas etárias e diversos estratos sociais. Mas, em alguns momentos, homens também participaram de suas oficinas.

Uma dessas oficinas foi chamada de “Roda de Conversa”, na qual Ruanda e suas companheiras promoveram um diálogo interativo com o público sobre o desafio das mulheres, negras e jovens que vivem na periferia. Outra oficina desenvolvida por essa organização e essa entrevistada foi denominada de “A história do meu ser mulher”, realizada no Encontro da ABRAPSON – Associação Brasileira de Psicologia Social -, no mês de outubro de 2006. Nesse evento Ruanda discutiu sobre a representação da mulher no passado, presente e futuro. O objetivo da oficina era discutir e refletir sobre as representações das mulheres na contemporaneidade, via retomada do processo histórico de construção da mulher e da mulher negra. Para tanto, foram exploradas as vivências de quem estava participando e das próprias oficinairas juntamente com discussões sobre a produção dos Estudos de Mulher, Relações de Gênero e Estudos Afros.

Observando os objetivos das ações desenvolvidas pelas mulheres negras entrevistadas, captamos que todas, sem nenhuma exceção, visam promover transformações não só de seus pares – mulheres e homens negros - mas do ser humano enquanto coletivo e social. É com base nisso que essas mulheres singulares em seus próprios movimentos na vida e no cotidiano e junto aos Movimentos Sociais, passam e elaboram processos formadores na perspectiva da raça e do gênero. Esses processos, por sua vez, geram novas pedagogias. Pedagogias de raça e gênero *ressignificadas*. O *ressignificar* dá-se por meio de rupturas, conflitos, embates, reencontros de suas vivências e experiências que, no estabelecimento das relações sociais e políticas, esperam ser reconhecidas e respeitadas enquanto mulheres, negras, sujeito singular e coletivo.

No processo da militância as mulheres negras entrevistadas buscaram e buscam dar outros significados e sentidos a si mesmas como sujeitos étnico-raciais. Elas se reconstróem se auto-firmando mulheres negras que não correspondem aos estereótipos e imagens deterioradas, construídas como legado histórico da colonização e da exploração negra. Elas se reconstróem para que suas relações com o povo negro, com as mulheres e com os homens brancos possam também ser reconstruídas.

Assim, as mulheres entrevistadas são sujeitos singulares em movimento em diversos espaços de atuação política e em alguns Movimentos Sociais. Nesse contexto aprendem, ensinam e constroem saberes.

Entretanto e, na maioria das vezes, esses saberes produzidos, essas pedagogias de raça e gênero não são reconhecidos e valorizados pela sociedade e nem pelos espaços acadêmicos. Muitas vezes, os próprios Movimentos Sociais, enquanto espaços propulsores desses saberes, acabam hierarquizando uns em detrimento de outros e incorrem no desperdício da experiência, como nos alerta Boaventura Santos (2004). Nesse processo, inúmeros conflitos surgem. Quem sabe, inspirados no autor citado, uma forma de resgatar e não desperdiçar esses saberes individuais e coletivos seja a construção de um procedimento teórico e político que consiga compreender tais *ausências*, destacando as *emergências* oriundas das práticas sociais e políticas dos movimentos sociais. Uma “sociologia das ausências e das emergências”. A pesquisa em questão nos leva acrescentar as práticas sociais e políticas construídas pelos sujeitos singulares que compõem e constroem os movimentos sociais.

Esse é um desafio para as práticas políticas dos Movimentos Sociais e para a produção teórica. No caso do campo educacional, no qual é consensual a afirmação de que os Movimentos Sociais são espaços educativos e constroem pedagogias, podemos indagar: e como os sujeitos singulares se constroem no interior desses Movimentos? A pedagogia dos Movimentos Sociais possibilita que tais sujeitos, singulares e coletivos ao mesmo tempo, desencadeiam novas pedagogias? Ou *ressignifiquem* e reconstruam ensinamentos aprendidos nos Movimentos Sociais e os ampliem, socializem e redimensionem – de maneira crítica - para outras pessoas, organizações e gerações? Esses aprendizados, construídos na tensão, no conflito e nos avanços presentes no contexto de todo e qualquer Movimento Social, afetam dimensões pessoais e são capazes de influenciar positivamente identidades historicamente fragmentadas ou negadas?

Esta pesquisa, ao tentar responder tais questões, nos permite dizer que as trajetórias de vida e políticas das mulheres negras entrevistadas - cada uma a seu modo, com avanços e limites - nos permitem responder afirmativamente a essas questões.

CONCLUSÃO

Investigar as trajetórias de vida e política das mulheres negras de Belo Horizonte nos fez reviver com elas momentos significativos de suas vivências e histórias. Foi-nos possível, também, saber um pouco mais sobre alguns momentos históricos de nosso país, principalmente sobre a participação dos Movimentos Sociais, na construção do cenário político, social e cultural de redemocratização do Brasil. A partir dos fragmentos das memórias das entrevistadas foi nos possível captar um pouco mais sobre as intervenções desses Movimentos tidas como um novo jeito de fazer política. O ressurgimento dos Movimentos Sociais, no cenário político brasileiro, no final dos anos 70, possibilitou novos hábitos, condutas e valores.

No entanto, o processo de transformação no país não incorporava as necessidades específicas de diversos atores que faziam parte dos Movimentos Sociais como as mulheres e a população negra. Isto é, de modo geral, os Movimentos Sociais, em sua trajetória de luta, não consideravam o peso do machismo e do racismo na conformação das desigualdades sociais no Brasil. Esse processo desencadeou a emergência de Movimentos Sociais de caráter identitário, dos quais o Movimento Feminista e o Movimento Negro podem ser considerados como os mais expressivos.

Esses Movimentos, por sua vez, não atenderam a algumas diferenças que pairavam em seu interior, no caso, as especificidades das mulheres negras. Diante disso, essas mulheres fomentaram embates sobre a ausência de suas necessidades no Movimento Feminista e no Movimento Negro constituindo, assim, o Movimento de Mulheres Negras. Ao fazer isso, promoveram uma demarcação da diferença entre os diferentes, no interior das entidades, dando início à demarcação política da diferença frente ao universalismo masculino e branco. Da emergência do Movimento de Mulheres Negras despontou uma corrente denominada de Feminismo Negro. A principal novidade trazida pelo Movimento de Mulheres Negras foi a possibilidade de discutir a questão do machismo e racismo na *interseccionalidade* da raça e do gênero.

O ressurgimento e as conquistas dos Movimentos Sociais, sobretudo as de caráter identitário, levaram muitas estudiosas e muitos estudiosos a abordar esses fenômenos sociais coletivos, tratando em segundo plano os sujeitos - suas militantes e seus militantes - que foram determinantes nas suas constituições. Esta pesquisa, conquanto reconheça a importância desses Movimentos nas conquistas sociais e na formação dos sujeitos coletivos,

procurou enfatizar a relevância das trajetórias de vida dos sujeitos, destacando a singularidade das mesmas. Ao fazer isso de forma alguma desprezamos o fato de toda ação individual resultar em ações políticas e coletivas. Não se pretendeu, aqui, estabelecer juízo de valor entre o individual e o coletivo, mas destacar a sua inter-relação e lançar luzes sobre as trajetórias singulares que compõem uma luta social mais ampla.

As pessoas que compõem os Movimentos Negro, Feminista e de Mulheres Negras são os pilares de sua existência e vão moldando-os, reorganizando-os e reestruturando-os. A partir de suas trajetórias de vida, de suas experiências, seus anseios, traumas e conflitos, essas pessoas imprimem suas marcas na configuração dos Movimentos Sociais e possibilitam que seu caráter de dinamismo se mantenha. São os sujeitos em movimento, compondo um movimento dinâmico de sujeitos coletivos. Esses sujeitos levam para cada Movimento Social do qual participam reflexões, discussões, lutas, desafios, sonhos, realizações e muitos sentimentos - como indignação e revolta - revelando vivências, sofrimentos e buscas comuns e, sobretudo, singulares de auto-afirmação e reconhecimento. Cada pessoa, a partir de sua história de vida particular, vai particularizando também a história dos Movimentos Sociais, provocando mudanças, rupturas, conflitos, embates, reencontros e desencontros em seu interior. Constroem as histórias dos Movimentos Sociais marcados pelas fases de denúncias, reivindicações, proposições e fazeres políticos.

Esses sujeitos singulares que influenciam, intervêm e constroem os Movimentos Sociais passam por processos formadores que geram pedagogias. Afinal, as relações que são estabelecidas entre militantes e Movimentos dependem do grau de envolvimento que flui em duas direções: militantes e Movimentos Sociais se constroem numa relação recíproca de interferência e formação. Nessa perspectiva verificamos, por meio desta pesquisa, que o processo pedagógico ocorre de forma dinâmica, com a interação entre Movimentos Sociais e militantes.

Por considerar a relevância dos sujeitos singulares na configuração das organizações coletivas, esta pesquisa privilegiou a investigação das trajetórias de vida e política das seis mulheres negras, militantes na cidade de Belo Horizonte. Assim, por meio dessas mulheres, tomamos conhecimento de como elas contribuíram com os Movimentos Sociais, especialmente, o Movimento Negro e o Movimento Feminista, bem como com a sociedade belorizontina em geral, por meio de suas vivências e experiências como militantes. Verificamos, também, como as pedagogias desses fenômenos coletivos contribuem para a formação e recriação dos sujeitos singulares.

A pesquisa revelou que o processo de engajamento nos Movimentos Sociais para a superação do racismo e do machismo, presentes na estrutura das desigualdades sociais, ocorre de maneira diversificada. As motivações podem por referências de entes familiares e/ou ciclo de amizade; pelos traumas do racismo sofridos na escola e ambientes de trabalho e devido aos sentimentos de indignação e revolta e às conjunturas sociais, políticas e culturais em que se encontra o sujeito militante.

No entanto, a participação nos Movimentos de caráter identitário nem sempre se efetiva de forma imediata. As desigualdades socioeconômicas, no Brasil, englobam parcelas consideráveis da população. Isso faz pensar que as desigualdades são apenas sociais, tornando o racismo e o machismo imperceptíveis aos olhos da população e, ainda, secundários nos Movimentos Sociais, em geral.

O acirramento das desigualdades sociais no mundo e a luta pela derrubada do capitalismo, sobretudo nos países pobres, foi o grande motivador das ações e orientações dos Movimentos Sociais, que emergiram no final dos anos 70. Esse contexto talvez explique o maior engajamento político de vários atores sociais nesses grupos, inclusive os homens e as mulheres negras. Esse foi o caso da maioria das entrevistadas e, possivelmente, seja o caso de grande parte das militantes e dos militantes com trajetórias nesses Movimentos. De modo geral, as entrevistadas tiveram atuações ativas nos Movimentos Comunitários, nos grupos religiosos, como as CEBs, sindicatos, partidos políticos e movimento estudantil.

Porém, apesar do mérito da luta desses Movimentos, o reconhecimento público do peso do racismo e do machismo na estrutura da sociedade brasileira, produzindo um outro conjunto de desigualdades que se soma e intensifica as desigualdades socioeconômicas, não ocupou lugar central nas lutas progressistas. Tal situação pode ser considerada recente no Brasil, pós-ditadura militar, nas análises sociais, nas políticas públicas, nos Movimentos progressistas e no próprio imaginário social e político.

É fato que o período da ditadura e a conjuntura internacional da época de denúncia aos imperialismos, colonialismos, ditaduras de toda ordem e avanço do capitalismo, impulsionavam os setores progressistas à luta contra o acirramento da desigualdade socioeconômica e aos perigos que a mesma acarretaria ao futuro das nações. Mas, paralelamente a esse processo, o racismo, o machismo e o sexismo também se alastravam e recebiam um tratamento menos expressivo por parte do conjunto daqueles que lutavam pela construção e consolidação da democracia. Foi preciso a organização das mulheres e dos negros nos diferentes países do mundo, com diferentes intensidades e especificidades culturais e políticas próprias, para que o racismo e o machismo pudessem entrar na agenda

dos setores considerados progressistas. Foi preciso mais esforço ainda para que essas organizações pudessem atingir - mesmo com limites - o campo das políticas públicas e, mais especificamente, o campo da educação.

Mas nem sempre a participação em um Movimento Social de caráter identitário significa ruptura total com os Movimentos mais “tradicionais”. A pesquisa revelou que a atuação concomitante em diferentes Movimentos Sociais não é algo inviável. É certo que, em alguns momentos, essa intensa participação exige escolha e esta se dá, muitas vezes, em meio a conflitos pessoais e políticos. Essa situação foi vivenciada por algumas entrevistadas. Diante disso, podemos dizer que a pesquisa nos colocou diante de *mulheres de Movimentos e em movimento*.

Em suas trajetórias as mulheres negras, de modo geral, ao participar do Movimento Negro e do Movimento Feminista imprimiram seus pontos de vista, questionando suas estruturas por reproduzirem o imaginário social que as coloca como meras coadjuvantes. Além disso, pressionaram pelo reconhecimento de suas especificidades por parte desses Movimentos expondo que as problemáticas das desigualdades sócio-raciais causam impactos distintos entre as mulheres negras e brancas, homens negros e brancos e entre mulheres negras e homens negros. As mazelas sociais, produto do racismo, machismo, sexismo e desigualdades afetam, em maior intensidade, as mulheres negras que vivenciam dupla discriminação - a racial e de gênero e, em sua maioria, vivenciam a discriminação socioeconômica. Vale ressaltar que essa não foi uma constatação apenas das mulheres negras militantes mas de muitas estudiosas e de muitos estudiosos que apresentam dados estatísticos com análises de raça e gênero. Esses dados mostram avanços, mudanças geradas e conquistadas e, ao mesmo tempo, também revelam estagnações e manutenções de mecanismos de opressão e subordinação, dos quais, o destinatário maior tem sido as mulheres negras. Diante disso as mulheres negras militantes promovem reflexões que lhes permitem se auto-afirmar, resistir e demarcar suas diferenças entre diferentes.

Participar dos Movimentos Sociais possibilitou às mulheres negras entrevistadas se reeducarem, modificando seu olhar, sua fala e sua postura de mulher e negra por meio de um processo positivo, em detrimento dos determinismos sociais. A partir desses processos formativos elas conseguiram superar as dificuldades do passado e se recriaram de forma autônoma, crítica, reflexiva e consciente de suas condições e dos enfrentamentos sociais. Algumas das mulheres negras entrevistadas transformaram-se de empregada doméstica e balconista de padaria a mulheres de liderança, coordenadoras de coletivos e setores públicos. Algumas se formaram como professoras, pedagogas, historiadoras e educadoras sociais.

A pesquisa mostrou-nos que, ao se inter-relacionar com as organizações sociais e com o partido político, militantes e Movimentos produzem novos saberes que por si só produzem as pedagogias. Mas, no caso específico desta pesquisa, não são quaisquer pedagogias. São também pedagogias de raça e gênero. São saberes e vivências, experiências e histórias singulares e coletivas que permitiram aos sujeitos que as produziram e vivenciaram, se conscientizar e refletir de maneira crítica sobre suas relações com, sobre e no mundo. As ações que produziram outrora, bem como as que são produzidas no contexto do terceiro milênio e das redes sociais complexas, são pedagógicas e militantes ao mesmo tempo. Pedagógicas, por produzirem processos formativos que visam construir e desconstruir imagens, estereótipos, injustiças e, sobretudo, humanizar pessoas. Essas pedagogias, contudo, não são harmônicas - também geram conflitos, tensões e rupturas que, às vezes, causam o fechamento e o surgimento de novas organizações. Diante desse contexto de conflitos, às vezes, também algumas militantes e alguns militantes optam por sair ou trocar de organizações. Há choques pessoais, de temperamento, de condução da liderança, de posturas e concepções. No entanto, o caráter militante das ações das seis entrevistadas está na continuidade de sua luta por um mundo melhor, igualitário, justo e ético. Tal perspectiva parece falar mais forte do que os conflitos e, por meio de arranjos, mudanças de lugar ou de entidade, elas continuam atuando politicamente, coletivamente e publicamente em prol das questões da raça e do gênero. Não encontramos nenhuma das seis entrevistadas desenvolvendo trabalhos isolados ou individuais. Todas estavam imersas em algum Movimento Social ou em alguma ação coletiva.

A pesquisa nos permite afirmar que os sentidos e os significados atribuídos pelas mulheres negras a si próprias foram construídos no contexto de suas trajetórias pessoal e política, nas quais as relações sociais são permeadas de conflitos e trocas. Essas relações impulsionam uma tomada de consciência que, mediante o coletivo, adquirem consistência e subsistem.

Entretanto, vale ressaltar que os Movimentos Sociais, sobretudo, os de caráter identitário, ainda não sabem lidar com suas diferenças internas e, tampouco, nem sempre se revelam dispostos a aceitar o desafio do exercício compartilhado do poder, de forma solidária. Para que possa haver possíveis caminhos de uma transformação radical planetária e humana, os Movimentos Sociais e, sobretudo, os de caráter identitário, devem saber quando e como ceder, como superar as formas tradicionais de conduzir as relações de poder, estabelecidas entre eles e no interior dos Movimentos. Afinal, acreditamos que a existência dos mesmos e as intervenções dos sujeitos singulares e militantes são cruciais no processo de humanização e

na luta para que as pessoas e os grupos sociais tenham “o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”, como afirma Boaventura Santos (1997).

Diante disso, reiteramos que um dos caminhos para a almejada e propalada transformação da sociedade brasileira em uma *democracia racial*, de fato, onde as múltiplas identidades e a diversidade étnico-racial possam coexistir e interagir de forma democrática; implica considerar a contribuição pedagógica e política das mulheres negras nesse processo. Afinal, as mulheres negras ocupam um lugar significativo nas lutas pela igualdade e pela democracia em nosso país. A valorização da população negra e a luta contra o racismo, o machismo e o sexismo têm sido os focos das pedagogias de raça e gênero por elas desenvolvidas. Ao reconhecer e problematizar o desafio de considerar e valorizar a diferença entre os diferentes, no contexto dos Movimentos Sociais de caráter identitário, essas mulheres reeducam e *ressignificam* esses Movimentos, trazem novos valores e aprendizados. Nesse processo, elas também reeducam e *ressignificam* a si mesmas. Formulam, portanto, pedagogias de raça e gênero *ressignificadas*.

Como todo trabalho acadêmico esta dissertação nos revelou algumas pistas para a continuidade da pesquisa ou elaboração de outros trabalhos de investigação que caminhem na perspectiva aqui adotada. Uma delas é a compreensão mais aprofundada do desafio maior vivido pelas mulheres negras entrevistadas e suas organizações coletivas no terceiro milênio: o reconhecimento da diferença entre os diferentes, no interior dos próprios grupos e organizações dos quais fazem parte, resultando em formas partilhadas de poder. Para que um mundo melhor seja possível é preciso superar as velhas e tradicionais formas de lidar com o poder, inclusive, no interior dos Movimentos Sociais. Há disposição para tal? Como realizá-lo? Não nos foi possível verificar como tal desafio se dá, na prática, mas podemos inferir pelo depoimento de Ruanda, a mais jovem entrevistada, que o mesmo tem possibilidade de ser aceito e desenvolvido com maior desenvoltura pelas gerações mais jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AGUIAR, Neuma. *Gênero e ciências humanas – desafio às ciências humanas desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
2. ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. *O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa*. Org. Alda J. M. e Fernando Gewandsnajder. São Paulo: Pioneira, 1998.
3. ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. “Desigualdades raciais no sistema brasileiro e Educação Básica”. *Educação e Pesquisa*, vol. 29, n.º 01, jan. – jun./2003, p.147-165.
4. ARANHA, Antônia Vitória Soares. *Partido Político, saber e formação: alguns elementos da experiência do PC do B*. Belo Horizonte: FaE/FUMG – Dissertação de Mestrado, 1993 – 155 pg.
5. ARROYO, Miguel G. *Pedagogias em Movimento – o que temos a aprender com os movimentos sociais?* (mimeogr.) (s/d)
6. _____. *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Petrópolis: Vozes, 2004.
7. _____. *Violência nas escolas: uma disputa entre imaginário de infância e de docência?* In.: *Congresso Ibero-americano sobre Violências na/s Escolas promovido pela UNESCO*. Brasília, 2004 – p. 1-9.
8. AZEREDO, S. M. M. Teorizando Sobre Gênero e Relações Raciais. In.: *Revista Estudos Feministas*, p. 203-216, 1994.
9. BARBOSA, Milton. Disseminação da luta organizada do Movimento Negro. In.: *25 Anos 1980 – 2005: Movimento Negro no Brasil/Concepção, organização e fotografia*. Org. Garcia, Januário. – 1ª Ed. – Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006 – 176p.: il. Color.
10. BARROS, V. A.; SILVA, L. R. A pesquisa em História de Vida. In: Iris Barbosa Goulart. (Org.). *Psicologia do Trabalho e Organizacional: teoria, pesquisa e temas correlatos*. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, v., p. 133-146.
11. _____. *História de vida como recurso para estudo das organizações*. 2004 (Palestra).
12. BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002 – 189 p.
13. BORNHEIM, Gerd. O existencialismo de Sartre. In.: *Curso de Filosofia*. Org. RESENDE, Antonio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar - Ed.: SEAF, 8ª Ed. – pg. 195- 203, 1998.

14. BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: 1988 - 454p.
15. BRASIL, Ministério da Cultura e Fundação Palmares. *Declaração da Conferência contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata – Durban*. Brasília, 2001.
16. BRASIL. *Plataforma Política Feminista – documento final*. Brasília: Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, 2002.
17. BRUSCHINI, Cristina e Costa, Albertina. (Orgs.) *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992 - p. 101-132.
18. BUARQUE, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994 - 26ª ed.
19. BUTLER, Judith. *Fundamentos contingentes: o Feminismo e a questão do pós-moderno*. Campinas: Cadernos Pagu - UNICAMP, V.11, 1998, p.11-43.
20. CARDOS, Frederico A. *A identidade de professores homens na docência com crianças: homens fora de lugar?* Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2004.
21. CARDOSO, Marcos. *O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1998*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002 – 240p.
22. CARNEIRO, S. A batalha de Durban. *Revista Estudos Feministas*. n.º. 01, 2001, p. 209-214.
23. _____. De novo a Raça. *Revista Eletrônica Afirma Negra*, 2001.
24. _____. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 2003, p.117-132.
25. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário feminino da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
26. CASHMORE, Elli. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. São Paulo: Selo Negro, 2000.
27. CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Trad. Bruno Magne. Porto Alegre: Artmed, 2000 – 93p.
28. CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialista em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In.: *Revista de Estudos Feministas*. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão – Volume 10, n.º 1- Florianópolis: UFSC: 2002 - p. 199-207.
29. D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multi-culturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001 – 245 p.

30. DAYRELL, Juarez. Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.
31. DEL PRIORE, Mary. *A mulher na história do Brasil: raízes históricas do machismo brasileiro, a mulher no imaginário social, "lugar de mulher é na história"*. São Paulo: Contexto, 1989.
32. DEL PRIORE, Mary e BASSANEZI, Carla (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
33. DIEESE. *20 de novembro, dia da Consciência Negra*. Rio de Janeiro: Edição Especial, 2003.
34. DOMINGUES, Petrônio. *Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil*. São Paulo: Cadernos Pagu, 2006.
35. FERREIRA, Argemiro. *Caça às Bruxas. Macarthismo: uma tragédia americana*. Ed. LP&M, Porto Alegre, 1989.
36. FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução de Sandra Netz – 2ª ed., Porto Alegre: Bookmam, 2004.
37. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. (Trad.) José Roberto – Rio de Janeiro: Graal, 1985.
38. FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação – cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000 – 134p.
39. _____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Notas: Ana Maria Araújo Freire – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 - 245p.
40. _____. *Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996 – 165 p. (Coleção Leitura).
41. _____. *Pedagogia do oprimido*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 – 220 p.
42. GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. NETZ, Sandra Regina – Tradução. Porto Alegre: Artmed, 2005 – 600p.
43. GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 2003 – 143 p.
44. _____. Empoderamento e participação das comunidades em políticas sociais. In.: *Revista Saúde e Sociedade*. São Paulo, vol.13 nº. 02 – maio/agos. 2004, p. 20/31.
45. _____. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Cortez, 1992 - 117 pg. (Questões de nossa época: v.5).

46. GOLDENBERG, Mirian. Mulheres & Militantes. *Revistas de Estudos Femininos*, vol. 05 n.º 2, 1997 – 349-364p.
47. GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006 – 416p.
48. _____. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In.: *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n.º 10.639/03* – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD - Brasília: Ministério da Educação, 2005, p.39 – 62.
49. _____. Caminhando com Ruth Landes pela Cidade das Mulheres. In.: *Brasil Afro-brasileiro*, (org.) Maria N. S. Fonseca. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 – págs. 229-252.
50. GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. E.. *O Jogo das Diferenças: O Multiculturalismo e Seus Contextos*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Autentica 1998 - v. 1. 118 p.
51. GUIMARÃES, Antônio S. A. *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Ed. 34, 1999, 240 p.
52. HALL, Stuart. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. SOVIK, Liv. – Organizadora; RESENDE, Adelaine La Guardia. – Tradutora. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
53. HARAWAY, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o Feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Cadernos Pagu - n.º 05, 1995 – 07-41p.
54. HASENBALG, C.; SILVA, N.V. “Família, cor e acesso à escola no Brasil”. In: HASENBALG, C. SILVA; N. V.; LIMA, M. *Cor e estratificação social*. RJ: Contracapa Livraria, 1999, p.126–147.
55. HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
56. HERSCHAMANN, Micael. Mobilização, ritmo e poesia. In.: *Brasil Afro-brasileiro*, (org.) Maria N. S. Fonseca. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 – págs. 185-210.
57. LAHIRE, Bernard. *Sucesso Escolar nos Meios Populares – as razões do improvável*. São Paulo: Editora Ática, 2004. 367p.
58. LEMOS, Rosália de Oliveira. *Feminismo Negro em construção: a organização do Movimento de Mulheres Negras do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Faculdade de Psicologia de Comunidade e Ecologia Social, 1997 – 185p.
59. LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva Pós-Estruturalista* - Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001 – 4ª Edição, 179p.
60. _____. (org.). *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*; Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva - Belo Horizonte: Autêntica, 2000 - 176p.

61. _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. SILVA, Tomaz Tadeu e LOURO, Guacira Lopes (trads.). Rio de Janeiro: DP&A, 1999 – 102p.
62. _____. Nas redes do conceito de gênero. In.: *Gênero & Saúde* (orgs.) LOPES et al –Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 7/18.
63. LOPES, Michele S., et al. Sexualidade da Mulher Negra: revisão bibliográfica. In.: *Anais do VII Encontro de Pesquisa da Faculdade de Educação da UFMG* - Belo Horizonte: FaE/UFMG, CD - ROOM 2002.
64. LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.
65. MAIO, Marcos e SANOS, Ricardo V. *Raça, ciências e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ – CCBB, 1996 – 252p.
66. MANIFESTO Marcha Zumbi + 10. Brasília: Encontro Nacional Olhares da Mulher Negra sobre a Marcha, 2005.
67. MARQUES, Walter Ude. Famílias. In.: *Presença Pedagógica -Dicionário da Educação*. Belo Horizonte: Editora Dimensão. Vol. 09, n. 53 - Set./Out. 2003 – pág. 70/73
68. MELUCCI, Alberto. *O Jogo do eu: a mudança de em sim em uma sociedade global*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004 – 184p.
69. _____. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Tradução de Maria do Carmo A. do Bonfim – Petrópolis/RJ: Vozes, 2001 – 199 p.
70. MONTALI, Lilia. *Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego*. São Paulo: Rev. Brasileira de Estudos da População, vol.23 n°. 2 July/Dec. 2006.
71. MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. In.: *O regresso do Político*. ROSA, Joaquim C. – Revisão Científica. Lisboa: Gradiva. 1996 - pág. 101/121.
72. _____. *Por uma política da identidade nômade*. Tradução - Mônica Mansouro. s/d
73. MUNANGA, Kabengele. *Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos*. M. K. e Gomes, N. L. (org.), São Paulo: Global: Ação Educativa. Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004 – (Coleção Viver, Aprender).
74. _____. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1999.
75. _____. *Negritude usos e sentidos*. São Paulo: Editora Ática S.A. 1988 – 88 p.
76. NZINGA, Coletivo de Mulheres Negras. *Livros de Ata*. Belo Horizonte, 1994.

77. OLIVEIRA, Guacira César de. & SANT'ANA, Wânia. "Chega de Saudade, a realidade é que..." In.: *Revista de Estudos Feministas*. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão – Volume 10, n.º 1- Florianópolis: UFSC: 2002 pág. 199-207.
78. OLIVEIRA, Adriana. *O processo de empoderamento de mulheres trabalhadoras em empreendimentos de economia solidária*. Florianópolis: UFSC, 2004 – Dissertação de Mestrado em Serviço Social – 121p.
79. OSORIO, Rafael Guerreiro. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. Brasília: IPEA/Nações Unidas – Governo Federal, Ministério do Planejamento, Orçamento e gestão, 2003 pg. 03-51.
80. PORTELLI, Hugues. *Hegemonia e o bloco histórico*. In.: Gramsci e o bloco histórico. Trad. de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 - pg. 61/82.
81. PRADO, M. A. M. *Movimentos de Massa e Movimentos Sociais: aspectos psicopolíticos das ações coletivas*. Revista de Ciências Humanas, v. 37, 2005.
82. _____. *Da Mobilidade Social à Constituição da Identidade Política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas*. Belo Horizonte: Psicologia em Revista, v. II, n. 11, 2002 - p. 21.
83. _____. *Psicologia Política e Ação Coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”*. São Paulo: Revista Psicologia Política, v. 01, n. 01, 2001- p. 149-172.
84. PRADO, M. A. M.; SOUZA, T. R. P. *Problematizando discursos contemporâneos sobre as formações identitárias*. Idea (San Luis), San Luis, Argentina, v. 36, n. 16, 2002 - p. 12-22,
85. REIS, Letícia V. de Sousa. Negro em “terra de branco”: a reinvenção da identidade. In.: *Negras Imagens*. SCHWARCZ, Lília M. e REIS, Letícia V de S. – Organizadoras. São Paulo: Editora USP – Estação Ciência, 1996 – págs. 31/53.
86. RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras: de Bertiooga a Beijing. In.: *Estudos Feministas* – Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ e PPCIS/UERJ, 1995 – vol. 3 – n.º 2, p. 446/457.
87. RODRIGUES, Cristiano Santos. *As Fronteiras entre raça e gênero na cena pública Brasileira: um estudo da construção da identidade coletiva do Movimento de Mulheres Negras*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006 – 234p.
88. _____. *Identidades Coletivas em Conflito: Estudos dos Processos Psicopolíticos do Movimento de Mulheres Negras*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG – Projeto de Dissertação em Psicologia, 2005 – 142 pág.
89. ROLAND, Edna. O Movimento de Mulheres Negras brasileiras: desafios e perspectivas. In.: *Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*, GUIMARÃES, S. A. e HUNTLEY, L. (Org.), São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 237 – 256.

90. ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal: mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Estudos Feministas*, n.º 2, vol. 9, 2001, p.515-540.
91. RUFINO, Alzira, IRACI, Nilza e PEREIRA, Maria Rosa. *Cartilha: Mulher Negra tem História* Santos; Roy Glasgow (org.). São Paulo: Ed. Perspectiva - "Nzinga", Col. Debates, 1982/1987.
92. SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra – 2ª Edição. 1991 – 329p.
93. SANTANA, Patrícia. *Professor@s Negr@s*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004 – 160 p.
94. SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. *A Gramática do tempo para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006_a – 511p. – (Coleção para um novo senso comum, VI. 04).
95. _____. *Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial. E para Além de Um e Outro*. Coimbra/Portugal: Centro de Estudos Sociais da Faculdade da Universidade de Coimbra, 2006_b.
96. _____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In.: Boaventura de S. S. (org.), *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente – ‘Um Discurso sobre as Ciências’ revisitado*, São Paulo: Cortez, 2004 – p.777/821.
97. _____. Subjectividade, cidadania e emancipação. In.: *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez - 7ª Edição. 2000 – págs.235/280
98. _____. *Por uma concepção multicultural de direitos humanos*. Coimbra/Portugal: Revista Crítica de Ciências Sociais n.º. 48, Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia de Coimbra, 1997 - págs. 11-48.
99. _____. Para uma Pedagogia do Conflito. In.: SILVA, Luiz H. da et all, *Reestruturação Curricular: Novos Mapas Culturais, Novas Perspectivas Educacionais*. Luiz H. da S. (org.) – Porto Alegre, Secretaria Municipal de Educação: Sulinas, 1996 – p. 15/101.
100. SANTOS, Jussara. Uma tentativa de traçar pistas de vanguarda. In.: *Brasil Afro-brasileiro*, (org.) Maria N. S. Fonseca. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 – págs. 185-210.
101. SCHERER-WARREN, Ilse. "Movimentos em cena... E as teorias por onde andam?". In.: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n.9, 1998, p.16-29.
102. SCHUMACHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico, *Mulheres Negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007 – 496p.
103. _____. *Dicionário das Mulheres do Brasil – de 1500 até a atualidade*. Biográfico e Ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
104. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Raça como negociação. In.: *Brasil Afro-brasileiro*, (org.) Maria N. S. Fonseca. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 – págs. 07-10.

105. _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
106. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In.: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: v. 15 – n.º 2, jul./dez., 1990 – p. 05/22.
107. SILVA, Ana Rita Santiago da. *Projeto Educacional do Quilombo Asantewaa: Uma Alternativa Possível?* Dissertação de mestrado. Salvador: UNEB, 2005 – 191 pág.
108. SILVA, Benedita da Conceição de C. *Memória da trajetória de vida de Mulheres Negras. Dissertação de Mestrado*. São Paulo: PUC/ Faculdade de Ciências Sociais, 1997 – 313p.
109. SILVA, Eliane Borges. *Tecendo o fio, aparando as arestas: o Movimento de Mulheres Negras e a construção do pensamento feminista*. s/d
110. _____. *Para além do próprio umbigo: as mulheres negras militantes de Salvador e a construção do imaginário feminino*. Dissertação de Mestrado. Salvador/Bahia: Faculdade Comunicação, 1998 – 149p.
111. SILVA, Jacira Castro da. *A mulher negra e o Geledés – uma experiência de construção coletiva de cidadania*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC/Faculdade de Serviço Social, 1997 – 139 p.
112. SILVA, Maria Nilza. *A mulher negra: o preço de uma trajetória de sucesso*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC/Faculdade de Ciências Sócios, 1998 – 149p.
113. SILVA, Nelson do Vale. Extensão e Natureza das Desigualdades Raciais no Brasil. GUIMARÃES, A. S. A. e HUNTLEY, L. In.: *Tirando a máscara – ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000 – p. 33 – 52.
114. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. *Chegou a hora de darmos a luz a nós mesmas situando-nos enquanto mulheres e negras* – São Paulo: Cadernos Cedes, 1998, p. 7/23.
115. SOUSA, Sandra Maria Nascimento. *Mulheres em Movimento – memórias da participação das mulheres nos movimentos pelas transformações das relações de gênero, nos anos 1970 a 1970*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2000 – 260p.
116. SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983 – Coleção Tendências, vol. 4 – 88p.
117. SOUZA, Florentina da Silva. *Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
118. SPOSITO, Marília Pontes. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa, 2003 – pág. 05 – 38

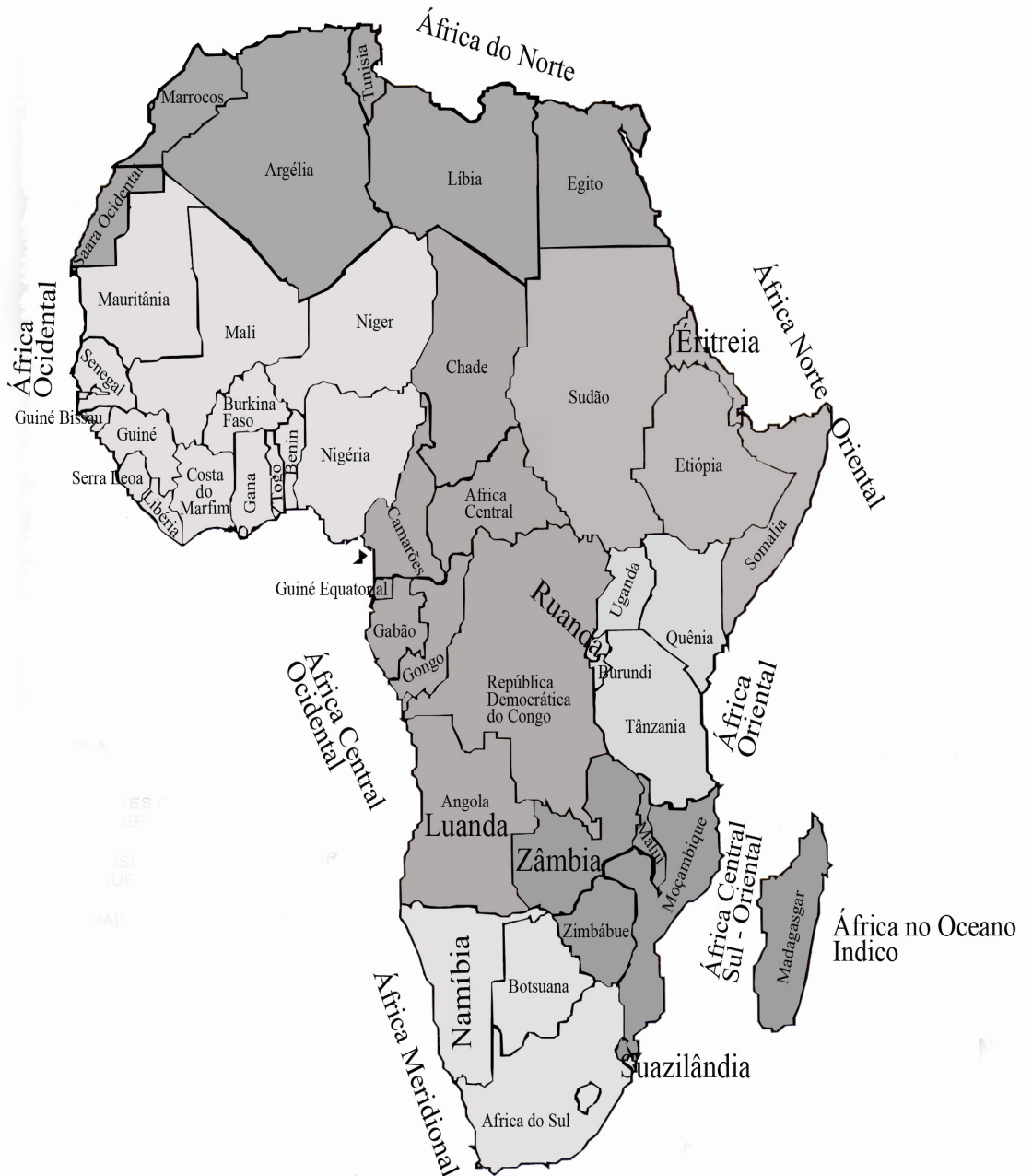
119. SUDBURY, Julia. *Outros tipos de sonhos – Organizações de mulheres negras e políticas de transformação*. São Paulo: Summus – Edições Selo Negro, 2003, 342 p.
120. THEODORO, Helena. *Mito e Espiritualidade: mulheres negras*. Rio de Janeiro: Pallas, ed. 1996, 214 p.
121. VAINFAS, Ronaldo. Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade. In.: “*Caderno Mais*” da Folha de São Paulo de 1º de abril de 2007.
122. VALENTE, Ana Lúcia. *Ser Negro no Brasil Hoje*. São Paulo: Moderna, 1994 – 11ª Ed. 87p (Coleção Polêmica).
123. VALOURA, Leila de Castro. Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo Empoderamento, em seu sentido transformador. In.: *Programa Comunicarte de Resistência Social*. 2005/2006
124. ZAGO, Nadir, *Quando os dados contrariam as previsões estatísticas: os casos de êxito escolar nas camadas socialmente desfavorecidas*. Cadernos de Psicologia e Educação - Paidéia, USP/Ribeirão Preto, v. 10, n. 18, p. 70-80, 2001.
125. WERNECK, Jurema. Mulheres negras e cultura midiática. In.: *Jornal Irohin* - CARDOSO, Edson Lopes - Coord. Editorial. Brasília: ÌROHÌN, Ano XII – nº. 20 – 2007, 40p.
126. A revista do Professor – *Nova Escola: Grandes Pensadores: Pedagogia da emancipação das massas*. GAMMA. – Edição Especial, s/d.

SITES:

www.afirma.org.br;
www.articulacaodemulheresnegras.org.br
www.casadeculturadamulhernegra.org.br
www.crioula.org.br;
www.gueledes.com.br;
www.mulheresnegrasdoubigoparaomundo.com.br;

ANEXO I

África - múltiplas Áfricas



ANEXO II

Luanda: É a maior cidade e capital de Angola, sendo também a capital da província homônima. Localizada na costa do Oceano Atlântico, na África Central Ocidental, é o principal porto e centro administrativo de Angola. Tem uma população de aproximadamente 4,5 milhões de habitantes (estimativa da ONU em 2004). A cidade está dividida em duas partes: a "baixa" (parte velha) e a "cidade alta" (parte nova). A "baixa" fica perto do porto, tendo ruas estreitas e edifícios da época colonial. Os habitantes de Luanda são na sua grande maioria membros de grupos étnicos africanos, incluindo Ovimbundu, Kimbundu e Bakongo. Existe uma pequena minoria de origem europeia. A língua oficial e mais falada é o português, sendo também faladas várias línguas do grupo bantu. A cidade é sede da Arquidiocese de Luanda, arcebispado da Igreja Católica. A cidade foi fundada em 1575. A independência de Angola ocorreu em 1975 e Luanda ficou livre das guerras civis em 2002.

Namíbia: É um país da África Austral, limitado a norte por Angola e pela Zâmbia, a leste e a sul pelo Botswana, a sul pela África do Sul e a oeste pelo Oceano Atlântico. Capital: Windhoek. Namíbia é um país predominantemente desértico, onde encontra-se o deserto do Namibe, junto à costa, e o Kalahari numa parte do seu interior. A sua costa marítima é limitada ao norte pela foz do rio Cunene, e a sul, pelo rio Orange. Namíbia localiza-se na África Meridional. A língua oficial falada é o inglês. Mas, neste país, também falam-se mais duas línguas: o Africâner e Alemão. Tem aproximadamente 825.418 km² de extensão. Namíbia se tornou independente da África do Sul em 1990.

Eritrêia: É o país africano mais jovem. Eritrêia é limitado a norte e leste pelo Mar Vermelho, por onde faz fronteiras com a Arábia Saudita e com o Iêmen, a sul com o Djibouti e com a Etiópia e a oeste com o Sudão. Sua capital é a cidade Asmara. O leste e o nordeste do país tem um linha costeira extensa no Mar Vermelho, diretamente através da Arábia Saudita e o Iêmen. O Arquipélago de Dahlak e várias das Ilhas Hanish fazem parte da Eritrêia. Este país situa-se na África Norte-Oriental. Eritrêia foi consolidada como colônia pelo governo italiano em 1º de janeiro de 1890. O Estado moderno de Eritrêia tornou-se independente depois de uma guerra de 30 anos que durou a partir de 1961 até 1991. Eritrêia é um país multilinguístico e multicultural com duas religiões dominantes (Islão Sunita e Cristianismo Ortodoxo) e nove grupos étnicos. O país não tem língua oficial, mas tem três línguas de trabalho: tigrinya, árabe e inglês. Eritrêia tornou-se independente em 24 de Maio de 1991.

Suazilândia: É um pequeno país da África Central Sul-Oriental, limitado a leste por Moçambique e em todas as outras direções pela África do Sul. Oficialmente é conhecido como Reino da Suazilândia. A capital real e legislativa é a cidade de Lobamba, enquanto a capital administrativa é Mbabane. A densidade demográfica de Suazilândia é de 65 km². Neste país falam-se duas línguas oficiais: inglês e swazi. Sob proteção britânica, o reino de Suazilândia firmou sua independência diante dos zulus em 1881, mas sofreu várias invasões dos bóeres, colonos brancos sul-africanos de origem holandesa. Em 1903 tornou-se protetorado britânico, depois da vitória do Reino Unido na Guerra dos Bóeres. Suazilândia obteve plena independência em 1968, como Monarquia constitucional. Entretanto, a confirmação desse país como uma província de fato independente deu-se em 06 de setembro de 1968.

Zâmbia: É um país do interior da África, limitado a norte pela República Democrática do Congo e pela Tanzânia, a leste pelo Malawi, a sul por Moçambique, pelo Zimbábue e pela Namíbia e a oeste por Angola. Zâmbia encontra-se situada na África Central Sul Oriental e abriga as famosas cataratas de Vitória (Victoria Falls), no rio Zambeze, que formam uma cortina de água de cerca de 90 m de altura, na divisa com o Zimbábue. A maior parte de seu território é coberta por savanas. A sua capital é a cidade Lusaka. 98% da população de Zâmbia procedem de sucessivas migrações de povos bantos, subdivididos em 73 grupos étnicos. Há minorias europeias e asiáticas. A população pratica religiões tradicionais africanas. Há cristãos e minorias islâmicas e hindus. O inglês é a língua oficial. Das línguas bantos, cinco são usadas oficialmente na educação e na administração: nyanja, bemba, lozi, luvale e tonga. Este país foi fundado em 1988 pelos ingleses britânicos e, em 24 de outubro de 1964, tornou-se um país independente.

Ruanda: É um pequeno país montanhoso da África, encravado entre a Uganda, a norte, a Tanzânia, a leste, o Burundi, a sul e a República Democrática do Congo, a oeste. Ruanda encontra-se na África Oriental. Sua capital é Kigali. As línguas faladas e oficiais são: francês e kinyarwanda. Ruanda possui uma densidade demográfica de 281.26.338 km². Este país foi colonizado a partir de 1975, pelos alemães e, em seguida, pelos belgicos. Em 1994, durante três meses seguintes, Ruanda ficou conhecido como o país do *Genocídio Civil* de 800.000 de Tutsi e Hutus. Houve até a produção do filme "Hotel Ruanda", que se baseou na história real e ajuda entender a amplitude do conflito e a interferência internacional durante a formação, o decorrer e o fim do Genocídio. A partir de 2003 Ruanda passou a se organizar de forma democrática.

Fonte: Educação Africanidades Brasil, Centro de Educação a Distância – UNB. MEC, 2006. <http://pt.wikipedia.org>

ANEXO III

SEMINARIO

**DIÁLOGOS
ENTRE O SAMBA E A ESCOLA**

O Seminário "Diálogos entre o Samba e a Escola" é dirigido a professoras(es), educadoras(es) e pedagogos(es), com a finalidade de consolidar uma rede de multiplicadores e ampliar a experiência educativa e pedagógica do Projeto Cantando a História do Samba na rede de ensino da Educação Básica.

Este seminário vem contribuir com o processo de implementação da Lei nº10.639, que determina que "Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira".

Seus principais **OBJETIVOS** são:

1. Sensibilizar os profissionais para a construção da política nacional de promoção da igualdade racial na educação.
2. Contribuir com o processo de implementação da Lei nº10.639, sugerindo atividades educativas e culturais que tenham o samba como uma das matrizes fundamentais da musicalidade e da cultura brasileiras.
3. Promover a reflexão sobre a importância do reconhecimento e valorização das manifestações culturais, costumes e valores da população negra, bem como sua integração ao cotidiano e currículo escolar.
4. Socializar conhecimentos que subsidiem uma pedagogia multi-racial e inter-étnica.

O Seminário terá o formato de apresentação de trabalhos, mesas expositoras compostas por estudos das relações raciais e envolvidos na produção de material didático, minicursos e apresentações culturais.

**DIÁLOGOS
ENTRE O SAMBA
E A ESCOLA**

16, 17 e 18 de maio 2006
Auditório do Colégio Imaco
Parque Municipal BH

www.projetohistoriadosamba.org

Patrocínio:

Parcerias:

Apoio:

VAGAS LIMITADAS E GRATUITAS Para inscrições via site, entre em projetos e procure o link

Inscrições: SMED/CAPE - (31) 3277-8644
SEE - www.educacao.mg.gov.br
Informações: www.projetohistoriadosamba.org

16 de maio 3ª feira	17 de maio 4ª feira	18 de maio 5ª feira
<p>18h00 - 21h00 Credenciamento</p> <p>19h00 Solenidade de Abertura "Podemos sorrir, nada mais nos impede" Coordenação: Elzélina Dóris dos Santos Convidados: Secretaria de Estado da Educação Secretaria Municipal de Educação SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial ACORFORA FCRCN - Fundação Centro de Referência da Cultura Negra CEERT - Centro de Estudos das Relações do Trabalho e da Desigualdade COMACOM - Coordenadoria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra</p> <p>19h30 Abertura - Saudação Jornalista e Sambista Acyr Antão</p> <p>Conferência "Dialogando com o Projeto Cantando a História do Samba" Convidada especial: Professora Helena Theodoro/RJ</p> <p>20h30 Debate</p> <p>21h00 Encerramento com apresentação musical Participação Especial: Integrantes da Velha Guarda do Samba de Belo Horizonte</p>	<p>8h00 - 10h00 Conferência "Somos herança da memória" Coordenação: Marcos Antônio Cardoso Convidados: Adilton de Paula - "Educação e Racismo: A implementação da Lei 10.639 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais" - Núcleo de Estudos Negros/SC Ana Célia da Silva - "Projeto de Educação do Ilê Aiyê" - Salvador/BA Elzélina Dóris dos Santos - "Interdisciplinaridade do Projeto Cantando a História do Samba" - BH/MG</p> <p>10h00 - 10h30 Café</p> <p>10h30 - 12h00 Debate</p> <p style="text-align: center;">TARDE: MINICURSOS</p> <p>13h30 - 14h10 Literatura Afro-brasileira Luanda</p> <p>14h15 - 14h55 Desenvolvimento e Aplicação de Resultados Projeto Cantando a História do Samba Ângela Moreira - Diretora e representante das escolas das cidades mineiras de Corinto, Santo Hipólito, Nossa Senhora da Glória e Monjolos Coordenação: Benilda Regina - Gerente Regional de Educação - Secretaria de Administração Regional Municipal Norte/PBH - Coordenadora do NZINGA - Coletivo de Mulheres Negras - BH/MG</p> <p>15h00 - 15h30 Café</p> <p>15h30 - 16h00 Debate</p> <p>16h00 - 16h40 Saberes e Sabores Sidney Ferreira da Silva - Babalorixá Ilê Wopo Olojukan Coordenação: Macaé Evaristo - SMED/BH</p> <p>16h40 - 17h00 Debate</p> <p>17h00 - 17h30 Encerramento Apresentação cultural</p>	<p>8h00 - 10h00 Conferência "Samba, a gente não perde o prazer de cantar" Coordenador: Olavo Ferreira - Professor da Escola Municipal Edgar da Mata Machado e Mestrando, Educação/UFMG Convidado: Ney Lopes - Compositor, Cantor e Escritor - "Samba: sua história, suas recriações e sua resistência diante da indústria cultural globalizada" Coordenadora: Suazilândia Convidado: Rafael Sanzio - UNB - "A Geografia Africana Afro-Brasileira"</p> <p>10h00 - 10h30 Café</p> <p>10h30 - 12h00 Debate</p> <p style="text-align: center;">TARDE: MINICURSOS</p> <p>13h30 - 14h55 Arte e Estética Afro-Brasileiras Jorge dos Anjos - Artista Plástico - BH/MG Mara Catarino Evaristo - Professora e Art educadora - BH/MG Coordenação: Eritrícia</p> <p>15h00 - 15h30 Debate</p> <p>15h30 - 16h00 Café</p> <p>16h00 - 16h40 O Poder da Palavra Denilson Tourino - Projeto premiado pelo CEERT/S Coordenação: Patrícia de Souza Santana - Núcleo de Relações Étnico-raciais da Secretaria Municipal de Educação - BH/MG</p> <p>16h40 - 17h00 Debate</p> <p>17h00 - 17h30 Encerramento Apresentação cultural e entrega dos certificados</p>

Texto: *Pretinha, eu?*
Autor: Júlio Emilio Braz
Editora: Ática
Público: Juvenil

Essa história acontece em torno da vida escolar/familiar de uma jovem de família classe média que vai estudar num colégio de religiosas, diga-se, o mais tradicional da cidade. É um relato fascinante dos acontecimentos vividos nesse ambiente novo que surgiu com a presença do diferente e seus reflexos na vida familiar da personagem.

Proposta de Atividades

- Pesquisar e refletir sobre a diversidade etno-cultural do povo brasileiro abordando, especificamente, a presença de descendentes africanos;
- Através da confecção/produção da árvore genealógica da família, abordar a existência de afro-descendentes nas famílias dos alunos;
- Preparar um mural com fotos de avós e avôs, bisavós e bisavós, mães, pais, filhos e netos dos alunos;
- Trazer na escola o parente mais idoso do aluno(a) para, quem sabe, contar histórias de sua infância e/ou adolescência;
- Preparar uma pesquisa na qual os alunos(as) possam refletir sobre as condições de vida da população negra; onde mora, as profissões que desenvolvem, salários, escolaridade e outros;

Livro: *As Tranças de Bintou (lé-se Bintu)*
Autora: Sylviane Diouf
Editora: Cosac & Naify

Tema: fala da tradição africana de cuidar e ornamentar os cabelos das meninas e das mulheres de acordo com a idade. Retrata, também, o desejo de Bintou de ter os cabelos trançados iguais aos das moças da sua comunidade, o que lhe permitiria ingressar na puberdade. Apresenta, ainda, vários aspectos significativos da tradição cultural de África: o nascimento, o ritual de passagem, o respeito aos mais velhos e às tradições.

- Explorar os diferentes tipos de penteados usados pelas crianças em sala de aula, buscando refletir sobre quem realiza os penteados; se são escolhidos pelas crianças e os motivos das escolhas;
- Realizar oficinas com cabeleireiros (as) especializados (as) em cabelos afro no sentido de obter subsídios aos pais, professores (as) e alunos no tratamento com os cabelos das crianças negras e não-negras;
- Explorar a riqueza das imagens apresentadas que sugerem harmonia, coletividade e interação;
- Atentar para os diversos tipos de roupas usadas pelas personagens e utilizá-las como um detalhe a mais na exploração da riqueza cultural africana.

ANEXO IV

Colcha de Retalhos

(Autor/a desconhecido/a –
Adaptação: Ruanda e Larissa Amorim Borges)

Outro dia fiz uma colcha de retalhos. Ao pedaço, recordava-me das pessoas que prazerosamente convivi e convivo. Como se cada uma tivesse a sua história própria para contar.

Fui costurar. Cores que a primeira vista não combinavam, padrões e desenhos totalmente diferentes, tudo se juntou. A colcha ficou pronta e como ficou bonita!

E fiquei pensando.... Somos seres diferentes, ninguém é igual ao outro, nada de repetição e monotonia. E não são diferentes só fisicamente. Todos/os pensam diferente, sentem diferente, agem diferente. Uma completa o/a outra. Um apóia o outro/a. Exerce sua sexualidade de maneira diferente e amam diferente. Que maravilha é uma colcha de tantos/as seres diferentes formando a humanidade! Porque querer que todas/os sejam iguais, pensem e sintam da mesma maneira?

Embelezam a humanidade de um determinado modo. Outros realçam outras cores, outros padrões. Importante é querer ser costurado/a aos outros/as retalhos e não ficar isolado/a. Todos/os unidos/os a procura da união e da fraternidade, cada um/a a seu modo forma a grande colcha da unidade na pluriformidade.

Que bom poder ser uma profissional que trabalha com seres humanos, sujeitos/as de direitos e um retalho que faz parte desta colcha em uma perspectiva de inclusão que elimine machismo, racismo, homofobia e todas as formas de opressão.

Recado das Minas

O que NÃO mudou depois de Durban?

Embora muitos/as pessoas não saibam e/ou não tenham parado pra pensar sobre isso, em 2001 aconteceu a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Discriminação, em Durban - África. Este foi o maior evento mundial de combate a este tipo de violência e contou com a participação da sociedade civil organizada e dos governos de muitos países que se comprometeram implementar o Plano de Ações produzido durante a Conferência.

Mas, a pesar de terem se passado cinco anos, muitas violações de direitos são vividas pela juventude negra brasileira. Ainda é marcante a violência policial que sistematicamente tortura e extermina centenas de jovens e suas famílias; a exploração sexual de jovens e crianças; o não cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, a invisibilidade e deteriorização das mulheres nos espaços de poder; a utilização dos meios de comunicação enquanto mecanismos de manutenção das relações racistas de opressão -submissão, reforçando o mito da democracia racial e distorcendo as referências para a construção das identidades negras positivas.

Os acordos internacionais assumidos pelo Brasil são instrumentos importantes das nossas lutas e precisam ser conhecidos pela população e reconhecidos pelos gestores e agentes públicos para que as mudanças de fato aconteçam. Negras Ativas convidam: Conheça o Plano de Ações de Durban e se reconheça nesta luta!

Contatos: Negras Ativas - E-mail: NEGASATIVAS@yahoo.com.br
(31)3391-6387 Flávia Tambor/
(31) 9805-1059 Larissa Borges / (31) 9237-3653 Laiana Chanal

Negras ATIVAS

DEBATE SOBRE A SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA UMA QUESTÃO DE EQUIDADE EM BELO HORIZONTE

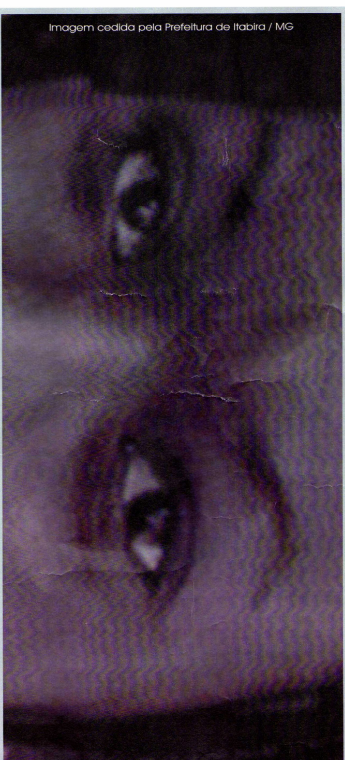


Imagem cedida pela Prefeitura de Itaboraí / MG

PROGRAMAÇÃO

Dia: 19 de maio de 2006 - **MANHÃ**
Horário: 9h
Local: Centro de Educação em Saúde - Rua Frederico
Brecher Junior, nº 103 - Padre Eustáquio
Público: Gestores Públicos de Saúde

Dia: 19 de maio de 2006 - **TARDE**
Horário: 14h
Local: Teatro Marília - Rua Alfredo Balena
586 - Santa Efigênia
Público: Sociedade Civil, Movimentos Sociais, Gestores Públicos e ONG's

REALIZAÇÃO:

Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania
Coordenadoria Municipal dos Assuntos da Comunidade Negra

Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde








ANEXO VI

Essa campanha é sua também. Faça parte dela! Discuta com seus amigos e suas amigas, vizinhos e vizinhas, em casa, no trabalho, nas posses, nas crechs, na escola... Manifeste-se sem medo e permita-se novas possibilidades: na rima, na dança, no scratch, no graffiti, nos fanzines, nas rádios comunitárias... O importante é promover mudanças positivas!

Paz, união, diversão, conhecimento e atitude. Hip Hop Chama pra viver de verdade essas ideias!


Troque ideia: hiphopchama@yahoo.com.br

Ilustrações e Design Gráfico: Warley Bombi

Realização:  Reflexivo Apoio:    


Hip Hop Chama

NA IDEIA



Coletivo Hip Hop Chama

O Coletivo Hip Hop Chama é uma organização político-cultural autônoma formada e gerida por jovens ativistas da Cultura Hip Hop da Grande Belo Horizonte/MG. É um espaço permanente de formação, mobilização juvenil e intervenção social e comunitária. O Coletivo se reúne periodicamente e é aberto à participação de todas as pessoas interessadas.



Gênero


Todos nós, mulheres e homens, perdemos com o machismo!

O que é ser homem? É não chorar? É agredir? É ser insensível? Machão? Garanhão?

E mulher? É ser frágil? Dependente? Incapaz? É negar seus desejos?

Questionando essas e outras construções negativas de gênero, afirmamos que é possível viver os diversos modos de ser masculino e feminino com liberdade e autonomia, contrariando padrões historicamente estabelecidos.

Hip Hop é consciência. Por isso, acreditamos que o machismo não é estilo de vida!



Sexualidade

Sexo é uerghinho? Que métodos anticoncepcionais e de prevenção de DST/AIDS você conhece? Você tem acesso a eles? Está disposto ou disposto a usá-los?

Usar camisinha diminui o prazer? O que você pensa e sente quando vê duas pessoas do mesmo sexo se beijando? Tem algum problema?

A forma como lidamos com a nossa afetividade e o nosso corpo influenciam diretamente as relações que temos com o mundo. Com informação e respeito, a sexualidade não é problema. É exercício de cidadania e experimentação do prazer.

Hip Hop é liberdade. Por isso, queremos viver a **sexualidade sem preconceito!**